

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SIMONE APARECIDA QUIEZI

**PESCADORES, INDÍGENAS, POSSEIROS E AGRICULTORES NO
MÉDIO RIO IVAÍ:**
trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)

Maringá

2020

SIMONE APARECIDA QUIEZI

**PESCADORES, INDÍGENAS, POSSEIROS E AGRICULTORES NO
MÉDIO RIO IVAÍ:**
trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, cultura e religião.

Linha de pesquisa: História, cultura e narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

Maringá

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Q6p

Quezi, Simone Aparecida

Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio Rio Ivaí : trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960) / Simone Aparecida Quezi. — Maringá, PR, 2020.

282 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Historiografia - Rio Ivaí. 2. Pescadores. 3. Paleoterritório. 4. História ambiental. 5. História oral. I. Arruda, Gilmar, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

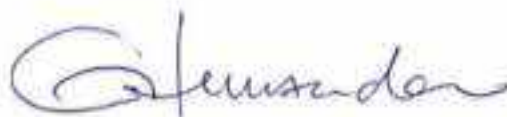
CDD 23.ed. 907.2

SIMONE APARECIDA QUIEZI

**PESCADORES, INDÍGENAS, POSSEIROS E AGRICULTORES NO
MÉDIO RIO IVAÍ: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-
1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Estadual
de Maringá, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gilmar Arruda (Presidente/Orientador)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)/
Universidade Estadual de Londrina (UEL)



Prof. Dr. Rogério Ribeiro Oliveira
Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio)



Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 26/08/2020.

MAURÍCIO DE OLIVEIRA
(24/05/1942 – 14/08/2020)

[...] cê sabe por que que eu tô até hoje? Porque minha vida, minha vida e esses meus fios [filhos], foi criado nesse rio. Então eu fiz uma intenção. Enquanto eu for vivo e pudé andá, eu vô tá aí limpando esse rio, sô. Porque foi o que eu criei meus fiôs, tudo desse rio aí (2019)

Neste 14 de agosto, vagou no “bote” o lugar do balseiro, do pescador e do patrulheiro ambiental Maurício de Oliveira. O rio Ivaí perdeu um combatente. E Porto Ubá uma de suas mais belas memórias.



Dedico este trabalho a:



E a todas as formas de vida do pretérito e do presente no “Huibai”.

AGRADECIMENTOS

Este texto é resultado de um longo caminhar. E, como nunca caminhei só, preciso agradecer aos que estiveram comigo:

Ao meu companheiro de vida, de lutas e de aventuras, **José Rogério Valeza**, que, além de não permitir que eu desistisse, levou-me até várias fontes escritas e orais e esteve a campo comigo por todo o território do médio curso do rio Ivaí. Caminhar e partilhar a vida com ele faz toda a diferença. Não há palavras para expressar minha gratidão.

Ao professor e doutor **Gilmar Arruda**, por acreditar em mim e pelos anos de orientações, os quais me possibilitaram a inserção na academia. É ele quem tem me ensinado a “sovar a massa do pão”, a “colocar as mochilas nas costas”, sem perder o encanto da poesia e da música ao deleitar-se em prosa na varanda.

Aos meus filhos, **Wellinton Antônio Gaspar** e **Vitória de Cássia Quiezi Dias**, por não somente compreenderem minhas ausências, como também me incentivarem e, por vezes, “pegarem a estrada” comigo, para não me deixar ir sozinha.

Ao meu pai, **Dorival Quiezi**, e à minha mãe, **Miquelina Maesta Quiezi**, pela oportunidade da vida, por cada gota de suor derramado em meio ao sol quente da roça, por cada gota de lágrima que tirei de vocês e por cada abraço e beijo fraternos que recebo todos os domingos antes do almoço.

Aos meus **irmãos**, às minhas **cunhadas**, ao meu **cunhado** e aos(às) **sobrinhos(as)**, por compreenderem minhas ausências e comemorarem cada conquista comigo. Um abraço especial ao meu irmão mais velho, **Pedro Paulo Quiezi**, que, com sua experiência de pescador e com conhecimentos sobre o rio Ivaí, conduziu-me até o Pãri.

À minha amiga **Janeiva Eliane da Silva Bruni**, que, além de ser parceria profissional, nunca permitiu sequer que eu pensasse em reclamar que estava difícil conciliar trabalho, família e mestrado. Sempre confiou em mim e acreditou que eu “daria conta” e, na reta final, vendo meu cansaço, acordou comigo nas madrugadas e desafiava-me diariamente ao me dizer: “Rendeu hoje? Vamos! Termina isso logo, você está muito devagar”.

À minha companheira de profissão e de estrada, sobretudo as estradas para o Mestrado, **Vânia Inácio Costa Gomes**. Quanta correria de Lidianópolis a Maringá: trabalho na escola, horários apertados, fome, chuva pelo caminho, sono, cansaço... Mas, também, muitas risadas, prosas e caronas valorosas. Uma sempre carregando a outra, sem nunca desistirmos. Quanto aprendizado na realização das entrevistas e nesse caminhar. Foram muitas partilhas. Com ela, compartilho o compromisso de analisar, escrever e ensinar a História. Obrigada!

Ao professor **Joaquim Correa Gomes**, que, para a qualificação, deixou de dormir e de descansar e corrigiu meu texto. Ah! Como foi difícil escrever e policiar-me para evitar o uso do verbo no gerúndio.

Aos amigos **Luiz Carlos Soares (Piruleta)** e **Miriam Inocência Soares**, por cuidarem de mim e de minha família. Obrigada por cada “quentinha” e pelos “mimos” que diariamente chegaram à minha casa. Os cuidados deles mantiveram minha saúde para concluir este trabalho.

Aos colegas da turma do Mestrado. O acolhimento e as explicações deles foram fundamentais. Durante a realização das disciplinas, quanta partilha, quantas dicas e valiosas trocas de experiências. Obrigada, **Ana Paula Mariano**! Inesquecíveis dicas sobre os autores para a prova de seleção do Mestrado, dadas na estrada no retorno das aulas, quando eu ainda era aluna não-regular.

Ao mestrando do curso de Pós-Graduação em Geografia da UEM, **Rodrigo Blaudt L. da Silva**, que, pacientemente, transformou meus rascunhos e projetos do *Google Earth* nos mapas deste trabalho.

À **Universidade Estadual de Maringá (UEM)** e a todos os **professores do Programa de Pós-Graduação em História**. Quanta humanidade e humildade! Sem nunca reduzirem as cobranças quanto ao pensar e ao exercício acadêmico científico, compreenderam minhas limitações e sentaram-se ao meu lado. Por vezes, o ato de sentar-se ao lado foi literal e no chão, não é, professora **Vanda Serafim**? Para mim, um inesquecível ato de empatia e de solidariedade. Também há de se lembrar da sensibilidade traduzida nas palavras e na prática da professora **Renata Lopes Biazotto**, nos desafios propostos pela professora **Solange Ramos de Andrade** e nas orientações dadas pelos professores **Lúcio Tadeu Mota** e **José Henrique Rollo Gonçalves**.

Aos **pescadores da Colônia Z-17 de Porto Ubá** e à **Patrulha Ambiental do Rio Ivaí**, especialmente a **Maurício de Oliveira**, **Marildo Oliveira**, **Francisco Rodrigues** e **André Faian Delfino**, os quais, na qualidade de fontes orais, subsidiaram este trabalho.

Aos demais sujeitos da história de “*Huibai*”: **Antônio Augusto Maciel Filho** (agricultor); **Valdomiro Santo** (safrista); **Fernandes Momente** (filho do administrador da Fazenda Mundo Novo); **José Antônio de Oliveira** (agricultor); **Maria de Lurdes Dias Santos** (agricultora); **Francisca Pereira de Oliveira** (neta de balseiro e esposa de pescador); e o posseiro **José Sebastião Pinheiro** (*in memoriam*). A todos e a todas: obrigada pela permissão e pela oportunidade de registrar e de analisar suas memórias na perspectiva da História.

Acredito que a felicidade está na simplicidade da vida. Assim, ao término deste trabalho, senti uma enorme vontade de ouvir e de dançar o “Xote Ecológico”, de Luiz Gonzaga. Convido todos e todas que durante as pesquisas e a trajetória do Mestrado caminharam comigo para apreciar essa dança.

*Não posso respirar, não posso mais nadar
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar
Se plantar não nasce, se nascer não dá
Até pinga da boa é difícil de encontrar.
Cadê a flor que estava aqui?
Poluição comeu.
E o peixe que é do mar?
Poluição comeu.
E o verde onde que está?
Poluição comeu.
Nem o Chico Mendes sobreviveu.*

QUIEZI, Simone Aparecida. **Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)**. 282 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020.

RESUMO

Esta dissertação analisou a longa trajetória da ocupação humana no território do médio curso do rio Ivaí, localizado geograficamente entre os rios Ivaí e Corumbataí, na região central do Paraná, onde atualmente se configuram os Municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lidianópolis, Lunardelli e São João do Ivaí. O foco principal da pesquisa foi investigar como as transformações nos processos de ocupação impactaram diversos grupos sociais da região, como indígenas, posseiros, agricultores e pescadores ribeirinhos do Distrito de Porto Ubá, do Município de Lidianópolis (PR). As fontes documentais utilizadas foram relatos das expedições exploratórias, registros cartoriais, mapas, pesquisa a campo, imagens via satélite (*Google Earth*), processos administrativos e judiciais de demarcação e legitimação de posse dessas terras, jornais e história oral. Quanto à história oral, recolheram-se depoimentos de safristas, agricultores e pescadores residentes nos municípios que se configuraram no território. No campo teórico-metodológico, procurou-se a aproximação com a História Ambiental e com o conceito de Paleoterritório. A pesquisa concentrou estudos no período de 1870 a 1960, compreendido como momento de intensificação e de consolidação da propriedade privada como forma de ocupação da terra e do rio.

Palavras-chave: Rio Ivaí. Pescadores. Paleoterritório. História Ambiental. História Oral.

QUIEZI, Simone Aparecida. **Fishermen, indigenous, squatters and farmers in the middle Ivaí river**: trajectories, conflicts and landscape transformations (1870-1960). 282 f. 2020. Dissertation (Master in History) - State University of Maringá, Maringá, 2020.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the long trajectory of human occupation in the territory of the middle course of the Ivaí River, located geographically between the rivers Ivaí and Corumbataí, in the central region of Paraná, where the municipalities of Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lidianópolis, Lunardelli and São João do Ivaí are currently configured. The main focus of the research was to investigate how the transformations in the occupation processes impacted several social groups in the region, such as indigenous peoples, squatters, farmers and riverside fishermen from the District of Porto Ubá, municipality of Lidianópolis (PR). The documentary sources used were reports of exploratory expeditions, cartorial records, maps, field search, satellite images (Google Earth), administrative and judicial processes of demarcation and legitimation of ownership of these lands, newspapers and oral history. As for oral history, testimonies were collected from safristas, farmers and fishermen living in the municipalities that were configured in the territory. In the theoretical-methodological field, we sought to approach environmental history and the concept of Paleoterritory. The research concentrated studies in the period from 1870 to 1960, understood as a moment of intensification and consolidation of private property as a form of land and river occupation.

Keywords: Medium course of the Ivaí River. Fishermen. Paleoterritory. Environmental History. Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trajetória da ocupação indígena no médio curso do rio Ivaí a partir de 8.000 anos (AP).....	81
Figura 2 – Presença das Reduções Jesuítas no território do médio curso do Ivaí e do Corumbataí	99
Figura 3 – Salto dos Padres: rio da Bulha, afluente do rio Ivaí (Lunardelli-PR)	103
Figura 4 – Balsa no rio Ivaí - Porto Ubá na década de 1950.....	125
Figura 5 – A balsa e a canoa em Porto Ubá na década de 1950.....	126
Figura 6 – Pescador Francisco Rodrigues e esposa Elvira Maria Maciel (2019).....	127
Figura 7 – Balsa do Gregório (década de 1950/60) - Porto Ubá e a presença do Exército....	130
Figura 8 – Pescador Maurício de Oliveira e esposa Francisca Pereira de Oliveira (2019)....	136
Figura 9 – Balsa de Gregório Agostinho do Rosário - Porto Ubá (década de 1960).....	138
Figura 10 – Balsa de Gregório A. do Rosário e bar a bordo - Porto Ubá (década de 1960)..	138
Figura 11 – Porto Ubá às margens do rio Ivaí: localização das balsas em 1950/1960	140
Figura 12 – Notícias sobre a construção da ponte no rio Ivaí - Porto Ubá (1965).....	141
Figura 13 – Safristas no território do médio curso do rio Ivaí (PR)	151
Figura 14 – Valdomiro Santo e esposa Maria de Lurdes Dias (2019).....	151
Figura 15 – Publicidade da Cia. Ubá em Uberlândia (MG).....	156
Figura 16 – Publicidade da Cia. Ubá em Uberaba (MG).....	156
Figura 17 – A Igreja Católica no processo de expansão dos fiéis no “sertão” (1958).....	157
Figura 18 – Contrastes com a paisagem atual no território do médio curso do rio Ivaí (2019)	163
Figura 19 – Carteiras de registro de pescador profissional (Maurício de Oliveira)	187
Figura 20 – Área destinada aos pescadores de Porto Ubá para criação de peixes (2006)	191
Figura 21 – “Corredeira dos Índios” no rio Ivaí – Lidianópolis (PR)	197
Figura 22 – Sede das instituições dos pescadores de Porto Ubá, à margem direita da rodovia	211
Figura 23 – Seminário das Águas e festa de Nossa Senhora dos Navegantes (2004)	214
Figura 24 – Ameaças antrópicas à ictiofauna e à biodiversidade do rio Ivaí.....	224
Figura 25 – Trecho entre a barragem de Itaipu, a montante do rio Paraná, e os tributários Piquiri/Ivaí.....	237
Figura 26 – Pescadores e pescadora da Colônia Z-17 de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)	238
Figura 27 – “Ilha do Milionário” e “Salto da Prainha” (São João do Ivaí-PR).....	239
Figura 28 – Agricultura sistêmica: Ariranha do Ivaí (margem esquerda) e Rio Branco do Ivaí (margem direita)	240
Figura 29 – Arrastão anual de limpeza do rio Ivaí e coleta de embalagens de agrotóxicos descartadas no rio.....	241
Figura 30 – Petrechos de pesca irregulares apreendidos pela Patrulha Ambiental do Rio Ivaí	242

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cobertura florestal nos municípios do médio curso do Ivaí (2014)	73
Tabela 2 – Municípios do território: desmembramentos, população e área territorial	164
Tabela 3 – Movimento populacional nos municípios do médio rio Ivaí (1960 - 2019)	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registros de fauna e flora pelas expedições exploratórias dos séculos XIX e XX ...	71
Quadro 2 – Sítios arqueológicos registrados no médio curso do rio Ivaí até 2002	83
Quadro 3 – Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN até abril 2018	84
Quadro 4 – Expedições dos séculos XVI e XVII pelo território de Guairá e pelo rio Ivaí....	100
Quadro 5 – Expedições exploratórias pelo médio curso do Ivaí: séculos XVIII - XX.....	106
Quadro 6 – Trajetória da regulamentação da atividade pesqueira no Brasil.....	167
Quadro 7 – Relação das Colônias de Pescadores no Paraná	182
Quadro 8 – Relação das corredeiras, dos saltos e das ilhas no médio curso do rio Ivaí.....	202
Quadro 9 – Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ivaí - despacho da ANEEL nº 3.898/2014.....	243
Quadro 10 – Relatório de estudos e projetos de CGH, PCH e UHE no médio rio Ivaí e em seus afluentes.....	244

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território entre os rios Ivaí e Corumbataí	31
Mapa 2 – Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí	33
Mapa 3 – Bacias Hidrográficas do Paraná e a declividade do médio curso da Bacia do Ivaí .	45
Mapa 4 – Declividade do Território entre os rios Ivaí e Corumbataí	46
Mapa 5 – Altimetria do Território entre os rios Ivaí e Corumbataí	46
Mapa 6 – Rotas de expedições exploratórias e o projeto de ligação Paraná-Mato Grosso.....	70
Mapa 7 – Cobertura florestal do Paraná (1890 a 1980)	72
Mapa 8 – Agricultura intensiva e uso misto do solo no médio curso do Ivaí (2018)	74
Mapa 9 – Área de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), em Lunardelli (PR) ...	75
Mapa 10 – Território do médio curso do Ivaí: área estratégica de restauração da biodiversidade e ausência de áreas indígenas.....	76
Mapa 11 – Território do Bendengó do Ubá na década de 1950	112
Mapa 12 – Municípios que configuram atualmente o território entre os rios Ivaí e Corumbataí	113
Mapa 13 – Balsas no território do médio curso do rio Ivaí (1940 -2020).....	142
Mapa 14 – Colônias de Pescadores no Paraná	183
Mapa 15 – Organizações física e política de Lidianópolis (PR), em 2013	184
Mapa 16 – Locais de pesca proibida no rio Ivaí (2018).....	196
Mapa 17 – Corredeiras, ilhas e saltos no médio curso do rio Ivaí.....	207
Mapa 18 – Distrito de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)	210
Mapa 19 – Visão plana e histórica de Porto Ubá (Lidianópolis-PR).....	211
Mapa 20 – Espacialidade das Pequenas Centrais Hidrelétricas no Paraná	226
Mapa 21 – As 12 regiões de atuação da Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas	228
Mapa 22 – Bacias Hidrográficas dos rios Ivaí e Piquiri.....	229
Mapa 23 – Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e os tributários Piquiri/Ivaí	236
Mapa 24 – Municípios a serem impactados por PCH's na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí..	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Antes do Presente
APPU	Associação de Pescadores de Porto Ubá
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDO	Centro de Documentação
CGH	Central Geradora Hidrelétrica
CIA	Companhia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
CODEPE	Caixa Especial de Pesca e Divisão de Caça e Pesca
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
DPA	Departamento de Pesca e Aquicultura
FAFIMAN	Fundação Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Mandaguari (PR)
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GAEMA	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
GESPE	Grupo Executivo do Setor Pesqueiro
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAT	Instituto Água e Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITC	Instituto de Terra e Cartografia
ITCG	Instituto de Terras, Cartografias e Geologia
LAEE	Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NUPELIA	Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura
P-A-R-I	Patrulha Ambiental do Rio Ivaí
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Programa de Desenvolvimento da Educação
PESCART	Plano de Assistência à Pesca Artesanal

PNDP	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca
PROFROTA	Programa Nacional de Financiamento de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional
PROPEIXE	Programa de Abastecimento do Pescado
PUC-PR	Pontífice Universidade Católica do Paraná
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEAP-PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da República
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
STUL	Sociedade Territorial Ubá Ltda
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUREHMA	Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA E SOBRE AS FONTES	22
1 O MÉDIO IVAÍ: DELIMITAÇÕES ESPACIAIS	31
1.1 PALEOTERRITÓRIO	35
1.2 A HISTÓRIA AMBIENTAL E OS RIOS.....	39
1.3 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL	47
1.4 A PAISAGEM DO “VALE SELVAGEM DO IVAÍ”	52
2 O MÉDIO CURSO DO RIO IVAÍ E SEUS PALEOTERRITÓRIOS.....	78
2.1 A PRESENÇA INDÍGENA NO TERRITÓRIO DO MÉDIO CURSO DO RIO IVAÍ	79
2.1.1 Paleoterritórios de caçadores-coletores: as tradições Umbu e Humaitá	86
2.1.2 Paleoterritório de populações ceramistas e agricultoras: Guarani, Xetá e Kaingang	88
2.2 PALEOTERRITÓRIO DE JESUÍTAS ESPANHÓIS E DE EXPEDIÇÕES EXPLORATÓRIAS: SÉC. XVI-XX	96
2.3 UM LUGAR CHAMADO BENDENGÓ DO UBÁ: O TEMPO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA NATUREZA	110
2.3.1 A Sociedade Territorial Ubá Ltda. e as disputas em torno da “propriedade legal” do Bendengó do Ubá	111
2.4 O PORTO UBÁ E OS RIBEIRINHOS: CANOEIROS, POSSEIROS, SAFRISTAS, AGRICULTORES E BALSEIROS	122
2.4.1 As primeiras notícias do povoamento não indígena em Porto Ubá	125
2.4.2 Canoeiros e balseiros.....	131
2.4.3 Posseiros, safristas e agricultores.....	144
2.4.4 Os agricultores nos sítios e nas fazendas e as “comunidades das águas”	154
2.4.4.1 <i>As “comunidades das águas” e/ou comunidades rurais</i>	160
3 DE POSSEIROS E BALSEIROS A PESCADORES	167
3.1 A PESCA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	167
3.1.1 A regulamentação da atividade pesqueira no Paraná	173
3.1.2 As Colônias de Pescadores: breve histórico	178
3.2 MEMÓRIAS DE PESCADORES E SUAS HISTÓRIAS	183
3.2.1 As memórias presentes no rio Ivaí.....	196
3.3 OS PESCADORES E A COMUNIDADE RIBEIRINHA DE PORTO UBÁ	208
3.4 A DISPUTA PELO RIO IVAÍ NO CONTEXTO DA “ERA DA ECOLOGIA”	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS.....	255

INTRODUÇÃO

*“Alguém me avisou
pra pisar nesse chão devagarinho.
Sempre fui obediente,
mas não pude resistir”
(Ivone Lara, 1979)*

Na minha vida acadêmica, ouvi muitas vezes que escrever é “igual massa de pão, quanto mais se sova, mais ela cresce”, quanto mais se escreve, mais se aprofunda e se compreende as leituras, mais se articulam conhecimentos e se sistematizam as contribuições. Para escrever, tenho como prática construir os textos e organizar as informações na mente durante as longas jornadas diárias de trabalho. Sou professora, mas atualmente exerço a função de diretora de um colégio da Rede Estadual de Ensino do Paraná e não foi possível um afastamento ou uma licença para cursar o Mestrado. Então, conciliar todas essas demandas foi um dos desafios para seguir com a pesquisa e para concluir esta dissertação. Persisti, não desisti e o que se segue são os resultados desse trabalho.

A busca pela oportunidade do Mestrado é antiga, remonta aos anos de 1998, mas sempre deixada em outro plano por conta das limitações humanas em virtude do trabalho e da sobrevivência. Com o passar do tempo e com certo amadurecimento, acrescidos uma possível estabilidade profissional e filhos já encaminhados, o encanto pela pesquisa tomou conta das minhas prioridades e cá estou. Muitas vezes, o pensamento foi desistir. As informações, as fontes e o objeto, às vezes, mostravam-se turvos. Começava a estudar uma fonte, logo remetia-me a outra, não conseguia dar sequência em nenhuma, queria ver, acessar e obter tudo, faltava-me tempo. Ah, o tempo! Posso afirmar que esta é a dissertação das madrugadas.

Os interesses e a temática da pesquisa não mudaram, são os mesmos da década de 1990. Pretende-se, então, analisar e propor outras narrativas para a história e a historiografia da região central do Paraná, localizada entre os rios Ivaí e Corumbataí, onde hoje estão os Municípios de Ariranha do Ivaí, Arapuã, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, São João do Ivaí e Godoy Moreira.

Não foi a intenção, aqui, pesquisar ou analisar a história dos municípios apresentados, escrevi sobre o processo de ocupação humana da região, as fronteiras das movimentações humana e cultural, as formas de apropriação e de usos da natureza e as conflitividades inerentes ao encontro e ao convívio entre as populações indígenas (pré-cerâmicas e cerâmicas) e não

indígenas (safristas¹, posseiros, agricultores, balseiros e pescadores), bem como as transformações da paisagem a partir da presença e da ação desses grupos humanos na região.

A presente dissertação centrou-se no período de 1870 a 1960, quando a ocupação humana pautada no capital e na propriedade privada foi intensificada. Durante a trajetória de pesquisa e de análise das fontes, algumas perguntas tornaram-se norteadoras: como e quais eram as relações mútuas entre os grupos humanos e a natureza? Como tais relações se desenvolveram? Quais relações desapareceram ou foram silenciadas? Quais permaneceram? Quais os impactos na natureza a partir das mais diversas interferências e formas de apropriação humana da terra e do rio e quais as relações estabelecidas no processo e na periodicidade estudados? Quais as influências desse pretérito no presente?

Sempre que penso na região de estudo, penso em um processo de ocupação, formado por grupos humanos, os quais se movimentaram nesse território em diversas temporalidades, constituindo-se grandes paleoterritórios a serem pesquisados. Mentalizo o mapa do Paraná, a localização desse território no estado e os possíveis locais de entrada dos grupos humanos que ocuparam e utilizaram os rios Ivaí e Corumbataí como referência de demarcação, de movimentação (acesso e travessia) e como meio de subsistência.

Além disso, visualizo os grupos humanos como dispersores da fauna e da flora, interferindo na natureza, derrubando as matas, abrindo estradas, dividindo e cercando a terra. Eles mataram por ela, fizeram plantações, construíram casas, canoas, balsas e pontes. Pessoas das mais variadas regiões do Brasil e do mundo interagiram, de diversas maneiras, por vezes, na mesma temporalidade. Têm-se ações que provocaram inúmeras transformações na paisagem, cujos impactos são sentidos e evidenciados na atual configuração do território, o qual vivencia um processo inverso, de esvaziamento populacional, mas sem deixar de ocupar e de usar a terra, o rio e a natureza.

O meu interesse por essa temática, conforme mencionado, possui uma longa trajetória. Desde 1998, reúno fontes documentais (escritas e orais) que podem contribuir para a escrita historiográfica sobre esse território. Quase todos esses documentos, atualmente, são recursos que possuo como arquivo pessoal. A muitos deles tive acesso em 1999, 2011, 2012, 2016, 2019

¹ Grupos humanos não indígenas presentes no território do médio curso do Ivaí, cujas origens precisam ainda ser investigadas. Eles se apropriavam de pequenos espaços, geralmente próximos a um olho d'água, estabeleciam-se em ranchos que eles próprios construíam, plantavam pequenas roças de milho, de mandioca e de abóbora. Quando esses produtos estavam em condições de colheita, soltavam os porcos na roça para o término da engorda. Os porcos em condições de abate eram conduzidos a pé, tocados como gado até os centros mais próximos de compra, geralmente localizados em Apucarana e em Ponta Grossa, no Paraná. O grupo humano que se utilizou dessa forma de manejo e de uso do solo ficou conhecido como safrista. Ressalta-se que a ocupação de terras por esse grupo humano não se dava por posses tituladas e demarcadas.

e 2020: anos em que consegui me dedicar um pouco mais aos estudos por conta de algum curso de que participei.

Em 1999, como professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná, contratada em regime CLT, no Colégio Estadual do Campo D. Pedro I, em Lidianópolis, desenvolvi um trabalho a campo com duas turmas de 3º ano do Ensino Médio, cujo propósito era ouvir os “pioneiros”, contar e registrar as memórias deles e, conseqüentemente, a história do município. Nosso projeto era escrever e publicar um livro de memórias de Lidianópolis. A saber, lecionava no período noturno. Paralelamente, trabalhava como servidora pública efetiva na Câmara de Vereadores de Lidianópolis.

Com os alunos e mais uma equipe de professores do colégio, organizamos e realizamos uma excursão para Curitiba com o objetivo de fazer a pesquisa. Fomos à residência da senhora Lydia Lapucci, cuja filha Maria Augusta trabalhava na Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR). Como chegamos à senhora Lydia? Em Lidianópolis, morava uma senhora chamada Iolanda Amaral, a qual, em uma entrevista para os alunos, contou ter sido funcionária de dona Lydia e que o nome de Lidianópolis teria sido dado em homenagem a ela.

Por meio da senhora Iolanda, localizamos dona Lydia Lapucci em Curitiba e marcamos a entrevista. Fomos muito bem recebidos na residência de dona Lydia. A filha Maria Augusta também nos acompanhou. Dona Lydia, gentilmente, concedeu-nos uma entrevista e cópias de diversas fotos da década de 1950, quando residia em Ivaiporã com seu esposo Hans Lapucci, à época agrimensor responsável pela medição de terras da Sociedade Territorial Ubá Ltda.

Após a entrevista, seguimos com nossa excursão para o Arquivo Público e Biblioteca Estadual do Paraná. Na biblioteca, nas consultas aos arquivos, encontrei o Ofício nº 176, de 09 de outubro de 1940², “encaminhando laudo”. Consegui, com muita insistência, tirar uma cópia desse documento, pois estava arquivado em um grande livro com capa dura, junto a uma série de outros documentos do governo estadual. Lembro-me de que a servidora disse não ser autorizada a cópia, para não danificar o livro e a encadernação.

Foi de posse da cópia desse ofício e a partir dos relatos de dona Lydia Lapucci que percebi que, para além da história dos pioneiros de Lidianópolis, havia algo a mais no processo de ocupação das terras da região no que se referia à atuação da Sociedade Territorial Ubá Ltda. Assim, enquanto meus alunos faziam visitas aos pioneiros, entrevistando-os, passei a procurar

² Documento de tramitação interna entre setores do Governo do Estado do Paraná, de autoria do “engenheiro diretor, Antônio Batista Ribas”, enviado para o senhor Angelo Lopes, secretário de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Paraná e candidato derrotado à sucessão de Moisés Lupion ao Governo do Estado em 1950.

informações sobre essa companhia de terras. Essa ação me custou certo desconforto com alguns familiares de ex-funcionários da companhia, por conta da inexperiência no trato e na leitura das fontes.

Naquela época, vinte anos atrás, não possuía recursos de comunicação e de tecnologia que agilizassem o acesso às fontes, tampouco recursos financeiros. Consegui, via telefone, encontrar em cartórios de Cambará e de Guarapuava, respectivamente, os registros de constituição da Sociedade Territorial Ubá Ltda e os registros de transações de compra e de venda das terras que viriam a constituir a “Fazenda Ubá”, a “Fazenda de Ubá”, o “Grilo Ubá”, a “Gleba Ubá” e/ou o “Bendengó do Ubá”. Tais termos, a saber, foram utilizados no decorrer do processo de ocupação e nas demandas geradas por conta da legitimação de posse dessas terras.

Encontrei, também, na Casa da Memória, em Ponta Grossa, o jornal “Diário dos Campos”, o qual trazia, em publicações de 1913, denúncias feitas por Edmundo Alberto Mercer, conhecido como “Toca Mercer”, sobre o processo que ele chamava de grilagem de terras no Paraná e, especificamente, sobre a região em estudo. Foi por meio de reportagens de autoria de “Toca Mercer” que tomei conhecimento do termo “Bendengozistas”. Depois, em 2013, consegui comprar, em um sebo de João Pessoa (PB), um livro³ que retratava as viagens dele pelo rio Ivaí, do “Toca Mercer”, que foi agrimensor, político e topógrafo, com morada em Tibagi. Nas primeiras décadas do século XX, ele atuou em diversas expedições exploratórias ao rio Ivaí a serviço do governo e de empresas envolvidas na abertura de estradas no Paraná, entre elas a estrada boiadeira.

Desenvolvi uma rotina de contatar órgãos e pessoas, fazia a solicitação dos documentos que me interessavam, depositava os valores para reprodução de cópias e autenticação de documentos (alguns eram originais), bem como para as postagens de envio pelo correio. Dessa forma, organizei um arquivo pessoal com várias fontes. Sempre desejei “desvendar” a história, às vezes, até pretensiosamente, quis me portar como “Sherlock Holmes”, de Carlo Ginzburg (1989). Entretanto, demorei para me debruçar sobre tais fontes – como no Mestrado – e, diversas vezes, questioneei-me a relevância desta pesquisa.

Seguindo o curso dessa história, naquele mesmo ano (1999), eu, militante de esquerda, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores (PT), recém-criado no município, partido que era compreendido localmente como “comunista” e de oposição ao governo e às lideranças políticas

³ MERCER, Luiz Leopoldo. *Edmundo Alberto Mercer - Toca Mercer, um livro só para nós*. Curitiba: Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1978.

locais. Logo, minhas ações político-partidárias incomodaram o poder local e meu contrato CLT com o Estado “venceu”. Alegaram acúmulo de cargo e que eu deveria fazer opção entre ser professora CLT ou servidora pública municipal. Hoje, por conhecer melhor a legislação trabalhista, compreendo que realmente estava em acúmulo de cargo, entretanto sei também que regularizar minha situação trabalhista naquele momento não foi um ato de moralidade ao serviço público, lembro-me muito bem das propostas que me fizeram para evitar a quebra contratual. Como não tinha nenhuma segurança profissional como CLT, renunciei às aulas e continuei trabalhando como servidora pública efetiva do Legislativo Municipal, para garantir uma sobrevivência e, dessa maneira, continuar também a militância.

Diante disso, o projeto de pesquisa com os alunos foi interrompido, pois deixei as aulas em novembro de 1999. Na ocasião, várias fontes permaneceram comigo (fotos, entrevistas gravadas e transcritas, revistas locais, mapas, certidões de escrituras públicas, textos, reportagens de jornais etc.). Algumas, com o passar do tempo, perderam-se; outras não pude usar aqui por questões de direitos autorais, principalmente fotos e depoimentos cujos autores e protagonistas já faleceram.

Também em 1999 cursava uma Pós-graduação em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (PR). Como trabalho de conclusão de curso, em reconhecimento ao projeto parcialmente desenvolvido com meus alunos, apresentei uma monografia intitulada “Lidianópolis. A história não contada sobre sua colonização (1940-1970)”, que continha algumas hipóteses sobre o processo de ocupação do local que, em 2013, fruto de outro trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia (UEPG) – intitulado “A (re)organização do território entre os rios Ivaí e Corumbataí após a ocupação da Sociedade Territorial Ubá Ltda no Estado do Paraná - 1911 a 1990” –, passei a chamar de “Território do Ubá”.

A trajetória desta pesquisa é longa, complexa e marcada por picos e interrupções. Em 2005, após prestar concurso público e passar, retornei para a Secretaria de Estado da Educação, então como professora efetiva. O interesse pela temática continuou e encontrei novas fontes entre 2011 e 2013.

Nesse período, retornei a Curitiba e fui ao Instituto de Terras, Cartografias e Geologia do Paraná (ITCG). Lá, encontrei um relatório contendo um resumo do processo judicial que envolveu a demanda para a legitimação da posse dessas terras em questão entre Estado, Sociedade Territorial Ubá Ltda, grupo Kaingang e posseiros. Esse documento me moveu à busca por esse processo judicial. Sempre com muitas dificuldades de acesso às informações, à época, consegui apenas algumas partes e pistas.

Em 2016, participei do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), no qual dei continuidade à pesquisa sobre a região e desenvolvi material didático pedagógico que foi implementado em sala de aula em 2017, com o título “A luta pela terra no Bendengó do Ubá: marcas e memórias do movimento de (re)ocupação do território no século XX”. A partir daí, apropriei-me do termo “Bendengó” e passei a me referir à região de estudos como “Território do Bendengó do Ubá”.

Foi nesse ano, 2016, que conheci meu orientador, tanto do PDE como do Mestrado, Gilmar Arruda (UEL/UEM), o qual já havia sido meu professor em uma das disciplinas da Pós-graduação em 1999 (FAFIMAN). Ele é quem tem me dado os suportes teórico e metodológico, além de me apresentar a História Ambiental como mais uma possibilidade para a pesquisa, a qual faz parte da fundamentação desta dissertação.

De 2016 em diante, tive contato com algumas pesquisas sobre história do Paraná e da região, desenvolvidas por pesquisadores das universidades estaduais do Paraná, também tive acesso a arquivos de jornais e a documentos digitalizados e disponíveis no site da Biblioteca Nacional e em outros arquivos. Ademais, visitei as prefeituras dos atuais municípios configurados no território em busca de mapas e de outras fontes.

Retomei as entrevistas com alguns personagens locais e regionais. E, com o avanço tecnológico, foi possível ampliar a pesquisa via internet e encontrar documentos de governos do Paraná digitalizados e disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná.

Em 2018, outros pesquisadores⁴ se interessaram pela história dessa região, talvez fruto da instalação do campus da UEM em Ivaiporã, com a oferta do curso de História. A busca pelo processo judicial mencionado foi aprofundada a partir das pistas e partes que eu já tinha encontrado. Por alguns momentos, a troca de informações nas buscas aos arquivos foi essencial para encontrar os “baús” dessas memórias “subterrâneas”, que, literalmente, estavam entulhados em depósitos e arquivos, cumprindo-se o “pacto de silêncio perpétuo” feito no ato da legitimação da posse privada das terras.

O relato acima demonstra a minha presença no território, as minhas atuações humana e profissional na espacialidade dos estudos. Uma vida que cotidianamente se move pelas relações que possuo com a comunidade em que resido, às margens do médio curso do rio Ivaí.

⁴ O pesquisador e Mestre Cezar Felipe Cardozo Farias (2020) desenvolveu dissertação “A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929)”, propondo-se a verificar essa questão. Ele analisou documentação levantada e organizada por ele, a qual está à disposição no Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações (PIESP) do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) e na Central de Documentação (CDO) da Universidade Estadual de Maringá, que tem as agências de fomento da CAPES e FINEP.

Exemplificando isso, entre outras atividades, em 2004, participei do primeiro arrastão de limpeza do rio Ivaí, promovido pelos pescadores do Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis. Percorremos 60 quilômetros a jusante, da ponte em Porto Ubá à localidade conhecida como “prainha” em São João do Ivaí, coletando todo o lixo acumulado nas margens do rio e em seu leito.

Toda essa trajetória me faz lembrar o que afirma Silva (1998, p. 384) sobre os “anônimos cavouqueiros”, que são pessoas envolvidas com a localidade, pertencentes a ela e que pesquisam e escrevem sem serem “profissionais”. Durante alguns anos, foi esse tipo de pesquisa local que fiz. O que me proponho, agora, é ir além, romper com o romantismo e o viés justiceiro de quem queria desvelar a história local das versões até então narradas e trilhar os caminhos da academia, com respeito aos métodos de pesquisa, às possibilidades de análise das fontes e à necessidade da fundamentação teórica para a construção de uma dissertação historiográfica.

Nesse sentido, foi preciso organizar as fontes e os principais textos norteadores desta pesquisa, sobre os quais farei uma breve apresentação a seguir. Confesso que foi uma tarefa bem difícil, que envolveu o desapego e meu reinventar como pesquisadora. Foi um doloroso, mas necessário processo de transição para a pesquisa científica e acadêmica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA E SOBRE AS FONTES

Tendo como recorte espacial a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, especificamente seu médio curso e as terras localizadas entre os rios Ivaí e Corumbataí (Mapa 1), com o propósito de analisar as trajetórias, os conflitos e as transformações da paisagem ocasionadas nesse espaço, fruto das diferentes formas de ocupação empregadas por distintos grupos humanos, considera-se que este trabalho se insere no campo da História Ambiental e pode ser fundamentado apropriando-se do conceito de Paleoterritório.

A História Ambiental considera o território como fonte, documento, e um dos desafios foi o exercício proposto por Worster (1991, p. 199): “[...] deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre”. Todo o território do médio curso do rio Ivaí (Mapa 1), limitando-se geograficamente pelo Município de Ariranha do Ivaí a jusante até a foz do rio Corumbataí no Ivaí (São João do Ivaí), foi percorrido com o intuito de compreendê-lo como agente da história. Esse exercício possibilitou a identificação das “lamas dos caminhos” e dos desafios de analisá-las e de reinterpretá-las à luz de grandes paleoterritórios, conceito que será tratado adiante.

Worster (1991, p. 201) aborda as “energias autônomas”, fenômenos presentes nas florestas ou no ciclo hidrológico que nos levam a uma esfera de análise não-humana, o que, para ele, é o principal tema de estudo da História Ambiental. Viajar pelo território possibilitou verificar essas energias autônomas, identificar as marcas, os impactos, as sobrevivências, os resquícios, os paleoterritórios (as marcas, o velho que tem o novo sobreposto no território). Possibilitou, ainda, pensar nos papéis desempenhados pelo rio Ivaí e nos usos antrópicos ao longo dos processos de ocupação.

Ademais, Worster (1991, p. 202) apresenta três grupos de perguntas ou níveis de análise a serem seguidos pelo pesquisador da História Ambiental: compreender 1) a natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; 2) o domínio socioeconômico na medida em que se interage com o ambiente; 3) o tipo de interação intangível e exclusivamente humana, puramente mental ou intelectual, na qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.

A pesquisa sobre o território do médio curso do rio Ivaí foi pensada com o apoio metodológico desses três níveis de análise. O percurso foi visitar o território e compreender sua formação natural, a constituição de sua fauna e sua flora. Deram-se também como referência os estudos arqueológicos disponíveis e os paleoterritórios evidenciados. O domínio socioeconômico foi analisado a partir dos personagens que ocuparam o território, suas formas de apropriação e suas relações entre si e com o meio natural. Essa somatória possibilitou pensar essas ocupações por meio das interações humanas, a partir dos valores e dos interesses das populações indígenas, das expedições exploratórias, dos posseiros, dos agricultores, dos balseiros e dos pescadores.

José Augusto Drummond (1991), por sua vez, subsidia esta pesquisa ao apresentar cinco características metodológicas e analíticas da História Ambiental, que dialogam com as três questões propostas por Worster (1991), sendo elas:

1) Quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural

O território geográfico está localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí (Mapa 1), o qual denomina-se território do médio curso do rio Ivaí. Esse território, de acordo com o Mapa Fitogeográfico (PARANÁ/ITCG, 2009), é totalmente composto por florestas estacionais

semidecíduais⁵, com cobertura constituída por florestas de montana⁶ e submontana⁷. Trata-se de um território que revela um recorte cultural e político de ocupações com ligações e processos sociais e naturais geograficamente circunscritos.

2) Diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas

Para as análises e as interpretações propostas neste estudo, foram necessárias informações da Geografia, da Arqueologia, da Etnografia, da hidrologia, da ictiofauna e de diversas áreas, a partir de pesquisas ambientalmente já realizadas sobre o território de estudo. Foi preciso transitar por outras pesquisas que não são da história, ler diversos outros materiais para compreender quais plantas são específicas da região, quais animais e aves são característicos, a composição da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, seus afluentes, quais espécies se fazem presentes na fauna aquática.

3) Explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas

Essa característica está presente e embasa a abordagem sobre as ocupações indígena e não indígena, com suas diferentes concepções de território e de usos, de interações, de fronteiras, de valores e de interesses pelos recursos naturais presentes no local.

4) A grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente

Foi e é possível encontrar vários documentos de governo e cartoriais, além de fotos, objetos, mapas, jornais impressos, narrativas orais, relatos das expedições exploratórias, entre outros materiais que possibilitam análise tangível sobre conceitos, usos, disponibilidades e

⁵ De acordo com Paraná (2010b), sua nomenclatura refere-se à marcante característica apresentada por essa vegetação, a qual, em função de dois diferentes períodos de influência climática (chuvas e secas), perde parcialmente suas folhas. Assim, as árvores podem regular seu balanço híbrido, perdendo suas folhas em período de menos incidência das chuvas e temperaturas elevadas ou vestindo-se de verde nos períodos mais chuvosos do ano. Isso ocorre porque o conjunto florestal pode perder entre 20 e 50% das folhas, conforme as estações. Podemos interpretar que “estacional” refere-se à estação do ano; “semi” significa em parte; e “decidual” tem origem em “decídua”, proveniente do latim *decidere*, que significa parcial. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V5_Floresta_Estacional_Semidecidual.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

⁶ Ocorre em áreas montanhosas com elevações médias acima de 400 metros de altitude (PARANÁ, 2010b). Comparando o Mapa Fitogeográfico (PARANÁ/ITCG, 2009) e a configuração atual do médio curso do rio Ivaí, a floresta montana compõe a flora dos Municípios de Lunardelli, Godoy Moreira, Lidianópolis, Jardim Alegre, Arapuã, Ariranha do Ivaí e Ivaiporã.

⁷ Desenvolve-se em solos secos, nas regiões abaixo das montanhas (PARANÁ, 2010b). Fazendo a mesma comparação da citação anterior, verifica-se a presença da floresta submontana no Município de São João do Ivaí e uma pequena margem, próximo ao rio Ivaí, no Município de Lunardelli.

interesses pelos recursos naturais e sobre relações humanas e não humanas.

5) O trabalho de campo

Ao considerar o território como um documento, conhecê-lo, consultar arquivos nas prefeituras e nos cartórios, levantar mapas, coletar fotos e entrevistas com moradores antigos foram tarefas imprescindíveis. No território, também é possível identificar e evidenciar os paleoterritórios e verificar os diversos sinais das atividades humanas que se constituíram, interferiram, alteraram, modificaram e transformaram o território que, milenarmente, vem sendo ocupado por diversos sujeitos, os quais, ao se movimentarem e estabelecerem suas formas de apropriação e de uso, foram interagindo com o meio natural e modificando-o. Inversamente, o meio natural vem respondendo a essas alterações.

Os níveis de análise propostos por Worster (1991) e as características metodológicas indicadas por Drummond (1991) foram essenciais para fundamentar as interpretações sobre as ocupações no território do médio curso do Ivaí e as transformações da paisagem geradas por esses processos. O desafio foi colocar em prática o conceito de História Ambiental de Worster (1991) e argumentar sobre o papel da natureza mediante a moldagem de métodos produtivos e de técnicas empregadas pelos indígenas, pelas expedições exploratórias, pelos posseiros, pelos agricultores, pelos balseiros e pelos pescadores no processo de ocupação do território e, inversamente, quais impactos esses métodos e técnicas tiveram na natureza, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX (1870-1960).

A delimitação da periodização acima relaciona-se à possibilidade de interpretar e de analisar um período de transição, as transformações em relação aos modos de ocupação da terra praticados pelas populações indígenas (Guarani, Xetá e Kaingang) e pelas populações não indígenas (safristas, posseiros, agricultores, balseiros e pescadores). Cumpre-se a função de estabelecer um marco transitório, em que foi possível verificar que as formas, as técnicas e os modos não indígenas de apropriação e de usos da natureza produziram intensas e bruscas transformações na paisagem. A pesquisa antecede algumas periodicidades e avança em outras, a fim de analisar e demonstrar as relações indígenas (antes) e as não indígenas (depois) com a natureza.

Essa transição também redefine o conceito de uso e de posse da terra: de sociocultural extrativista expansivo e comum para propriedade privada de uso extrativista e intensivo, destacando-se o papel das expedições exploratórias e da Sociedade Territorial Ubá Ltda nesse processo. O recorte se estabeleceu como proposta de analisar essa transição, suas marcas, mudanças, transformações e permanências, levando-se em consideração as relações antrópicas com a natureza e com o rio e, inversamente, com os humanos, diante dos impactos e dos

conflitos inerentes a essas relações.

Pádua (2010) permitiu o exercício do pensar a partir das três dimensões que ele propõe: aberto, dinâmico e interativo. Contudo, é um exercício complexo, pois ele propõe “[...] o abandono da visão catastrófica e do ‘homem devastador’ que a voz das ruas costuma exigir” (PÁDUA, 2010, p. 97). Como construir uma leitura aberta e interativa entre as sociedades humanas, em que se reconheça a historicidade dos sistemas naturais, quando se analisa a ação humana indígena e a não indígena no território do médio curso do rio Ivaí? Como não pensar nesse “homem devastador” ao verificar que, em menos de 40 anos, os não indígenas consumiram quase todas as matas (fauna e flora) do território, antes – por mais de oito mil anos – utilizadas pelos indígenas e pelos povos coletores e caçadores sem grandes degradações?

Na sequência, Pádua (2010, p. 98) apresenta um novo desafio ao afirmar que “[...] as relações destrutivas e/ou construtivas devem aparecer no próprio andamento da análise, sem leituras preconcebidas ou estereotipadas”. Dessa forma, os resultados apresentados são consequências do percurso, das fontes, da pesquisa a campo, da sistematização e da análise.

No século XX, todos os personagens (indígenas, componentes das expedições exploradores, posseiros, agricultores, balseiros e pescadores), por algum momento, coabitaram o território do médio curso do rio Ivaí e estabeleceram relações em torno de seus interesses, concepções de usos, valores socioculturais quanto à natureza e seus recursos e quanto aos métodos e às técnicas de ocupação. Worster (1991, p. 211) coloca, nesse âmbito, que as relações são socialmente construídas, refletindo a organização do grupo em questão, suas técnicas, seus métodos e sua hierarquia de poder. Entretanto, tem-se, no século citado, um período de transição e de sobreposição de uma ocupação sobre a outra: a ocupação não indígena sobrepõe-se às demais, sem, contudo, eliminá-las.

Conforme nominados no parágrafo anterior, no contexto e no período de análise da pesquisa, tem-se evidenciada a coabitação de grupos distintos, com organizações sociais internas próprias, com ideologias, valores e culturas que se diferem e, por vezes, contradizem-se. Teriam essas diferenças produzido conflitos, disputas e negociações que sobrepujaram os interesses de um grupo sobre os do outro, gerando silenciamentos, exclusões e domínios? Como pensar tais diferenças, que têm como fonte o próprio território? Como pensar o território e suas marcas, transformações e permanências a partir da atuação de diferentes organizações sociais e culturais ao mesmo tempo e no mesmo espaço?

Nesse ponto, Worster (1991, p. 211) chama a atenção para os cuidados que o historiador precisa ter durante sua pesquisa:

Eles podem viver juntos ou muito próximos uns dos outros, mas, ainda assim, encaram e avaliam a natureza de forma diferente. O historiador deve estar alerta para essas diferenças e deve resistir a generalizações “fáceis” sobre a “mentalidade” de um povo ou de um lugar.

Trata-se de uma tarefa muito complexa, sobretudo quando se pensa a partir do local e inserido nele. Sobre o embasamento teórico, cabe salientar que Donald Worster (1991), José Augusto Drummond (1991) e José Augusto de Pádua (2010) foram as referências historiográficas, conceituais e metodológicas deste trabalho. Entretanto, é essencial verificar as contribuições sobre História Ambiental a partir de pesquisas próximas geograficamente do território em estudo ou que, na sua concepção, tenham a região como objeto de estudo. Nesse sentido, Gilmar Arruda (2008) contribui para pensar a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

O autor faz uma discussão sobre o natural e o artificial quanto ao uso dos rios, pois instiga a pensar o rio, nesse caso o Ivaí, como porta de entrada para o território. Quando Arruda (2008) alerta que o rio continua correndo, independentemente do uso que se faz dele, inquieta para refletir o quanto impactaram-se a água e o leito do rio com a interferência humana no solo e na vegetação das terras que o margeiam. Arruda (2013a; 2013b; 2016a) também foi essencial para pensar as disputas atuais pelo rio Ivaí a partir dos pressupostos da “Era Ecológica” (ou “Era da Ecologia”).

A pesquisa a campo e o *Google Earth* foram recursos extremamente utilizados para a análise e a sistematização dos dados e dos resultados. A partir disso, foi possível ilustrar de forma didática, com a elaboração de mapas, imagens, tabelas e quadros, o que possibilita clareza e uma leitura – espera-se – agradável e enriquecedora do texto.

O presente texto está dividido em três capítulos. No primeiro, *O Médio Ivaí - delimitações espaciais*, tratou-se das contextualizações geográfica, hidrográfica, cronológica e dos grupos estudados na pesquisa. Nele, analisaram-se as origens e os significados de paleoterritório, foram delineadas a História Ambiental, a descrição dos rios, as contribuições das narrativas orais⁸, com a realização de entrevistas com pescadores, safrista e agricultores. Foram analisadas também as interpretações da paisagem a partir das descrições presentes nos relatos de três expedições exploratórias dos séculos XIX e XX e verificadas as conexões com as descrições da paisagem no século XXI. Enfim, têm-se os elementos conceituais que auxiliaram teórica e metodologicamente no decorrer da pesquisa.

⁸ Foram realizadas nove entrevistas: Antônio Augusto Maciel Filho (agricultor); Valdomiro Santo (safrista); Maurício de Oliveira (pescador); Francisco Rodrigues (filho de posseiros e pescador); Fernandes Momente (aposentado e filho do administrador da Fazenda Mundo Novo); José Antônio de Oliveira (agricultor); Maria de Lurdes Dias Santos (agricultora); Francisca Pereira de Oliveira (aposentada e esposa de pescador); Marildo Oliveira (Patrulheiro Ambiental do Rio Ivaí).

Por demonstrar que o processo de ocupação é constituído por diferentes grupos que adentram o território por distintos e específicos locais, cujas evidências levam a acreditar que estejam ligados ao próprio movimento de ocupação do interior do Brasil e, consequentemente, do Paraná, foi necessário abordar a trajetória do processo de ocupação humana, especificamente à luz de quatro grandes paleoterritórios. Eles compõem o segundo capítulo com o título *O médio curso do rio Ivaí e seus paleoterritórios*.

Para tanto, contou-se com auxílio de outras pesquisas regionais, arqueológicas e etnográficas, assim como de todo o arcabouço de fontes disponíveis, para percorrer o seguinte caminho e apresentar os distintos paleoterritórios: dos povos caçadores-coletores pré-ceramistas (tradições Umbu e Humaitá); das populações ceramistas, caçadoras e agricultoras (Guarani, Xetá e Kaingang); da presença dos jesuítas espanhóis e das expedições exploratórias entre os séculos XVI a XX; e, por último, da propriedade privada, com subtítulo denominado *Um lugar chamado Bendegó do Ubá: o tempo da propriedade privada da natureza*.

O quarto paleoterritório evidenciado insere-se na periodicidade desta pesquisa e tem a magnitude para se compreender a transição entre as ocupações indígenas e as não indígenas, assim como a transição de concepção de território e de usos do meio natural: antes compreendido como extrativista expansivo e comum, para o agora compreendido como propriedade privada, extrativista e de uso intensivo particular e individual.

Nesse subcapítulo, foram analisados os processos de disputa pelo território, a ação da Sociedade Territorial Ubá Ltda., a Lei de Terras de 1850 e o imbróglio processual administrativo e jurídico para a legitimação da posse privada do território pela companhia. É nessa mesma temporalidade que Porto Ubá se constituiu como povoado ocupado por não indígenas e fruto do processo privado de apropriação da natureza. Tem-se um povoado ribeirinho que absorveu diversos sujeitos: os canoeiros, os posseiros, os safristas, os balseiros e os agricultores: personagens apresentados e analisados também no segundo capítulo.

O terceiro e último capítulo – *De posseiros e balseiros a pescadores* –, ênfase da pesquisa, analisou especificamente o rio Ivaí, os pescadores e a comunidade ribeirinha, procurando compreendê-los e demonstrar uma face do paleoterritório atual, pautado na propriedade privada e no uso capitalista intensivo dos recursos hídricos e do meio natural. Aprofundou-se sobre as balsas e a vida dos balseiros, o Porto Ubá e sua relação com o Município de Lidianópolis (Mapas 15 e 18), e o Porto Ubá como uma das portas de entrada e de controle de entrada ao território do médio curso do Ivaí.

Na continuidade, verificou-se a transição desses sujeitos balseiros e posseiros para pescadores. A fim de analisar essa atividade profissional no rio Ivaí, foi necessário ampliar a

pesquisa para o processo de regulamentação da pesca no Brasil, no Paraná e na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Tal processo envolveu a constituição das Colônias de Pescadores e suas jurisprudências. Em seguida, focou-se na vida dos pescadores e em sua relação com o rio Ivaí, numa análise de como os pescadores ribeirinhos de Porto Ubá se organizaram da informalidade para a legalização da profissão e como vivenciaram essas transformações da paisagem natural e no rio Ivaí.

Para isso, organizou-se uma trajetória que contou com as memórias dos pescadores; com a presença deles no rio Ivaí, no trecho de atuação deles, por meio das histórias que nomearam as corredeiras, as ilhas e os saltos da ponte localizada no Município de Cândido de Abreu a jusante até a foz do rio Corumbataí no Ivaí (Mapa 17 e Quadro 8). Analisaram-se a relação e a representatividade dos pescadores para a comunidade ribeirinha de Porto Ubá. Por fim, verificaram-se o processo de disputa do rio, pautado nos diversos usos que se faz dele por diversos sujeitos e, conseqüentemente, as ameaças que esses usos oferecem para a ictiofauna e a biodiversidade da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí à luz das proposições da “Era da Ecologia”.

A saber, essas ameaças foram analisadas a partir do organograma (Figura 24) das múltiplas atividades antrópicas, do manejo e da mitigação, das legislações e dos atores envolvidos. Processo que continua acompanhando os rumos políticos e econômicos do Brasil, que mantém conexões e determina as influências, as demandas e as ações. Tem-se, então, um cenário que comporta inúmeros atores e interesses, sobretudo o da exploração extrativista e intensiva dos recursos hídricos e naturais, mas que despertou, também, personagens que se colocaram no âmbito da preservação e da conscientização, com a defesa da sustentabilidade dos meios produtivos.

No rio Ivaí, esses personagens se constituíram em movimentos e organizações que absorvem todos os atores produtivos para o debate. Esta pesquisa analisou a atuação de alguns deles: a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, composta por pescadores e defensores da atividade pesqueira profissional artesanal; o movimento Pró Ivaí/Piquiri, que se mobiliza contra os projetos de construção de barragens para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs) nos rios Ivaí e Piquiri; a Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas, coordenada pelo Ministério Público e que atua na preservação e em usos sustentáveis dos recursos hídricos e naturais; os Comitês de Bacia, compostos pelas representações da sociedade civil organizada e pelo poder público, para discussões e deliberações quanto aos usos e à sustentabilidade dos recursos hídricos e naturais do território das bacias; e o Grupo Gestor de Pesca, fruto do processo de regulamentação da pesca do rio Ivaí, específico para deliberar sobre essa atividade.

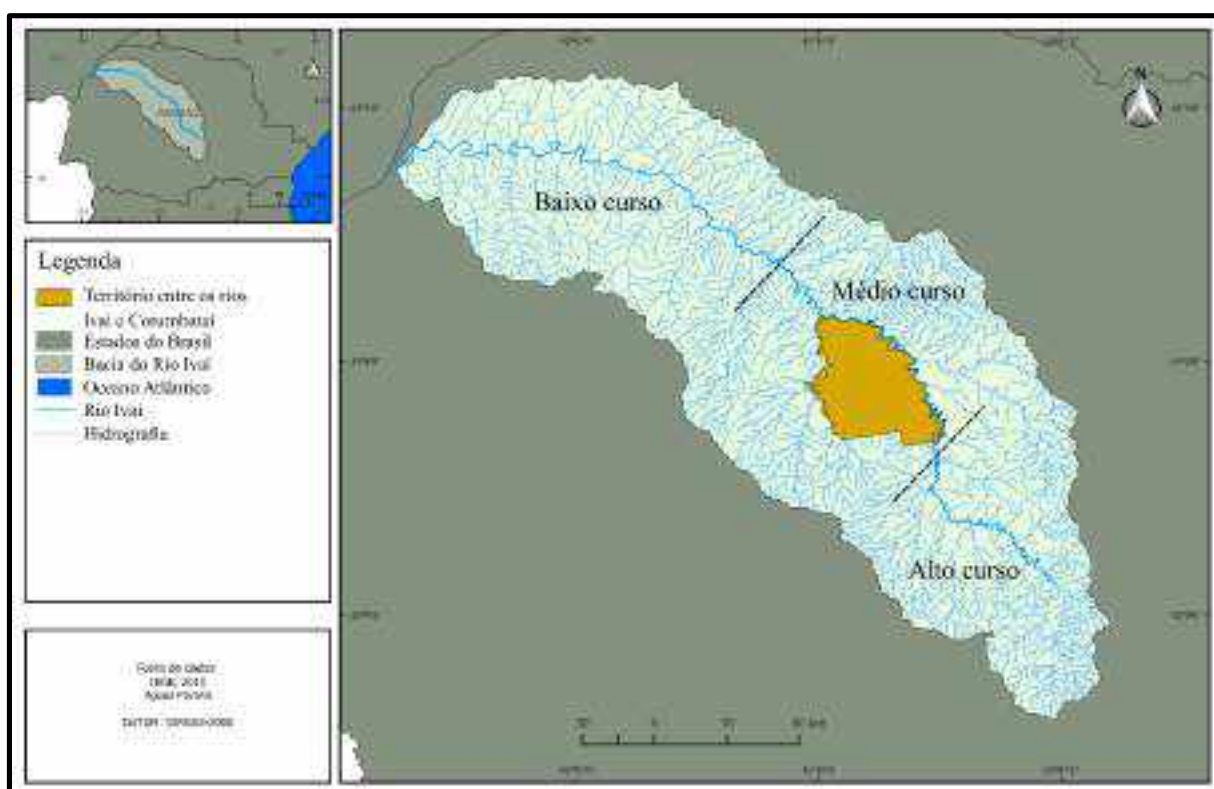
Estabeleceram-se, ainda, um diálogo e uma verificação das atividades antrópicas e seus impactos para a biodiversidade e para a ictiofauna, entre elas: as pescas amadora e profissional; a piscicultura e a aquicultura; a eutrofização; os empreendimentos imobiliários e particulares às margens do rio Ivaí; a agricultura intensiva, combinada com o desmatamento, o uso e o descarte irregulares de embalagens dos agrotóxicos; e os projetos de barragens e de construção de PCHs e UHEs no rio Ivaí e em seus afluentes.

No mais, foi necessário dialogar sobre os processos de ocupação, aqui compreendidos em quatro grandes paleoterritórios, cujas marcas e transformações evidenciaram-se ao se percorrer a periodicidade da pesquisa e das análises. Marcas, transformações e impactos que são encontrados atualmente e ameaçam toda a biodiversidade e o ecossistema da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, muitos deles invisibilizados, silenciados e que produzem consequências nas atuais geografia, economia, cultura e organização político-social do território do médio curso do Ivaí. São condições e narrativas que a própria ação do tempo vai apagando, que materialmente vão sendo sobrepostas, tornando-se cada vez mais difícil encontrar as fontes para uma escrita que consiga fundamentar-se na multiplicidade de vozes e de fatos desse pretérito. Urgem a preservação e a salvaguarda das fontes.

1 O MÉDIO IVAÍ: DELIMITAÇÕES ESPACIAIS

O território aqui demarcado é uma extensão territorial localizada entre os rios Ivaí e Corumbataí (Mapas 1 e 2), no estado do Paraná, no Brasil, possuindo, atualmente, área de 2.136,8 km², equivalente a 213.680 hectares ou a 88.300 alqueires paulistas⁹. Essa região, por sua localização geográfica e diferentemente das divisões político-administrativas do Estado¹⁰, pode também ser pensada como “central” no Paraná.

Mapa 1 – Território entre os rios Ivaí e Corumbataí



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Esse território está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, na subdivisão institucional do Paraná, denominada “Norte Central” (base cartográfica do IPARDES, 2010¹¹). Na discussão proposta por Tomazi (1997, p. 126), essa região está inserida na subdivisão do chamado “Norte Novo”. De acordo com ele, amparado em Cancián (1981), “[...] esta divisão

⁹ Esses cálculos foram feitos a partir da soma das extensões territoriais de cada um dos municípios, retiradas do site: <https://www.cidade-brasil.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2019. As conversões em hectares e em alqueires foram feitas a partir de programas on-line de conversão.

¹⁰ Consultar o site: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25. Nele, é possível averiguar as divisões e as subdivisões do Paraná na “base física e política”.

¹¹ Segundo esse documento, “[...] os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE”.

pressupõe uma ideia de que a (re)ocupação foi linear em etapas bem definidas, quando, na realidade, várias foram as formas e as origens deste processo” (TOMAZI, 1997, p. 126).

Segundo o Instituto das Águas do Paraná¹², a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí¹³ é a segunda maior do estado, com área total de drenagem de 36.899 km², área que diverge da estabelecida na Revista Bacias Hidrográficas (PARANÁ, 2013, p. 104), em que se afirma ser de “36.540,0 km²”. Em percentual, essa área representa cerca de 19% do estado, dividida em duas Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos: Alto Ivaí e Baixo Ivaí. Está localizada sobre três unidades aquíferas: Caiuá (leste); Serra Geral do Norte (faixa central); e Paleozoica Superior (a leste). Entre estas duas últimas, localiza-se uma estreita faixa de afloramento do aquífero Guarani.

Por questões de delimitação geográfica do território e sua relação com o curso do rio Ivaí propriamente, optou-se, nesta pesquisa, por apropriar-se da definição geográfica de Parolin *et al.* (2010), que a subdividiram em *Alto curso*, *Médio curso* e *Baixo curso*, por compreenderem que ela apresenta diferentes características morfométricas, diferentes ambientes naturais e diferentes processos produtivos de ocupação e usos antrópicos. Os autores consideram que a extensão da Bacia é de 36.646,36 km² e a localizam espacialmente da seguinte forma:

A bacia hidrográfica do Ivaí corta no sentido sudeste-noroeste o Segundo e Terceiro Planalto Paranaense. A denominação rio Ivaí é dada a partir da confluência do rio Dos Patos, principal curso de origem, com o rio São João, na Serra da Boa Esperança (próximo ao Município de Ivaí), em altitude aproximada de 500m.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí está totalmente inserida no território paranaense, o que lhe confere o título de maior rio genuinamente paranaense, isto é, nasce, percorre e deságua dentro dos limites territoriais do Estado. Após percorrer 798km, o rio Ivaí deságua no rio Paraná entre os municípios de Querência do Norte (margem direita) e Icaraíma (margem esquerda). A bacia hidrográfica do Ivaí possui altitudes que chegam a 1.300 metros sobre o nível do mar (PAROLIN *et al.*, 2010, p. 63-64).

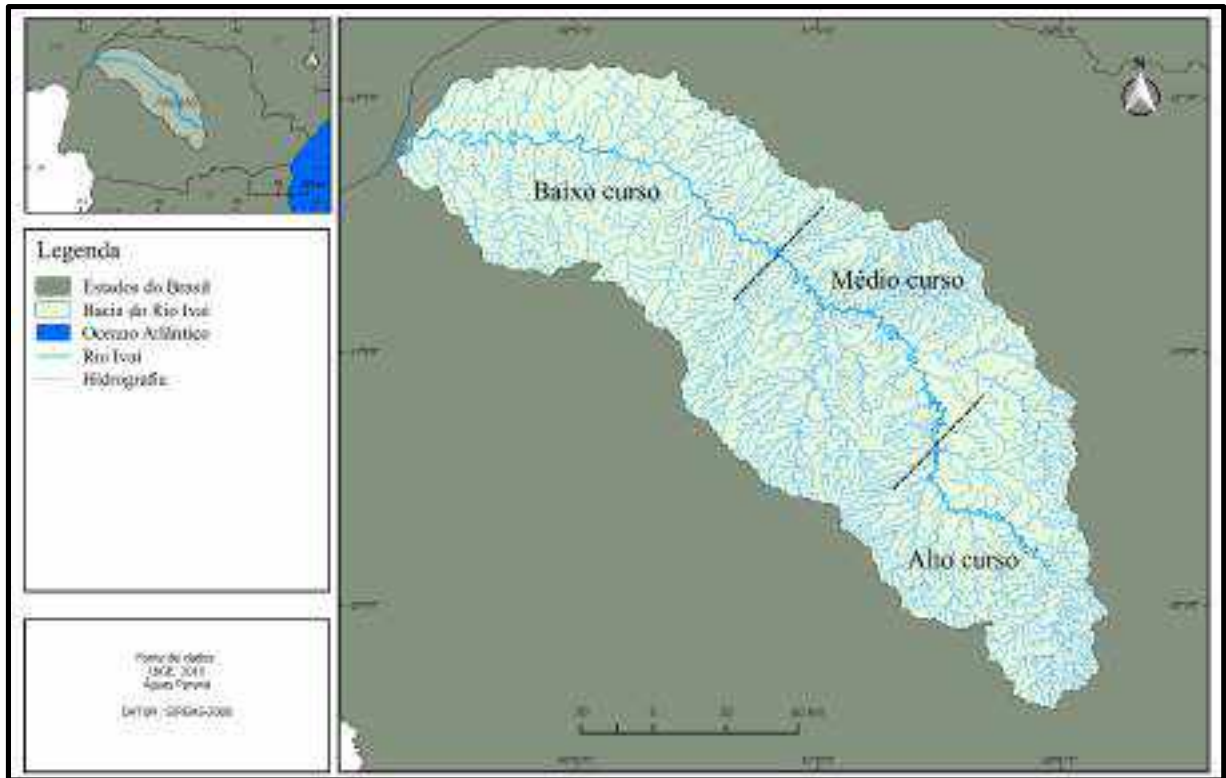
Na foz do Ivaí ao rio Paraná, no encontro das águas à margem esquerda, está localizado Porto Camargo, território do Município de Icaraíma. Trata-se de um balneário com inúmeras

¹² Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/BACIAS/ivai.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

¹³ De acordo com a série “Bacias Hidrográficas do Paraná - uma série histórica” (edição de 2015), *bacia hidrográfica* corresponde à área de drenagem de todos os córregos, rios pequenos, médios e grandes que convergem para um rio principal de uma determinada região. No caso dos rios que formam a Bacia do Rio Ivaí, a bacia hidrográfica compreende, ainda, todas as nascentes de seus afluentes, “serpenteando” 102 municípios ao longo do seu leito e das suas margens. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

atrações turísticas originadas do encontro desses dois rios.

Mapa 2 – Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Adotou-se a denominação *médio curso* para se referir ao território deste estudo. Os principais afluentes do rio Ivaí, considerando essas delimitações geográfica e hidrográfica, são: rio Ubazinho, rio Ariranha, rio Azul, rio Branco, rio Pindaúva, rio do Peixe, rio Bom, rio da Bulha e rio Corumbataí. Inúmeros outros córregos, também de vital importância na preservação da biodiversidade e da ictiofauna, desaguam no Ivaí nesse percurso, a exemplo do Barra Preta, do Guaiambê, do Lampião, do Guaretá, do Ubaúna, do Jordão e do Ribeirão Cambará. Seus afluentes, conforme demonstra claramente o Mapa 2, são como veias que alimentam o corpo, e a qualidade do que é desaguado no leito do rio Ivaí produz impactos, os quais precisam ser analisados técnica e cientificamente.

O nome “Ivaí” tem suas origens na língua indígena Guarani e pode ser traduzido como

rio das flechas ou *rio destas canas bravas*¹⁴. De acordo com Montoya¹⁵ (1639, p. 159-160): *Hui* (flecha), *Huibá* (cañas brauas) e *Huibai* (rio defta cañas). Ao analisar a tradução, o mais correto seria *rio das flechas destas canas bravas*. Canas bravas (*Huibá*) também explica o termo *Ubá*, muito apropriado na região pelas ocupações posteriores às dos povos indígenas. O termo *Ubá* ou *Huibá*, primeiramente utilizado pelos povos indígenas, está relacionado à planta *Huibá* (canas bravas), muito encontrada às margens e no próprio leito do rio Ivaí, sobretudo no chamado “Salto do Ubá”, conforme registrado por Bigg-Whiter (1974, p. 249-250).

As informações geográficas e hidrográficas apresentadas acima são produzidas por órgãos de governo, com base em estudos realizados por profissionais especializados. Todavia, vale ressaltar que são leituras e interpretações que não deixam de expressar intencionalidades, pois boa parte delas – quando muito antigas, anteriores à segunda metade do século XX – tem fundamentação nos relatos produzidos pelas inúmeras expedições exploratórias que, desde o século XVI, já eram destinadas a percorrer e a demarcar o território do rio Ivaí.

A base de dados que alimenta as produções cartográficas e hidrográficas do Paraná está bastante vinculada à base de dados do Instituto de Cartografia. Este, por sua vez, fundamenta suas cartas, mapas e leituras a partir das coletas realizadas pelos relatos dos exploradores até meados do século XX, pois sua criação encontra origens na Inspetoria de Terras e Colonização, instituída em 1923.

Considera-se que nenhuma dessas expedições ocorria sem objetivos claramente definidos, alguns deles eram o reconhecimento e a demarcação de terras, com fins de

¹⁴ Evidencia-se nos relatos da expedição de Bigg-Wither (1974), nas traduções de Montoya (1639) e no próprio território do médio curso do Ivaí a existência dessa planta, uma espécie de “cana brava”, uma planta “herbácea” (FERREIRA, 1988, p. 656) ou “junco” (BIGG-WHITER, 1974, 249-250). Devido à abundância dessa planta no médio curso do rio Ivaí, ela foi e ainda é muito empregada na confecção de balaios, cestos e flechas pela população indígena. Certamente, o nome do rio Ivaí deriva da presença dessa planta e dos usos dela pelos indígenas. Entretanto, cabem estudo mais detalhado quanto à língua Guarani para uma justa tradução, bem como estudo aprofundado das traduções de Montoya (1639) e de outros autores especialistas, a fim de aprofundar a discussão. Vale ressaltar que o Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota (UEM) entende que não precisa do prefixo “Hui” (flecha), somente a explicação de Montoya (1639) – “Huibá” (canas) e o sufixo “i” (água ou rio) – é o suficiente. Ainda segundo Mota, a interpretação do nome como “Rio das Flechas” seria a composição de “Hui” + “i” = “Huii” (informação verbal dada diretamente à autora).

¹⁵ Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), padre da Companhia de Jesus, escreveu em 1639 a obra “Tesoro de la língua Guarani”. Na versão original digitalizada e consultada, a tradução de *Huibá* (cañas brauas) não está escrita como *cañas bravas*, o que se faz é uma interpretação, na tradução do Espanhol para o Português: *canas* ou *hastes bravas*. O mesmo ocorre com a palavra *Huibai* (rio defta cañas): *defta* está sendo interpretado na tradução para o Português como *desta*. Muito provavelmente era uma forma de escrita, visto que, na página 2, encontra-se o uso de *efte libro* para expressar *este livro*. Assim, temos a tradução que Montoya fez do Guarani para o Espanhol e a interpretação, ao traduzir para o Português, de que *Ivaí* seja *rio das flechas destas canas*. Ou seja, a composição dessas três palavras em Guarani: *Hui* (flechas), *Huibá* (canas bravas) e *Huibai* (rio destas canas bravas). Na página 163, verifica-se que *i* (com ~) é rio. Disponível em: <https://archive.org/details/tesorodelalengua00ruiz/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 24 mar. 2020.

apropriação, seja pelo Estado ou por particulares, para implementar projetos de ocupações e de construção de infraestruturas (estradas, ferrovias, hidrovias, loteamentos, núcleos urbanos etc.), seguindo a lógica do projeto capitalista e expansionista de ocupação do Brasil e do Paraná.

Nesse sentido, a pesquisa foi delimitada geograficamente no percurso da confluência do rio Corumbataí com o rio Ivaí, divisa do Município de Fênix com São João do Ivaí, em que está localizado o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, a montante do rio, até os limites dos Municípios de Ariranha do Ivaí e Arapuã, com Manoel Ribas¹⁶ (Mapa 1).

No espaço delimitado, foram analisados as ocupações e os múltiplos usos humanos dos recursos naturais do solo e do rio Ivaí, apropriando-se do conceito de Paleoterritório e da História Ambiental. A história oral também se constituiu como recurso metodológico essencial. O foco principal foi verificar como os pescadores ribeirinhos de Porto Ubá, Município de Lidianópolis, vivenciaram esse processo e se reinventaram diante das transformações geradas por ele, especialmente quanto à atividade da pesca no rio Ivaí.

1.1 PALEOTERRITÓRIO

De acordo com Rogério Ribeiro de Oliveira (2015), paleoterritório é um dos mais importantes recursos metodológicos para a História Ambiental. Etimologicamente, esse vocábulo é composto por duas palavras: *paleo* (velho ou antigo) + *território* (espaço geográfico no qual se tenha uso e vivência humanas)¹⁷. Sobre esse conceito e método, justifica-se a necessidade de tratá-lo por ter sido uma ferramenta que contribuiu significativamente para a pesquisa sobre as ocupações humanas no território que compõe o médio curso do rio Ivaí em suas diversas temporalidades. As marcas e as transformações produzidas, ao serem evidenciadas, revelam o paleoterritório existente no presente.

Tem-se um espaço geográfico que contém um acúmulo de composições sobrepostas, que remete aos grupos específicos, que, por algum tempo, num dado momento, em uma periodicidade, ocuparam e fizeram usos no pretérito. O resultado de todas essas composições sobrepostas revela territórios existentes e organizados no passado, os quais podem ser estudados a partir da identificação dessa formação como paleoterritório.

“As paisagens estão repletas de histórias” (SALES, 2016, p. 27). As paisagens são

¹⁶ Atualmente, esse território compreende oito municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli e São João do Ivaí.

¹⁷ Para *Paleo*, basta uma rápida pesquisa no *Google* e a maioria dos links remete à etimologia grega de *paleos*: *velho* ou *antigo*. No caso de *território*, para melhor compreensão do conceito, sugere-se a leitura de Rogério H. Costa (2004).

impregnadas de passado” (OLIVEIRA, 2015, p. 279). Expressões fortes, as quais trazem à tona múltiplas possibilidades, dentre elas construir interpretações de paisagem, natureza, território e ecossistema para guiar este trabalho. Essas interpretações serão apropriadas de Rogério Ribeiro de Oliveira (2015) e de Rogério Haesbaert da Costa (2004).

O mundo físico e tudo o que o constitui, sobretudo os humanos, estão em constante (re)construção, processo que por vezes devasta e desconstrói. Contudo, o devastar e o desconstruir não deixam de ser uma reconstrução, uma reinvenção, afinal, desse processo um novo se origina, independentemente das consequências e dos impactos gerados. Então, esse novo está impregnado do pretérito. Em relação a essa questão, Oliveira (2015, p. 278) afirma que esse “estado de construção e desconstrução” é “feito por populações presentes e passadas”, “mediado pelas condições ambientais”. São os chamados “usos históricos” do mundo físico, a partir de (re)ocupações de espaços geográficos delimitados que se configuram em “territórios” com “paisagens” que se formam e se transformam a partir dos múltiplos usos empregados.

De Costa (2004) utiliza-se a informação sobre a complexidade e a amplitude do conceito de território. Segundo o autor, para cada área de conhecimento ou corrente de pensamento, existe uma concepção de território. Eleger uma depende da concepção ideológica que fundamenta o pesquisador. Costa (2004) sintetiza a noção de território por quatro vertentes: política (relações entre espaço e poder institucionalizado); cultural (um produto apropriado simbólica e subjetivamente por determinado grupo e a relação de uso com o espaço vivido); econômica (divisão de trabalho, recursos e incorporação entre as classes sociais); natural (espaço constituído a partir das relações entre sociedade e natureza).

Ainda do mesmo autor, apesar de sua extensa e detalhada discussão sobre território, verifica-se a ênfase do “[...] território como processo, como permanente ‘tornar-se’ e ‘desfazer-se’”, o território como em “constante fazer-se” (COSTA, 2004, p. 100).

É nessa concepção de processo, em que o território está em “constante fazer-se”, que se ampara esta pesquisa. Dialoga-se, também, com o proposto por Rogério Ribeiro de Oliveira (2015), quem se sustenta em dois pilares para a “[...] compreensão dos processos de transformação da paisagem na escala da existência humana”: a cultura e o território.

A cultura, neste contexto, diz respeito às formas de apreensão de recursos naturais por parte das sociedades ao longo do tempo. Já o território, posto que polissêmico, comporta múltiplas dimensões: a simbólica, a jurídica, a territorial, etc. Apesar de sua etimologia evocar um controle físico ou um exercício de poder, os territórios são também exercidos e apropriados pelo seu uso, cuja percepção confere ao ser humano o sentido de pertencimento, onde se desenvolve sua cultura local. Assim, a reconstrução da história da atividade

humana sobre o espaço geográfico é assentada sobre os territórios, manifestados em diferentes escalas, tanto espaciais como temporais. Ao longo da história foram se estabelecendo cadeias de usos do espaço. Com o passar do tempo, estes territórios se sobrepõem, formando uma realidade singular, prenhe de efeitos sinérgicos (OLIVEIRA, 2015, p. 279).

É possível pensar que Oliveira (2015) concorda com Costa (2004) quanto à amplitude do termo e da concepção de território, mas também se evidencia que Oliveira (2015) adota a concepção naturalista de território, constituído a partir das inúmeras relações entre sociedade e natureza ao longo das distintas temporalidades, sem perder as conexões entre pretérito e presente.

Para Oliveira (2015, p. 279), o “[...] território é estabelecido sobre uma paisagem”. E ele entende paisagem como:

[...] uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e as atividades humanas. As paisagens são dinâmicas, elas mudam conforme os sistemas socioeconômicos e biofísicos e evoluem em tempos variados. São intrinsecamente culturais, portanto, refletem a história social e econômica de uma região, incluindo a atividade econômica e a sua organização espacial, padrões de ocupação, a demografia, a mobilidade e os fluxos migratórios (OLIVEIRA, 2015, p. 279).

Assim como o território é estabelecido sobre a paisagem, esta, por sua vez, estabelece-se sobre o ecossistema. Para Oliveira (2015, p. 279), ainda, o ecossistema:

[...] consiste em um tipo particular de sistema construído a partir de redes de fluxos de energia e matéria. [...] Nele interagem organismos e fatores ambientais, organizados em níveis tróficos e necessariamente ligados através de fluxos de energia e matéria. Trata-se, portanto, de uma estrutura multiescalar e apriorística – depende da escala determinada pelo observador. Assim, como um modelo teórico, o ecossistema tem a sua existência concreta apenas manifestada na paisagem, ou seja, imerso em uma torrente de processos, sejam eles evolutivos, estocásticos, biológicos ou sociais.

Têm-se, aqui, os elementos conceituais que permitem compreender como as sociedades humanas ocuparam o mundo natural e o moldaram conforme as condições técnicas e humanas de cada ocupação, assim como notam-se as concepções de uso dos recursos físicos e naturais presentes no espaço delimitado de ocupação, considerando-se os movimentos, as interrelações e as interações espaciais e temporais. Ou seja, há uma sucessão de processos, um “constante fazer-se”.

É esse processo que se intenta evidenciar no território do médio curso do Ivaí, tomando

como referência, propriamente, o curso do rio, mas também as atividades antrópicas desenvolvidas nas terras às margens esquerdas do rio Ivaí. Esses diferentes usos humanos por diversos grupos em tempos diferentes – ou que coabitaram na mesma temporalidade – provocaram o que Oliveira (2015) classifica como “[...] mosaico de sistema de manejo” passado. Mosaicos que deixaram marcas que revelam processos de ocupação humana em determinado território e que, de alguma forma, foram sobrepostos e impactaram o presente.

[...] as interações de populações e ocupações pretéritas com diversos ecossistemas vêm sendo negligenciadas, não somente no discurso ambiental, como também em estudos de ecologia. Decodificar a paisagem constitui (re)conhecer o trabalho humano impresso nela (OLIVEIRA, 2015, p. 280).

Tal mosaico de usos na paisagem, “superposto no tempo e no espaço”, constituiu o paleoterritório:

[...] espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas (ou por atividades econômicas) na busca de suas condições de existências. Como estão em constante transição social e ecológica, os paleoterritórios constituem um repositório de histórias profundas acerca da relação sociedade/natureza. Constituem, portanto, um enfoque e um caminho analítico para o historiador ambiental entender as dinâmicas da transformação da paisagem e da sociedade (OLIVEIRA, 2015, p. 280).

Oliveira (2015, p. 280) ressalta que esse “[...] viés analítico do paleoterritório pode ser estendido a qualquer espaço onde se tenha havido uso no passado”. Cabe ao historiador ambiental identificar e reconhecer os “[...] paleoterritórios que existiram em uma determinada área ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2015, p. 280). Aceitou-se, aqui, o desafio no que diz respeito aos possíveis paleoterritórios de populações indígenas e de ocupações não indígenas, sejam eles ligados à produção de alimentos, à produção de energia ou à circulação. Após o percurso da pesquisa, esse desafio foi cumprido e comprovado.

É uma hipótese desta pesquisa que os paleoterritórios no médio curso do Ivaí amparem-se em diversas temporalidades e formas de ocupação, as quais ainda estão presentes ou impactam a realidade presente. Para demonstrar tais evidências, foram organizadas e analisadas as seguintes ocupações, compreendidas nesta pesquisa como paleoterritórios: a ocupação das tradições Humbu e Humaitá (pré-cerâmicas), entre 8.000 e 2.500 anos antes do presente (AP); a ocupação indígena promovida pelos Guarani, Xetá e Kaingang (ceramistas) a partir de 2.500 anos (AP); a ocupação feita pelos padres jesuítas, entre os séculos XVI e XVII;

a presença das inúmeras expedições para fins de demarcação das terras nos séculos XVIII a XX; a ocupação privada do território delimitado, nas primeiras décadas do século XX, pelos posseiros, safristas e pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. (um lugar chamado, à época, de “Bendengó do Ubá”); a ocupação dos agricultores pautados no cultivo do café e na organização das “comunidades das águas” entre as décadas de 1930 a 1975; por fim, a ocupação dos pescadores ribeirinhos de Porto Ubá, a partir da década de 1930.

Esta última tornou-se o foco principal da pesquisa. As demais, mesmo que analisadas de forma menos aprofundada, foram essenciais para demonstrar o processo pretérito, apontar as sobreposições físicas e culturais e que ainda estão presentes ou influenciam o presente. Acredita-se que tais influências e presenças foram verificadas quando da análise da história dos pescadores.

1.2 A HISTÓRIA AMBIENTAL E OS RIOS

A História Ambiental, também chamada de História Ecológica (MOLINA, 1999) e de História das Paisagens (SILVA, 1997), ainda é um campo em construção e considerado novo enquanto teoria nos meios acadêmicos. Cada vez mais, pesquisadores são instigados e mobilizados a ampliarem seus estudos tendo como fundamentação a natureza, o meio ambiente e as relações humanas com o mundo natural e, inversamente, as transformações da natureza, com fenômenos não-humanos e humanos.

Pensar a história pela via das transformações ambientais é instigar a reflexão quanto à ação humana em sua relação com a natureza e à relação dos sujeitos entre si. Ao verificar que a História Ambiental ganha o pensamento acadêmico histórico na segunda metade do século XX, mais especificamente a partir de 1970 (WORSTER, 1991), também se nota que, nessa ocasião, o contexto global era de atenção para a degradação em massa do planeta.

Segundo Worster (1991), a História Ambiental passa a compor, nos anos 60 e 70 do século XX, as pesquisas dos historiadores norte-americanos e dos integrantes do grupo dos *Annales*, na França. Isso torna possível compreender melhor as bases teóricas da História Ambiental e sua relação entre o local e o global, considerando os fatores sociológicos, epistemológicos e cronológicos. Para Pádua (2010), a História Ambiental encontra, no século XX e início do XXI, um ambiente teórico renovado, livre do determinismo, em que “[...] o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (PÁDUA, 2010, p. 91).

Nesse artigo, Pádua dialoga com Worster sobre os desafios e a importância da História

Ambiental:

É nesse contexto que a história ambiental, como bem afirmou Donald Worster (1991, p. 199), deve ser vista não como uma redução, e sim como uma ampliação da análise histórica. Ela leva adiante o movimento, observado desde o final do século XIX, no sentido de expandir as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos estados e dos grandes personagens. Um movimento que se manifestou na história econômica, na história social, na micro-história, etc. Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (PÁDUA, 2010, p. 94).

Worster (1991, p. 200)¹⁸ complementa que a História Ambiental nasce de um objetivo moral diante das transformações em escala mundial. Somente a partir disso amadureceu e transformou-se num empreendimento acadêmico, com o objetivo principal de “[...] aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram este ambiente e com que resultados”.

Desse modo, investigar a história da ocupação e as narrativas dos personagens, como proposto neste trabalho, tem um pouco do que Worster inicialmente aponta sobre a questão moral¹⁹, já que, ao remexer as “verdades” pretéritas da história, desvelando-as, o que se produziu não foi outras “verdades”, mas análises como resultado de interpretações de fontes, que podem vir a contribuir com outras pesquisas e ações humanizadas e sustentáveis.

Assim, espera-se que os resultados desta dissertação possam oferecer significativas contribuições para pensar a historiografia da região central do Paraná, pois considerou-se a multiplicidade de sujeitos que nela se movimentaram, ocuparam a terra e os rios, constituíram territorialidades, cujas formas de uso e de relação com a natureza deixaram marcas e transformações que impactam as novas ocupações, num incessante processo de ocupar e reocupar. São processos que possuem intrínsecas relações com a ocupação do Paraná, estão repletos de alterações que se sobrepõem preteritamente, mas que, ao serem evidenciados e

¹⁸ Desse autor, utiliza-se aqui o texto “Para fazer História Ambiental”, publicado originalmente em 1988 na revista *The ends of the Earth – perspectives in modern environmental history*, com o título “*Doing environmental history*”. A tradução foi feita por José Augusto Drummond e publicada na revista *Estudos Históricos*, em 1991. Drummond é um pesquisador brasileiro de referência na História Ambiental.

¹⁹ Ou seja, analisar a história local na perspectiva científica tem suas raízes, também, nas relações desta pesquisadora com as questões locais, já que sempre nutriu o desejo de investigar as múltiplas narrativas ou a ausência de narrativas sobre a história do território aqui delimitado.

analisados, ajudam a compreender o presente, conforme defende Duarte (2004).

Nesse contexto, as contribuições de Regina Horta Duarte (2004) passam a ser fundamentais, pois desafiam o pesquisador a desnaturalizar as relações degradantes do humano com a natureza. A autora busca a historicidade das relações humanas, que revela as suas ações degradantes em todos os tempos e lugares.

Duarte (2004) chama a atenção para a papel do historiador, o seu lugar de fala e a consciência de que não é possível uma história total das sociedades do passado, ora pesquisadas. Ela afirma que a história é parte da realidade tratada, uma operação, uma prática. Nas palavras da autora, “[...] a história se faz no diálogo com o seu tempo” (DUARTE, 2004, p. 148), algo que se pratica no contexto (temporalidade e lugar) de pesquisa. A história é sempre “[...] para nós, para o presente, cujo objetivo é compreender e transformar” (DUARTE, 2004, p. 144).

A autora esmiúça a afirmação de Worsler (1991) de que, nas décadas de 1960 e 1970, o contexto global era de organizações e debates em favor das questões ambientais que vinham degradando o planeta e que, portanto, abriram espaço para a História Ambiental. Ela traz uma reflexão de como tais lutas movimentavam as distintas regiões do planeta, com destaque e diferenciações das interpretações dadas aos movimentos ocorridos pela América Latina, pela África e pela Ásia e aos que ocorriam nos países europeus e nos EUA. Nestes últimos, segundo a autora, a luta ambiental era interpretada num contexto “pós-materialista” e de “pioneirismo”. Tais hipóteses são contrárias às lutas dos movimentos que se organizavam na América Latina, na África e na Ásia, em que se delineava “[...] um verdadeiro ‘ambientalismo dos pobres’, combativo e afinado às condições de vida e trabalho de suas populações, sem necessariamente lançar mão de linguagens ambientalistas” (DUARTE, 2004, p. 146).

Na sequência, Duarte (2004) dedica uma parte de sua análise ao contexto brasileiro, o qual, a partir de 1986, ganhou cenário e movimentou uma pauta política e social de lutas ambientais e de debates ecológicos, com a organização de partidos políticos e ONGs, com a instituição de mecanismos de controle relacionados à atuação da sociedade e do Estado. É nesse contexto que a autora defende que:

[...] a historiografia brasileira dedicada às análises das interações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo pode ser então pensada como uma das inúmeras práticas constituintes de uma nova postura cultural desta sociedade em relação ao seu meio ambiente (DUARTE, 2004, p. 147).

Ela acrescenta, ainda, que a temática ambiental se constitui no debate do historiador no tempo dele. Duarte (2004) ajuda na compreensão do processo de construção da historiografia

ambiental brasileira, valoriza e reconhece a importância das publicações das revistas “Estudos Históricos” (1991), “Revista de História”, da PUC-SP (2002) e “Varia História”, da UFMG (2003), as quais têm pesquisas de autores como: Donald Worster, José Augusto Drummond, Warren Dean, Claudia Heyneman, Karen Mackow Lisboa, José Augusto de Pádua e Gilmar Arruda. A autora apresenta o caráter interdisciplinar da História Ambiental e registra que, naquele momento, “[...] pouquíssimos historiadores brasileiros se dedicaram a essa área” (DUARTE, 2004, p. 148).

Com o objetivo de contribuir com as questões de debate para o avanço da historiografia ambiental brasileira, Duarte (2004) aborda três pontos: história, natureza e determinismo; História Ambiental e busca de origens; natureza e devir. Tais discussões Pádua (2010) também prioriza em suas pesquisas, mas no âmbito da historiografia geral a partir da História Ambiental.

Em linhas gerais, Duarte (2004) espera, ao abordar esses três pontos, que a historiografia ambiental brasileira consiga superar o processo linear cronológico advindo do determinismo histórico que apresenta uma relação de destruição do humano com a natureza; uma superação da busca de origens como justificativas dualistas para a relação sociedade e natureza; por fim, propõe a compreensão de que natureza e sociedade não se desassocia, mas interagem, modificam-se e transformam-se, a partir de relações humanas que se constituem, pensam e agem nessa natureza não-humana.

Dentre os pesquisadores das universidades estaduais do Paraná, destaca-se o trabalho de Gilmar Arruda (2015). Com uma trajetória de pesquisas pautadas na História Ambiental, esse autor alerta para a questão dos limites geográficos da pesquisa e para a própria composição da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, de que trata este estudo. Nesta dissertação, como delimitação espacial, não foi abordada por completo a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, os limites geográficos se ativeram ao território que se localiza entre os rios Ivaí e Corumbataí, no *alto Ivaí*²⁰ e *médio curso*, conforme Parolin *et al.* (2010, p. 72), até os limites de Ararinha do Ivaí, Ivaiporã e Arapuã, com o Município de Manoel Ribas, conforme pode ser visto no Mapa 1.

Contudo, é preciso pensar sobre a operacionalidade da História Ambiental no território delimitado, tomando como base a afirmação de Arruda (2015, p. 217): a “[...] bacia hidrográfica, unidade de definição espacial para o campo da história ambiental, só seria operacional quando se constitui em uma unidade socioeconômica construída pela ação

²⁰ De acordo com mapa de: PARANÁ. SUDERHSA. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. *Unidades Hidrográficas do Paraná*. 2007. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/DADOS%20ESPACIAIS/Unidades_Hidrograficas_A4.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

humana”. Nesse sentido, têm-se aqui uma questão metodológica a ser considerada sobre o território definido para estudo – médio curso do rio Ivaí –, bem como a análise do próprio rio:

O ponto de partida poderia ser, então, as “funções” que os humanos atribuíram, ou buscaram, nas bacias hidrográficas ao longo do tempo. A partir da definição da bacia, a investigação caminharia para estabelecer os processos da coevolução dos humanos com o mundo natural nessa espacialidade recortada. O estabelecimento, então, das temporalidades, permanências e transformações, remeteria às formas de “produção de natureza” realizados pelas populações que habitaram/habitam nos limites da bacia selecionada (ARRUDA, 2015, p. 217).

Ao analisar os diversos sujeitos ocupantes, suas relações entre si e com o território em questão, foi possível verificar a operacionalidade da História Ambiental, evidenciando as temporalidades, as permanências e as transformações produzidas na paisagem por conta das atividades e dos múltiplos usos antrópicos identificados em cada paleoterritório, bem como observaram-se os impactos na ocupação atual, sobretudo dos pescadores ribeirinhos de Porto Ubá, e na atual configuração, além das ameaças aos recursos naturais. Apropriando-se de Arruda (2015), pode-se pensar, ainda, nos processos produtivos e nas ações humanas que levaram à transição do modo de posse da terra e do rio: da subsistência à propriedade privada.

O caso analisado por Arruda (2015) refere-se à ocupação da Bacia Hidrográfica do Tibagi, mas, metodologicamente, subsidia sobremaneira este trabalho, pois o processo de ocupação do território do médio curso do Ivaí pode ser pensado como uma extensão, uma continuidade do processo do rio Tibagi, todavia em outras temporalidades, por outros sujeitos e/ou descendentes dos sujeitos presentes na análise sobre o rio Tibagi, com outros recursos tecnológicos de apropriação e de uso do solo e do rio. Esses processos chamam a atenção pelas conflitividades, diante de lacunas e de demandas de legitimação de propriedade, podendo haver a construção de uma historiografia que reconhece as sobreposições que se deram por meio da presença e das ações de diversos sujeitos.

O rio que compõe a paisagem do território de estudo é o Ivaí. Porém, para além de uma paisagem natural ou geográfica, o rio pode ser pensado como memória, compondo olhares e percepções narrados por diversos personagens, a partir de experiências nele vividas, expressas numa contrariedade perpassada pela mudança e pela transformação e, ao mesmo tempo, pela continuidade. Geograficamente, o rio sempre esteve e estará ali, todavia seu uso, suas ocupações e as histórias nele impressas são e serão sempre múltiplas e constantes.

Pádua e Chambouleyron (2019) disponibilizam uma breve trajetória dos movimentos dos rios, atrelada ao próprio movimento da história, indicando alguns textos significativos para

a pesquisa, pois levam em consideração a relação dos rios com o movimento humano e suas interrelações. Os autores apresentam a necessidade de incorporar os rios à reflexão dos historiadores. E especificam: “[...] para um país composto por uma intrincada rede de milhares de rios, oficialmente agrupados em 12 bacias hidrográficas, não há como esquecer que, embora em grande parte ignorada, a ‘fluvialidade’ é parte fundamental da formação histórica do Brasil” (PÁUDA e CHAMBOULEYRON, 2019, p. 23)²¹.

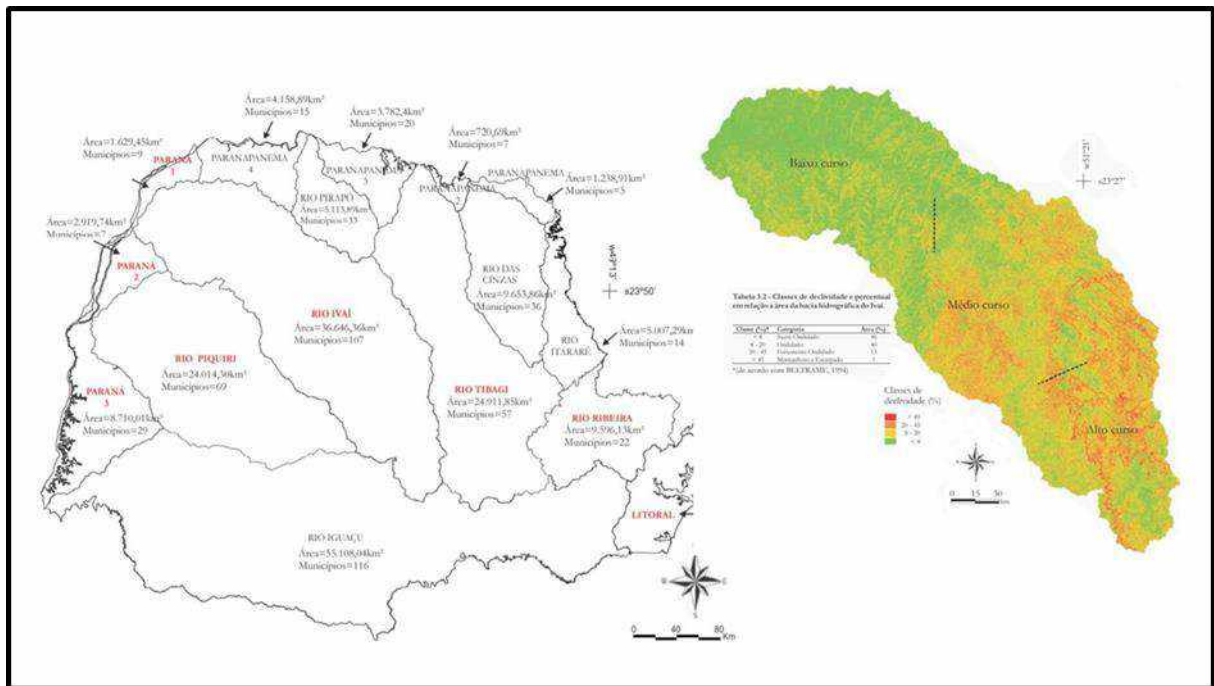
Este estudo localiza-se na Região Hidrográfica da Bacia do Paraná, a qual, conforme Parolin *et al.* (2010, p. 63), especificamente no território do Paraná, é constituída por dezesseis Bacias Hidrográficas, perfazendo uma área total de 199.852,20 km², divididas em dois grupos:

- a) tributários diretos e indiretos do rio Paraná, que constituem 95,7% da área de drenagem do Estado, composta pelas bacias: Das Cinzas, Iguaçu, Itararé, Ivaí, Paranapanema (1, 2, 3 e 4), Paraná (1, 2 e 3), Piquirí, Pirapó e Tibagi.
- b) Bacias litorâneas e do rio Ribeira que agregam as bacias hidrográficas que deságuam diretamente no Oceano Atlântico e nas baías de Paranaguá e Guaratuba com 4,3% da área de drenagem.

Essas divisões, áreas e constituição podem ser verificadas no Mapa 3 a seguir. Observam-se, também, no referido mapa, a localização central e a distribuição da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí em alto, médio e baixo cursos. Os autores justificam tal organização pelo fato de o Ivaí ser um rio “desajustado”, pois “[...] ao longo de sua extensão há trechos em desajuste fluvial, sendo distinguidas áreas em ascensão (convexas) e em subsidências (côncavas)” (PAROLIN *et al.*, 2010, p. 66).

²¹ Bacias Hidrográficas correspondem às áreas de drenagem dos rios e o conceito e a extensão/área são uma construção humana, com base nas fronteiras nacional e estaduais, agregando-se a questão da jurisprudência sobre os usos fluviais e as políticas de preservação dos recursos hídricos. De acordo com a Agência Nacional de Água (ANA), as 12 Bacias Hidrográficas do Brasil, conforme citado pelos autores, correspondem às 12 Regiões Hidrográficas brasileiras, definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essas regiões são compostas por “[...] bacias, grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares”. São assim divididas para orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos no país. As doze regiões brasileiras são: Amazônia, Tocantins-Araguaia, Atlântico NE Ocidental, Parnaíba, Atlântico NR Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná, Sudoeste, Paraguai, Uruguai e Atlântico Sul. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/divisoes-hidrograficas>. Acesso em: 16 ago. 2019.

Mapa 3 – Bacias Hidrográficas do Paraná e a declividade do médio curso da Bacia do Ivaí



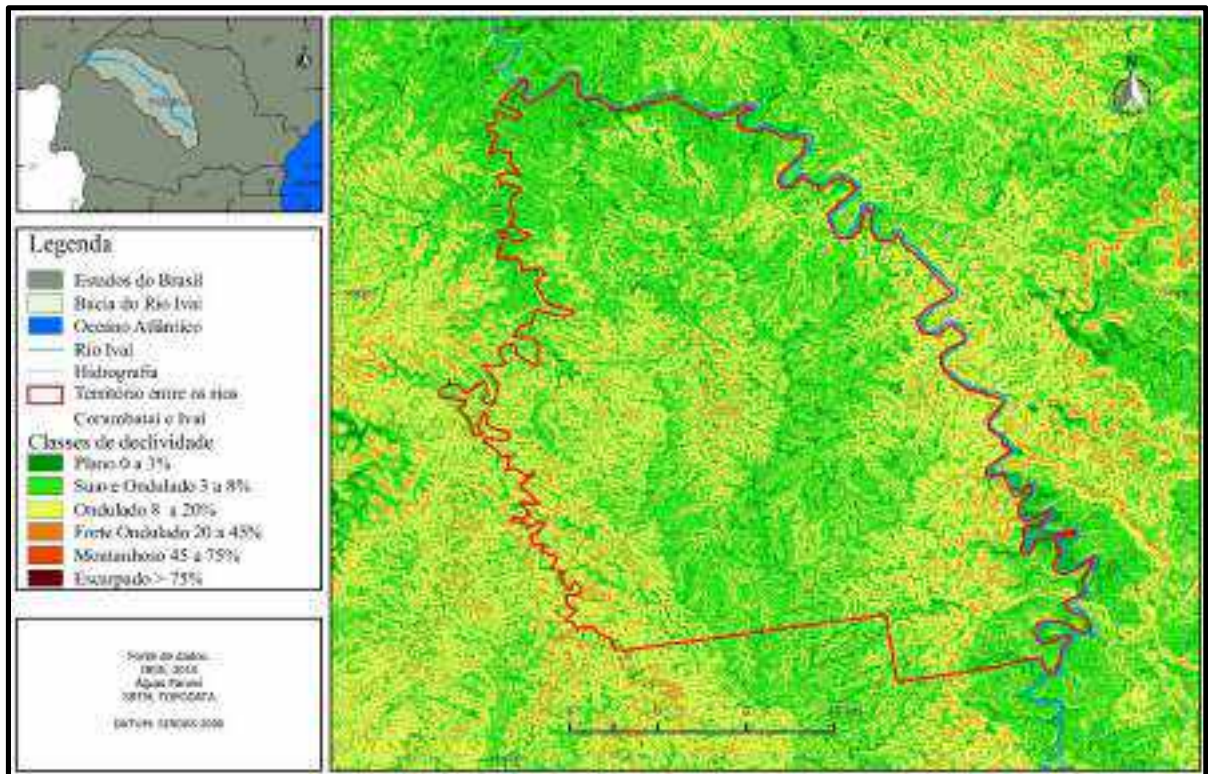
Fonte: PAROLIN *et al.* (2010, p. 63-68)

No Mapa 3, destaca-se a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Seu médio curso, localizado no Terceiro Planalto Paranaense, é área de “desembocadura” de importantes afluentes e caracterizado por um curso em moderado declive, sinuoso, com muitas corredeiras e saltos. É tributário direto do rio Paraná e, ao que tudo indica, ainda carente de pesquisas historiográficas, ambientais, técnicas e científicas, sem inventários completos sobre sua flora, sua fauna e sua ictiofauna.

Para demonstrar a declividade e a altimétrica do território entre os rios Ivaí (médio curso) e Corumbataí, foram organizados os Mapas 4 e 5. A constituição natural desse território deve ser considerada para se analisar os processos de ocupações humanas indígenas e não indígenas e seus modos e técnicas de apropriação e de usos da natureza.

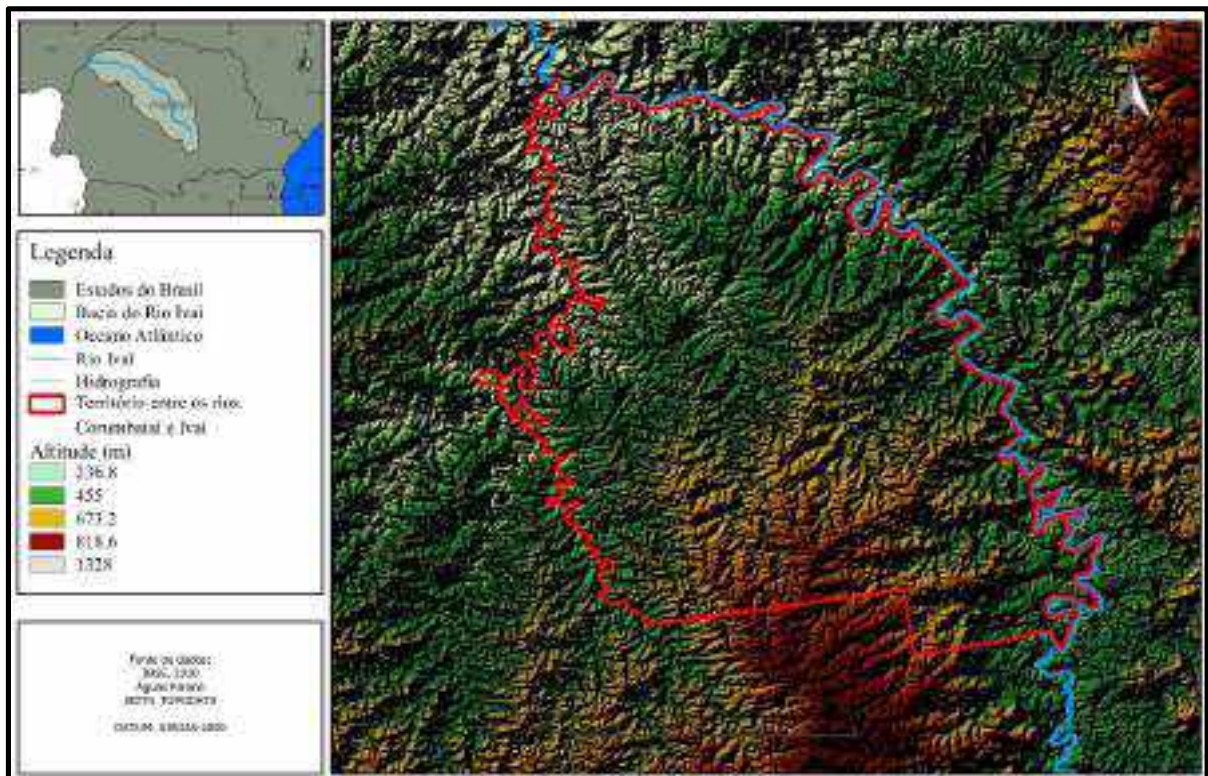
A declividade e a altimetria moderadas geograficamente (Mapas 4 e 5) explicam o uso do termo “médio Ivaí”, bem como as características sinuosas do rio e do território que o margeia. Obviamente, é preciso enfatizar que essas representações de paisagem são construídas socialmente e possuem intencionalidades, as quais, ao longo desta pesquisa, foram também analisadas.

Mapa 4 – Declividade do Território entre os rios Ivaí e Corumbataí



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Mapa 5 – Altimetria do Território entre os rios Ivaí e Corumbataí



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

1.3 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL

O sociólogo Michael Pollak (1989; 1992) possui importantes publicações sobre memórias no âmbito da História Oral, ou, como ele próprio afirma, sobre “histórias de vida” (POLLAK, 1992, p. 1). Pollak afirma que a pesquisa pautada na História Oral, no que tange a entrevistas de histórias de vidas, é o recolhimento de memórias individuais, e o grande desafio para o pesquisador é saber interpretar esse material.

Tendo em vista que foram utilizadas entrevistas individuais nesta pesquisa, sobretudo para tratar das ocupações dos posseiros, safristas, pescadores e agricultores, precisou-se recorrer às reflexões de autores especialistas sobre o assunto para os procedimentos metodológicos e critérios de análise das entrevistas. Esclarece-se aqui que a História Oral, à luz de Pollak (1992), possibilita representações e interpretações, não reconstituições da história.

Reconhece Pollak (1992) que tanto as fontes escritas como as orais são construções sociais. Quando se entrevista uma pessoa, trabalha-se com as memórias individuais; quando se trata de um grupo de pessoas, com as memórias coletivas. Contudo, ambas as memórias sofrem a interferência do meio em que vive o entrevistado, do grupo de pertencimento, de seu lugar social. Nesse sentido, Pollak (1992, p. 2) coloca que a memória possui uma “[...] característica flutuante e mutável” e que seus elementos constitutivos são os “acontecimentos” vividos pessoalmente, os vividos de forma indireta (os quais a pessoa nem sempre participou, mas estão no seu imaginário), as “pessoas”, os “personagens” e os “lugares”.

Pollak (1992) alerta para as características de projeções e de transferências da memória, oriundas de fatos que nem sempre foram vividos pelo entrevistado, mas herdados por transferência de outrem e que podem apresentar problemas com datas, confusões entre fatos ligados (ou não) e distorções de lugares. O autor também chama a atenção sobre a condição social da pessoa no ato da entrevista, se está sendo realizada com personagens públicos ou é sobre a história pessoal ou familiar de vida. Para cada uma dessas situações, há critérios de análises diferentes, sobretudo quanto à construção social da memória.

“A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4). A memória sofre “flutuações” e “confrontos”, ou seja, ela é organizada de forma individual ou coletiva em função do momento em que se expressa, o que leva Pollak a afirmar que a memória é um fenômeno construído, organizado, portanto sofre enquadramentos nos âmbitos individual, social, coletivo e político.

Nessa perspectiva, Pollak (1989, p. 4) ajuda a distinguir dois tipos de memórias e os critérios nas análises.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.

No percurso das entrevistas, no contato com as personagens, a busca por informações e o recolhimento das fontes revelaram, várias vezes, essa “memória em disputa” e o desejo de as “memórias subalternas” continuarem “silenciadas” para evitar esse confronto. Em algumas entrevistas, o confronto fica evidente.

Na construção e na fundamentação metodológicas, também se contou com o suporte das autoras Maria de Moraes Ferreira (2012) e Verena Alberti (2004). Ferreira (2012) faz uma detalhada reflexão sobre o estatuto, as possibilidades, os desafios e as limitações da História Oral, bem como sobre a função do historiador ao utilizá-la. Ela coloca que a História Oral pode ser pensada a partir de três posturas: como técnica, como disciplina e como metodologia. Para essa autora, a História Oral é uma metodologia que possui interdependência com a prática e com a teoria, sendo assim, é uma ponte entre a teoria e a prática. Segundo Ferreira (2012, p. 171):

[...] o testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como as relações entre escrita e oralidade, memória e história, ou tradição oral e história; o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... são histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas, característica que permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos.

Ferreira (2012, p. 171) defende, ainda, que na “[...] história oral existe a geração de documentos (entrevistas), resultado do diálogo entre o entrevistador e entrevistado”. Cabe ao historiador a incumbência de produzir acervos de depoimentos orais, enfrentar “[...] a ameaça da sacralização da memória” e constituir fonte histórica passível de uso crítico. A autora coloca

que a história tem a função de reconstruir, de revisar e, ao pautar-se na historiografia e na teoria, o “historiador faz a história”.

Faz-se oportuno registrar que, assim como defende Pollak (1992), para Ferreira (2012, p. 184), “[...] a história oral pode ser perfeitamente incorporada ao arsenal de recursos à disposição do historiador por meio da observância de exigentes procedimentos metodológicos” e é uma fonte construída socialmente, tal como a escrita, sendo sua única particularidade o fato de o historiador participar interativamente da construção e da geração do documento.

Ampliando a discussão sobre História Oral, Alberti (2004) lembra a impossibilidade de reprodução dos acontecimentos como ocorreram, pois é “[...] impossível assistir ao que se passou, seguindo a continuidade do vivido”. Para ela, a história opera justamente por descontinuidades. A contribuição dela está na explicação do “fascínio” que a História Oral pode exercer e nos cuidados para que o uso dela seja como um método crítico, identificadas suas potencialidades para a pesquisa. Em outro texto, Alberti (2005) define claramente que a História Oral é uma “[...] metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita”.

Alberti (2005) introduz a trajetória historiográfica da História Oral e apresenta o historiador que pretende utilizar a pesquisa oral com um detalhado manual metodológico. A saber, esse trabalho de pesquisa oral, para ela, divide-se em três momentos: a preparação da(s) entrevista(s), a realização dela(s) e o tratamento. Todavia, ela alerta que:

[...] uma pesquisa que emprega a metodologia da História oral é muito dispendiosa. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros. Como em geral um projeto de pesquisa em História oral pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastantes expressivos. Por essa razão, é bom ter claro que a opção pela História oral responde apenas a determinadas questões e não é solução para todos os problemas (ALBERTI, 2005, p. 165).

Diante desse alerta da autora, esclarece-se que o uso da História Oral nesta pesquisa contribuirá com os estudos referentes às ocupações de posseiros, safristas, pescadores e agricultores, com o cuidado de não ampliar demais a quantidade de entrevistados, pois cada entrevista oferta uma quantidade enorme de informações, as quais precisam ser rigorosamente tratadas, com respeito à fonte e às metodologias necessárias.

Como exemplo, tem-se a década de 1950, a qual foi marcada por tensões e conflitos quanto à legitimação das terras entre posseiros e a companhia de terras Sociedade Territorial Ubá Ltda. Vários documentos da parte do processo judicial foram identificados, recolhidos e

analisados. Contudo, ouvir de um posseiro sua vivência no episódio e poder analisá-la é uma riqueza que a História Oral permite ao pesquisador. Nas palavras da autora, “[...] entender como as pessoas ou grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2005, p. 165).

Essa afirmação vai ao encontro da colocação de Ferreira (2012, p. 182), referindo-se aos trabalhos de pesquisa em relação a “[...] acontecimentos que já foram julgados publicamente. Enquanto o juízo judicial é definitivo, o do historiador é revisionista”. Ainda exemplificando, tem-se o fato de que a Sociedade Territorial Ubá Ltda., na década de 1950, legitimou a posse da terra em definitivo no território do médio curso do Ivaí (Mapa 11), porém a história, a partir dos depoimentos orais de quem viveu esse período, pode rever e analisar o processo, marcado por conflitividades e possíveis fraudes. A fraude é também verificável nos documentos processuais e na violência presente nos depoimentos de posseiros, safristas, agricultores e pescadores.

A leitura de Alessandro Portelli (1996; 1997; 2010) e de Alessandro Portelli *et al.* (1997) é essencial antes da experiência de ir a campo e da realização das entrevistas. Portelli assegura-se de todo o profissionalismo e o rigor que a pesquisa com a História Oral exige, é portador de uma escrita que cativa e instiga o pesquisador. Há rigor metodológico na pesquisa oral, apresentado por Verena Alberti (2005) em um rico manual, contudo este assusta pela dispendiosa tarefa, a qual faz o pesquisador (re)pensar a efetiva necessidade do uso das fontes orais. Por sua vez, Portelli (1996) mantém o rigor metodológico, mas a sensibilidade com que trata das diversas possibilidades de construção da fonte oral encoraja o trabalho.

“A subjetividade do expositor” (PORTELLI *et al.*, 1997, p. 31) é a grande e forte contribuição desses autores sobre fontes orais. Portelli (1996, p. 2) afirma que “[...] recordar e contar já é interpretar”, ou seja, a narrativa do entrevistado é uma interpretação de memórias, das suas memórias de determinado fato vivido ou presenciado. Nesse sentido, o autor coloca que é preciso extrair a objetividade dos fatos, mas sem exorcizar a subjetividade. Para ele, uma das tarefas do pesquisador é “[...] distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la [a subjetividade]” (PORTELLI, 1996, p. 3-4). Para isso, cabe ao historiador enxergar e saber lidar com as inúmeras possibilidades das fontes orais.

Portelli (2010, p. 18) afirma também que “[...] a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância”. Dito isso, observa-se que o autor leva em conta as possíveis barreiras no ato da entrevista, o lugar do entrevistado e do entrevistador no processo, as diferentes narrativas para um mesmo fato ou acontecimento. Quem é o entrevistador, quem são os entrevistados? Quais as diferenças sociais

e culturais entre o entrevistador e os entrevistados? Para o autor, na História Oral, a narrativa colhida não se esgota em si mesma. Ao historiador cabe o desafio de produzir sobre, de fazer história. Assim sendo, é importante verificar que:

[...] a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias ao seu círculo imediato (PORTELLI, 1996, p. 19-20).

As questões apontadas por Portelli desafiam o entrevistador no ato do tratamento dessas fontes orais. A forma metodológica e os recursos utilizados pelo entrevistador podem provocar mudanças e interpretações diferentes do que realmente narrou o entrevistado. Nesse âmbito, Portelli (1997) questiona sobre a transcrição da oralidade. Para ele, esse processo pode revelar muitos problemas, pois a reprodução perde a oralidade. E é na oralidade que se encontra a essência da fonte. Na oralidade, têm-se as pausas, a velocidade da narrativa, a entonação da voz, as emoções que embargam a fala: observações que revelam e precisam ser interpretadas pelo historiador.

Enfim, em consonância com Portelli (1997, p. 35), as fontes orais são múltiplas, carregadas de parcialidades, de subjetividades e “[...] o trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui as fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição”. Eis a situação desta pesquisa: as fontes orais foram utilizadas por serem necessárias em determinados momentos, no sentido de interpretarem as relações humanas e não-humanas em um determinado período histórico, já que o lugar de fala é o interno, dentro do território estudado, mas, obviamente, o trabalho histórico tornou-se infundável diante das possibilidades criadas a partir desta pesquisa e das narrativas colhidas (e a colher).

Dentre narrativas orais colhidas, cabe destacar que se realizaram entrevistas com pescadores, safrista e agricultores. Apesar de as entrevistas serem realizadas individualmente, o pertencimento identitário, por exemplo, dos pescadores, evidenciou-se em vários momentos da entrevista, alertando sobre um possível “enquadramento de memória”. No caso do safrista, ficaram evidentes os “silenciamentos” e, no caso dos agricultores, possíveis “esquecimentos”

(POLLAK, 1989, p. 3-15).

Conforme sugere Pollak (1992), foi necessário o cruzamento das fontes para fazer a crítica e, também, atentar-se para o controle e para a gestão das memórias presentes nos depoimentos. Assim, foram colhidos depoimentos daquelas que podem ser pensadas como “memórias subterrâneas”, para a construção de interpretações históricas para além das “memórias oficiais” já cristalizadas e que se referem ao processo de ocupação do território do médio curso do rio Ivaí. As narrativas foram gravadas²², mas não transcritas, a fim de evitar alterações e reinterpretações, conforme supõe Portelli (1997).

1.4 A PAISAGEM DO “VALE SELVAGEM DO IVAÍ”

A questão aqui não é simplesmente fazer uma descrição física da paisagem do território do médio curso do Ivaí. Faz-se necessário pensar a que periodicidade se referem as descrições e quais fontes serão utilizadas para analisá-la. Corrêa (2012) afirma que há sempre intencionalidades na produção das descrições de paisagem e faz um significativo estudo para demonstrar a diversidade conceitual em torno da palavra *paisagem*, definida de diferentes formas, nas diferentes áreas do conhecimento.

[...] investigar e descrever paisagens pretéritas a partir de um documento, seja em qual suporte for – escrito, fotográfico ou cartográfico – é ter em conta que ela nos chega por meio de uma representação. Este é o ponto de partida necessário para começarmos a refletir sobre o nosso objeto: a paisagem (CORRÊA, 2012, p. 69).

Na mesma perspectiva e em diálogo com Corrêa (2012), toma-se como referência Oliveira e Engerman (2011) e Arruda (2016b), aos quais a paisagem é um “documento histórico” e, como tal, precisa ser analisada preteritamente a partir das relações e do uso das sociedades humanas sobre a natureza. Para esses três autores, a paisagem é uma “[...] categoria de espaço, produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural” (OLIVEIRA e ENGERMAN, 2011, p. 66), formada por “[...] camadas e camadas de paisagens construídas por

²² Todos os áudios e as fotos gerados desse processo de entrevistas estão em poder da autora deste trabalho, compõem arquivo digital pessoal. Para a realização das entrevistas, foram respeitados todos os trâmites e a aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. O processo tramitou por meio da Plataforma Brasil e foi aprovado pelo Conselho de Ética da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com Parecer Favorável nº 3.389.362, de 13 de junho de 2019. Todos os entrevistados foram informados, assinaram e receberam cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não houve nenhum problema de constrangimento ou com a saúde dos entrevistados durante o processo. Todo trabalho se deu dentro do rigor da pesquisa e do absoluto respeito aos voluntariamente envolvidos.

estas populações em movimento pelo espaço” (ARRUDA, 2016, p. 7), que vão se sobrepondo umas às outras. Para Arruda (2016, p. 8), o espaço, então, reveste-se de “[...] memórias que são documentos deste processo” (fauna, flora, usos, ocupações, narrativas, posse e propriedade).

As descrições físicas de paisagem são produto de uma atividade humana e não se pode negar que a ação humana sobre a natureza produz e transforma paisagens a partir dos interesses humanos daquele momento de produção. Nesse sentido, é possível pensar nas descrições de paisagem do território do médio curso do Ivaí a partir de diversas temporalidades e periodicidades.

Para essa análise, foram consideradas as narrativas de paisagens produzidas a partir de dois períodos: um que se inicia em fins do século XIX e segue até o final da terceira década do século XX; outro que conta com as primeiras décadas do século XXI, o território e a paisagem na atualidade. Os dois períodos estão fortemente ligados às interpretações da terra como propriedade privada, e as narrativas foram construídas para justificar ou denunciar essa forma de apropriação da natureza.

Ao primeiro período (1870-1930), utilizaram-se os relatos de três – das inúmeras – expedições exploratórias, as quais, nesse período, tinham como intencionalidade reconhecer e demarcar as terras e os potenciais hídricos do rio Ivaí. Os membros dessas expedições, ao passarem por essa região, produziram documentos (escritos, mapas ou imagens), nos quais retrataram aquilo que viram, de acordo com o propósito pelo qual estiveram presentes. Assim sendo, o objetivo, aqui, foi verificar como essas narrativas retratavam as paisagens do território de estudo a partir de suas intencionalidades, ou seja, dos projetos a que estavam condicionadas.

Foram analisados os relatos e as representações de paisagem produzidos pelas seguintes expedições exploratórias pelo rio Ivaí: do Engenheiro Inglês Thomas Bigg-Whiter (1872-1875) a serviço do projeto que pretendia construir uma estrada pelo centro do continente sul-americano, do Atlântico ao Pacífico – a estrada de ferro transbrasiliana; a do ornitólogo-naturalista polonês Tadeusz Chrostowski (1910-1923) – traduzida por Straube (2016)²³ –, que, financiado pelo governo da Polônia, objetivou realizar estudos sobre a avifauna do Paraná e, possivelmente, ampliar as relações com a colônia polonesa presente no Paraná²⁴; e a do agrimensor Edmundo Alberto Mercer (1910-1926), político que atuou como comissário de

²³ Pertinente observar que Straube (2016) mantém na sua análise publicada no século XXI o mesmo discurso de vazio demográfico do território do médio curso do Ivaí e, quando aponta que se reconhece a presença humana, mantém os termos estereotipados que classificavam os indígenas como “selvagens”, numa terra “inóspita”, num “sertão longínquo, inacessível e temido” (p. 42). Trata-se de um discurso que precisa ser desconstruído.

²⁴ Inclusive, de acordo com o tradutor (STRAUBE, 2016), os jornais brasileiros da época noticiaram de forma bastante positiva a chegada da expedição ao Brasil e as relações de pesquisas científicas naturalistas entre Polônia e Brasil.

terras no governo do Paraná e também prestou serviços ao capital privado.

Para a análise do segundo período, das primeiras décadas do século XXI, as fontes utilizadas foram os depoimentos orais, alguns mapas elaborados por setores do governo do Paraná e as imagens atuais do próprio território, as quais permitem múltiplas análises e interpretações²⁵. Ao observar o Mapa 9, é possível verificar os vestígios de matas que são originárias da paisagem do fim do século XIX e que, agora, são reservas naturais permanentes. Essa observação permite analisar e produzir novas interpretações da paisagem para os dois períodos aqui selecionados.

Assim, a proposta foi verificar as narrativas produzidas sobre esse território pelas três expedições exploratórias e, a partir das representações verificadas na paisagem neste século XXI, apontar que as narrativas do primeiro período serviram de base para justificar a apropriação privada da natureza, efetivada no médio curso do rio Ivaí entre 1930 e 1960. A ocupação humana pautada na concepção de uso privado e extrativismo intensivo da terra, iniciada em fins da década de 1930 e em vigor, reúne diversas formas de usos da natureza, as quais foram analisadas por Arruda e Colacios (2019) como um processo devastador.

Sobre o primeiro período de análise, de 1870 até a década de 1930, o que se tem é uma descrição da paisagem verificada nos relatos das expedições exploratórias, sempre a serviço de algum projeto privado ou de governo, as quais, inúmeras razões, adentraram o que chamavam de “sertão” paranaense via seus rios, no caso, o Ivaí. O rio Ivaí, até o final da década de 1930, na extensão do território de estudo, só era conhecido por meio dos relatos dessas expedições, que demonstravam sempre a preocupação, os desafios e os perigos de percorrer o referido trecho, justamente pelas dificuldades da navegação, pela mata inexplorada pelos não indígenas, pela ausência de estradas e pela insegurança em torno das notícias da ocupação indígena que resistia e lutava para se manter nas terras.

A partir dos anos finais da década de 1930, iniciou-se uma nova fase de ocupações e de usos do solo das terras do médio curso do Ivaí, a qual segue até o segundo período dessa análise (2000-2010). Com a chegada do projeto capitalista extrativista, consolidou-se o modelo de apropriação e de demarcação com base na ideia de propriedade privada da terra. O “Vale Selvagem do Ivaí” foi finalmente tomado pelos *bendengozistas* e domado pela força dos seus machados, passando a ser chamado de “Vale do Ivaí”.

²⁵ Para esse tópico, acrescentam-se o suporte oral, a pesquisa de campo (observação *in loco* em diversos pontos do território localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí), o uso da tecnologia do *Google Earth* para verificação e levantamento de dados, a fim de elaborar o Mapa 9, e o fato de que se fará, aqui, também, uma interpretação das representações contidas nas fontes utilizadas. A proposta é demonstrar que são construídos discursos e representações vinculados às intencionalidades, para justificar as ações e os usos humanos da/na natureza.

No final da década de 1940, com a legitimação da posse da terra, já em poder da Sociedade Territorial Ubá Ltda., as duas décadas seguintes marcaram um período de grandes transformações na natureza: as florestas foram derrubadas; as terras, demarcadas e vendidas; os ocupantes anteriores resistiram a esse processo, alguns foram assimilados e/ou negociaram com o novo modelo de ocupação. As fontes escritas e orais analisadas demonstram que foi um período de intensos e violentos conflitos. A agricultura comercial do milho, do feijão e do café foi introduzida; pequenos núcleos urbanos, construídos; e estradas, abertas. A paisagem se reconfigurou a partir dessa nova forma de ocupação da terra. Muitos outros sujeitos, então, passaram a compor essa nova paisagem.

No período de 1960 ao final da década de 1970, a paisagem foi moldada pela presença dos cafezais e o território do médio curso do Ivaí foi tomado por uma numerosa e diversa população. Os safristas foram dando lugar a agricultores ou a trabalhadores rurais ou se transformando nisso, e o cenário passou a ser composto pelas balsas, pelos pescadores, pelas grandes fazendas de café e pelas pequenas propriedades rurais, que, aglomeradas nas proximidades dos córregos e riachos, constituíram núcleos rurais chamados de comunidades rurais ou das águas. De acordo com os dados do IBGE (PARANÁ, 1970), a estimativa populacional do território de estudos (Mapa 1) era de 150.950 habitantes (Tabela 3).

Nesse contexto, os arqueólogos Blasi e Chmyz (1963, p. 64-65), ao desenvolverem pesquisas e levantamento de “[...] sítios arqueológicos e antigas comunidades espanholas e reduções jesuíticas” no território, registraram a seguinte representação para essa paisagem em transformação:

Da antiga e exuberante floresta pluvial-tropical que cobria praticamente todo o vale do Ivaí, algumas dezenas de anos atrás, podem ser vistas ainda isoladas porções, nas proximidades do jazimento. Estas foram poupadas, por qualquer razão, à implacável devastação que ali vem se processando, com extraordinária rapidez, pela chamada frente pioneira, ávida de terra virgem para a cultura do café. É realmente um espetáculo impressionante este que apresenta a região agora, com os remanescentes daquela que foi uma das mais expressivas manifestações florísticas da América, ali insulados, desprotegidos, tais quais pequenos oásis, sumidos no imenso deserto verde e monótono, que é, no conjunto, o cafezal.

Posterior a esse período, nas décadas de 1980 e 1990, iniciou-se a fase do agronegócio, quando ocorreu um processo de êxodo rural e o esvaziamento humano do campo. A paisagem passou a ser configurada pelas imensas plantações de soja, trigo, cana-de-açúcar e milho. A tecnologia presente nos modernos maquinários e implementos agrícolas substituiu parte da mão de obra. A população que permaneceu no território não precisava mais residir no campo. Tem-

se, então, um movimento de ocupação desses proprietários rurais para os pequenos núcleos urbanos, com a aquisição de residências e de lotes urbanos para a construção de barracões com fins de depósito dos maquinários.

Na sequência, antes de apresentar as representações de paisagem presentes nos relatos das expedições exploratórias do primeiro período (1870-1930), são fundamentais algumas considerações. Nota-se que, especificamente no que se refere ao território desta pesquisa, as informações presentes nos relatos das expedições exploratórias são de reconhecimento, para transpor as barreiras de navegabilidade, para identificar os potenciais hídricos do médio curso do Ivaí, bem como para verificar se havia ou não a presença indígena na região. Talvez pela própria logística de deslocamentos das frentes interessadas no interior do Paraná, ainda não completamente reconhecido e demarcado, sobretudo no que se refere ao território deste estudo, os relatos concentravam-se nos pontos mais conhecidos e já explorados e forneciam muitas informações sobre eles.

Quando as expedições seguiam rio Ivaí a montante, observa-se que os relatos fazem referência até à *Vila Rica do Espírito Santo*, localizada à margem esquerda, na foz do rio Corumbataí ao rio Ivaí, atual Município de Fênix. Já quando as rotas eram a partir de Guarapuava, os relatos demonstram inúmeras informações até a *Colônia Tereza Cristina*, hoje Distrito de Cândido de Abreu. Entretanto, Mota (2013) e Mota e Novak (2008) demonstraram que o rio Ivaí, em toda a sua extensão, já era percorrido por inúmeras expedições exploratórias desde os séculos XVI e XVII, por jesuítas e bandeirantes – entre outros –, e seu território já era ocupado pelos indígenas há oito mil anos do presente.

É válido explicar, também, que o termo “Ubá”, o qual aparece comumente nos relatos até a primeira década do século XX, referia-se à localização de uma área bem mais ampla do que a delimitada neste estudo, podendo ser compreendida à época como a extensão territorial entre Cândido de Abreu e Fênix, no percurso a jusante da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Fazem-se importantes esses destaques a fim de se compreender que foi nesse período de análise que o interesse pela apropriação privada das terras do médio curso do Ivaí foi intensificado.

Nesse sentido, chama a atenção como os relatos demonstram essa grande extensão de terras (Mapas 1 e 2). Em geral, as narrativas apresentam uma região inóspita, desabitada, selvagem, primitiva, inacessível pela terra e pelo rio. Aqueles que ousavam enfrentar os perigos das fortes correntezas e das “catarratas” do rio Ivaí eram chamados de “loucos” e seriam mortos, caso tentassem. A seguir, tem-se uma narrativa ainda presente em análises do século XXI, de

Straube²⁶ (2016, p. 9), que se fundamentou nos relatos das expedições de Tadeusz Chrostowski²⁷ (1910 a 1923):

[...] quase nada se sabia sobre essa inóspita região cuja civilização findava na colônia Teresa Cristina, dando lugar ao sertão longínquo, inacessível e temido. Os poucos mapas disponíveis apontavam apenas para um *hinterland*²⁸, cujos detalhes eram resumidos a pontos específicos descritos por aventureiros mais corajosos como Elliot, Bigg-Wither e os irmãos Borba. E, além de tudo, ainda havia os índios – tido como ferozes – sobre os quais o próprio Herman von Ihering declarou pessoalmente a Chrostowski desconhecer.

Straube (2016, p. 42) segue afirmando em seu texto que Chrostowski tinha como objetivo em suas expedições “[...] reconhecer outros tipos de paisagens e, especialmente, chegando àqueles que eram considerados os limites do Paraná ‘civilizado’, nas nascentes do rio Ivaí”. Nas palavras do próprio Chrostowski (1922), traduzidas por Straube (2016, p. 181):

[...] quase toda a porção noroeste do território do Paraná, preenchida principalmente pela bacia do médio e baixo rio Ivaí, é coberta totalmente por florestas virgens inabitadas, mais conhecidas como “sertão” ou selva. O último povoamento humano é encontrado a cerca de 30 km a jusante do rio Ubazinho, perto do Salto da Ariranha, no rio Ivaí; a distância dali até a desembocadura do Ivaí no rio Paraná é, em linha-reta, de 300 km, seguindo o curso do rio que é, evidentemente, muito maior.

O “último povoamento humano²⁹” a que se refere Chrostowski (STRAUBE, 2016, p. 181), para além da Colônia Tereza Cristina (atualmente Distrito de Cândido de Abreu), deveria

²⁶ Fernando Costa Straube é pesquisador de Ornitologia e autor da série “Hori Cadernos Temáticos” (HCT).

²⁷ Ornitológico-naturalista polonês (1878-1923) que teria realizado três expedições exploratórias no Paraná, documentando a “avifauna”, sendo a primeira de 1910 a 1911; a segunda de 1913 a 1915; e a terceira de 1922 a 1923. Apesar de já haver informações da região deste estudo e do rio Ivaí nas expedições anteriores, somente na última o trajeto tem o rio Ivaí e o território do médio curso como destinos. Por conta da própria profissão, os relatos de Chrostowski centram-se na fauna, com informações genéricas sobre a flora. Seus relatos foram traduzidos por Fernando Costa Straube (2016), sendo da obra dele as informações utilizadas nesta dissertação.

²⁸ Registra-se aqui que a tradução de *hinterland*, a partir de uma busca na internet via tradutor do *Google*, é *sertão* ou *interior*. Essa expressão também aparece nos relatos de Bigg-Wither (1873) ao se referir ao trecho do rio Ivaí do atual Distrito de Tereza Cristina, em Cândido de Abreu, até o atual Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, em Fênix, no encontro dos rios Corumbataí e Ivaí.

²⁹ A localização e as referências geográficas que compõem a citação de Chrostowski (1922), traduzidas por Straube (2016, p. 181), são questionáveis, visto que, de acordo com IBGE (2010), o rio Ubazinho nasce nas serras do território de Cândido de Abreu e deságua no rio Ivaí, exatamente no “Salto do Ubá”, atual “Corredeira da Cruz de Ferro”, em Cândido de Abreu (Mapa 17), bem distante do “Salto de Ariranha” (Ariranha do Ivaí). “[...] 30 km a jusante do rio Ubazinho”, coloca Straube (2016, p. 181), portanto não estaria próximo ao Salto do Ariranha, que se localiza a jusante do rio Ivaí, atual município de Ariranha do Ivaí. Estava, sim, mais próximo a Cândido de Abreu. A expressão “último povoamento humano” provavelmente referia-se à região ocupada, noticiada, conhecida e acessível, com caminhos e estradas, ao movimento privado de ocupação que avançava na região, sem considerar os indígenas e não indígenas que já habitavam o território entre os rios Ivaí e Corumbataí (Mapa 1).

se tratar dos indígenas e não indígenas que já habitavam o Salto do Ubá (Cândido de Abreu, margem direita do Ivaí). Ou seja, é possível inferir que o território localizado a partir do Salto do Ariranha, no rio Ivaí a jusante até a foz do rio Corumbataí, também no rio Ivaí (território deste estudo), era descrito pelos exploradores da época como um grande “sertão”, cuja demarcação só teria ocorrido posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da década de 1930. Todavia, inegavelmente, nota-se que o território já era conhecido muito antes.

Não é possível afirmar que tais relatos tenham sido discursos criados para a construção da ideia de vazio demográfico, mas com certeza foram apropriados para esse fim, basta observar que esse conceito ainda está presente na escrita de Straube (2016) e em inúmeras outras análises e memórias que cristalizam um discurso de pioneirismo desbravador. Os relatos analisados demonstram claramente a presença humana na região, contudo tratam de expressá-la como se fossem ocupações abandonadas ou dispersas em pequenos grupos, descaracterizando possíveis posse e uso da terra. Provavelmente, um dos objetivos fosse realmente este: relatar uma terra vazia, selvagem e sem dono, para justificar sua apropriação privada. No mais, eram utilizadas expressões que desqualificavam ou, na contramão, qualificavam os humanos como selvagens, a exemplo do uso dos termos “bugres”, “botocudos” e “caboclos”, destinados a nominar as populações indígenas, sobretudo os Xetá; e as não indígenas, as quais, por razões e origens a serem ainda investigadas, também já ocupavam a região.

Adicionalmente, é possível problematizar que, no processo entre o primeiro e o segundo período de análise (final da década de 1930 até 2000), os que promoveram a ocupação³⁰ desse território se utilizaram das informações contidas nos relatos dessas expedições exploratórias, a fim de justificarem um espaço vazio, sem dono, sem ocupação e sem uso do solo, com o objetivo de desapropriarem os diversos sujeitos que já coabitavam a região, dando-se, assim, a posse privada da terra e a expansão de um projeto nacional e estadual de ocupação de terras e de abertura de estradas, ferrovias e hidrovias.

Ao analisar Mota (1994, p. 19), verifica-se que a construção e a apropriação do discurso de “vazio demográfico” são muito mais amplas e complexas³¹, sendo projetadas por

³⁰ Nelson Dacio Tomazi (1997, p. 132) denomina esse processo de “(re)ocupação” e desenvolve fundamentada tese sobre isso.

³¹ Segundo esse autor, os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos, que fazem apologia a essa colonização, exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades; os livros didáticos, que são uma síntese das três fontes, repetindo para milhares de estudantes do Paraná a ideia de a região ser como um imenso vazio demográfico até o início da década de 1930, quando começou, então, a ser colonizada (MOTA, 1994, p. 19-20).

inúmeros agentes que poderiam estar alinhados ao projeto de “[...] economia nacional com suas ramificações internacionais”. Tomazi (1997, p. 295) afirma, inclusive, que “[...] o território que se situa ao norte do estado do Paraná já era conhecido e esquadrinhado por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam este espaço”. A afirmação de Tomazi (1997) se evidencia nos relatos das três expedições exploratórias analisadas, pois por onde elas passavam havia sempre um personagem que não fazia parte da expedição: construtores de canoas, alguém que cultivava milho, abóbora, batata, mandioca e outros alimentos, outros que passavam a compor as expedições como guias e trabalhadores.

Conforme informações do próprio engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Wither (1974, p. 6), ele estava a serviço de um projeto arquitetado pelo “Capitão Palm”, que pretendia “[...] abrir uma estrada pelo centro do continente sul-americano, do Atlântico ao Pacífico”, era a “estrada de ferro transbrasiliana”. Esse projeto contava com o fomento do governo brasileiro e “[...] das simpatias substanciais do Barão de Mauá”. A fase da qual participou Bigg-Wither consistia em explorar, demarcar e construir plantas para viabilização da construção da ferrovia, ligando o Paraná ao Mato Grosso. Para tanto, a equipe do “Capitão Palm” foi constituída de quatro grupos, assim organizados:

A turma de dezessete engenheiros e auxiliares seria dividida em quatro grupos, cada qual constituído de três engenheiros e um cartógrafo ou delineador. Os grupos I e II partiriam com seu material para Paranaguá e daí para Antonina, continuando juntos até Curitiba, capital da província. Deste ponto o grupo I começaria as operações, ocupando uma área de terra na região entre Curitiba e Colônia Teresa. O grupo II continuaria a viagem até o lugar por último mencionado e faria levantamento da parte do Vale do Ivaí, entre Colônia Teresa e a Corredeira de Ferro (um ponto no mesmo rio, presumivelmente cerca de trezentas milhas abaixo de Colônia Teresa). Os grupos III e IV tomariam a seu cargo a exploração da região entre Miranda e Corredeira de Ferro, começando do fim de Miranda (BIGG-WITHER, 1974, p. 28).

Bigg-Wither era o engenheiro responsável pelo grupo II, ou seja, tinha como missão explorar e mapear o rio Ivaí, iniciando em Colônia Teresa (Distrito de Tereza Cristina - Cândido de Abreu) a jusante até a Corredeira de Ferro, localizada no Município de Guaporema (esquerda) e Mirador (direita), quando deveria encontrar os integrantes do grupo IV.

Ao que tudo indica, fundamentando-se nas narrativas de Bigg-Wither (1974), o trajeto a ser realizado pelo grupo II era justamente o curso mais complexo do rio Ivaí, tido como inapropriado para navegação, cujas regiões ainda eram “incultas e desconhecidas” quanto à hidrografia e à geografia, mas as notícias e os “mapas” já produzidos demonstravam um trecho

com muitas corredeiras e “cataratas” (saltos) a serem transpostos. Isso tornava o Ivaí, nesse trecho, inavegável, havendo a necessidade da construção da ferrovia até a chamada Corredeira de Ferro, quando então se poderia dar continuidade pela via fluvial.

O território do médio curso do Ivaí, objeto desta pesquisa, está localizado nesse trajeto do grupo II, especificamente do Salto do Ariranha a jusante até a foz do rio Corumbataí, no Ivaí (Mapa 1). Bigg-Wither (1974, p. 272) relata que o “Capitão Palm” morreu e seu grupo perdeu contato com os grupos III e IV, o que deixou seu grupo sem a definição se o término dos trabalhos se daria na Corredeira de Ferro ou na própria foz do Ivaí, no rio Paraná. Sem notícias, Bigg-Wither tomou a decisão de reverter o traçado, recomeçando-o a partir do rio Paraná, a montante do rio Ivaí, até a Colônia Teresa. Isso porque o único ponto de reabastecimento do grupo II era a Colônia Teresa e, ao seguirem rio Ivaí a jusante, ficavam cada vez mais longe dos mantimentos. Revertendo o trajeto, o plano de Bigg-Wither foi descer o rio e estabelecer “bases de suprimentos” para prosseguir, depois, com a equipe exploratória:

Conjuntamente com os preparativos, ficara entendido o prosseguimento das explorações do mesmo sentido até aqui, até chegar a um ponto determinado no mapa, chamado Salto de Ariranha. Ali seria proposto o estabelecimento e manutenção de um grande depósito de provisões e material que, na verdade, iria formar uma nova base de operações a umas cem milhas mais perto de nós que a de Colônia Teresa. Olhando-se para o mapa que acompanha este livro, ver-se-á que existe um ponto, cerca de outras cem milhas abaixo do Ivaí, chamado Vila Rica. Esse ponto assinala o fim de uma série de longas e perigosas cataratas, que fica entre ele e o Salto de Ariranha. Aqui também ficará decidido o estabelecimento de outro depósito (BIGG-WITHER, 1974, p. 273).

Nessa citação, fica clara a delimitação do médio curso do Ivaí como desafio a ser enfrentado, mencionando Salto do Ariranha e Vila Rica como pontos para instalação de acampamentos e de postos para depósitos de provisões e de materiais. Evidenciam-se, também, as dificuldades de navegabilidade do rio Ivaí em virtude de suas correntezas.

As narrativas de Thomas P. Bigg-Wither (1974) traçam uma paisagem extremamente abundante de inúmeras espécies de árvores, aves, insetos, peixes e animais. Uma vida na “selva” regada de muitas caças, pescas e dificuldades diante da geografia e da hidrografia do rio Ivaí. Ao relatar sua chegada ao rio Ivaí, via *Colônia Teresa* (atual Distrito de Tereza Cristina), ocorrida em maio de 1873, Bigg-Wither (1974, p. 132) narra sua posição em relação à altitude do relevo.

Então pareceu que a trilha de mulas serpeava ao longo da beira do precipício,

que caía verticalmente por uns duzentos pés, continuando depois em declive por outros mil pés mais ou menos, até chegar à planície da floresta do Vale do Ivaí.

Ele se depara, conforme o descrito, com uma depressão, a qual se acentua em declive cada vez mais ao se aproximar do povoado, à época *Colônia Teresa*. Por conta dessa declividade e da localização da colônia, à margem direita do Ivaí, denomina-a “Vale do Ivaí”.

Em toda a vasta extensão de floresta descortinada abaixo de nós havia apenas uma pequenina aldeia, com uns quatrocentos habitantes ao todo, o restante ainda se encontrando em estado natural, como fora por milhares de anos, habitado somente por feras e índios selvagens (BIGG-WITHER, 1974, p. 132).

O relato acima refere-se ao momento em que a expedição de Bigg-Wither (1974) avistou a atual Tereza Cristina e à surpresa do narrador com o que viu, sobretudo com a baixa altitude da região em relação aos lugares que ele vinha percorrendo. Desvelou-se um relevo montanhoso e em formato de vale. Ali em *Colônia Teresa*, Bigg-Wither preparou-se com a equipe para descer o rio Ivaí. As informações que ele possuía sobre esse rio eram de que era perigoso, com muitas corredeiras e saltos, florestas densas às margens, morros e barrancos íngremes.

Nesse período, final do século XIX e início do século XX, as narrativas das expedições exploratórias expressam que o percurso do rio Ivaí, no trecho entre o Salto do Ariranha a jusante até a foz do rio Corumbataí, no Ivaí, era composto por florestas virgens, originais e silenciosas, as quais foram descritas por Bigg-Wither (1974, p. 272) como “incultas e desconhecidas”.

A flora, segundo ele, era composta por “[...] perobeiras gigantescas, vetustos cedros e enormes figueiras silvestres” (BIGG-WITHER, 1974, p. 284). Nada de estradas, a única forma de transitar era a via fluvial ou a pé por picadas que estavam abertas e já “abandonadas” ou que iam sendo abertas pelos membros das expedições.

Bigg-Wither (1974) relata que, de madrugada, até o nascer do dia, a mata era tomada por um nevoeiro, com a umidade do ar e o frio. Ao longo do dia, o sol forte e a mata fechada abafavam e o ar se tornava quente. Ao entardecer, era a vez de mosquitos, pernilongos e abelhas atacarem. Toda informação relacionada a humanos nessa região era colocada por ele como “selvagens”, “primitivos”, ou pela existência de “bugres”, “botocudos” e “brasileiros” (caboclos). A fauna era composta por “feras” e aparece o reconhecimento de “terras férteis e roxas”.

Os relatos de Bigg-Wither (1974, p. 280-281) demonstram, também, que ele seguiu

pelo rio Ivaí até o Salto do Ariranha, atual Município de Ariranha do Ivaí³². Desse ponto em diante, não há registros de que ele próprio tenha concluído a descida pelo rio Ivaí até sua foz, como era planejado. Entretanto, nos seus relatos datados de 16 de agosto de 1873, consta que membros de sua expedição seguiram “rio abaixo”:

[...] o levantamento até o Salto de Ariranha tinha sido completo e a nossa ida, de acordo com o novo esquema de trabalho, a Vila Rica e Corredeira de Ferro, tinha se realizado. Curling e Vander Meulen (o novo companheiro) haviam descido o rio com destino a esses lugares, levando umas seis canoas ou mais e cerca de vinte e cinco homens. Uma roça estava sendo preparada ao lado oposto do acampamento, como salvaguarda contra a escassez de suprimentos no futuro, o que nos permitia, ao mesmo tempo, dar trabalho aos homens ultimamente encarregados do depósito. Fiquei no Ariranha, agora a nova posição-chave de toda a nossa linha de comunicações (BIGG-WITHER, 1974, p. 280-281).

Diante do relato acima, Curling e Vander Meulen, inevitavelmente, passaram pelo restante do território deste estudo, que, à época, era chamado por Bigg-Wither de “Vale Selvagem do Ivaí” (1974, p. 312). O cultivo de alimentos por meio das chamadas “roças” também resta evidenciado. Como Bigg-Wither (1974) permaneceu no acampamento localizado no Salto do Ariranha, as narrativas constantes de suas aventuras praticando a caça, a pesca e a exploração das matas na localidade revelam a abundância da fauna e da flora.

Peixes de muitas espécies, desde o delicado lambari, que se parece com o arenque, até o régio dourado, ou salmão brasileiro, aparecia primeiro. Enormes costelas de antas ou quartos de veado eram, em seguida, servidos, pois a caça era tão abundante nessa época, nas vizinhanças do Salto, que bastava levar os cães para o lado oposto da enseada, soltá-los na margem, no rastro de uma anta ou de um veado, para eles os conduzirem ao rio dentro de uma hora. [...] Os peixes eram igualmente abundantes e grande variedade era pescada. Nas águas profundas e mansas da enseada, os gordos e lustrosos surubins se apinhavam. Cascudos em grande número eram apanhados de noite em redes e, bem perto do local de desembarque, os deliciosos e pequenos lambaris podiam ser fígados, em certas ocasiões, logo em que o anzol era posto na água (BIGG-WITHER, 1974, p. 276).

Já naquela época, o dourado era retratado como o peixe mais procurado no rio Ivaí. Sobre ele, Bigg-Wither (1974, p. 277) escreveu: “[...] é preto e dourado. É o mais bonito dos

³² Município localizado à margem esquerda a jusante do rio Ivaí, limite do território desta pesquisa, divisa com o Município de Manoel Ribas. Geograficamente, está inserido no território do médio curso do Ivaí. É um local sempre citado nas narrativas dos viajantes pelas dificuldades de transpô-lo pela via fluvial. Dentro do território de estudo, trata-se do local que Bigg-Wither relata passagem e acampamento, inclusive com a captura de um grupo de 27 “botocudos”, possivelmente último grupo Xetá ainda sobrevivendo na região.

peixes de rio e o mais procurado”. Quanto ao rio e à floresta, narrou:

O rio, nessa parte, se subdividia em numerosos pequenos canais, por causa das ilhas, por onde, entre muralhas aromáticas de flores e dominado pelas copas leves do gracioso ubá, a água, ainda branca de espuma produzida pelo salto, encrespava-se e tremeluzia como alguma coisa que tivesse vida, sobre o leito transparente de pedregulhos ou seixos. A salubridade absoluta do clima, nesta época, e a sensação completa de liberdade agreste que nos rodeava dava a tudo um encanto impossível de ser descrito (BIGG-WITHER, 1974, p. 277).

Bigg-Wither (1974, p. 284) relatou, ademais, que o “[...] silêncio da floresta era quebrado apenas pela nota melancólica e suave das pombas”. Exceto pela caça, pela pesca, pelo plantio de pequenas roças pelos não indígenas, pela abertura de trilhas, pela confecção de canoas, pela construção de ranchos para os acampamentos dos ocupantes da expedição e das moradias indígenas encontradas nas florestas, não há relatos de Bigg-Wither quanto a outras formas de interferência humana na natureza.

De acordo com os relatos, Bigg-Wither (1974, p. 241-312) permaneceu vivendo no Salto do Ubá e no Salto do Ariranha de maio a agosto de 1873. As narrativas que faz sobre os momentos empreendidos para transpor esses dois saltos conservam ricos detalhes sobre o leito do rio e a composição da natureza às suas margens. Ele relata que os moradores da *Colônia Tereza*, para além dos perigos do rio, tinham muito medo de descê-lo rumo aos referidos saltos, para não encontrarem os “bugre brabo”³³.

Segundo Bigg-Wither (1974, p. 242), da equipe que estava com ele na expedição, apenas o “caçador Hipólito” havia descido o Salto do Ubá, há muito tempo, e não nutria nenhum desejo de ir até ele de novo. Contudo, para dar sequência ao propósito da expedição, Bigg-Wither precisava encontrar os saltos, enfrentar os perigos, reconhecer a região e romper o medo que os “brasileiros”³⁴ tinham, sobretudo os indígenas que lá viviam. No dia em que passou pelo Salto do Ubá³⁵, dentre os inúmeros detalhes, escreveu:

³³ Mota e Novak (2008) analisaram os relatos de Bigg-Wither e os relatos de outras expedições exploratórias pela Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Um dos resultados foi a constatação que os indígenas chamados de “bugres” ou de “botocudos” eram os Xetá. No Salto do Ariranha, Bigg-Wither (1974) capturou um grupo dessa população, o qual passou a conviver com os componentes da expedição de Bigg-Wither e adoeceu.

³⁴ Denominação de Bigg-Wither (1974, p. 254) aos não indígenas que moravam na região, sobretudo em *Colônia Tereza*, e que eram recrutados para trabalhar na expedição exploratória. Sobre eles, caracteriza-os pelo “[...] orgulho absurdo do nascimento livre que, num país em que a escravidão era ainda uma instituição, os tornava exageradamente sensíveis quanto ao modo de tratamento pelo patrão e, segundo, um medo doentio do *bugre brabo* ou índio selvagem”.

³⁵ Hoje denominado pelos pescadores de “Corredeira da Cruz de Ferro”, um dos pontos de pesca proibidos pela Portaria do IAP nº 138/2018 (Mapa 16).

[...], ouvimos o ronco de uma “corredeira”. [...], o rio se alargava de margem a margem [...], a corredeira estava subdividida em centenas de pequenas cascatas, [...] formavam o mais lindo espetáculo. [...] uma curva fechada do rio, um morro elevado interveio, interceptando o som. Outra curva fechada e, após remarmos com empenho por um quarto de hora, defrontamos com outra corredeira, [...] situada acima do verdadeiro Salto e de uma enseada de água serena e profunda separando os dois. Atravessando o tumulto barulhento da corredeira diante de nós, a pulsão profunda do próprio Ubá já se tornava audível. [...] parecia ser longa e agressiva, predominando nela, sinistramente, a água cheia de espuma. [...] A Catarata que roncava à nossa frente era [...] o verdadeiro Salto (BIGG-WITHER, 1974, p. 244-246).

Ao descerem o Salto do Ubá, transcrevendo um longo trecho de riscos, batidas em paredões e rochas, canoas que viraram, entre outros problemas, Bigg-Wither (1974, p. 246-249) e os dois homens (“brasileiros”) que estavam presentes teriam feito o reconhecimento da floresta, subindo por terra até a cabeceira do Salto, pela margem direita (atual Município de Cândido de Abreu), em busca de averiguar a presença de indígenas. Na cabeceira do Salto do Ubá, deságua no Ivaí o rio Ubazinho, sobre ele Bigg-Wither relata que, justamente nesse ponto, teria adentrado a mata e encontrado picadas, e a experiência dos dois homens “brasileiros” que estavam com ele o levou a concluir que nas picadas “[...] não havia nenhum vestígio do uso do facão, como seria o caso se o trabalho fosse de algum caçador brasileiro”. Era uma picada feita pelos “bugres” e que há muitas semanas não era utilizada, pois “[...] não havia galhos recentemente quebrados” e já havia brotos de bambus e de outras plantas a obstruí-la.

Ele explica também que: “[...] mais a adiante do Salto, o rio Ivaí se alargava novamente, aparecendo ilhotas cobertas de um junco alto e gracioso chamado ‘ubá’, que foi quem deu o nome à cachoeira”. E Bigg-Wither (1974, p. 247) conclui que “[...] não havia índios no Ubá” e que o tinha navegado “do princípio ao fim”. Mais adiante, revela que ficou dez dias no Salto do Ubá e que foi esse o tempo mais agradável que viveu nos três anos que passou no Brasil.

Bigg-Wither (1974, p. 261) apresenta as diferenças hidrográficas e geográficas do baixo e médio Ivaí, narrando que “[...] o Ivaí, numa distância de cerca de nove milhas acima do Salto do Ubá, é notável pela sua grande profundidade e a lentidão geral de sua correnteza”. Situação bastante diferente constatada por ele sobre o Salto do Ubá – a jusante até o ponto onde deságua no Ivaí o Corumbataí –, que é marcado por um leito sinuoso, cheio de corredeiras, saltos, entre um relevo em formato de vale³⁶.

³⁶ De acordo com Bravard e Stevaux (2010), a geologia do médio Ivaí tem formação de serra geral oriunda de lavas basálticas. Apresenta diversidade paisagística natural e heterogênea, a qual se tornou complexa na medida em que se sucederam diferentes fases de ocupação do território. Os Mapas 4 e 5 corroboram a análise desses autores. Disponível em:

Relata Bigg-Wither que, por conta dessa mudança “[...] de caráter do rio nessa parte, surge uma nova espécie de réptil, o jacaré”. Entre os muitos relatos de caça descritos por Bigg-Wither, estão a captura de antas, veados, jacarés, jaguatiricas, onças-pintadas, porcos. Nesse sentido, um relato que chama a atenção e revela a interferência humana na natureza, praticada pelos componentes da expedição exploratória, dá-se em uma passagem em que Bigg-Wither escreve sobre a cadeia alimentar da onça.

A bala atingiu em cheio o alvo e quando cheguei ao local, encontrei a fera morta [...]. Era minha velha conhecida, a jaguatirica ou onça-pintada, cuja propensão para a pilhagem atrevida se tornará já bastante conhecida. A audácia extrema desse animal era provavelmente devido ao fato de ter ele família ali perto, na floresta, que dependia de seus esforços, pois era uma fêmea magra e descarnada, quase esquelética. O alimento principal da onça é o jacu (penélope) que, como foi dito antes, abunda nessas florestas e é tão fácil de matar quanto galinha de terreiro. A presença de nossa expedição teve o efeito de diminuir consideravelmente o número dessas aves nos seus retiros, à margem do rio. Como consequência lógica, as várias espécies de onças tiveram as suas fontes de suprimentos deploravelmente diminuídas. Daí a audácia de entrar em nosso acampamento à noite, roubando-nos em nossas barbas (BIGG-WITHER, 1974, p. 271).

Os relatos que evidenciam a presença e as ações desenvolvidas pela expedição de Bigg-Wither no Salto do Ariranha (atual Município de Ariranha do Ivaí), a exemplo dos que se referem ao Salto do Ubá (atualmente conhecido como Corredeira da Cruz de Ferro - Mapa 17), demonstram um trecho do rio Ivaí com um curso sinuoso, declividades, impróprio para a navegação, mas com fauna, ictiofauna e flora abundantes para o exercício da pesca e da caça.

Como no Salto do Ariranha foi montado um depósito de materiais e de mantimentos da expedição, que seguia a jusante do rio Ivaí, Bigg-Wither passou mais tempo ali e relata sua caçada aos indígenas Xetá, os quais ainda habitavam o território do médio curso do Ivaí, possível e estrategicamente adentrando esse ponto do território temido por todos para isolarem-se do contato e das ações dos não indígenas. A captura do grupo de vinte e sete Xetá (computando um que nasceu no acampamento) contou com a ajuda do índio Caiuá, chamado Luco, que passou a compor a expedição no Salto do Ariranha. Bigg-Wither (1974, p. 280-312) descreve detalhadamente essa ação, que passou por perseguição na floresta, resistência e estratégias dos Xetá para se comunicarem e se esconderem, costumes e hábitos desses indígenas, a convivência deles no acampamento com os não indígenas, o envio de vinte e cinco deles para a *Colônia Tereza* e suas mortes no percurso, sobrevivendo apenas dois do grupo

Xetá.

Após a captura desse grupo indígena e as mortes ocorridas por afogamento e doenças, no acampamento localizado no Salto do Ariranha, Bigg-Wither (1974, p. 312) teria ficado “desgostoso” e “uma ou duas semanas” depois das mortes recebeu a notícia que deveria fazer “uma expedição a uma parte distante da Província do Paraná” e narra ao leitor “[...] um longo adeus ao Rio Ivaí, até onde, pelo menos, as páginas presentes lhe dizem respeito”.

A expedição exploratória de Tadeusz Chrostowski, realizada cinquenta anos depois de Bigg-Wither, contribuiu com narrativas sobre a paisagem no período de análise, também retratando uma paisagem que ainda não demonstrava grande interferência humana. Tanto Bigg-Wither (1873) quanto Chrostowski (1922-1923 apud STRAUBE, 2016, p. 5) reportam a região do território do médio curso do Ivaí como um “grande ‘sertão’, constituído principalmente por florestas nativas”.

A esse respeito, Chrostowski (1922 apud STRAUBE, 2016, p. 184), no momento dos preparativos para a expedição fluvial pelo rio Ivaí a jusante, a partir do Distrito de Tereza Cristina, retrata suas dificuldades com “[...] canoas (isto é barcos feitos de troncos de árvores)”, cuja “manufatura” exigia “[...] cerca de um mês”; também relata que a viagem duraria quatro meses, sendo necessário levar alimentos para todo o período, pois o “[...] rio segue um verdadeiro deserto em que é impossível obter além da pesca e da caça”; que era muito difícil envolver as pessoas da região na viagem por ser o “rio Ivaí ainda muito pouco conhecido”, com mapas elaborados tendo apenas relatos curtos como fontes, sem medições; que o medo dos moradores de participar da expedição também se dava devido às histórias que circulavam sobre “expedições francesas e inglesas” que não teriam conseguido fazer o percurso, tendo voltado ou morrido no trajeto via rio Ivaí.

[...] sem dúvidas, um enorme espaço que se estende a oeste de Salto de Ubá até a foz do rio Ivaí no rio Paraná constitui-se de uma das maiores e menos conhecidas florestas intactas do mundo. E, indiscutivelmente, ali não há habitantes além de grupos indígenas errantes, dentre eles os silenciosos Botocudos.

Por todo o trecho do rio, a partir de Salto da Ariranha há malária. Ali, o enorme poder dos insetos: mosquitos grandes chamados de ‘borachudos’ e dos pequenos ‘pólvoras’, bem como moscas de cavalo, pode ser sentido já a partir de Salto de Ubá. Entretanto, o aspecto mais perigoso está no próprio rio por suas cachoeiras, corredeiras e constantes inundações. E isso não é à toa. Todas as pessoas que moram nas margens do Ivaí em sua parte superior são conscientes disso e não têm coragem de segui-lo. De uma delas, por exemplo, ao comentar sobre nossas intenções escutamos: “Todos vão morrer no rio” (CHROSTOWSKI, 1922 apud STRAUBE, 2016, p. 184-185).

As evidências do desconhecimento e de informações assustadoras sobre o referido trecho do rio Ivaí aparecem claramente nos relatos analisados, o que justifica a ideia de que, até o final da década de 1930, a fauna e a flora desse território recebiam interferência – das poluições indígenas e de pouquíssimos não indígenas, chamados de caboclos ou “brasileiros” –, mas sem grandes transformações. As expedições exploratórias, de certo modo, interferiram na natureza ao transporem os perigos de navegabilidade do rio Ivaí, reconhecendo a floresta e retirando dela madeiras, aves, animais, indígenas; abrindo picadas e construindo ranchos e canoas.

Conforme as datas e as informações contidas nos rótulos encontrados nas latas em que eram armazenadas as coletas para pesquisas, assim como os respectivos relatos que iam sendo produzidos por Chrostowski (1922 apud STRAUBE, 2016, p. 189), resta claro que ele conseguiu completar o percurso e, conseqüentemente, passou pelo território do médio curso do Ivaí. Em 15 de janeiro de 1923, concluiu sua expedição pelo rio Ivaí, chamada “Expedição Zoológica Polonesa ao Brasil”, cujas narrativas foram traduzidas por Straube (2016).

Assim como as expedições de Bigg-Wither e Chrostowski, existem relatos de outras expedições realizadas durante os séculos XVIII, XIX e início do século XX (Quadro 5), todas com fins de reconhecimento e de demarcação de terras para o governo e/ou estudos para utilização dos rios como meio de transporte ou construção de estrada e/ou ferrovia para interligar o Paraná aos estados de São Paulo e de Mato Grosso, estes, por sua vez, à Argentina e ao Paraguai.

É preciso considerar, ainda, os contextos ideológico e acadêmico europeus de formação dos componentes dessas expedições. Esse contexto influenciou e fundamentou muitas das narrativas desses personagens sobre a paisagem, a ocupação e o uso da terra, a exemplo de Bigg-Wither e de Chrostowski, que eram naturalistas.

Nesse sentido, nas três primeiras décadas do século XX, à medida que sujeitos externos (homens pobres, posseiros, caçadores, capitalistas, agrimensores, pesquisadores e o próprio governo de Estado, por meio de seus agentes) despertaram o interesse capitalista pela região, dando início ao processo de ocupação das terras às margens do médio curso do Ivaí, também surgiram outros sujeitos que, em seus relatos, demonstram as resistências e as denúncias contra esse processo que, nesta pesquisa, considera-se devastador perante a cobertura florestal, por instituir novas formas de apropriação, de uso e de manejo do solo. Tais resistências e denúncias são encontradas em relatos de outras expedições exploratórias, como as realizadas por Edmundo Alberto Mercer, o “Toca Mercer” (1913-1926). Entretanto, é válido ressaltar que a postura adotada por Mercer, obviamente, também está imbuída de intencionalidades.

De acordo com Luiz Leopoldo Mercer³⁷ (1978), em abril de 1910, “Toca Mercer” foi contratado pela firma Colle, Weiss & Cia³⁸ para reconhecimento da região do Paraná, com propósito de construção da estrada “Paraná-Mato Grosso” e, a exemplo de Bigg-Wither (1974), iniciou sua expedição pelo rio Ivaí, tendo como referência sua nascente. Na primeira expedição (1910), conforme escreve Luiz Mercer (1978, p. 55), “Toca Mercer” teria partido “[...] rumo a foz do rio do Peixe ou Ubazinho³⁹ no rio Ivaí, onde Toca começou os primeiros estudos técnicos para levar a bom termo sua empreitada”. No dia 16 de abril de 1910, teria acampado nas proximidades do “Salto das Ariranhas, no rio Ivaí”.

Luiz Mercer (1978) afirma que, em suas atividades de agrimensor, seja a serviço da empresa Colle, Weiss & Cia ou do Estado, como Comissário de Terras, “Toca Mercer” teria percorrido o rio Ivaí em 1910, 1914, 1918, 1923 e 1926. Pelas narrativas, em todas as explorações passou pelo território do médio curso do Ivaí, mas sem muitas referências com relação à paisagem, exceto pelos registros presentes nos escritos de Luiz Leopoldo Mercer (1978) e em suas publicações no jornal *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa. A saber, em 1913, denunciou que as terras “públicas” e “devolutas” localizadas entre os rios Ivaí e Corumbataí estavam sendo usurpadas pela ação dos “audazes *Bendengozistas*”.

Apesar de seus relatos conterem críticas às formas de apropriação privada da terra no Paraná, sobretudo quanto aos meios de aquisição e de legitimação de posse, com destaque para as terras do território deste estudo – as quais chamava de “Fazenda do Ubá” ou de “O Bendengó do Ubá”; e de *Bendengozistas* (MERCER, 1978, p. 72 a 96) os que se moviam para legitimar a posse privada dessa extensa área de terra –, suas narrativas também pautavam-se em apresentar um território vazio e despovoado, afirmando que “[...] cultura e morada na Fazenda Ubá, [...] só a dos botocudos”.

Ao questionar as demarcações das terras localizadas entre os rios Corumbataí e Ivaí, relata ser impossível o estabelecimento de divisas tão precisas, visto que a região “a esse tempo jazia nas trevas do desconhecido”, “nunca fora uma só árvore abatida pelo golpe do machado do civilizado” e os terrenos nunca “foram palmilhados pelo homem” (MERCER, 1978, p. 75).

³⁷ Luiz Leopoldo Mercer: nascido em 04/04/1912, filho de Edmundo Alberto Mercer (“Toca Mercer”).

³⁸ Empresa privada que atuou nas primeiras décadas do século XX, com concessão do Estado, em projeto de abertura da Estrada do Paraná-Mato Grosso (PARANÁ, 1910, p. 101-102). Essa estrada se tornaria a conhecida Estrada Boiadeira, no Paraná.

³⁹ Citação inserida pela autora desta pesquisa para explicar que, de acordo com pesquisa no *Google Earth* e com os conhecimentos a campo da geografia e da hidrografia locais, o rio do Peixe, também chamado de rio Alonzo (ver Figura 21), deságua no rio Ivaí, à margem direita, no Município de Grandes Rios. Do lado esquerdo, de frente à foz do rio do Peixe, está o Município de Lidianópolis. Já o rio Ubazinho deságua no rio Ivaí pela margem direita, no Município de Cândido de Abreu. Portanto, há uma divergência nos relatos.

Luiz Leopoldo Mercer (1978, p. 55-58) transcreve uma das muitas cartas de “Toca Mercer”. Nela consta um relato de uma manhã de 29 de julho de 1910, quando “Toca Mercer” teria saído com seu funcionário João Felix para “completar uma medição” em uma “picada feita nas vésperas”, então eles se depararam com a possibilidade de uma caça. De acordo com o relato, era um “tigre belo e majestoso”. Durante a saga da caça, que foi longa e detalhadamente registrada em carta, “Toca Mercer” fala das dificuldades de percorrer as matas densas, onde “mal se enxergava a um metro de distância”.

De acordo com Luiz Mercer (1978), “Toca Mercer” chamava toda a região pertencente a Guarapuava, incluindo, naquela época, o território do médio curso do Ivaí, de *Far West*⁴⁰, pela qual o Estado deveria zelar se quisesse “[...] equilibrar nossas finanças e fazer de nosso Estado um dos mais prósperos departamentos da União Brasileira” (MERCER, 1978, p. 162). No que tange à região deste estudo, afirmava que:

[...] na recortada e profunda bacia do Corumbataí, que abrange uma superfície de 200.000 hectares, interrompe-se, na parte que tratamos, a chamada guarapuavana e cessam os pinheirais e ervais para dar lugar a uma das regiões mais onduladas que conhecemos no Estado, se bem que composta de matas virgens de terras humo-argilosas de notável fertilidade (MERCER, E., 1928 apud MERCER, L., 1978, p. 159).

Nesse ponto, Mercer estabelece as diferenças na paisagem encontrada no médio Ivaí em relação às que estava acostumado a ver em outras regiões do Paraná, especificando o que encontrou na Bacia do Corumbataí e reconhecendo a fertilidade das terras, que ainda estavam compostas por matas originárias. Destaca, também, a declividade do relevo e sua ondulação, dialogando com Bigg-Wither (1974) que, no final do século XIX, denominou o território de Vale do Ivaí.

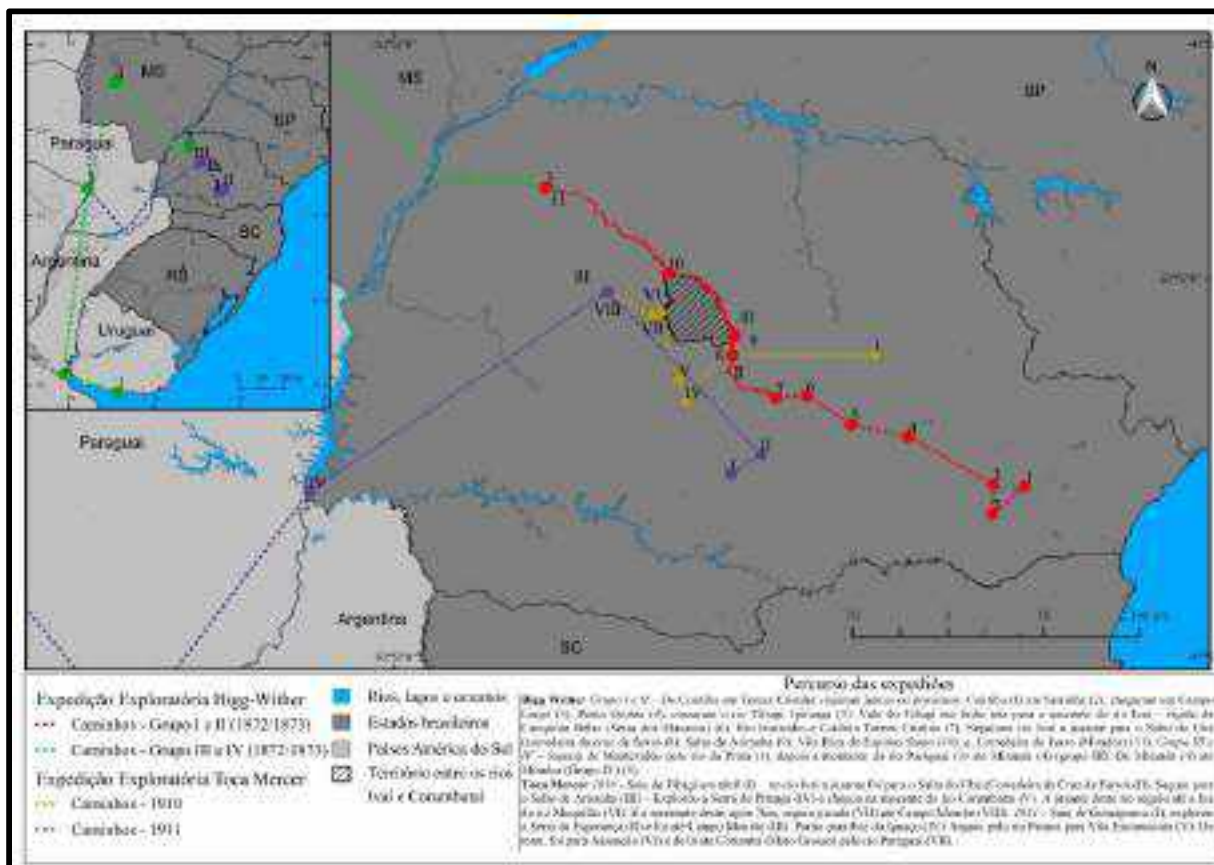
Vários interesses motivaram as inúmeras expedições exploratórias que percorreram o médio curso do Ivaí desde o século XVI, conforme demonstram os Quadros 4 e 5. Entretanto, o movimento de ocupação privada se deu em decorrência do projeto que pretendia ligar o Paraná ao Mato Grosso e, para tanto, era necessário transpor as barreiras impostas naturalmente pelo rio Ivaí.

As três expedições evidenciam em seus relatos que o rio Ivaí não era navegável desde o Salto do Ubá a jusante até a foz do Corumbataí, no Ivaí, nas proximidades das ruínas de *Vila Rica do Espírito Santo* (atual Município de Fênix, à margem esquerda). Tal situação levou a

⁴⁰ Significado: Oeste selvagem.

alterações nos projetos de construção de estradas, ferrovias e na utilização fluvial do rio Ivaí. O Mapa 6 mostra como esses projetos foram pensados e como foram sendo alterados conforme os componentes das explorações iam reconhecendo e estudando o rio Ivaí⁴¹.

Mapa 6 – Rotas de expedições exploratórias e o projeto de ligação Paraná-Mato Grosso



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Ao longo da análise dos relatos das três expedições exploratórias, também foi possível extrair informações quanto à constituição da fauna e da flora presentes no território do médio curso do Ivaí, das quais foram selecionadas as principais. Elas seguem organizadas no quadro abaixo, o qual retrata a dimensão, a multiplicidade e a riqueza natural que compunham o território entre os séculos XIX e XX.

⁴¹ Alterações de projetos, intenções e financiamentos públicos constatadas, também, em vários dos Relatórios de Governo do Paraná apresentados à Assembléia Legislativa. Entre eles, destacam-se os relatórios de 1865 (p. 29), 1866 (anexo A, p. 1-20), 1870 (apontamentos, p. 1-6), 1872 (p. 46-53), 1875 (p. 19-22), 1876 (p. 73-74) e 1877 (p. 76-79). Estes e outros relatórios, a exemplo dos Relatórios de Governo e de Secretários de Governo de 1901, 1908, 1910, 1911, 1912, 1913 e 1922 – que também conservam inúmeras informações sobre o território e as intencionalidades de usos dos recursos da natureza –, estão disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>.

Quadro 1 – Registros de fauna e flora pelas expedições exploratórias dos séculos XIX e XX

Aves		Insetos	Animais	Peixes	Árvores
Papagaio (<i>Amazona aestiva</i>)	Biguá (<i>Nannopterum brasilianus</i>)	Mosca (<i>Musca domestica</i>)	Lontra (<i>Lutrinae</i>)	Cascudo (<i>Loricariidae</i>)	Peroba-rosa (<i>Aspidosperma polyneuron</i>)
Periquito (<i>Brotogeris tirica</i>)	Biguatinga (<i>anhinga anhinga</i>)	Berne (<i>Oestridae</i>)	Veado (<i>Cervus elaphus</i>)	Dourado (<i>Salminus maxillosus</i>)	Figueira (<i>Ficus</i>)
Arara (<i>nodorhynchus hyacinthinus</i>)	Pato (<i>Anas platyrhynchos</i>)	Abelha (<i>Apidae</i>)	Porco do mato (<i>Pecari tajacu</i>)	Suribim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>)	Cedro (<i>Cedrela fissilis</i>)
Águia (<i>Urubitinga coronata</i>)	Pato-mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>)	Marimbondo (<i>Gymnopolybia vicina</i>)	Capivara (<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>)	Lambari (<i>Astyanax</i>)	Bambu (<i>Bambuseae</i>)
Tucano-de-bico-verde (<i>Ramphastos dicoloris</i>)	Corvo (<i>Corvus corax</i>)	Borrachudo (<i>Simuliidae</i>)	Cutia (<i>Dasyprocta</i>)	Pintado (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>)	Cabreúva Preta (<i>Myrcarpus Frondosus</i>)
Gaviões (<i>Harpia harpyja</i>)	Garça (<i>Casmerodius albus</i>)	Mosquito (<i>Culicidae</i>)	Macaco bugio (<i>Alouatta guariba</i>)	Mandi (<i>Pimelodus</i>)	Palmito (<i>Bactris gasipaes</i>)
Milhano/milhafre (<i>milvus</i>)	Socó (<i>Butorides striata</i>)	Carrapato (<i>Ixodida</i>)	Jaguar (<i>Panthera onca</i>)		Pau d'alho (<i>Gallesia integrifolia</i>)
Uru (<i>Odontophorus capueira</i>)	Socó-jararaca (<i>Tigrisoma fasciatum</i>)	Lagarta (<i>Spodoptera</i>)	Quati (<i>Nasua</i>)		Guaritá (<i>Astronium graveolens</i>)
Pomba (<i>Columbidae</i>)	Martim-pescador (<i>Chloroceryle aenea aenea</i>)		Jaguatirica (<i>Leopardus pardalis</i>)		
Jacu (<i>Neomorphus geoffroyi dulcis</i> Snethlage)	Cuitelão (<i>Jacamaraicyon tridactyla</i>)		Paca (<i>Cuniculus paca</i>)		
Jacutinga (<i>Aburria jacutinga</i>)	Araçari-banana (<i>Pteroglossus bailloni</i>)		Tamandua-mirim (<i>Tamandua tetradactyla</i>)		
Surucua (<i>Trogon collaris eytoni</i> Fraser)	Juruva (<i>Momotidae</i>)		Sucuri (<i>Eumectes</i>)		
Audorinha (<i>Hirundinidae</i>)	Pica-pau (<i>Picidae</i>)		Ariranha (<i>Pteromura brasiliensis</i>)		
			Onça-pintada (<i>Panthera onca</i>)		
			Jacarê-de-papo-amarelo (<i>Caiman latirostris</i>)		

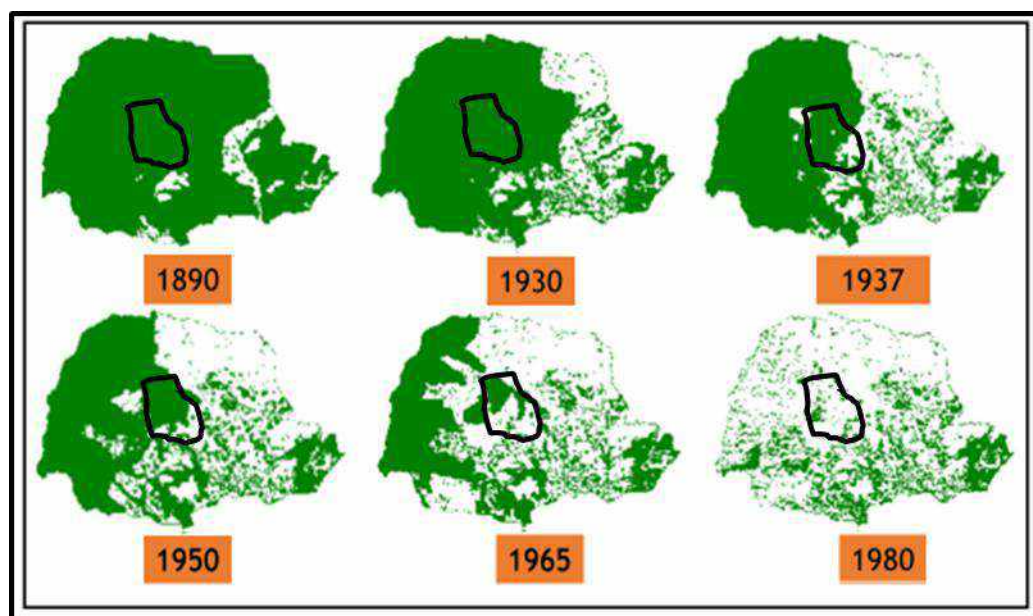
Fonte: a própria autora a partir de: BIGG-WITHER (1874); CHROSTOWSKI (1922 apud STRAUBE, 2016); MERCER (1978)

Até a década de 1930, os relatos de paisagem analisados, com seus mapas e descrições, atendiam às demandas do capital, que tinha uma visão da terra como propriedade privada e como um recurso natural inesgotável para a exploração extrativista. Posteriormente, sobretudo dentro do segundo período de análise – duas primeiras décadas do século XXI –, os mapas, como representações da paisagem, passaram a revelar outras intencionalidades, fruto da chamada “Era da Ecologia”⁴², que alerta para a preservação dos recursos naturais, os quais não são inesgotáveis.

Nessa perspectiva, no Mapa 7, Francisco Adyr Gubert Filho (1988) demonstra claramente, na sua forma de descrever o espaço, a ação devastadora que desflorestou todo o estado do Paraná. Observa-se que o território do médio curso do Ivaí foi totalmente “desflorestado” nas décadas de 1950 e 1960, situação que se confirma ao ouvir os depoimentos dos sujeitos que, naquela época, vieram nessa região.

⁴² De acordo com Biasetto (2011, p. 750), a partir da década de 1970, eclodiu uma nova consciência ecológica movida pela sociedade civil organizada e absorvida pelo pensamento acadêmico. Segundo a autora, as consequências dessa eclosão estariam ligadas às transformações e aos impactos profundos na natureza causados pela interferência humana. Para Worster (1996, p. 342-343), a “Era Ecológica” teve início em 1945, com a explosão da primeira bomba atômica, ocorrida no Novo México. Para esse autor, as sucessivas experiências envolvendo armas nucleares levou a ciência a descobrir os grandes impactos ambientais que esse tipo de arma causaria ao homem e a seu habitat.

Mapa 7 – Cobertura florestal do Paraná (1890 a 1980)



Fonte: elaborado pela autora (2019) a partir de: GUBERT FILHO (1988)

O pescador Maurício de Oliveira⁴³ (2019) fala desse período e demonstra que, quando, em 1954, chegou ao atual Distrito de Porto Ubá, atuou na derrubada da mata:

Maurício de Oliveira: *Naquele tempo, pra trais disso aí, nunca chegava um cara e falava: ó, cê não pode cortar essa árvore aí. Nós cortava porque não tinha ninguém pra coisá. Cê chegava num lugar pra fazê um acampamento, cê metia a foice, roçava, num tinha ninguém pra te orientá, então é... O problema era esse. Então, a gente, quantas árvore a gente cortou? Quantas árvore a gente cortou? Aí começou vim, né? Já o povo. Aqui? Essa parte até Ivaiporã cê achava argum abertinho só, quando nois chegemo aqui, sabe? Era só sertão* (2019, informação verbal)⁴⁴.

Outro modo de representação está presente no Inventário Florestal Nacional (BRASIL, 2018c). Nele, identifica-se que somente 15% da região territorial dos municípios configurados atualmente no território do médio curso do Ivaí ainda possuem algum tipo de floresta natural (Tabela 1).

⁴³ Maurício de Oliveira é pescador profissional aposentado. Chegou a Porto Ubá com a família em 1954, quando tinha 12 anos. Casou-se com Francisca Pereira de Oliveira. Sua atividade profissional sempre esteve ligada ao rio Ivaí: balseiro, retirando areia e pescando. Está com 78 anos e, desde que chegou a Porto Ubá, nunca morou em outro local. Vivenciou e protagonizou todas as experiências do grupo de pescadores, do início da atividade até os dias atuais, quando ainda acompanha as ações da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí.

⁴⁴ Neste trabalho, optou-se por diferenciar as entrevistas das citações teóricas/conceituais com fonte em itálico, evidenciando o nome do entrevistado em negrito no início e deixando o ano para o final, entre parênteses. Cabe ressaltar que esta pesquisadora procurou transcrever as falas dos entrevistados da maneira mais fiel possível, respeitando seu linguajar informal/regional.

Tabela 1 – Cobertura florestal nos municípios do médio curso do Ivaí (2014)

Município	Área total	Áreas de florestas naturais	Florestas naturais (%)
Arapuã	21.769,90	3.813,50	18%
Ariranha do Ivaí	24.054,30	4.260,80	18%
Godoy Moreira	13.034,40	2.298,20	18%
Ivaiporã	43.092,80	7.110,20	16%
Jardim Alegre	41.555,30	6.037,00	15%
Lidianópolis	15.282,50	1.818,00	12%
Lunardelli	19.696,20	4.126,40	21%
São João do Ivaí	35.260,40	3.138,00	9%
Total	213.745,80	32.602,10	15%

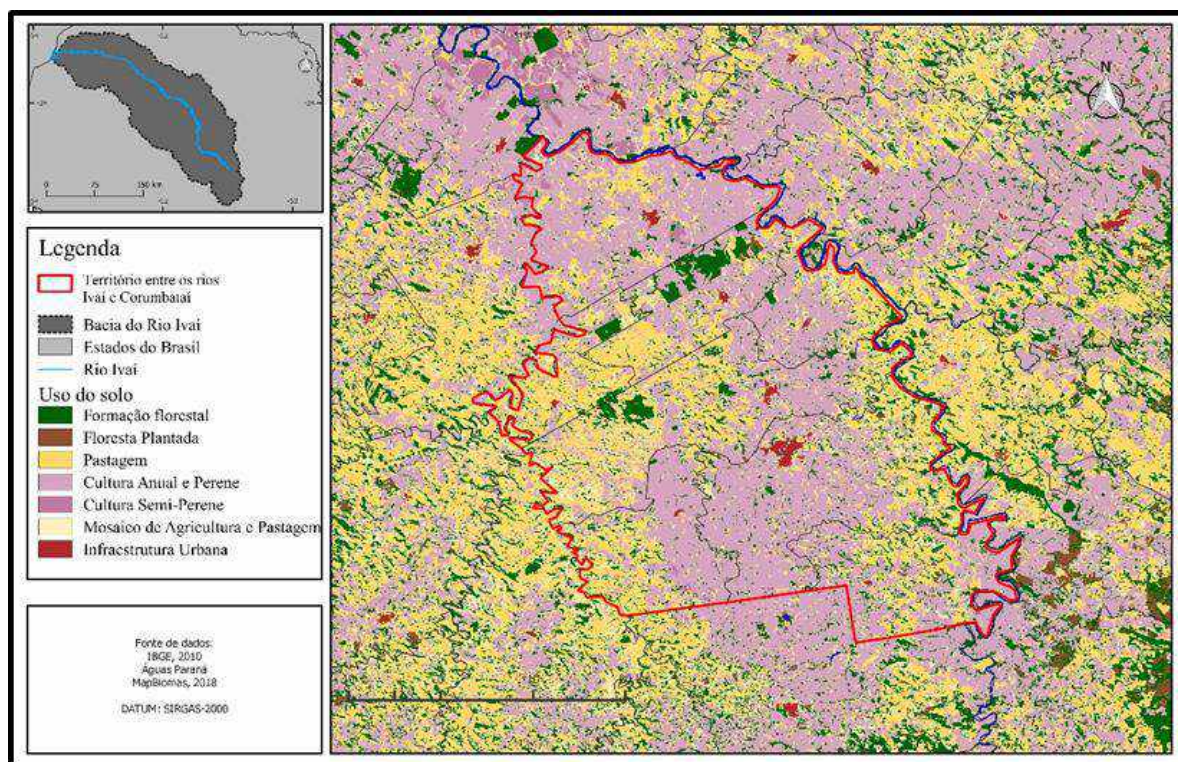
Fonte: elaborada pela autora a partir de: IFN-PR (2018, p. 65-69)

Ao retomar Gubert Filho (2010, p. 17), ele explica que expedições exploratórias, como a de Edmundo Alberto Mercer (1924), a do deputado Romário Martins (1926) e a de Reinhard Maack (1968), já questionavam essa transformação da paisagem, referindo-se a esse cenário como a “[...] cruel devastação a que foram submetidas as florestas” do Paraná. Reinhard Maack (apud GUBERT FILHO, 2010, p. 18) afirmou que “[...] o Paraná transformar-se-ia então de estado exportador a importador de madeiras. Peroba, cedro, pinheiro, imbuia, marfim e outras madeiras-de-lei, se tornarão raridades botânicas, se o Estado não criar o mais depressa possível as reservas florestais necessárias”.

Para corroborar os apontamentos de Reinhard Maack (1968 apud GUBERT FILHO, 2010), registra-se a narrativa de um comerciante da cidade de Ivaiporã, o qual ainda se mantém no ramo da serraria, com sua empresa em funcionamento nas antigas instalações de uma das madeireiras que teriam se instalado na região na década de 1950. O proprietário da atual serraria conta que chegou a Ivaiporã em 1975, comprou a madeireira e já não encontrou nenhuma madeira disponível na região para tocar seu negócio. Afirmou, também, que compra madeira dos estados de Rondônia e de Mato Grosso para manter seu comércio.

No século XXI, órgãos de governo e organizações não governamentais se unem com instituições de pesquisa para estabelecer ações, projetos e programas de “conservação e restauração” da biodiversidade no Paraná. Em virtude dessa nova consciência ecológica, o Estado, como regulador de políticas públicas, foi provocado e o Instituto de Terra, Cartografia e Geologia (ITCG) passou a disponibilizar vários estudos sobre a situação atual de hidrografia, uso do solo, cobertura florestal e outras áreas, dos quais informações foram utilizadas para a organização de dois Mapas (8 e 10), objetivando demonstrar a situação atual da paisagem no território do médio curso do Ivaí, completamente apropriado pelo uso intensivo do solo.

Mapa 8 – Agricultura intensiva e uso misto do solo no médio curso do Ivaí (2018)



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

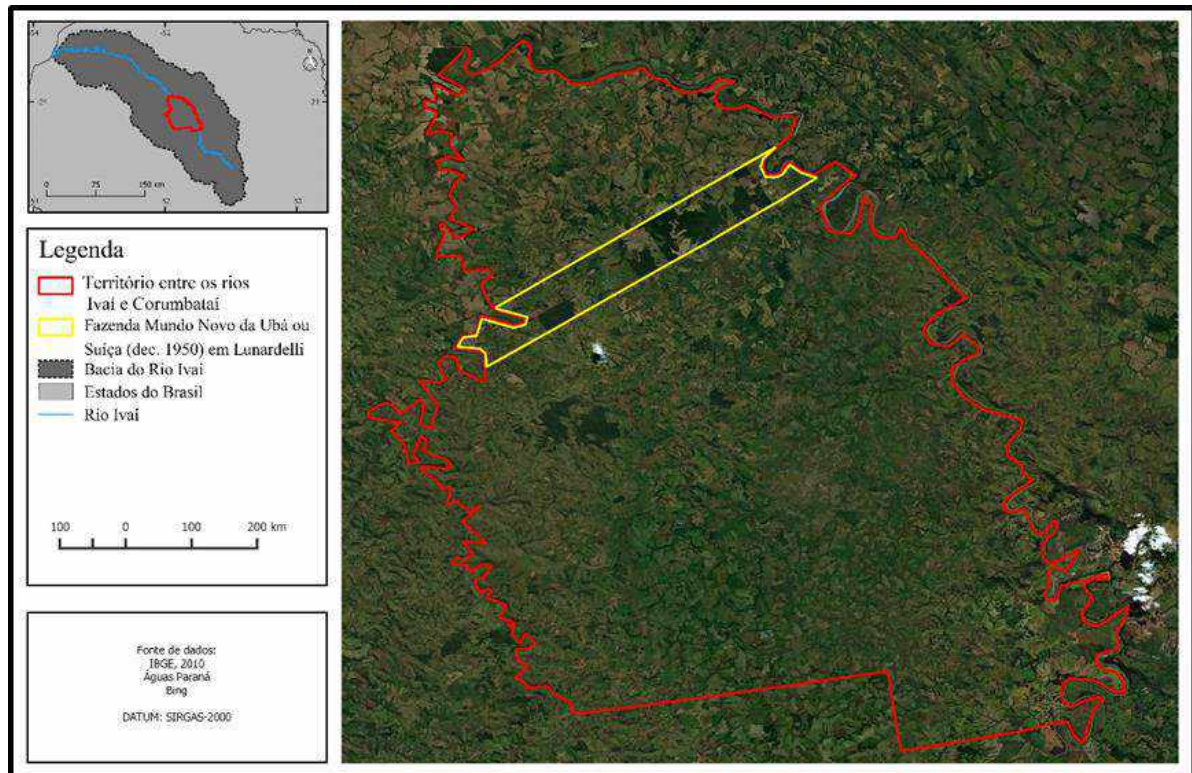
Apenas uma pequena área, localizada no Município de Lunardelli (Mapa 9), mantém-se como área de reflorestamento, são as fazendas Urutaguá, Surucuá, Ianduí (também Tamará), Urumuru e Ubá (hoje Santa Rita), originárias do desmembramento da Fazenda Mundo Novo da Ubá⁴⁵ ou Suíça, como é mais conhecida na localidade.

Essa área de reflorestamento em destaque no mapa é hoje Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), a qual pode ser considerada um documento histórico, que pode

⁴⁵ Extensão de terra medindo 4.720 alqueires paulistas, localizada no atual Município de Lunardelli. Ao analisar a planta da década de 1960 e a escritura da Sociedade Territorial Ubá, criada em 02 de maio de 1929, verifica-se que a primeira legitimação de posse da área foi em nome de Francisco Antônio de Almeida Morato (um dos sócios da Cia Ubá, detentor de 35 das 400 cotas, no valor de trezentos e cinquenta contos de reis – 350:000\$000). Posteriormente, a terra foi transferida para seus herdeiros de descendência suíça, denominados na escritura, rio Ivaí sentido Rio Corumbataí: André Meier (Fazenda Primavera: 484 alqueires); Max Wirth Jr. (Fazenda Surucuá: 450 alqueires); Johann Viktor Baumgastner (Fazenda Urutaguá: 450 alqueires); Hans Peter Wirth (Fazenda Ubá, hoje Santa Rita: 450 alqueires); Emil Wirth (Fazenda Urumuru: 450 alqueires); Angela Wirth Jr. (Fazenda Ianduí ou Tamara: 876 alqueires). Nas divisas entre o rio da Bulha e o rio Corumbataí (denominado na escritura como Quinhão nº 8), consta outra área, de 566 alqueires, legitimada em nome dos herdeiros: Max Wirth Jr., Hans Peter Wirth, Emil Wirth e Johann Viktor Baumgastner. Já na margem esquerda do rio Ivaí, antes do início das terras de André Meier, consta uma área de 1.478 alqueires, distribuída em pequenas propriedades, o que leva a inferir, a partir dos relatos do safrista Valdomiro Santo (2019), que possa ter sido a área que, nas décadas de 1940 e 1950, foi comercializada pela Sociedade Territorial Ubá ou por seus representantes com os posseiros já instalados na região ou com outros compradores vindos de fora, pois no mesmo local existia uma das primeiras balsas que possibilitavam e movimentavam a entrada de pessoas na região, inclusive com a formação do patrimônio do Guaretá (uma referência urbana na época, hoje Distrito de Lunardelli).

revelar marcas das ocupações anteriores até as promovidas pela Companhia Ubá, em contraste com a paisagem atual, fruto da ocupação privada. Chama a atenção a forma como as divisas foram estabelecidas, seguindo linhas retilíneas de um lado ao outro entre os rios Ivaí e Corumbataí.

Mapa 9 – Área de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), em Lunardelli (PR)



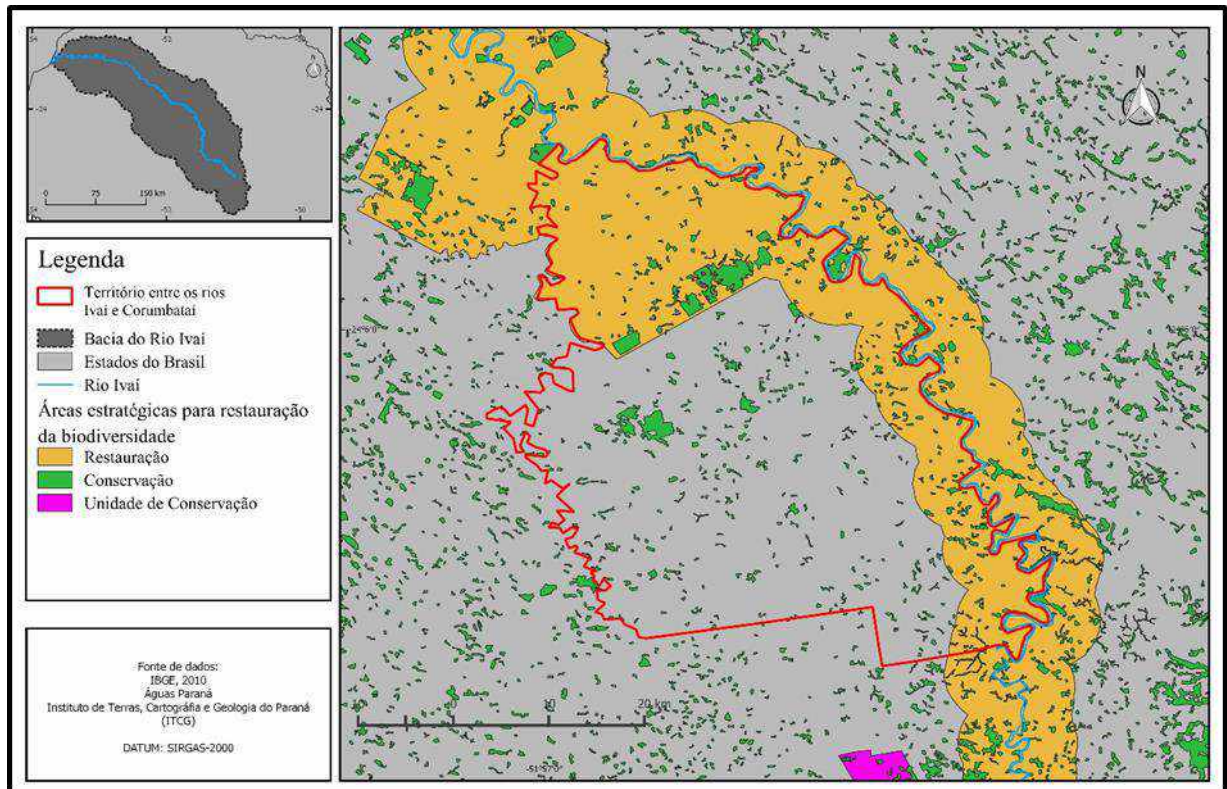
Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Já o Mapa 10 evidencia a completa ocupação do território do médio curso do Ivaí, a partir do processo que se ancora na posse e no uso privado do solo, a ponto de promover a limpeza do território ao eliminar “da floresta todos os seus ‘malefícios’, em favor do desejado: o progresso e a civilização” (PAULA, 2013, p. 282). No caso do território de estudo, além de muitos outros sujeitos, os povos indígenas foram despojados das terras, reservando a seus remanescentes as chamadas Terras Indígenas. No caso das populações indígenas Kaingang, que ocupavam majoritariamente o território em questão até as primeiras décadas do século XX, receberam a Terra Indígena Ivaí, localizada no atual Município de Manoel Ribas.

O Mapa 10, uma representação de paisagem projetada já no contexto das discussões e das ações da “Era da Ecologia”, define áreas estratégicas para serem preservadas e restauradas com fins de manutenção da biodiversidade, agora ameaçadas e impactadas em consequência do

processo de ocupação e de apropriações privadas da natureza a partir do século XX. São, portanto, projeções sobre a natureza, as quais envolvem interesses de diversos sujeitos em disputa pelo uso do médio rio Ivaí e do território que o margeia.

Mapa 10 – Território do médio curso do Ivaí: área estratégica de restauração da biodiversidade e ausência de áreas indígenas



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Até o final da década de 1930, as representações de paisagem descreviam um território para a apropriação privada da terra pelo capital. Para isso, retratavam-no como vazio ou com ocupações dispersas e já abandonadas por sujeitos que eram denominados de maneira estereotipada – “bugres brabos”, “brasileiros”, “caboclos”, “botocudos”, “coroados”. Eram formas de desqualificar os grupos humanos que já habitavam o território e mantinham suas próprias formas de ocupação e de uso da natureza, imbuídos de outros valores que não a delimitação e o cercamento da terra.

Outra questão muito presente nos relatos das expedições exploratórias era a necessidade de vencer as barreiras naturais do rio Ivaí que causavam preocupação aos interessados em usá-lo para o capital. No segundo período, o das duas primeiras décadas do século XXI, as representações também possuem intencionalidades. As interpretações de paisagem são motivadas pela consciência ambiental e ecológica, a qual passa a envolver

diversos outros segmentos para além dos setores privados do capital. Outros sujeitos despertam interesses pelo território do médio curso do Ivaí, passando a atuar fundamentados nos contextos nacional e internacional da “Era Ecológica”.

Estão entre esses sujeitos os pescadores profissionais de Porto Ubá, os pescadores amadores do território, o Ministério Público, os cientistas e os pesquisadores. Entretanto, o setor privado e a concepção do capital continuam e são representados pelo latifúndio, pelas empresas e pelos consórcios interessados na construção de barragens, pelos proprietários de chácaras, de condomínios e de empreendimentos particulares às margens do rio Ivaí. São múltiplos os sujeitos e múltiplos seus interesses e suas intencionalidades, que se refletem nas diversas formas de representação da paisagem do território.

2 O MÉDIO CURSO DO RIO IVAÍ E SEUS PALEOTERRITÓRIOS

As pesquisas arqueológicas⁴⁶ e etnográficas⁴⁷ demonstram a presença humana na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí e na região do médio curso desde oito mil anos antes do presente. Pode-se afirmar que essa longa trajetória da ocupação humana, apesar de significativas pesquisas já disponibilizadas, ainda carece de mais e específicas pesquisas. Estão em “compasso de espera os estudos que consigam fazer emergir sujeitos, tais como os ‘indígenas’, os ‘escravos’ e os ‘pobres’” (NOELLI, 1999, p. 226).

A pesquisa de Noelli (1999, p. 226) é basilar para a compreensão da ocupação humana na região Sul do Brasil e revela que a região “[...] foi ocupada em todos os seus espaços, configurados por relevos, ecótonos e climas diversificados que proporcionaram diversos tipos de adaptação ecológica. Não existe nenhum tipo de ambiente no Sul que não tenha sido ocupado sistemática ou ocasionalmente”.

O que falta, segundo o autor, são estudos históricos, arqueológicos, antropológicos, geográficos, etnográficos e de outras áreas das ciências sociais, a fim de compreender melhor a variabilidade e as mudanças entre as populações que habitaram preteritamente o Sul do Brasil. Noelli (1999, p. 224-225) destaca que no “[...] Paraná predominam os relatórios de levantamentos regionais, que deram conta de quase todo o espaço do estado”, mas são escassas as interpretações, “[...] decorrente da crônica falta de arqueólogos e da excessiva centralização sobre certas instituições e personagens”.

Outra questão apontada por Noelli (1999, p. 220) é quanto ao “ambiente científico e social” em que se estruturaram as pesquisas até o final da primeira metade do século XX, em que as ideias deterministas e difusionistas pautaram as pesquisas, as quais geraram “[...] uma enorme massa de dados ainda pouco analisados” e “[...] uma limitação empírica e teórica que impede a compreensão ampla das populações do Sul, em termos biológicos, sociológicos, históricos e econômicos”.

Por outro lado, superando essa defasagem, esse descompasso e essas lacunas

⁴⁶ Um dos primeiros estudos arqueológicos na região é de autoria de Igor Chmyz, realizado a partir da década de 1960, vinculado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e à Universidade Federal do Paraná, a partir de um trabalho de localização, mapeamento, catalogação, salvamento e prospecção de materiais líticos cerâmicos e não cerâmicos. Na sequência, com adeptos a uma Arqueologia interdisciplinar, têm-se as pesquisas de Francisco Silva Noeli e Claudia Inês Parellada, que defendem a necessidade de interpretações sociológica e histórica da Arqueologia.

⁴⁷ As pesquisas etnográficas que se pautam no estudo das diversas etnias (características antropológicas, culturais, sociais, manifestações materiais de suas atividades etc.) contam com o trabalho dos pesquisadores Lúcio Tadeu Mota e Eder da Silva Novak, os quais desenvolveram pesquisas basilares quanto à ocupação humana na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

apontados por Noelli (1999), as pesquisas etnográficas desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia, Etnografia e Etno-história da UEM buscam, justamente, atuar de forma interdisciplinar com publicações, fruto dos resultados de pesquisas que humanizam e ressignificam a presença das populações indígenas Guarani, Xetá e Kaingang no Paraná e na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

Para Noelli (1999, p. 220-222), os fragmentos líticos e a “[...] interpretação que concebeu os sítios como unidades isoladas, despidas de interpretação sociológica e histórica”, que “[...] ignorou a maioria das informações linguísticas e etnográficas preexistentes” corroboraram para ratificar ideias preconceituosas que concebiam os povos indígenas como selvagens, “bugres”, “primitivos”, “atrasados” etc. Essas expressões são fortemente verificadas nos relatos do engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither (1872-1875), nas narrativas de Tadeusz Chrostowski (1922-1923) e mantidas por seu tradutor e pesquisador de Ornitologia Fernando Costa Straube (2016) com relação aos povos encontrados nas florestas do rio Ivaí.

É bem provável que os relatos das expedições exploratórias dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX e a produção arqueológica determinista, difusionista, superficial e refratária analisada por Noelli (1999) tenham servido de base para a construção de uma narrativa cuja interpretação desconsiderou as ocupações dos diversos povos indígenas e fortaleceu a ideia de um “vazio demográfico” na região do médio curso do rio Ivaí.

A seguir, analisam-se esses processos de ocupações humanas, fundamentando-se nas pesquisas já produzidas, incluindo, nesse cenário, a atuação da natureza como um organismo vivo, dinâmico e que interage com os sujeitos a partir dos processos de múltiplos usos que se fazem nela, cujas marcas e transformações podem ser analisadas por meio da concepção e da identificação de paleoterritórios.

2.1 A PRESENÇA INDÍGENA NO TERRITÓRIO DO MÉDIO CURSO DO RIO IVAÍ

Antes da recente ocupação humana não indígena, fundamentando-se em Igor Chmyz (1969), Anthony Seeger e Eduardo B. Viveiros de Castro (1979), Francisco Silva Noelli (1999), Lucio Tadeu Mota e Éder da Silva Novak (2008), Lucio Tadeu Mota (2013) e Claudia Inês Parellada (2014), pode-se pensar em dois grandes grupos de ocupações humanas: os caçadores-coletores (tradições Umbu e Humaitá), cuja a presença nos rios Ivaí e Corumbataí remontam a 8 mil anos antes do presente (AP); os ceramistas e os agricultores (Guarani, Xetá e Kaingang), com registros iniciais de presença no território a partir de 2.500 anos (AP).

Nesse sentido, a História Ambiental e os estudos a partir dos paleoterritórios

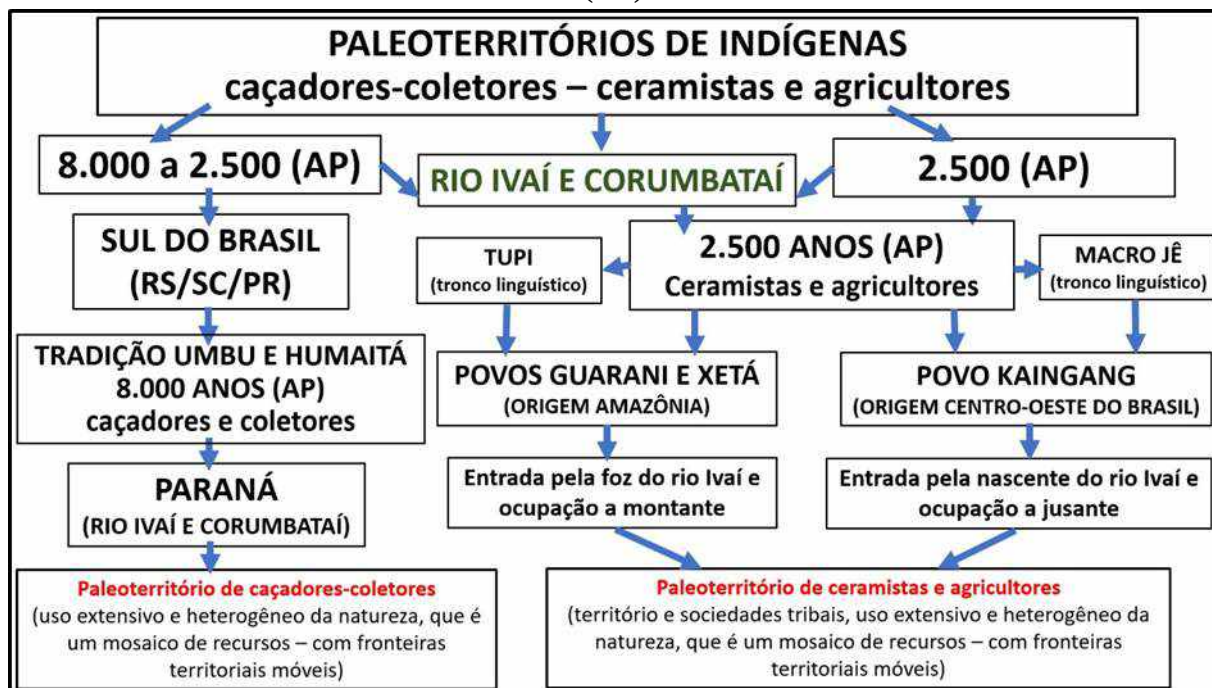
evidenciados podem se constituir importante alternativa para compreender e distinguir os processos ocupacionais referentes a esses grupos, ao utilizar-se dos marcadores linguísticos, materiais e biológicos, os quais revelam a importância desses grupos humanos na dispersão e no manejo das florestas. Trata-se de uma sucessão de ocupações e de reocupações (paleoterritórios) que, durante milhares de anos, estabeleceram uma relação humanizada com a natureza, em que o uso dos recursos naturais pode ter se dado de maneira expansiva, heterogênea e com autogestão. Cabe salientar que essa forma de manejo provocou alterações e transformações na paisagem, mas não devastou as florestas e sua biodiversidade. O uso extensivo, com baixa densidade populacional e sem a prática intensiva da agricultura e da pecuária, é uma hipótese para explicar o manejo não devastador praticado pelas populações indígenas.

Na região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), destacam-se dois grandes grupos de ocupações humanas: as tradições Umbu, Humaitá e Sambaqui (esta última não será abordada neste trabalho por não se fazer presente no território deste estudo, ela se localiza nas regiões litorâneas), classificadas pela Arqueologia como povos caçadores-coletores pré-cerâmicos; e as populações indígenas agricultoras e ceramistas, que, no caso da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, são os povos Guarani, Xetá e Kaingang.

A seguir, organizou-se um organograma para visualização desses grupos humanos, suas origens e temporalidade de maior presença nas terras entre os rios Ivaí e Corumbataí, bem como se tem uma tentativa de evidenciar essas terras como paleoterritórios distintos, sem desconsiderar as semelhanças. É importante destacar que a concepção de território, de usos da natureza e das fronteiras é completamente diferente entre as populações indígenas e entre elas e a concepção privada de posse, geografia e uso da natureza.

É por conta dessas diferentes concepções em relação à natureza e aos usos que, durante todo o percurso desta pesquisa, procurou-se utilizar as nomeações *populações indígenas* e *populações não indígenas*.

Figura 1 – Trajetória da ocupação indígena no médio curso do rio Ivaí a partir de 8.000 anos (AP)



Fonte: a própria autora (2019)

Conforme o organograma acima (Figura 1), pesquisas arqueológicas e etno-históricas dão conta de que há oito mil anos (AP) já havia movimentação e ocupação humana nesse território, inclusive, essa ocupação pode ser anterior, remontando a 13 mil anos antes do presente. Eram, como classifica a Arqueologia, as tradições⁴⁸ Umbu e Humaitá, cujos vestígios líticos estão presentes nos sítios arqueológicos registrados por toda a região da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí (Quadros 2 e 3). Esses povos circularam e habitaram essa região até por volta de 2.500 anos (AP), quando levas de populações ceramistas e agricultoras das famílias linguísticas Tupi-Guarani (tronco Tupi) e Jê (tronco Macro-Jê) começaram a chegar à região.

Acredita-se que as populações indígenas Guarani e Xetá (Tupi) e Kaingang (Jê) iniciaram sua movimentação, possivelmente, vindos da Amazônia e da região central do Brasil, utilizando os rios Ivaí e Corumbataí como meio de transporte e circulação. Elas “assimilaram” as tradições Umbu e Humaitá e estabeleceram inúmeras relações, negócios e convivências conflituosas entre si e com os jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas, provavelmente,

⁴⁸ De acordo com Parellada (2014, p. 163), os diversos sítios arqueológicos com características semelhantes, para serem mais facilmente compreendidos, foram classificados em tradições. Embora esse termo não seja adotado por todos os arqueólogos brasileiros, ainda é o mais utilizado em pesquisas regionais para discussão dos dados. Ademais, Noelli (1999, p. 226 e 227) afirma que as “tradições” representam diversas populações, as quais são conhecidas apenas em linhas gerais. Condição que, segundo Noelli, desafia a Arqueologia a promover e a fomentar de forma interdisciplinar pesquisas que estabeleçam e apontem as distinções no interior e entre essas populações agrupadas como “tradições”.

também com outros não indígenas oriundos das expedições exploratórias de reconhecimento geográfico que já circulavam pelo rio Ivaí desde o século XVI até a primeira parte do século XX (Quadros 2 e 3).

Os estudos de Mota e Novak (2008) apontam que os Kaingang foram os que mais resistiram à ação dos não indígenas, mas, em 1949, foram desapropriados da maior parte do seu território. Considerando apenas o processo institucional de demarcação das terras, têm-se em torno de cinquenta anos de resistências e de enfrentamentos dos Kaingang com os não indígenas. Esse período, conforme colocam Mota e Novak (2008, p. 155-169), iniciou-se com o Decreto Estadual nº 8, de setembro de 1901, e findou em 1949, com “um acordo entre a União e o Estado do Paraná, para beneficiar as Companhias de Povoamento⁴⁹”.

De acordo com os autores, por conta dessa política de governo (federal e estadual) de redução das terras indígenas, os Kaingang, que, em 1901, contavam com 67.000 hectares de terra no médio curso do Ivaí, tiveram seu território reduzido para 7.200 hectares em 1949. Esse território é denominado Terra Indígena Ivaí⁵⁰ e está localizado no atual Município de Manoel Ribas.

⁴⁹ Segundo Mota e Novak (2008, p. 168), em 29 de janeiro de 1951, foi lavrada escritura que transferiu as terras expropriadas, inclusive da TI Ivaí, para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

⁵⁰ A homologação da demarcação administrativa da Terra Indígena Ivaí ocorreu somente em 24 de dezembro de 1991, por meio do Decreto Federal nº 377.

Quadro 2 – Sítios arqueológicos registrados no médio curso do rio Ivaí até 2002

Município	Localidade	Nome do sítio	Código	Tradição⁵¹	Fonte
Jardim Alegre	Barra Preta	Balsa da Barra Preta	PR-UA-02	Guarani	Noelli (2002)
Ivaiporã	---	---	C01	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C04	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C05	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C06	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C07	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C08	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C09	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C10	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C11	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C12	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C13	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C14	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	---	---	C03	Itararé	Chmyz (2000)
Ivaiporã	Paineira	Paineira 1	PR-IV – 06	Jê do Sul	Noelli (2002)
Ivaiporã	---	---	C02	Tupiguarani	Chmyz (2000)
Ariranha do Ivaí	Rio Azul	Rio Azul 1	PR-AI-01	Jê do Sul	Noelli (2002)
Ariranha do Ivaí	Rio Azul	Rio Azul 1	PR-AI-02	Jê do Sul	Noelli (2002)

Fonte: elaborado pela própria autora a partir de: MOTA e NOVAK (2008)

⁵¹ Araújo (2007, p. 9-38) contribui com a análise sobre o uso do termo “tradição” e de outros termos pela Arqueologia. Com base nesse autor, esclarece-se que o termo “Itararé” é usado pela Arqueologia para referir-se a um tipo específico de cerâmica, geralmente mais simples, sem grandes técnicas, e está associado aos povos Kaingang. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4128317/mod_resource/content/1/A%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20cer%C3%A2mica%20Itar%C3%A9-Taquara_caracteristicas%2C%20area%20de%20ocorrencia%20e%20algumas%20hipoteses%20sobre%20a%20expansao%20dos%20grupos%20J%C3%AA%20no%20sudeste%20do%20Brasil%2028Araujo%202007%29.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

Quadro 3 – Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN até abril 2018

Município/ Localidade	Nome do sítio	Código CNSA/ano	Tradição	Descrição no cadastro⁵²
São João do Ivaí	Pé Vermelho	PR01763/ 2015	-----	Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área antropizada pelo cultivo de soja. Identificados cerâmicos e líticos na superfície do terreno.
São João do Ivaí	Suçuarana	PR01764/ 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de soja. Identificados cerâmicos e líticos na superfície do terreno.
São João do Ivaí	Abacateiro	PR01765/ 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de soja. Identificados cerâmicos e líticos na superfície do terreno.
São João do Ivaí	Bambu	PR01766/ 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de soja. Identificados cerâmicos e líticos de forma assistemática na superfície do terreno.
São João do Ivaí	Corumbataí I - VI	PR01767 PR01768 PR01769 PR01918 PR01919 PR01920 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de cana-de-açúcar ou de soja. Identificados cerâmicos e líticos superfície do terreno.
São João do Ivaí	Ivaí I - VI	PR01770 PR01771 PR01772 PR01773 PR01774 PR01775 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de soja e de milho.
São João do Ivaí	Suçuarana	PR01858/ 2015		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de cana-de-açúcar.
São João do Ivaí	São Pedro do Ivaí	PR01904/ 2016		Cerâmico a céu aberto. Localizado a cerca de 1,5 quilômetro da São João do Ivaí (PR), na futura estrutura E 126, da LT - Mandaguari-São Pedro do Ivaí.
São João do Ivaí	Luar	PR01921		Pré-histórico, do tipo lito-cerâmico, implantado a céu aberto, em área com cultivo de cana-de-açúcar.
Jardim Alegre	Estrada da Barra Preta	PR00961/ 2007	Guarani	Cerâmico a céu aberto.
Jardim Alegre	Porto Ubá	PR00969 2007	Guarani	Cerâmico a céu aberto.

Fonte: elaborado pela autora a partir de: IFHAN (2018)

⁵² Embora a pesquisadora considere mais prudente o uso do termo “pré-colonial”, foi mantida a descrição conforme cadastrado no site do IPHAN.

Ainda conforme Mota e Novak (2008), Chmyz (1969) e o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IFHAN, 2018), tanto na jusante do rio Ivaí, a partir de São João do Ivaí, como na montante do rio Ivaí, a partir de Ariranha do Ivaí, é possível verificar diversos outros sítios arqueológicos⁵³. A constatação desses sítios arqueológicos evidencia a presença e a movimentação das populações indígenas pela Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, demonstrando uma ocupação extensiva e heterogênea do território, provavelmente para o uso de nichos naturais de recursos diversificados, bem como para a exploração sazonal de determinados recursos, a exemplo da época da piracema e do período de nidificação de aves aquáticas. No mais, os Quadros 2 e 3 permitem demonstrar que os paleoterritórios indígenas, sobretudo das tradições Umbu e Humaitá, são arqueologicamente verificáveis por meio dos sítios registrados, os quais, no Quadro 2, estão nas pesquisas registradas por Mota e Novak (2008), mas nem todos constam nos registros do IFHAN (2018), conforme Quadro 3.

Em relação, ainda, às tradições Umbu e Humaitá, constam evidências de movimentação nos registros da indústria lítica de 8.000 anos (AP), que, segundo Mota e Novak (2008), foram encontrados no sítio arqueológico José Vieira, no Município de Cidade Gaúcha (próximo à foz do rio Ivaí), no Município de Terra Boa (próximo à ponte do rio Ivaí), no Salto das Bananeiras, no Município de Engenheiro Beltrão (próximo à confluência do rio Corumbataí no Ivaí) e em Manoel Ribas (a jusante do rio Ivaí, na divisa com Ariranha do Ivaí).

Dessa maneira, para que os sujeitos dessas tradições Umbu e Humaitá pudessem ter chegado a Manoel Ribas, obrigatoriamente teriam de percorrer o rio Ivaí ou as terras que o margeiam, passando por seu médio curso. Ou, ainda, no sentido inverso, a jusante do rio Ivaí, terem ido de Manoel Ribas para Engenheiro Beltrão, Terra Boa e Cidade Gaúcha.

Por fim, eles poderiam ter uma prática de circulação sazonal por toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, visto que, segundo Noelli (1999, p. 229-230), essa era uma forma de manejo das florestas característica dessas duas tradições, o que o autor classificou como as “comunidades vegetais”, nas quais predominam um contínuo manejo classificado como “florestas antropogênicas” ou “matas culturais”. Segundo esse mesmo autor, a visibilidade “aos nossos olhos” dessa forma de manejo só foi possível quando também praticado pelas “populações Kaingang, Xokleng e Guarani” a partir de 2.500 anos (AP).

⁵³ Merencio (2013) publicou um “Mapa de levantamento de Sítios Arqueológicos no Paraná” com base em dados de 2013. Nele, é possível visualizar inúmeros sítios arqueológicos ao longo de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

2.1.1 Paleoterritórios de caçadores-coletores: as tradições Umbu e Humaitá

A análise a seguir desenvolve uma interpretação quanto às formas de uso, ocupação, manejo do solo e das florestas que, possivelmente, são originárias dessas ocupações milenarmente anteriores à ocupação não indígena.

Igor Chmyz possui diversas publicações, resultado de pesquisas arqueológicas sobre as ocupações humanas no Paraná, dentre elas várias sobre o rio Ivaí que fundamentam a hipótese que se apresenta: os povos anteriores aos não indígenas mantinham uma rotina de movimento e de ocupação extensiva do território do médio curso do Ivaí. Sítios arqueológicos ou indícios arqueológicos (sítios destruídos em virtude do constante manejo do solo) identificados por Chmyz *et al.* (2008) no território, especificamente nos Municípios de Ivaiporã e de Ariranha do Ivaí, confirmam predominância na região da tradição Umbu, sem, contudo, desconsiderar os indícios da presença da tradição Humaitá.

Segundo Chmyz (1969, p. 107), “[...] quase todos os sítios pesquisados mostram a curta permanência de seus ocupantes”. Isso com base na “[...] pequena superfície e a pouca profundidade dos depósitos”, concluindo que a mesma situação de “grande mobilidade” foi percebida nos sítios não cerâmicos de leste para oeste e de oeste para leste no rio Ivaí. Para essa questão, é importante pensar que o conceito de uso, de território geográfico e de ocupação para as populações indígenas não é o mesmo da propriedade privada.

De acordo com Seeger e Castro (1979, p. 103), grupos caçadores e exploradores extensivos precisam de grandes “extensões territoriais ecologicamente variadas”. E alertam que não existe homogeneização nos processos de ocupação entre as populações indígenas, pois cada “sociedade destas define e utiliza de modo radicalmente próprio seu meio ambiente”. Esse modo diferente de percepção do espaço e da natureza pode ser a explicação para a mobilidade pelo vasto território da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

Estudos realizados por Noelli (1999, p. 227) apontam que as tradições Umbu e Humaitá mantinham uma estabilidade e um padrão, “[...] mantendo as características materiais, produzindo certos comportamentos adaptativos e econômicos de ‘povos caçadores-coletores’, até cerca de 2.500 AP”. Ainda segundo ele, as diferenças entre as tradições Umbu e Humaitá são “sutis” e, com alimentação pautada sobretudo no consumo de vegetais, podem ter contribuído para a “[...] dispersão de várias espécies alimentares a partir de 10.000 AP” (p. 230), cultivando e manejando a floresta, a exemplo das palmeiras, das araucárias, dos pinheiros, dos palmitos, dos butiás e dos ervaís.

Sobre a tradição Umbu, Noelli (1999, p. 230) afirma:

[...] o traço mais marcante que se verificou nas amostras estudadas é a longa persistência de padrões tecnológicos, com artefatos confeccionados com técnicas similares e, basicamente, com as mesmas matérias-primas, desde pelo menos 12.000 até 1.000 AP.

Ou seja, a tradição Umbu teria mantido um manejo das florestas padronizado e sem grandes interferências ou alterações que viessem a devastá-las. O sistema de habitação dessa tradição é mais um reforço na compreensão de sua relação com a natureza.

As populações da Tradição Umbu constituíam basicamente três tipos de habitação: 1) a céu aberto; 2) em abrigos-sob-rocha (cavidade na rocha cuja abertura geralmente é maior que a profundidade); 3) nos dois últimos milênios, cerritos (estruturas monticulares, aterros artificiais instalados em áreas alagadiças, com um formato geralmente circular com 30-40m de diâmetro médio, alcançando 3 m de altura em média (NOELLI, 1999, p. 233).

Essas formas de habitação definidas pelo autor demonstram pouca interferência no processo de modificação da paisagem natural no que tange a sua construção e ao uso de recursos naturais. O fator de piscosidade durante a piracema também pode se caracterizar como decisivo para os deslocamentos e para a instalação dos grupos nesses abrigos à beira dos rios. Ressalta-se, aqui, a abundante ictiofauna do rio Ivaí.

Quanto à tradição Humaitá, Noelli (1999) não apresenta significativas diferenças perante a tradição Umbu, pelo contrário, suas pesquisas se fundamentam em revelar muito mais as semelhanças entre as duas tradições. A distinção, segundo ele, estaria somente quanto às técnicas de confecção de artefatos. Para a tradição Humaitá, a confecção de artefatos bifaciais é de “tamanho médio até extra-grandes”; na tradição Umbu, os artefatos bifaciais são feitos “sobre seixos e lascas unipolares, com tamanhos de pequenos a médios” (NOELLI, 1999, p. 239).

A arqueóloga Claudia Inês Parellada (2014) corrobora as informações sobre as tradições Umbu e Humaitá, pois confirma a presença de sítios arqueológicos dessas duas tradições no Paraná e no rio Ivaí. Ela também apresenta considerações acerca das características dessas tradições:

Os caçadores-coletores da **Tradição Umbu** são reconhecidos através da caracterização de acampamentos temporários abandonados com vários instrumentos em pedra, a maioria pequenas lascas, associados a muitas pontas de projéteis. Os Umbu ocupavam tanto abrigos quanto áreas abertas. Existem locais que foram habitados por mais de um período, e alguns eram apenas pouso e esconderijo de caça, revelando poucos materiais. Geralmente habitavam áreas altas, em topos de colinas e morros com destaque na

paisagem. [...]

Os caçadores-coletores da **Tradição Humaitá** são caracterizados pela concentração de instrumentos grandes em pedra, muitos feitos com seixos e blocos, onde se destacam talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a muitas lascas. Trata-se de antigos acampamentos com habitações temporárias, onde se preparavam os alimentos, e geralmente se situavam em espaços abertos, próximos a cursos d'água (PARELLADA, 2014, p. 164-165).

Contudo, apesar da importância arqueológica dos trabalhos de Igor Chmyz, visto não ser possível tratar do patrimônio lítico do Paraná e sua localização sem que lhe seja dada a devida referência, há diferenças quanto às perspectivas dele, de Francisco Silva Noeli e de Claudia Inês Parellada. Por um lado, Chmyz (2007, p. 208) afirma que “[...] as pesquisas realizadas em todos esses anos reuniram dados de ocupações pretéritas e um volumoso acervo”; por outro, Noeli (1999/2000, p. 220) expressa que esse legado das pesquisas arqueológicas da década de 1960 “[...] é uma enorme massa de dados ainda pouco analisados”.

Francisco Silva Noeli e Claudia Inês Parellada defendem a necessidade das interpretações sociológica e histórica e do diálogo interdisciplinar da Arqueologia com outras áreas para uma ampla compreensão sobre os processos de ocupações humanas pretéritas, ao passo que Igor Chmyz está vinculado a um campo da Arqueologia que concentrou, nas décadas de 1960 a 1980, um trabalho de localização, mapeamento, catalogação, salvamento e prospecção de fragmentos líticos cerâmicos e não cerâmicos, concebendo uma interpretação dos sítios arqueológicos como unidades isoladas.

É relevante pensar também na diferença temporal de concentração dos estudos desses pesquisadores, o que pode ser preponderante quanto às diferenças teórico-metodológicas entre eles. Para este estudo, as contribuições dos três foram significativas para a compreensão e para a constatação das evidências – ainda que carentes de aprofundamentos – da presença humana no território do médio curso do rio Ivaí milenarmente anterior às ocupações atuais.

2.1.2 Paleoterritório de populações ceramistas e agricultoras: Guarani, Xetá e Kaingang

O longo período de uma possível estabilidade no modo de ocupação das tradições Umbu e Humaitá começou a ser alterado com a chegada de outros povos à região. A Arqueologia e a Etnografia argumentam que, nos anos 2.500 antes do presente, outras populações em movimento pelo território americano e pelo território que viria a ser o Brasil chegaram à região de estudos e ocuparam a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Tratava-se dos povos indígenas, que ainda mantinham prática coletora-caçadora, mas já com atividades de manejo do solo para o plantio de alguns alimentos e para a confecção de artefatos em cerâmica.

Ao que tudo indica, esses povos vão gradativamente assimilando as tradições Umbu e Humaitá e se sobrepondo a elas.

[...] a aparente estabilidade das populações Umbu e Humaitá começou a ser alterada pela invasão de duas levas principais de populações “ceramistas”, agricultoras de matriz cultural distinta, Tupi e Macro Jê, por volta de 2.500 anos atrás, respectivamente originárias da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil. Elas trouxeram consigo modelos de organização sociopolítica e economia baseada no manejo agroflorestal e de adaptabilidade, distintos das populações pré-ceramistas que viviam no Sul. Como se pode inferir dos registros arqueológicos regionais, essas populações tinham uma capacidade de reprodução biológica e cultural tais que em cerca de 1.000 anos dominaram as margens das principais bacias hidrográficas, expulsando, assimilando ou exterminando as populações que ali viveram por cerca de 10.000 anos (NOELLI, 1999, p. 228).

As pesquisas permitem pensar em uma espécie de “efeito cascata” em relação ao processo de ocupação humana do mundo (da América, da América do Sul, do Brasil, do Sul do Brasil, do Paraná e das margens do rio Ivaí, objeto de estudos desta pesquisa). São povos que ocuparam e reocuparam os espaços de tal forma que, a cada temporalidade, há o predomínio de determinados grupos, sem, contudo, desconsiderar as especificidades de cada lugar e de cada povo.

O que chama a atenção é que a duração das temporalidades das tradições e dos povos indígenas mantém, milenarmente, padrões de interferência na natureza, cujas transformações não se desvinculam ou rompem com as relações de pertencimento ao mundo natural. As alterações e as transformações ocorrem por meio do transporte da fauna e da flora, fruto dessa movimentação e do estabelecimento de ocupações em novas regiões, e o manejo das florestas, do solo e dos rios é completamente diferente das ocupações não indígenas posteriores.

De acordo com Chmyz *et al.* (2008), as populações ceramistas identificadas na região do médio curso do rio Ivaí estavam vinculadas à família linguística Macro Jê⁵⁴ e à família

⁵⁴ São populações contatadas por exploradores logo após o “descobrimento” do Brasil. Com subdivisões linguísticas e grupais, no Brasil Meridional, correspondem aos grupos Kaingang e Xokleng (CHMYZ *et al.*, 2008, p. 13). Destaca-se que as línguas indígenas são inúmeras, contabilizadas em 180 por Rodrigues (1999, p. 187-188). Esse autor esclarece que essas 180 línguas são classificadas por “[...] conjuntos com origem comum mais próxima ou mais remota”. Esses conjuntos, segundo ele, recebem o nome de “famílias linguísticas”. Dentre elas, a “Tupí-Guarani” e a “Jê” são as duas com mais distribuição pelo território brasileiro. O autor segue explicando que as famílias mais “[...] aparentadas geneticamente num nível mais remoto” constituem “[...] um conjunto de conjuntos, a que se chama tronco linguístico”. Dez famílias, entre elas a Tupí-Guarani, constituem o “tronco Tupi”; doze famílias, entre elas a Jê, constituem o “tronco Macro-Jê”. Com base em Rodrigues (1999), é possível fazer um adendo em Chmyz *et al.* (2008), para explicar que as populações ceramistas identificadas e presentes no território do médio rio Ivaí são pertencentes ao conjunto de famílias linguísticas Tupí-Guarani (Língua Xetá e Guarani) e Jê (Língua Kaingang e Xokleng). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/19521/18058>. Acesso em: 14 set. 2020.

linguística Tupi⁵⁵.

As inúmeras nomenclaturas tornam difícil compreender a diversidade biológica, linguística e cultural que abrange as populações indígenas no Brasil e no Paraná. A partir de múltiplas leituras, pode-se afirmar que, no território do médio curso do Ivaí, originários das famílias linguísticas Tupi-Guarani e Jê, há a presença dos povos de língua Kaingang (família Jê) e dos povos de língua Guarani e Xetá (família Tupi-Guarani). Atualmente, esses povos estão residindo nas Terras Indígenas juridicamente demarcadas, após um longo processo de expropriação, fruto da chegada dos não indígenas e da instituição da propriedade privada da terra no médio curso do rio Ivaí. Entretanto, é bastante comum fora das terras indígenas a convivência de descendentes e remanescentes, o que demonstra que esse paleoterritório ainda está vivo e coabitando com os demais sujeitos não indígenas.

Como afirma Chmyz (1969) e Parellada (2014), esses povos movimentavam-se constantemente no percurso do rio Ivaí, da sua nascente à sua foz – e inversamente –, mantendo relações, por vezes, conflituosas. Os Kaingang, mais comumente, vinham da nascente do rio Ivaí, por conta de sua movimentação migratória dos Campos Gerais para Guarapuava. Já os Guarani vinham da foz do rio Ivaí, com presença marcante em Vila Rica do Espírito Santo, na confluência do rio Corumbataí com o Ivaí. Já os Xetá, de acordo com Mota (2013), são identificados e registrados no rio Ivaí por meio dos relatos de diversas expedições exploratórias e de reconhecimento da região. Conforme esses relatos, eles estavam presentes por toda a extensão do rio e, por vezes, convivendo com os Kaingang, muito provavelmente após serem capturados por eles. Ainda de acordo com Mota (2013), a presença dos Xetá pode ser evidenciada nos relatos de Franz Keller (1865-1867), Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1873), José Cândido da Silva Muricy (1896), Telêmaco Morocines Borba (1904) e Alberto Vojtech Fric (1910).

Bigg-Wither (1974, p. 280-312) descreve com detalhes o encontro que teve com um grupo de 27 “botocudos”, os quais foram capturados por ele no Salto do Ariranha, localizado no Município de Ariranha do Ivaí. Pesquisadores consideram que esse grupo indígena, conforme já mencionado, é dos Xetá, por conta das características socioculturais transcritas (CHMYZ, 1969; PARELLADA, 2014; MOTA e NOVAK, 2008; MOTA, 2013).

Os Guarani foram os primeiros a deixarem o território do médio curso do rio Ivaí,

⁵⁵ No Brasil Meridional, os Guarani estão divididos em três grupos: os Ñandevá, os Mbüá e os Kayová. São grupos com padrões culturais heterogêneos e, na época da conquista, eram encontrados no antigo território Guayrá, em diversas regiões do Brasil e do Uruguai (CHMYZ *et al.*, 2008, p. 20). Parellada (2014, p. 166) considera que representantes dessa família linguística, os Guarani, vieram para o Paraná, vindos da Amazônia, há dois mil anos.

sobretudo por conta dos conflitos entre jesuítas espanhóis e bandeirantes em Vila Rica do Espírito Santo, com a destruição da Cidade de Guairá, no século XVII. Em seguida, os Xetá, no final do século XIX e início do século XX, a partir dos relatos apresentados pelos exploradores, especialmente o de Bigg-Wither (1974) e Alberto Wojtech Fric (1910 apud MOTA, 2013). Os Kaingang foram os que mais resistiram, sendo removidos para a Terra Indígena Ivaí em 1949 (Manoel Ribas), após uma longa trajetória de luta pela terra com o governo do Paraná, imigrantes, migrantes e companhias de terras.

Quanto à ocupação e à territorialização das populações indígenas Guarani, Xetá e Kaingang no médio curso do Ivaí, a partir de 2.500 anos antes do presente, é possível pensar que se originaram de um processo de “[...] acantonamento em nichos ecológicos precários e a modificação das formas de subsistência” (SEEGGER e CASTRO, 1979, p. 105), ou seja, o processo de ocupação privada não indígena foi encurralando essas populações para regiões ainda não ocupadas por não indígenas. Essa situação se deu a partir do século XVI, quando os não indígenas chegaram ao território e iniciaram o processo que os conduziu para o reconhecimento, a demarcação e a posse privada da terra, efetivada nas primeiras décadas do século XX.

Entre as populações indígenas, pode-se evidenciar um processo de territorialização e de disputa pelo novo habitat. É um paleoterritório evidenciado por meio dos inúmeros sítios arqueológicos cadastrados e dos diversos relatos das expedições exploratórias que, já a serviço dos não indígenas, davam os primeiros passos para a ocupação privada da terra e do rio Ivaí.

Adicionalmente, antes de serem expropriados do seu território no médio curso do Ivaí, é possível constatar sua longa trajetória de ocupação na região a partir da chegada deles há 2.500 anos antes do presente, por meio da identificação da sobreposição de material lítico sobre os vestígios arqueológicos Umbu e Humaitá, bem como pelos registros de inúmeros outros sítios arqueológicos (Quadros 2 e 3).

Em relação ao século XX, na década de 1950, o pescador Maurício de Oliveira (2016 e 2019) relatou sua convivência com remanescentes de Kaingang na “Corredeira dos Índios” (Figura 21), no rio Ivaí, no Município de Lidianópolis e no Distrito de Porto Ubá.

Mota e Novak (2008) registraram a saga dos Kaingang na luta pela terra no “Vale do Ivaí”; Parellada (2014) apresenta pesquisas volumosas sobre os povos Guarani; e Mota (2013) escreve sobre “[...] os Xetá no vale do rio Ivaí (1840-1920). São importantes contribuições que podem fundamentar estudos mais específicos e demonstrar que, mesmo após a perda do território para outro processo de ocupação, promovido por outros sujeitos, os remanescentes dessas populações indígenas continuam vivos e presentes no território, seja nas terras indígenas

(não localizadas geograficamente no território de estudo, mas nas proximidades) ou nas descendências, habitando o território ou ainda na convivência, comercializando seus produtos de forma autônoma, informal e, por vezes, exercendo a prática da troca.

É necessário fazer a leitura, investigar informações e apropriar-se delas, pois a pesquisa de todos esses autores citados, de maneira geral, absorve o território do médio curso do Ivaí, pois, ou está centrada a leste do rio Ivaí, a montante, referindo-se a Tereza Cristina (Cândido de Abreu) e à saga dos Kaingang, ou está a oeste do rio, a jusante, pesquisando os Guarani em Vila Rica do Espírito Santo. Sobre os Xetá, os estudos focam nos contatos que as expedições exploratórias tiveram com eles no chamado Vale do Ivaí e por todo o trecho de Vila Rica do Espírito Santo, a montante do rio Ivaí, até o chamado Salto do Ubá, atual Corredeira da Cruz de Ferro, localizada logo abaixo da ponte, na divisa dos Municípios Cândido de Abreu e Manoel Ribas. Por fim, existem ainda os sítios arqueológicos⁵⁶ encontrados e registrados por Chmyz (1969) e Chmyz *et al.* (2008), os tabelados por Mota e Novak (2008) e os cadastrados no CNSA/IFHAN (2018), localizados em vários dos atuais municípios que se configuraram no território.

Acredita-se ter evidenciado, por meio dos sítios arqueológicos registrados, das pesquisas já desenvolvidas pelos autores referenciados e das narrativas do pescador Maurício de Oliveira, a longa presença dos povos Guarani, Xetá e Kaingang, que povoaram e territorializaram as margens esquerda e direita do médio curso do rio Ivaí. É possível também, a partir das referências e das fontes, analisar que eles mantinham um manejo sazonal das florestas, com atividades agrícolas chamadas de “roças”, com rotatividades do solo, sem deixar de praticar a caça, a pesca e a coleta para auxiliar na alimentação dos grupos que percorriam e/ou se estabeleciam em toldos no território.

Os estudos indicam ainda que eles plantavam milho e mandioca em pequenas áreas; também faziam trilhas, pelas quais, posteriormente, no século XVI, os não indígenas passaram para acessar o interior do território. Faz-se extremamente relevante registrar que, apesar de haver semelhanças, cada uma das populações indígenas tinha seus próprios modos

⁵⁶ É necessário informar que não há trabalhos pontuais e escavações nos sítios arqueológicos identificados e cadastrados. O que já foi feito – por Igor Chmyz, Lúcio Tadeu Mota, Eder da Silva Novak, Claudia Inês Parellada, Francisco Silva Noelli – é um processo de pesquisa *in loco* e o recolhimento de artefatos líticos (pré-cerâmicos e cerâmicos) que compõem os acervos de seus laboratórios de estudos (UFPR, UEM e Museu Paranaense) e subsidiam suas publicações, o que é extremamente significativo para as pesquisas arqueológicas e etnográficas sobre o território. Infelizmente, não há financiamento e, provavelmente, não existe interesse por parte da política pública na preservação desse patrimônio material e histórico que está sendo destruído pelo cultivo antropizado do solo. Atualmente, o que se verifica são estudos contratados pelo setor privado para obter licenciamento de construção das PCHs no rio Ivaí e estudos financiados pela COPEL para salvamento arqueológico, por conta dos projetos de expansão das linhas de transmissão de energia elétrica.

socioecológicos e culturais de usos da natureza, o que cabe a outra pesquisa.

Segundo Mota e Novak (2008, p. 30), “[...] a denominação Kaingang define genericamente, e ao mesmo tempo, a população e o nome da língua por ela falada”. Para esses autores, os Kaingang são conhecidos pela Arqueologia como “Tradição da Casa da Pedra” e ainda se sabe muito pouco sobre seus antecedentes pré-históricos. De acordo com Chmyz *et al.* (2008), eles ocuparam os três planaltos no Paraná e eram habitantes de terras frias e altas, cobertas por vegetação de campos e matas mistas com pinheirais. Estabeleceram-se nas proximidades de grandes rios e seus afluentes, como o rio Ivaí.

Mota e Novak (2008) demonstram o caráter guerreiro, as políticas autônomas e as estratégias dos povos Kaingang para manter seus territórios, bem como sua capacidade de estabelecer relações interculturais com diferentes grupos indígenas e não indígenas.

[...] os Kaingang da bacia do rio Ivaí viviam em territórios muito maiores antes de 1949. A economia Kaingang era baseada nas atividades combinadas de caça, pesca, coleta e agricultura. Podemos dizer que os Kaingang tinham auto-sustentabilidade, manejando seus territórios e os ecossistemas da bacia do rio Ivaí. Registros de viajantes e exploradores e a própria memória dos velhos da comunidade fornecem indicações sobre a rica biodiversidade do habitat dos Kaingang no rio Ivaí, suas ricas fauna e flora, seus rios abundantes de peixes e a qualidade do solo. Os relatos colhidos entre os Kaingang mais idosos reafirmam a qualidade de vida de seus antepassados, graças à diversidade dos recursos naturais proporcionados pelos ecossistemas da bacia do rio Ivaí, os quais forneciam alimentos e matérias-primas para atender todas as suas necessidades vitais e simbólicas. Hoje vivem confinados em pequenas áreas, em uma relação de dependência institucionalizada, resultante de suas relações com os poderes locais, regional e federal e com as populações brancas do entorno (MOTA e NOVAK, 2008, p. 13).

Os Guarani, também tratados por Chmyz *et al.* (2008, p. 20), são identificados em diversos sítios arqueológicos localizados no território do médio curso do Ivaí e, antes da presença deles na Cidade de Vila Rica do Espírito Santo, inter-relacionando-se com os espanhóis, com organização própria, “[...] baseada em pequenos núcleos estruturados a partir da grande família”. Isto é, predominava no território a família que primeiro chegasse, mas esta absorvia outras que viessem posteriormente.

Eles também praticavam a horticultura, o plantio de milho, mandioca e fumo. “Associado a eles está o uso de cachimbos feitos de barro ou nó de pinho (CHMYZ *et al.*, 2008, p. 21). Peças desses cachimbos foram encontradas no sítio arqueológico J. Lopes, localizado às margens do rio Ivaí, nas proximidades de Vila Rica do Espírito Santo, na conhecida “Corredeira do Alemão”, conforme registrado por Blasi e Chmyz (1963).

Em termos arqueológicos, antropológicos, históricos e linguísticos, Mota e Novak (2008) afirmam que os Guaraní são os mais conhecidos dentre os povos indígenas.

[...] os Guaraní ocuparam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e seus afluentes. Eles quase nunca estabeleciam suas aldeias e roças em áreas campestres. Todos os sítios arqueológicos localizados estavam inseridos em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata (MOTA e NOVAK, 2008, p. 26-27).

Os autores explanam, ademais, que, havendo necessidade de abandonar áreas ocupadas, por questões de aumento populacional ou por problemas políticos, primeiro um grupo fazia a ocupação de áreas novas nas proximidades e, previamente, preparavam-nas com “[...] manejo agroflorestal, isto é, abriam várias clareiras para instalar a aldeia e as plantações, inserindo seus objetos e plantas nos novos territórios” (MOTA e NOVAK, 2008, p. 27).

Conforme os autores, eles foram grandes dispersores da “biodiversidade florística do sul do Brasil”, pois tinham o hábito de transportar tudo o que utilizavam sócio e culturalmente. Os Guaraní eram caçadores-coletores e pescavam. Tudo o que conseguiam era repartido em “[...] porções iguais, beneficiando todos os integrantes da família” (CHMYZ *et al.*, 2008, p. 21). Eles fabricavam diversos tipos de cerâmicas, inclusive com decoração.

As grandes urnas eram utilizadas, também, para enterramentos, os quais podiam ser acompanhados por oferendas depositadas em vasilhas pequenas. Intrinsecamente relacionada com a religião, na vida social e econômica dos Guaraní qualquer acontecimento mostrava-se motivo para rezas e danças rituais, adquirindo caráter místico. [...] Usualmente enterravam seus mortos em urnas, muitas vezes depositadas dentro das habitações (CHMYZ *et al.*, 2008, p. 21-22).

Os materiais coletados nos sítios arqueológicos localizados no território do médio curso do rio Ivaí demonstram essa produção e o uso das cerâmicas. Eles estão expostos à visitação no Museu do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, no Município de Fênix.

De acordo com Mota (2013), em relação aos Xetá, ocuparam toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, com forte presença no território do alto e médio Ivaí. Mota (2013) afirma que os Xetá quase sempre se mantiveram escondidos, esquivos, ariscos, em pequenos grupos internados nos mais recônditos e ignorados abrigos das florestas do oeste paranaense.

Pelos relatos de Bigg-Wither (1974, p. 280-312), em que descreve ação que capturou 26 “botocudos”, entre homens, mulheres (uma delas grávida) e crianças, nas florestas próximas ao Salto do Ariranha, é possível constatar essas características de isolamento e a opção por

viverem em lugares de difícil acesso, provavelmente como forma de resistência. A mesma situação de isolamento nas florestas e as habilidades com caça, armadilhas e coletas de frutos em árvores altas como o pinheiro são descritas nos relatos de Alberto Vojtech Fric (1910 apud MOTA, 2013, p. 138-152).

Chmyz *et al.* (2008) e Mota (2013) mostram os diversos nomes utilizados para se referir ao povo Xetá. Conforme esses autores, os não indígenas os chamavam de “botocudos” (século XIX e parte do século XX); os Kaingang, que conviviam com os Xetá no Vale do Ivaí, chamavam-nos de “Kuruton” (os sem-roupas); os Guaraní referiam-se aos Xetá como “Yvaporé”. Outros autores os denominam “Héta”, “Chetá”, “Seta” e “Ssetá”. Merencio (2013, p. 157) avança no levantamento das fontes e das denominações dadas ao povo Xetá:

[...] a partir de fontes etno-históricas e da literatura, é possível identificar que pesquisadores e viajantes denominaram este grupo por diversos etnônimos: Botocudo (Bigg-Wither, 2001; Keller [1866] In: Lovato, 1974), Notobotocudo (Inhering, 1907), Yvaporé, Botocudo e Are (Nimuendajú, 1914), Are (Borba, 1904); Setá (Loukotka, 1929), Sjeta, Seta e Ssetá (Fricht [1907] In Loukotka, 1929); Setá, Chetá e Xetá (Fernandes, 1957; 1958; 1959; 1960; 1961); Hetá (Kozák, 1981) e Xetá (Guérios, 1959; Laming-Emperaire, 1978; Rodrigues, 1979; Miller Jr., 1979; Maranhão, 1989; Helm, 1994 e Silva; 1998; 2003 e 2005), sendo a última comumente utilizada na designação do grupo.

Tomando duas referências para análise – o relato de Bigg-Wither (1974) e as diversas denominações dadas ao povo Xetá – revelam-se as ausências quanto ao reconhecimento humano desse grupo, sobretudo sobre possuírem seu território e terem sua cultura respeitada. Evidencia-se também a estratégia deles de não serem encontrados. Ao que tudo indica, no tempo em que esse povo habitou o rio Ivaí, especialmente no que tange ao território do médio curso, ele foi duramente perseguido, inclusive com a perda de muitas vidas.

A ocupação humana promovida por essas populações indígenas no território do médio curso do Ivaí pode ser pensada a partir de um grande paleoterritório, com usos e transformações distintas da paisagem. Noelli (1999, p. 230) fundamenta essa hipótese ao considerar que:

[...] embora seja provável que várias espécies tenham sido cultivadas e manejadas pelas populações das tradições Umu e Humaitá antes de 2.500-3.000 AP, foi com as populações Kaingang, Xokleng e Guaraní que esta prática ficou visível aos nossos olhos. Pertencendo a agrupamentos culturais que se caracterizam por dominar diversas técnicas de manejo agroflorestal, essas populações contribuíram para enriquecer o patrimônio genético do Sul, trazendo consigo diversas espécies adotadas, desenvolvidas e aperfeiçoadas na Amazônia, Andes e América Central.

Dessa forma, acredita-se nas evidências de que, em torno de 8.000 anos antes do presente, essa região já era ocupada e habitada por populações que manejavam o solo e as florestas. Assim, “cai por terra” o discurso presente em muitos relatos de expedições exploratórias de “vazio demográfico” nas paragens pelo “Vale Selvagem do Ivaí”.

A análise proposta ao pensar esses 8.000 anos (AP) é que, pelos menos por duas distintas temporalidades (dois paleoterritórios), as paisagens sofreram modificações e interferências humanas, que produziram transformações e marcas que foram sobrepostas. Contudo, as alterações provocadas pelos sujeitos que ocuparam o território durante esses dois paleoterritórios não impactaram a natureza de forma tão drástica e acelerada quanto a ocupação não indígena iniciada a partir de 1930, que, em menos de quarenta anos, reconfigurou por completo o território ao implantar outra lógica de ocupação, uso e manejo do solo e do rio.

Essa diferença nas formas de ocupação e de manejo praticadas pelas populações indígenas encontra fundamentação na concepção de território e de uso da terra. Enquanto para os não indígenas essa ocupação se dá de maneira privada e individual, para os indígenas a ocupação é grupal e ligada à história cultural, “[...] muitas vezes revestida de uma linguagem mítico-religiosa”, que orientava e definia “[...] os movimentos espaciais das aldeias (RAMOS, 1988, p. 19). Ainda conforme Ramos (1988), as atividades extensionistas de caça, coleta, pesca e cultivo de roças precisavam de uma grande extensão de terras, pois as espécies da fauna, da flora e da ictiofauna estavam dispersas e/ou em movimento, em função da disponibilidade de recursos e também da pressão exercida pela caça, o que levava as comunidades indígenas a necessitarem de áreas utilizáveis bem maiores que as que circundavam suas aldeias.

As transformações promovidas pelas ocupações não indígenas, por meio do modelo de propriedade privada da terra, foram tão intensas que desterritorializaram os povos indígenas do médio curso do Ivaí, e ainda celebraram um pacto de “perpétuo silêncio” (AYRES, 1981, p. 20) sobre as condições em que se deram essa ocupação e essa legitimação da posse da terra.

2.2 PALEOTERRITÓRIO DE JESUÍTAS ESPANHÓIS E DE EXPEDIÇÕES EXPLORATÓRIAS: SÉC. XVI-XX

O território do médio curso do Ivaí, a partir do século XVI, vivenciou uma nova fase de ocupação e de territorialização com a chegada dos não indígenas. Após milhares de anos de ocupação por povos que mantinham diferentes relações com a natureza, cujas transformações no ecossistema se davam por conta da dispersão da fauna, da flora e dos usos referentes ao suporte da vida sociocultural dos povos indígenas, agora se experimentam outras relações: os interesses dos não indígenas, pautados no conceito de pacificação e de catequização dos povos

indígenas, a fim de contê-los para abrir caminhos ao reconhecimento e à ocupação espanhola. Em paralelo, os portugueses também nutriam os mesmos interesses de reconhecimento e de expansão do território.

As ocupações não indígenas podem ser analisadas de diversas formas. As duas selecionadas neste momento estão sendo compreendidas como mais um paleoterritório que vai interagir diferentemente com a natureza, inter-relacionar com os povos indígenas e demonstrar o início dessa fase de transição que vai culminar na sobreposição dos modos privados de usos da terra e do rio Ivaí.

Têm-se, de um lado, a presença dos espanhóis e os interesses de reconhecerem e tomarem posse das terras, conforme o Tratado de Tordesilhas. Para isso, contavam com a ação de jesuítas espanhóis na expansão do cristianismo, especialmente na conversão das populações indígenas. Do outro lado, estão os bandeirantes, que atuavam na captura de escravos fugitivos, no aprisionamento de indígenas para o trabalho forçado e na procura de ouro e/ou prata nas regiões interioranas do Brasil. Dois lados que, na busca por seus interesses próprios, cruzaram-se em vários pontos no território da província do Paraná, um deles é o rio Ivaí, onde foi construída pelos espanhóis a *Villa Rica del Spirito Sancto*, no século XVI.

Nesse local, jesuítas espanhóis e bandeirantes entraram em guerra e disputaram o território na sua completude. Por conta das relações dos jesuítas com os povos indígenas, em *Villa Rica del Spirito Sancto* também havia muitas famílias dos povos Guarani que eram escravizadas pelos jesuítas. Os resultados dessa guerra foram a destruição de *Villa Rica del Spirito Sancto*, a perseguição, a morte e a expulsão dos jesuítas do território, além da dispersão dos Guarani que já habitavam o território muito antes dos jesuítas espanhóis e dos bandeirantes.

A essa mesma época (séculos XVI a XVIII), outros personagens não indígenas, homens que participavam das expedições exploratórias a serviço da Colônia, também já percorriam a região, inicialmente em busca de reconhecimento das terras, visando à expansão das posses e de caminhos (Quadro 4). Posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, o interesse pela demarcação das terras e sua posse privada para diversos usos ampliaram-se, em função da expansão do projeto capitalista, com a exploração extrativista das florestas, os usos das terras para a agricultura intensiva e a abertura de estradas para ligar cada vez mais as regiões do Brasil, no caso Paraná com São Paulo e Mato Grosso, e estes com Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina (Mapa 6).

Assim sendo, há duas novas periodicidades pautadas na presença não indígena no território que, diretamente ou nas fronteiras, impactou e reconfigurou o processo de ocupação humana. Tais períodos devem ser analisados distintamente, mas interagem entre si.

O primeiro período, entre os séculos XVI e XVII, foi marcado pelas ações, pelas inter-relações, pelos interesses e pelos conflitos entre jesuítas espanhóis, bandeirantes e indígenas Guarani. O segundo, entre os séculos XVIII e início do século XX, teve a intensificação das expedições exploratórias, com o objetivo de reconhecer, demarcar e estabelecer a posse privada da terra, expandindo o que se tornou, com a independência do Brasil em 1822, o projeto nacional e capitalista de ocupação do Brasil.

Sobre as expedições exploratórias, Mota e Novak (2008), Corrêa (2008) e Mota (2013) demonstram e analisam a presença delas no território do médio curso do Ivaí desde o século XVI, de forma concomitante à presença dos jesuítas espanhóis, e a continuidade delas até as três primeiras décadas do século XX. Foram quatro séculos que caracterizaram novas formas de ocupação e usos da terra e do rio, cujas marcas e transformações na natureza se sobrepuseram às ocupações das populações indígenas.

No que diz respeito ao território do médio curso do Ivaí, é possível problematizar que nesses quatro séculos (XVI a XX), o avanço das ocupações não indígenas sobre as terras do Paraná, seja via nascente ou foz do rio Ivaí, promoveu certo “encurrular” das populações indígenas para o interior do território. Com isso, intensificaram-se a movimentação e a circulação desses povos, por conta das resistências, estratégias e relações de negócios com os não indígenas e entre eles mesmos. Pelas próprias características socioculturais, os Kaingang se destacaram e foram os que mais resistiram a esse processo de desterritorialização, conforme analisam Mota e Novak (2008).

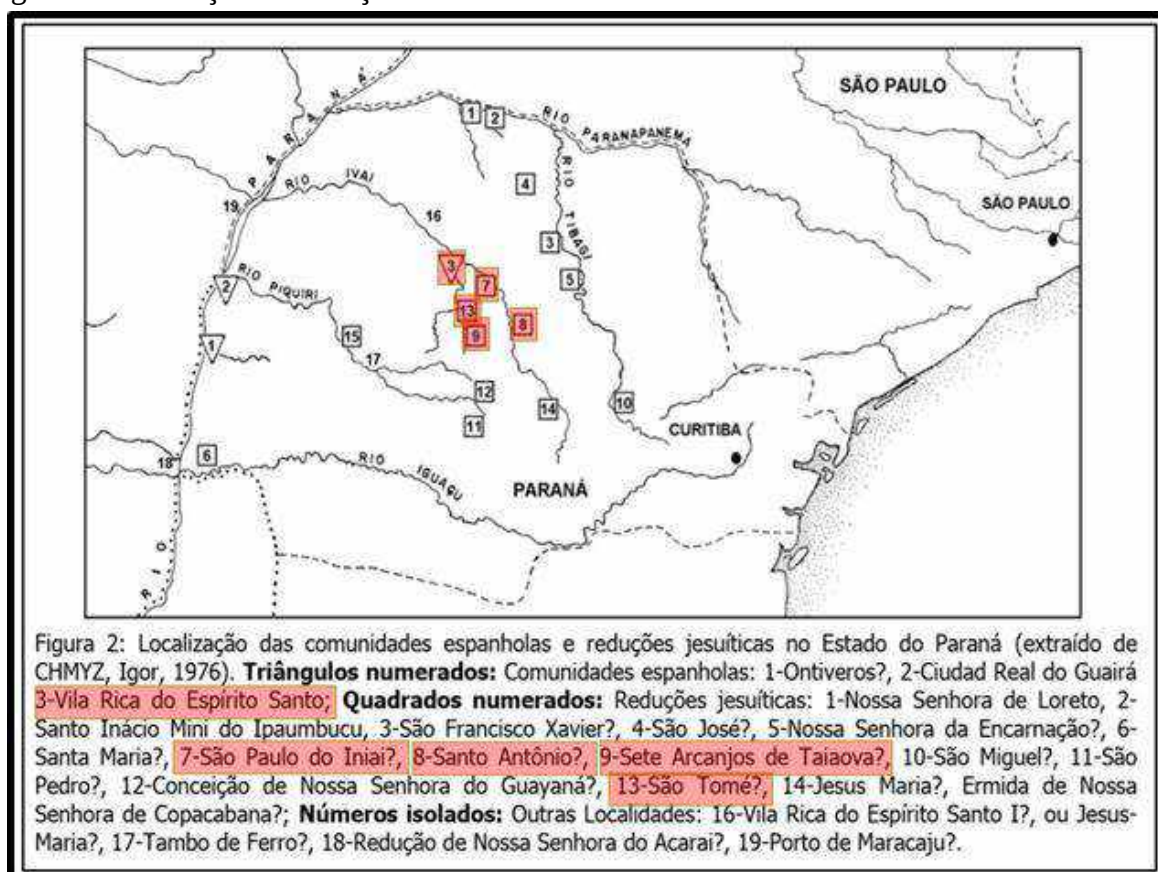
Com base nas leituras de Chmyz *et al.* (2008) e de Parellada (2014), a presença dos espanhóis no território paranaense está vinculada ao Tratado de Tordesilhas, o qual destinou essa região à Espanha. Desse modo, a partir do século XVI, iniciou-se a penetração do território em busca de reconhecimento e de riquezas (ouro e prata). Era importante assegurar o domínio espanhol das terras da província do Paraná, encontrar uma saída por terra ao Atlântico e submeter os povos indígenas “à cruz e à espada”. Para tanto, os espanhóis fundaram as comunidades: *Ontiveros* (1554), às margens do rio Paraná; em pouco mais de dois anos, mudaram para *Ciudad Real*, na foz do rio Piquiri com o Paraná, sobre a aldeia indígena de Guayrá; na sequência, *Villa Rica del Spirito Sancto* (1570), situada na foz do rio Corumbataí com Ivaí, início a montante do rio Ivaí.

Essas comunidades eram construídas pelos espanhóis e coordenadas por padres jesuítas espanhóis, sob forma de reduções – as chamadas *Reduções Jesuítas*. Um empreendimento que logrou a criação de outras treze comunidades nos vales dos rios Tibagi, Piquiri, Ivaí e, possivelmente, Iguaçu (CHMYZ *et al.*, 2008) (ver Figura 2). Especificamente

nos rios Ivaí e Corumbataí, há indícios de criação de quatro dessas Reduções Jesuítas, todas de alguma forma presentes ou próximas ao território do médio curso do Ivaí, às margens desses dois rios, conforme localização proposta por Chmyz *et al.* (2008, p. 11):

São Paulo do Iniaí (1626), estabelecida na margem esquerda do rio Ivaí, na confluência do rio Iniaí, entre os municípios de São João do Ivaí e Jardim Alegre; Santo Antônio (1627), situada na margem direita do rio Ivaí, na foz do rio das Antas, no Município de Grandes Rios; Sete Arcanjos de Taiaova (1627), à margem direita do rio Corumbataí, acima da foz do rio Muquidão, entre os municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã. [...] São Tomé (1628), localizada nas cercanias de Vila Rica do Espírito Santo, provavelmente à margem direita do rio Corumbataí, no Município de Jardim Alegre.

Figura 2 – Presença das Reduções Jesuítas no território do médio curso do Ivaí e do Corumbataí



Fonte: CHMYZ et al. (2006, p. 10, grifo da autora)

Entretanto, registra-se que as localizações propostas por Parellada (2014, p. 30) apresentam divergências em relação a Chmyz *et al.* (2008). A comprovação da localização exata das referidas Reduções clama ainda por muitas e intensas pesquisas arqueológicas, históricas, antropológicas, etnográficas e interdisciplinares. Contudo, não dá para não considerar a presença espanhola por meio dos padres jesuítas no território de estudo, sobretudo

pelo que a Arqueologia já conseguiu demonstrar. Quanto a essas contradições, Noelli (1999, p. 221-224) chama a atenção para os “problemas em aberto” e para a “escassez de interpretações”, sobretudo regionais, no que se refere às pesquisas arqueológicas.

Mesmo antes das Reduções Jesuítas, a movimentação dos não indígenas já ocorria na região por conta das inúmeras expedições portuguesas e espanholas que percorriam os territórios do litoral para o interior do Brasil, deste para Assunção (Paraguai) e rumo ao império Inca (Peru). Mota e Novak (2008) contribuem significativamente para compreender essa logística de movimentação das expedições exploradoras, que passavam nas proximidades do território do médio curso do Ivaí ou mesmo por ele.

O Quadro 4 a seguir mostra a dimensão do fluxo dessas expedições durante o século XVI, ainda antes dos padres jesuítas se estabelecerem no rio Ivaí.

Quadro 4 – Expedições dos séculos XVI e XVII pelo território de Guairá e pelo rio Ivaí

EXPEDIÇÃO	ANO	ROTA
Aleixo Garcia	1522	Litoral de Santa Catarina, interior do Paraná, Paraguai, Bolívia até alcançar a fronteira do Império Inca.
Pero Lobo	1531	Mesmo destino de Aleixo Garcia.
Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca	1541	Litoral de Santa Catarina para Assunção (Paraguai).
Domingos Martinez de Irala	1544	Assunção para Guairá.
Diego de Sanabria	1551	Mesmo itinerário de Cabeza de Vaca.
Cristoval de Saavedra	1551	Paraguai para o Porto S. Vicente, em São Paulo.
Hernando de Salazar	1552	Mesmo roteiro de Saavedra.
Ulrich Schmidl	1552	Mesmo roteiro de Saavedra.
Ruy Dias Melgarejo	1553/1554	Percorreu três vezes o mesmo percurso de Cabeza de Vaca. Conduziu a fundação de Ciudad Real de Guairá (Terra Roxa) e de Villa Rica del Spirito Sancto (Fênix).
Francisco de Gambarrota	1555	Paraguai até o Porto S. Vicente, em São Paulo.
Nuflo Chaves	1555	De Assunção, para combater e aprisionar índios, a Guairá.
Juan de Salazar	1555	De S. Vicente, em São Paulo, para o Paraguai.

Cipriano de Góes	1555	Mesmo roteiro de Juan de Salazar.
Padres Manuel Ortega, Juan Saloni e Thomas Fields	1588	Percorrem a região de Guairá para conhecer o potencial humano para os trabalhos missionários.
Nicolau Barreto	1602	De São Vicente (São Paulo), Paraná a Potosi (Peru).
Pedro Franco de Torres	1607	De São Vicente (São Paulo) para o Paraguai.
Manuel Preto	1607, 1611, 1618, 1623 e 1628	Bandeira paulista para aprisionar, nas proximidades de Villa Rica del Spirito Sancto.
Raposo Tavares	1611, 1618, 1623 e 1628	Mesmo roteiro de Manuel Preto.

Fonte: elaborado pela autora (2019) a partir de: MOTA e NOVAK (2008, p. 37-41)

Interessante notar nos relatos desses exploradores, nas palavras de Mota e Novak (2008), o contato que sempre mantinham com populações indígenas, destacando os Guarani. Esses contatos demonstram a resistência desse povo frente à presença dos não indígenas. Aleixo Garcia e Pero Lobo teriam sido mortos pelos Guarani em Foz do Iguaçu. Cabeza de Vaca teria organizado outra rota para fugir dos Kaingang dos campos de Guarapuava e de Palmas. No mapa organizado por Mota e Novak (2008, p. 40), verifica-se que a nova rota feita pela expedição de Cabeza de Vaca teria passado, já em 1541, pelo território deste estudo, rota que posteriormente foi utilizada por outras expedições.

É possível também verificar que as expedições mantinham relações e negócios com os indígenas, sendo estes guias e trocando seus serviços por objetos que não possuíam. A expedição dos padres transmitiu informações aos seus superiores sobre a existência de “[...] milhares de índios Guarani na região, bem como reconheceram uma série de peculiaridades culturais, sociais e políticas que seriam úteis alguns anos depois” (MOTA e NOVAK, 2008, p. 41).

[...] a exploração das populações indígenas pelos conquistadores não foi sem obstáculos, como afirmam muitos autores, e a conquista dos seus territórios também não ocorreu de forma pacífica. Em todos os momentos e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. O território do Guairá, que compreendia quase todo o Paraná, foi local de trânsito de portugueses e espanhóis que iam e vinham de Assunção em direção às vilas do litoral brasileiro e palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas e, de ambas as partes, fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas (MOTA e NOVAK, 2008, p. 41).

Previsivelmente, a paisagem ganhou outra configuração a partir da movimentação e da ação desses sujeitos, principalmente quanto aos caminhos que foram abertos, às cidades fundadas, às tecnologias de manejo das florestas, intensificadas pelo uso de equipamentos de ferro, de animais domesticados e por usos diversificados do solo. Eram outros sujeitos, os quais deram início ao processo de assimilação da organização dos povos indígenas e de sobreposição a elas.

No início do século XVII, a oeste e a jusante do rio Ivaí, na confluência do rio Corumbataí com o Ivaí, com a fundação da *Ciudad del Villa Rica del Spíricto Santo* (hoje Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo), o cenário era de encontros não amigáveis entre os Guarani, os jesuítas espanhóis e os portugueses. Mota e Novak (2008) demonstram um contexto de conflitos, em que os Guarani eram inimigos dos Kaingang, mas os dois resistiram aos europeus (espanhóis e portugueses). Os portugueses, por sua vez, representados pelos bandeirantes, guerrearão com os espanhóis.

Nesse cenário de batalhas, *Villa Rica del Spíricto Sancto* e todas as Reduções Jesuítas foram destruídas pelos bandeirantes, provavelmente houve muitas mortes e milhares de aprisionamentos de indígenas para trabalharem para os bandeirantes. Há, inclusive, em Mota e Novack (2008), relatos de transporte de indígenas na condição de escravos para São Paulo, feito pelos bandeirantes. Tem-se, então, um período de dispersão, tanto dos padres jesuítas como das populações indígenas. É provável, ademais, que muitos indígenas, no ato dessa dispersão, tenham adentrado o território, hipótese que reforça a possibilidade de terem se organizado às margens dos rios Ivaí e Corumbataí, no território do médio curso, por conta dos vestígios e dos sítios arqueológicos sobrepostos e de inúmeros artefatos ainda encontrados na região.

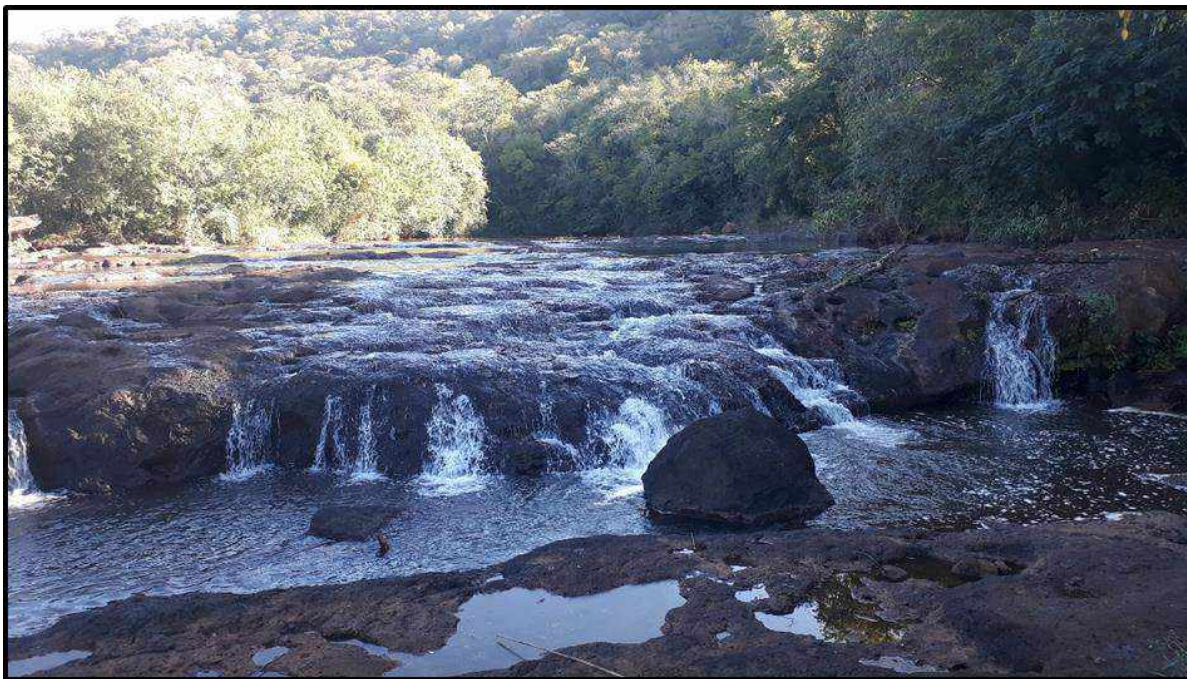
Durante as pesquisas a campo, registrou-se um trecho do curso do rio da Bulha (Figura 3), o qual é popularmente conhecido como “Salto dos Padres”, localizado a montante do rio, no Distrito de Primavera, atual Município de Lunardelli. Depoimentos orais⁵⁷ afirmam que esse local teria sido refúgio de padres e de indígenas em tempos pretéritos. Amparando-se em estudos geomorfológicos, o “Salto dos Padres” pode ser compreendido como um *knickpoint*⁵⁸

⁵⁷ Nas narrativas orais, conforme sistematizadas pelo morador de Lunardelli e Consultor do SEBRAE, Emerson da Silva Ferreira (2020), predomina a informação de que este local teria sido ocupado por padres jesuítas nos séculos XVI e XVII ao percorrem a região vindos de Vila Rica do Espírito Santo. Explica Emerson que, segundo as narrativas locais, “reza a lenda” que esses padres sofreram uma emboscada enquanto estavam ali acampados e teriam sido mortos. Antes, porém, um deles teria escondido ouro em uma caverna localizada embaixo da cachoeira do Salto. Emerson narra ainda que, em 1900, ocorreu uma grande cheia no rio da Bulha, a qual alterou o relevo do rio e destruiu a caverna.

⁵⁸ “Na geomorfologia fluvial, termo ‘knickpoint’ (kp) aplica-se a mudanças abruptas no declive dos rios, geralmente manifesto através de rápidos e quedas de água no perfil longitudinal. Além da espectacular atracção turística, de constituírem obstáculos à navegação, ou de potenciarem o aproveitamento hidroeléctrico, estes

e, assim como inúmeros outros saltos e corredeiras do rio Ivaí (Mapa 17 e Quadro 8), são locais de referência para a instalação humana, em virtude da possibilidade da pesca na piracema e da necessidade de interrupção da navegação. Muitos desses locais não oferecem condições de serem transpostos, em decorrência da vazão do rio, do leito rocho e em declive.

Figura 3 – Salto dos Padres: rio da Bulha, afluente do rio Ivaí (Lunardelli-PR)



Fonte: a própria autora (2020)

Na localidade denominada “Volta do Rio”, à margem esquerda do Ivaí, no atual Município de Lidianópolis (Mapa 19), é muito comum encontrar artefatos líticos. Maurício de Oliveira (2019) relata que ali havia toldos indígenas na década de 1940.

Ao final do século XVIII, outro movimento de reconhecimento e de ocupação da região se destacou, agora vindo do leste (nascente do rio Ivaí), fruto das resistências dos povos Kaingang oriundos dos campos de Guarapuava. Novamente, Mota e Novak (2008) oferecem estudos detalhados sobre as expedições de Cândido Xavier e do Tenente-coronel Afonso Botelho, os quais, no período de 1768 a 1774, investiram contra os indígenas, mas, naquele momento, foram derrotados pelos Kaingang, que conseguiram uma trégua até a primeira década do século XIX, quando “[...] o governador da província de São Paulo convocou o experiente

detalhes geomorfológicos representam igualmente um importante significado na evolução da paisagem [...]. A formação dos knickpoints deve-se a vários mecanismos, tais como, variações do nível de base, variações de caudal relacionadas com processos de captura fluvial, variação no fluxo de sedimento, deformações tectônicas” (MARTINS, CALDEIRA e BORGES, [20--?]). Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/7632/1/Transient%20KP_CGE.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

militar Diogo Pinto de Azevedo para organizar a ocupação dos territórios dos Kaingang” (MOTA e NOVAK, 2008, p. 63).

Diante das violentas investidas contra os Guarani a oeste, nos séculos XVI e XVII, e contra os Kaingang a leste, nos séculos XVIII e XIX, pode-se inferir que esses povos foram forçados a saírem, como fizeram muitos dos Guarani, ou a adentrarem ainda mais o interior, para onde já se movimentavam também os interesses dos não indígenas, com fins de reconhecimento do território para passagem dos projetos de construção da ferrovia e para utilização do rio Ivaí como hidrovia – no caso, as terras localizadas às margens do rio Ivaí, entre Tereza Cristina (Cândido de Abreu) até confluência do rio Corumbataí no Ivaí (na divisa de Fênix com São João do Ivaí).

Esse movimento logo se ampliou. O século XIX e o início do século XX estiveram marcados pelos confrontos e conflitos na região, que, à época, foi chamada de “Vale do Ivaí” (denominação atual). Nesse período, a leste e a jusante do rio Ivaí, intensificaram-se as lutas dos povos Kaingang com os representantes da Província do Paraná (até 1853 ainda Província de São Paulo). Tais lutas se arrastavam desde o século XVIII.

A situação se agravou quando, no Brasil Império, por determinação de D. João VI, os “[...] índios deveriam ser combatidos, catequizados, civilizados e seus territórios deveriam ceder lugar as prósperas fazendas de gado” (MOTA e NOVAK, 2008, p. 62-63). Determinação que, segundo os autores, tinha como propósito responder às indignações retratadas à corte pelas autoridades locais de que havia constantes ataques cruéis aos fazendeiros e aos proprietários de terras estabelecidos nos territórios do Sul do Brasil, para os quais os territórios estavam “infestados de selvagens”.

Mesmo com a emancipação política do Paraná em 1853, os conflitos não cessaram, pois a postura dos governos seguiu na mesma linha do projeto nacional de ocupação das terras do Brasil. Os confrontos armados só findaram em 1949, quando, enfim, a expropriação das terras indígenas foi convertida na instituição da Terra Indígena Ivaí (Manoel Ribas), a qual reduz o território deles de 36.000 hectares (1924) para 7.200 hectares (MOTA e NOVAK, 2008, p. 165-168).

No mesmo período, com ênfase para os séculos XIX e XX, seguiram as expedições exploratórias na região em busca de reconhecimento do rio Ivaí e do território, para atender à demanda dos capitais nacional e internacional, que pretendiam estabelecer vias de comunicação entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, com projetos de navegabilidade para o rio Ivaí e de construção de estradas e ferrovias para escoamento da produção de erva-mate e do gado (Mapa 6).

O rio Ivaí era, então, um obstáculo a ser vencido. Ele passou a ser mais conhecido e a chamar a atenção pela abundância de água, pelos desafios e pelos perigos em navegá-lo (por conta de suas fortes corredeiras e pelos saltos), pela riqueza de sua ictiofauna, sua fauna e sua flora às suas margens, onde se acomodava uma biodiversidade que atraiu, também, expedições exploratórias de pesquisadores naturalistas, com o intuito de classificação botânica e ornitológica das espécies.

Por conta das demandas e dos interesses apresentados, os séculos XIX e XX foram marcados, também e fortemente, pela presença, no território do médio curso do Ivaí, dessas expedições compostas por engenheiros, agrimensores topógrafos e geógrafos, a fim de realizarem estudos topográficos, geográficos e hidrológicos. Consequentemente, os empresários, os banqueiros e os políticos que financiavam a maior parte dessas expedições, interessados em ampliar e expandir seus negócios, não demoraram a se interessar pelas terras, empreendendo esforços para legitimar a posse.

Outra questão a ser analisada é que as expedições exploratórias de meados do século XIX e início do século XX adotaram um discurso contraditório de vazio demográfico. Corrêa (2008) trabalha, inclusive, com a ideia de que as descrições de paisagens, frutos dos relatos dessas expedições, foram propositais, para construir tais “vazios humanos” em territórios indígenas.

Os relatos se mostram contraditórios porque, ao mesmo tempo em que expõem uma realidade de “espaço vazio” e com raros sinais de ocupação, apontam para nomes de pessoas que residiam às margens do Ivaí. É também nesse contexto que aparece um novo personagem nesse cenário: o “brasileiro”, expressão de Bigg-Wither (1974). Era um sujeito trabalhador que adentrava as matas, chamadas de “sertão”, em busca de terra e de condições de vida, muitas vezes atuando nas demandas de trabalho e de provimento das expedições exploratórias. Suas origens ainda são lacunas abertas a investigações, mas existem algumas hipóteses que serão consideradas posteriormente. Portanto, como afirmou e analisou Tomazi (1997, p. 63-104), a terra não estava vazia e suas matas não eram virgens.

Quadro 5 – Expedições exploratórias pelo médio curso do Ivaí: séculos XVIII - XX

EXPEDIÇÃO	ANO	ROTA	OBJETIVO
Tenente Coronel Afonso Botelho e Tenente Cândido Xavier de Almeida	1768/1774	Campos de Guarapuava e Sertões do Tibagi e Ivaí	Expulsar os Kaingang e conquistar os campos de Guarapuava. Foram 11 expedições militares e, ao final, Afonso Botelho se retirou.
Diogo Pinto de Azevedo (militar)	1809/1810	Campos de Guarapuava	Ocupar os campos de Guarapuava e abrir espaço para as fazendas de criação de gado.
Antônio Pereira Borges e Francisco Ferreira da Rocha Loures	1842	Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí	Financiada pelo Barão de Antonina para encontrar os campos de Paiquerê. Borges seguiu o Ivaí a jusante por água e Loures, na mesma direção, por terra. Encontraram-se abaixo da foz do rio Corumbataí e seguiram por água a jusante do Ivaí.
Joaquim Francisco Lopes e John Henry Elliot	1845	Rios Paraná e Ivaí	Financiada pelo Barão de Antonina, expedição para explorar os territórios indígenas dos vales dos rios Paraná e Ivaí.
Médico Francês João Maurício Faivre	1847/1855	Rio Ivaí - Colônia Tereza Cristina	Fundação da Colônia Teresa (Cândido de Abreu) e abertura de estradas até Guarapuava e Ponta Grossa.
Engenheiro alemão Franz Keller	1865/1867	Rios Ivaí, Paraná, Paranapanema e Tibagi	Contratados pelo Ministério da Agricultura para levantamento dos rios do Paraná, com objetivo de estabelecer linhas fluviais para Mato Grosso, quando se iniciava a Guerra do Paraguai.
Joscelyn Borba	1870	Rio Ivaí - Colônia Tereza Cristina	Diretor da Colônia Teresa (Cândido de Abreu) e explorador das redondezas. A intenção era nuclear todos os índios que havia nos “sertões do Ivaí” na Colônia Teresa.
Thomas Plantagenet Bigg-Wither	1872/1875	Paraná - Mato Grosso Estudar o percurso do rio Ivaí até sua foz no rio Paraná	<i>Parana and Mato Grosso Survey Expedition</i> : exploração da região visando à construção de hidrovias e ferrovias – parte do traçado de um projeto de estrada de ferro que deveria ser transcontinental e ligar o oceano Atlântico ao Pacífico –; um consórcio comandado pelo Barão de Mauá.
General José Cândido	1896	Vale do rio Ivaí	Percorreu o rio Ivaí desde a

da Silva Muricy			Colônia Teresa Cristina (Cândido de Abreu) até as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, na foz do rio Corumbataí.
Alberto Vojtech Fric (cientista e fotógrafo)	1910	Vale do rio Ivaí	Estudos e convivência com os povos Kaingang.
Tadeuz Chrostowski (ornitólogo)	1910/1923	Paranaguá-Curitiba-rio Ivaí-rio Paraná	Documentação da avifauna (Ornitologia).
Edmundo Alberto Mercer (topógrafo e agrimensor)	1913/1924	Tibagi-rio Ivaí-Mato Grosso	Firma Colle, Weiss & Cia, concessionária do Estado para construir da Estrada Paraná-Mato Grosso. Fazer estudos técnicos e construção de hidrovias e ferrovias.
Geógrafo Reinhard Maack	1929/1934	Curitiba-Tereza Cristina-rio Ivaí-rio Paraná.	Companhia de Mineração e Colonização Paranaense: reconhecimento do território. Demarcação de terras a serviço do governo do Paraná.
Curt Peter, Walter Gaspar Torres e Luiz Prudente Corrêa (pesquisadores e repórter)	1946	Vale do rio Ivaí	Localizar as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo (Fênix), fazer pesquisas e filmagens da região.

Fonte: elaborado pela autora (2020) a partir de: MOTA e NOVAK (2008) e MOTA (2013)

Todas as expedições exploratórias relacionadas (Quadro 4), de alguma forma, percorreram o território do médio curso do Ivaí, seja descendo o rio a partir de Colônia Teresa Cristina ou subindo o rio da foz do Corumbataí, no Ivaí. Eram expedições financiadas pelo governo brasileiro e do estado do Paraná; por empresários interessados nos projetos de construção de estradas, ferrovias e hidrovias, para expandir seus negócios; por pesquisadores de diversas áreas. Nesse âmbito, os objetivos eram claros: reconhecer as terras e o rio; identificar os territórios indígenas, capturá-los e/ou segregá-los; fazer coletas da fauna e da flora; produzir pesquisas sobre os povos indígenas e as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo; reconhecer, demarcar e avaliar as condições para a posse privada da terra por fazendeiros, banqueiros, advogados, empresários de companhias de terras e do ramo de construção de estradas/ferrovias.

O Estado também tinha o interesse de posse das terras para destiná-las à imigração, como parte do projeto nacional de expansão e de ocupação do país. Os quadros das expedições exploratórias (ver Quadros 4 e 5) demonstram que a região foi muito “visitada” e que cada uma das expedições tinha uma intencionalidade. Evidencia-se, além disso, que os interesses pela

posse dessas terras e pela exploração do rio Ivaí não são recentes.

Mesmo retratadas, em todas as narrativas, a presença indígena e a não indígena no território, as informações prestadas pelos componentes dessas expedições exploradoras certamente fundamentaram o pensamento e contribuíram para cristalizar um discurso que ainda está presente em muitas narrativas, a exemplo de Straube (2016), de que o território foi abandonado pelos povos indígenas e que restaram algumas trilhas, picadas e alguns caminhos, áreas abertas e despovoadas com sinais de acampamentos indígenas. Os mesmos relatos que fundamentam esse discurso de “vazio demográfico”, em terras “incultas e desconhecidas”, demonstram claramente a presença – sobretudo – das populações indígenas no território, a exemplo do grupo indígena capturado pela expedição de Bigg-Wither (1974).

Os relatos de “espaços vazios”, de indígenas capturados ou contratados, da presença do “caboclo” e do “brasileiro” podem expressar um processo de transição e de assimilação, ao passo que a ocupação não indígena se aproximava, a fim de se consolidar efetivamente no período das décadas de 1930 a 1950.

A presença de exploradores de formação naturalista⁵⁹ é uma característica em comum das expedições relacionadas. Esses naturalistas faziam anotações, pinturas, desenhos, traçavam mapas, coletavam a fauna, a flora, recolhiam artefatos e, posteriormente, elaboravam detalhadas descrições sobre suas expedições. Por vezes, faziam os relatos em forma de cartas, as quais eram endereçadas à imprensa, aos familiares, às empresas ou aos governos para os quais trabalhavam. Muitos desses relatos foram publicados fora do país, em outras línguas; na segunda metade do século XX, começaram a ser localizados e traduzidos por pesquisadores das universidades do Paraná.

Constata-se, a partir de Mota (2013, p. 17 e 25), Mota e Novak (2008, p. 49) e Bigg-Wither (1974, p. 405), que algumas das expedições exploratórias contavam com algo em torno de sessenta a setenta e cinco pessoas. Números que ocorriam diferentemente de acordo com os propósitos de cada expedição, a exemplo das que eram destinadas para os confrontos e/ou as guerras contra os jesuítas e os povos Guaraní (na Vila Rica do Espírito Santo e nas Reduções Jesuítas) e contra os indígenas Kaingang (nos campos de Guarapuava), que, certamente, tiveram números bem maiores de pessoas. Mota e Novak (2008, p. 63) registram “[...] mais de trezentas pessoas, das quais cerca de duzentas eram soldados” na expedição de Diogo Pinto de Azevedo,

⁵⁹ O contexto nacional era do chamado “Brasil Oitocentista”, cujas pesquisas tinham uma abordagem Humboldtiana da natureza, em que “[...] o viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como temperatura, altitude, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies vegetais que compõem a paisagem na qual o naturalista se encontra” (KURY, 2001, p. 865).

em 1810, para ocupar os campos de Guarapuava e enfrentar os povos Kaingang.

Durante o período entre os séculos XVI e início do século XX, tempo das expedições exploratórias, dos reconhecimentos, das demarcações, das pesquisas e da posse do território pelos não indígenas no médio curso do Ivaí, conviveram e coabitaram sujeitos de toda ordem: os chamados “brasileiros” e “caboclos” originados de várias regiões; Guarani, Xetá, Kaingang; pessoas de outras nacionalidades (ingleses, poloneses, suecos, alemães, dinamarqueses, franceses). Todos esses sujeitos empreenderam atividades e técnicas que produziram alterações na paisagem. Nos relatos da expedição de Antônio Pereira Borges e Francisco Ferreira da Rocha Loures (1842), conforme registra Mota (2013, p. 23-32), aparecem informações de diversas atividades (mineração, fundição de ferro, teares para algodão, roças e pescas feitas com a utilização de ferramentas fundidas), o que evidencia formas e técnicas diferentes das inicialmente empregadas pelos povos indígenas.

Em toda a mencionada extensão encontraram vestígios das escavações de muitas lavras, tanto na margem do rio, como nas caldeiras, d’onde se havia tirado um cascalho rijo à semelhança do que se via nas barranceiras a que os mineiros chamam gopiára (MOTA, 2013, p. 27).

A paisagem, então, foi reconfigurada a partir das ações desses inúmeros sujeitos na natureza: aberturas de roças para construção de toldos ou ranchos; construção de acampamentos provisórios; abertura de trilhas ou picadas; derrubada de árvores para construção de canoas; cultivo de animais domésticos; plantio de milho, mandioca, feijão, batata e vários outros vegetais e frutas; criação de porcos; caça e pesca intensificadas; coleta de vegetais; tecnologias à base de ferro e de aço, provavelmente presentes desde o paleoterritório dos jesuítas e que continuaram sendo trazidas e introduzidas pelas expedições exploratórias; bebidas de álcool utilizadas para tornar os indígenas mais “dóceis”.

A fauna e a flora se transformaram em face de tudo o que foi retirado delas, pela dispersão de espécies e por atividades, técnicas e usos múltiplos que nelas foram sendo empregados. Interessante observar que essas atividades e esses usos se intensificaram e aceleraram-se assustadoramente com a chegada e a permanência dos não indígenas no território.

Nos séculos XIX e XX, o rio Ivaí foi completamente “desbravado”, o medo de suas corredeiras e de seus saltos foi dominado. Seu leito, as possibilidades de navegabilidade e o regime fluvial foram tecnicamente mapeados e conhecidos. Sua abundância biológica e a fertilidade das terras que o margeiam tornaram-se alvos de disputas. O médio curso do Ivaí tornou-se ponto de interesses do governo e daqueles que comandavam o projeto capitalista de

expansão e progresso. Tem-se uma nova camada dando origem a um novo paleoterritório, o qual, ao se constituir, sobrepõe-se aos anteriores.

2.3 UM LUGAR CHAMADO BENDENGÓ DO UBÁ: O TEMPO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA NATUREZA

É esse o paleoterritório que atualmente predomina, constituído sobre as bases do capitalismo e da propriedade privada. Modelo pautado em usos múltiplos da terra: de forma particular, individual, cercada, extrativista, intensiva e de acumulação. Os estudos desse paleoterritório denominado de propriedade privada da natureza podem ser organizados em inúmeras e múltiplas territorialidades. Tem-se uma demanda que esta pesquisa, certamente, não “dá conta”.

Ao se tomar a década de 1930 como referência cronológica, organizou-se este tópico a partir do contexto da ocupação não indígena, seus processos, suas técnicas, seus usos, seus conflitos e seus interesses pela natureza. Dessa forma, serão analisados: a posse da terra como propriedade privada; a legitimação desse processo a partir da Lei de Terras de 1850 e da Sociedade Territorial Ubá Ltda; e os sujeitos em disputa pela posse privada da terra do território do médio curso do Ivaí (posseiros, agricultores e pescadores).

Essa década considerada desvela o território do médio curso do Ivaí aos olhos do capitalismo e da lógica da propriedade privada, com a demarcação e a ocupação das terras para extração da madeira e produção da agricultura. Mesmo a agricultura, que se constituiu em ciclos até a década de 1970, manteve-se predominantemente pela lógica da produção cafeeira, fruto do processo econômico em andamento no Brasil, cujas estratégias eram de expansão das terras cultiváveis.

Importante relembrar que os não indígenas já tinham conhecimento dessa vasta área de terra e de sua ocupação pelas populações indígenas desde o século XVI, conforme evidenciado nos estudos das inúmeras expedições exploratórias (Quadros 4 e 5) que circularam por todo esse território, cada qual com seus propósitos e com suas intencionalidades claramente definidos. Muitos relatórios emitidos ao governo e muitas publicações feitas na imprensa nos séculos XIX e XX corroboram esse conhecimento prévio e o processo que se desenrolou para a posse definitiva.

As fontes consultadas permitem afirmar que o território do médio curso do Ivaí foi alvo de um longo processo de grilagem de terras, configurado entre as décadas de 1910 e 1950. Existem uma vasta documentação e processo administrativo e judicial que interpretaram ter

havido um grilo: o *Grilo Ubá*⁶⁰.

Enquanto sujeitos externos ao território reclamavam a posse privada das terras e demandavam ações administrativas e judiciais com o Governo do Estado do Paraná, internamente, o território já era ocupado em toda a sua extensão pelas populações indígenas que ainda resistiam e por posseiros, os quais eram brasileiros remanescentes de diversas regiões do Brasil. Sujeitos que já habitavam e se utilizavam desse território, empregando inúmeros usos e ocupações da natureza.

Concomitantemente à demanda externa, o governo nutria interesses de reservar partes do território para a imigração. Como um processo não está desvinculado do outro e ocorreram na mesma temporalidade, foram levados em conta a partir dos movimentos internos e externos no espaço aqui delimitado.

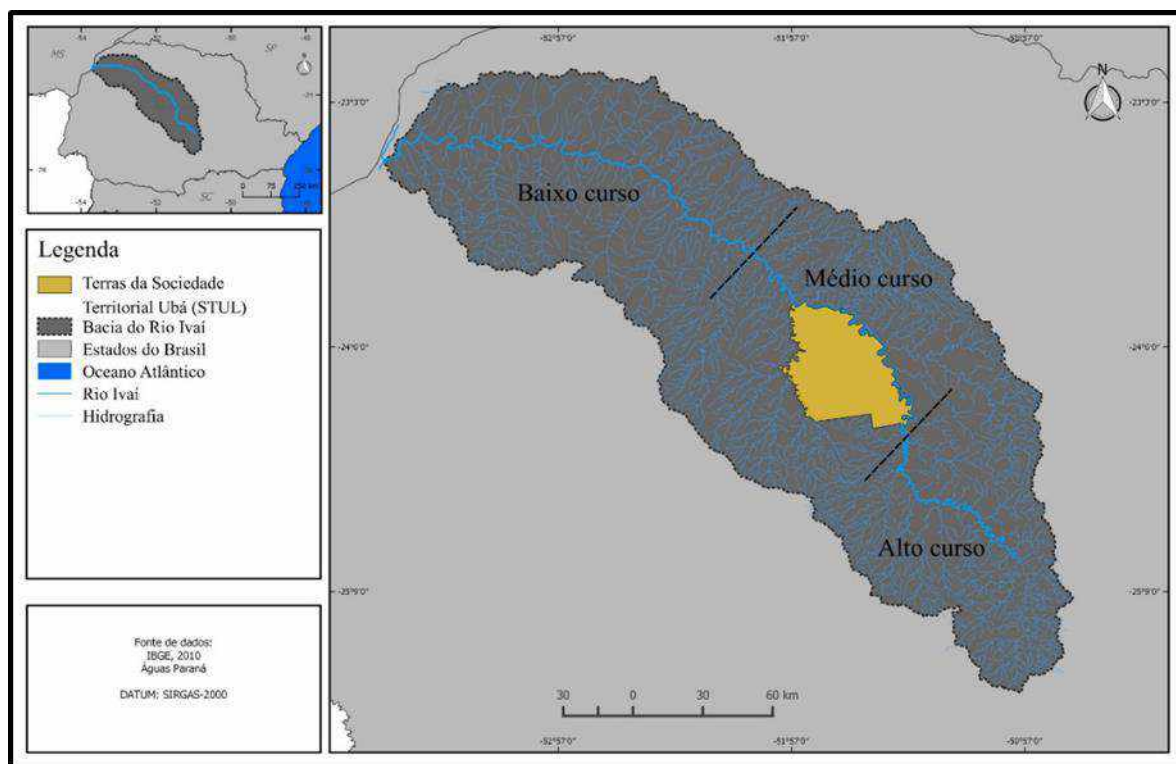
2.3.1 A Sociedade Territorial Ubá Ltda. e as disputas em torno da “propriedade legal” do Bendengó do Ubá

A Sociedade Territorial Ubá Ltda. (1929)⁶¹ foi a companhia de terras que reclamou, junto ao estado do Paraná, a demarcação administrativa e a legitimação de posse das terras do Bendengó do Ubá. Uma demanda entre Estado e Cia. Ubá que se arrastou pelo período de 02/05/1929 a 01/02/1950, tendo a Cia. Ubá garantida a legitimação de posse, após um acordo lavrado em cartório com o estado do Paraná, cujas cláusulas estabeleceram os compromissos de ambos.

⁶⁰ Expressão estampada na capa do processo de demarcação administrativa dessas terras, arquivado no Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG/Curitiba), localizado na pasta do Município de Manoel Ribas. Em 2012, a autora desta dissertação realizou pesquisa *in loco* e, mediante protocolo, pôde adquirir cópia do processo.

⁶¹ Companhia de terra criada e registrada no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos de Cambará em 02/05/1929, livro de notas nº 479, 1º traslado, folha 59. Foi criada com um capital de “quatro mil contos de réis (Rs.4.000:000\$000), cinco annos de duração, sede em Cambará e fins de adquirir a fazenda inculta denominada UBÁ, do districto de Therezina, comarca de Guarapuava, assim como outras quaisquer propriedades e de aliená-las, em globo ou parceladamente, podendo nelas incidentemente explorar a cultura cafeeira ou outras industrias agricolas”. Na ocasião, 16 sócios compuseram a sociedade, sendo descritos como “lavrador”, “advogado”, “lente de direito”, “proprietário”, “banqueiro”, “negociante”. Da família Barbosa Ferraz, constavam cinco sócios. Dos 16, um era americano; um residente em Curitiba, os demais de São Paulo (capital). A compra da “FAZENDA UBÁ” foi feita em 31/05/1929 pelo valor de RS-2.560:000\$000, registrada no Registro Geral de Imóveis e Hipotecas - 1º Ofício na Comarca de Guarapuava sob nº 9.880, folhas 051/52, livro 3-E, em que constam a área de “oitenta mil alqueires paulistas, de 24.200 metros quadrado cada um”, os limites e as confrontações.

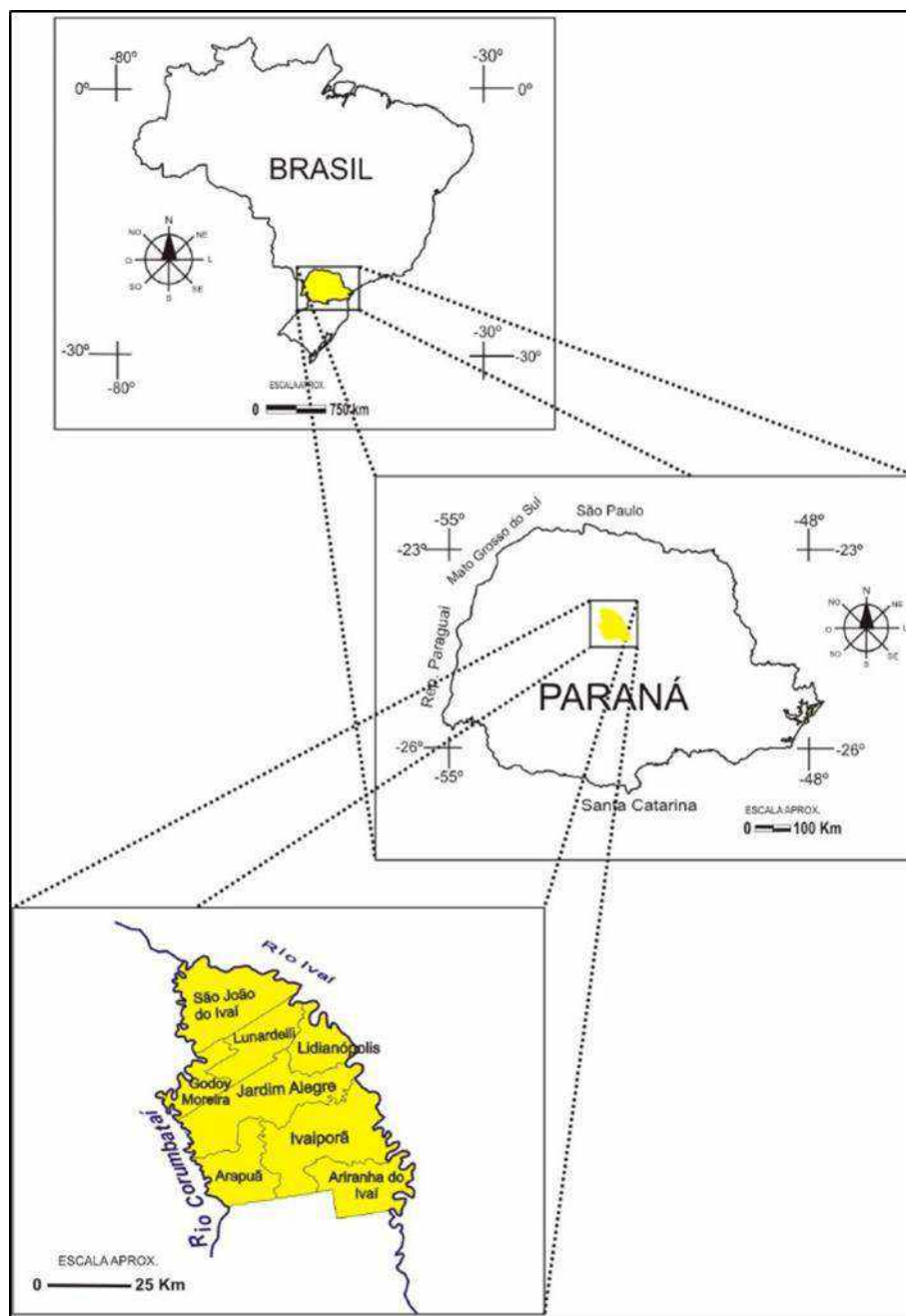
Mapa 11 – Território do Bendengó do Ubá na década de 1950



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Atualmente, configuram-se no território do médio curso do Ivaí (Mapa 1) os Municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli e São João do Ivaí. Tal configuração teve início a partir dos anos 1950, com o processo de ocupação promovido pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. Observa-se que a mesma área em litígio e, posteriormente, legitimada em favor da Cia. Ubá (Mapa 11) corresponde ao mesmo território localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí (Mapa 1) e à área total da configuração dos atuais municípios (Mapa 12 a seguir).

Mapa 12 – Municípios que configuram atualmente o território entre os rios Ivaí e Corumbataí



Fonte: elaborado por DENEZ a partir de: Atlas do IBGE (2015); IPARDES (2015)

Ao considerar as denúncias feitas no jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa por Edmundo Alberto Mercer⁶² ao longo do ano de 1913 e, ainda, documentos de governo cujas datas são anteriores à constituição da Sociedade Territorial Ubá Ltda., em 1929, verifica-se que

⁶² Político, Topógrafo e Agrimensor de terras que atuou por muitos anos a serviço da firma Colle, Weiss & Cia e do Estado do Paraná. Esteve à frente de várias expedições exploratórias no rio Ivaí, conforme analisado anteriormente. É de sua autoria o uso da expressão *Bendengó* e *Bendengozistas* para se referir respectivamente à extensão de terras e aos que reclamavam a legitimação dessas vastas áreas sem comprovação legal de aquisição (MERCER, 1978).

a demanda para legitimação da posse privada dessa área remonta-se à década de 1910, cujo imbróglgio arrastou-se até 1950 e envolveu, para além das questões administrativas e judiciais, conflitos armados entre Cia. Ubá e seus prepostos contra os posseiros já assentados no território. Conflitos intensificados no período de 1946 a 1954, quando a Cia. Ubá, após conseguir “legalizar” a posse das terras, chegou ao território para apropriá-lo aos moldes da propriedade privada.

Farias (2020) analisou esse litígio que surgiu como um título na década de 1910. A proposta de legitimação dessa vasta extensão de terra (Mapa 11) foi o despertar para a ideia de propriedade privada da terra demarcada no território, cujo processo para a oficialização demorou quarenta anos e envolveu uma série de conflitos políticos, econômicos e agrários.

Inicialmente, o título foi “adquirido” pelo banqueiro Alberto Landsberg⁶³. Este, por sua vez, enfrentou dificuldades e não conseguiu concretizar a regularização de posse em virtude das ações administrativas do Estado e das inúmeras denúncias feitas por Edmundo Alberto Mercer em 1913 nas páginas do jornal *Diário dos Campos de Ponta Grossa*. Naquele momento, a demanda envolvia a análise pelo Estado se os documentos de *Sisa* e *Escritura* regidos em face da “compra” das terras não haviam sido adulterados, no que tange às divisas e aos valores, conforme questionava Mercer (1913).

Essas adulterações também constam nos relatórios resultantes das investigações feitas pelo próprio Estado, por meio da Chefatura de Polícia e de técnicos que atuavam no setor de Terras e Colonização do Estado (hoje atual ITCG). Consta nesses documentos, inclusive, a impossibilidade de existência de algumas pessoas⁶⁴, as quais teriam comprado as terras do Ubá antes da referida companhia, em 1853⁶⁵.

⁶³ O Jornal A Imprensa (RJ), edição 00833 (13/01/1901, p. 2) e edição 01272 (16/06/1911, p. 5), e o jornal A Notícia (RJ), edição 00058 (10 e 11/03/1911, p. 2), reportam a uma pessoa de nome Alberto Landsberg como banqueiro e pessoa da alta sociedade no Brasil, sendo ele “comenditário do Banco Commercial Paulista” e um dos diretores do “Banco Agrícola e Hypothecário de Belo Horizonte” (MG). Aprofundando-se mais nas buscas pelos jornais da década de 1900, é possível inferir que Alberto Landsberg era uma pessoa de muitos negócios, os quais envolveram diversas companhias que atuavam no Brasil em diversos ramos, ao ponto de representar essas empresas nas transações com governo sobre assuntos de colonização.

⁶⁴ Com base em leituras sobre os conflitos agrários no Brasil e no Paraná, nota-se que, por conta da Lei de Terras nº 601/1850 e suas regulamentações, era muito comum surgirem escrituras e *Sisas* documentando posses de imensas áreas de terras consideradas devolutas e/ou já ocupadas pelos chamados “posseiros”, com datas anteriores à referida lei e em nome de pessoas que ninguém nunca viu ou conseguiu comprovar a existência. Geralmente, eram nomes comuns, criados justamente para dificultar questionamentos e investigações quanto à natureza, à origem e à existência.

⁶⁵ Esse processo é composto por inúmeras páginas, com muitas tramitações dentro dos setores do Estado, envolvendo os proprietários da Sociedade Territorial Ubá Ltda., seus signatários e documentos cartoriais. Documentação que se encontra atualmente em poder do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Estado do Paraná (ITCG/Curitiba), mas que foi digitalizada e a autora desta pesquisadora possui cópia em formato digital. Essas mesmas cópias, acrescidas de mapas e de outros documentos, também compõem o acervo do Laboratório

Ao admitir a hipótese das adulterações dos documentos de compra e posse dessas terras, resta compreender quem estava por trás do processo histórico de grilagem das terras já a partir da década de 1910. Teria sido a família Barbosa Ferraz⁶⁶, de Cambará, cujos herdeiros, os senhores Bráulio Barbosa Ferraz e Leovegildo Barbosa Ferraz, tornaram-se os proprietários majoritários da Cia. Ubá em 1929? Essa família possui longo histórico de negócios e de sociedades em companhias de terra, a exemplo da Sociedade Agrícola Barbosa Ferraz e da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná⁶⁷.

Edmundo Alberto Mercer, também conhecido como “Toca Mercer”, que se intitulava inicialmente “Um Paranaense”, escreveu, em 1913, uma série de matérias para o jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa, em que questionava a ação de *Bendengozistas*. Em uma dessas matérias, “Toca Mercer” afirma:

Não se compreende por que os açambarcadores das terras públicas escolheram o período de governo do Dr. Carlos Cavalcanti, governo de probidade e patriotismo, para estenderem suas garras aduncas às terras devolutas! Até hoje não foi observado um só ato do ilustre gestor do nosso Estado, que autorizasse o açodado desembaraço dos *bendengozistas* no assalto, em massa, ao nosso maior tesouro: as florestas virgens do domínio público... Talvez que a advocacia administrativa que tanto lucro tem deixado aos felizes que a exercem, seja a causa da sem-cerimônia com que indivíduos sem direito algum vão se apossando de áreas fabulosamente grandes do nosso território, com o dispêndio apenas de algum selo e propinas... Ontem era o caso da célebre “Fazenda Ubá”: Dr. Fordimédio obteve toda a zona que fica entre os rios Ivaí e Corumbataí com cerca de 200.000 hectares e a vendeu para uma firma estrangeira por 300:000\$000... Já tivemos no Paraná uma época de *bendengós* e essa foi de consequências funestíssimas para o Estado, e por isso é obra meritória colocar-se o Governo de sobreaviso, denunciando-se as espertezas que sorrateiramente estão sendo postas novamente em prática pelos *bendengozistas*, no intuito de terminarem

de Arqueologia, Etnografia e Etno-história da UEM, montado e organizado pelo pesquisador Cezar Felipe Cardozo Farias, que, em 2020, concluiu Mestrado com a pesquisa “A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929)”.

⁶⁶ Proprietários da Companhia Agrícola Barbosa, pertencente à mesma família que se tornou proprietária da Sociedade Territorial Ubá Ltda. No relatório de Alcides Munhoz, Secretário Geral d’Estado, consta uma longa tramitação que envolve o governo do Paraná, os proprietários da Cia. Agrícola Barbosa Ferraz – Leovegildo Barbosa Ferraz e Bráulio Barbosa Ferraz – e o Consulado Italiano, por conta de denúncias de que a Cia. estava mantendo em regime de “escravidão” 23 famílias italianas. As negociações culminaram na liberação das referidas famílias (PARANÁ, 1924, p. 215-234).

⁶⁷ Companhia criada na década de 1920 para dar sequência ao projeto de fazer a ligação férrea entre São Paulo e Paraná. Chamava-se, antes, Estrada de Ferro Noroeste do Paraná. Os proprietários faziam parte de um grupo de fazendeiros, entre eles estavam Antônio Barbosa Ferraz Júnior e Leovegildo Barbosa Ferraz. Estes conseguiram as concessões dos governos de São Paulo e do Paraná para a construção da referida estrada de ferro. Do governo do Paraná ainda receberam a exclusividade de exploração das terras numa faixa de 15 quilômetros de cada lado do eixo da via, podendo desapropriar terrenos, prédios ou quaisquer benfeitorias particulares no trajeto. Receberam também inúmeras e significativas isenções de impostos sobre importados para a construção da via, sobre terras, estradas, maquinários e benfeitorias (TOMAZI, 1997, p. 167).

a partilha do patrimônio do Estado (Diário dos Campos, 29/01/1913⁶⁸).

Já os Kaingang, de acordo com as pesquisas dos professores Mota e Novak (2013, p. 102), utilizavam o termo *bendegó* (da mesma variação de *bendengó*) para se referirem às pessoas que estavam adentrando a região e se intitulando donas de amplas áreas de terras. A extensão de terra requerida por esses não indígenas, os quais entraram em conflito com os Kaingang e os desterritorializaram, era tão grande que os indígenas consideravam essa ação uma “coisa descomunal”, algo fora do normal, ou seja, *bendegó*, na fala deles.

Com informações e a proteção de autoridades da capital e das cidades próximas, políticos, grandes fazendeiros e apaniguados do governo local procuravam ampliar seus patrimônios açambarcando grandes extensões de terra, conseguindo concessões escandalosas em verdadeiros *bendegó* no dizer do cacique Ferreira (MOTA e NOVAK, 2013, p. 102).

Como todo esse território, localizado entre os rios Ivaí e Corumbataí, a montante do Ivaí até as divisas com os atuais Municípios de Manoel Ribas e de Cândido de Abreu, foi alvo da ação dos chamados *Bendengozistas*, na perspectiva de refletir esse período da história a partir das narrativas dos diversos personagens que a ocuparam, optou-se por denominá-lo de território do “Bendengó do Ubá”⁶⁹.

A partir do século XIX, intensificaram-se a presença de não indígenas e os interesses para a ocupação privada das terras, que até então era, para eles, apenas um trecho com obstáculos a serem transpostos, pois o foco estava em outras regiões do Paraná, a exemplo do projeto de construção da Estrada Paraná-Mato Grosso (Mapa 6). Dessa maneira, diversos personagens passaram a percorrer essa região, em reconhecimento e em levantamento técnico das condições hidrográficas, topográficas e geográficas, visto que o rio Ivaí (Mapa 2) era considerado um obstáculo para o acesso e um meio para a implantação do projeto de comunicação Paraná-Mato Grosso.

Por diversas razões técnicas e políticas, o projeto da Estrada Paraná-Mato Grosso, que tinha o rio Ivaí como passagem a partir de sua navegabilidade, não foi levado a cabo. Com as mudanças de planos, surgiu a conhecida Estrada Boiadeira (Paraná), e as atenções para as terras

⁶⁸ A pesquisadora possui cópias desse jornal. Os originais se encontram no acervo da Casa da Memória, em Ponta Grossa (PR).

⁶⁹ Ubá: palavra indígena que significa embarcação indígena sem quilha e sem banco, constituída de um só lenho, escavado a fogo, ou de uma *casca* inteiriça de árvore cujas extremidades são amarradas com cipós. Também pode ser uma planta herbácea, empregada na confecção de balaies e de cestos (FERREIRA, 1988, p. 656). Montoya (1639, p. 160) traduz *Huibá*, do Guarani, como *canas bravas*.

do Bendengó do Ubá, que a essa altura já era bastante conhecido, despertaram outros interesses: a terra e sua fertilidade, o rio e sua abundante biodiversidade, a madeira nobre das matas, os negócios imobiliários, a abertura de estradas e de cidades para ligar o restante do Paraná à Estrada Boiadeira. Excelentes oportunidades de negócio foram visualizadas a partir dos desdobramentos políticos e econômicos do país e do estado no início do século XX.

No caso do Grilo Ubá, a análise da documentação administrativa e processual que envolveu a legitimação das terras⁷⁰ possibilita a seguinte análise: teria a família Barbosa Ferraz, utilizando-se da vasta experiência no ramo de apropriação de terras, por meio de companhias e concessões e com amplo acesso aos mecanismos burocráticos, organizado escritura e documentos para demonstrar transações de compra e venda das terras com datas anteriores ao Decreto nº 1.318/1954⁷¹, a fim de justificar uma possível compra da “Fazenda Ubá”? Registra-se que, mesmo a documentação processual de governo apontando em suas conclusões a “adulteração e falsificação” dos documentos nas transações de compra e venda dessas terras, a questão persistiu e se arrastou por vários anos, findando-se em 1950 em favor da Cia. Ubá.

Nesse imbróglio, outra análise é relevante: a Sociedade Territorial Ubá Ltda., legalmente, foi constituída em 02 de maio de 1929, mas Edmundo Alberto Mercer, já em 1913, denunciava a grilagem de terras do Bendengó do Ubá, inclusive publicando no jornal *Diário dos Campos* o seguinte:

⁷⁰ Documentação composta de ofícios, relatórios de inspeção, mapas, defesas da Sociedade Territorial Ubá Ltda., abaixo-assinado de posseiros, entre outros documentos que se encontram nos arquivos do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Estado (ITCG/Curitiba), cujas cópias digitalizadas, após pesquisa *in loco*, estão em poder da pesquisadora.

⁷¹ O Decreto nº 1.318, de 1854, regulamenta a Lei de Terras nº 601/1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império (propriedades do Império). Eram terras que não lograram ocupações de acordo com as condições “legais” do sistema de sesmarias, suspenso em 1822. A mesma lei determinou que essas terras só poderiam ser adquiridas em forma de compra, com exceção de alguns casos, entre eles aquelas terras que se encontravam ocupadas por posse, morada e cultura. Também foi determinado que as demarcações das terras fossem feitas, concedendo-as para a ocupação de empresas particulares, colônias nacionais e estrangeiras, promovendo a imigração. A ação compunha a estratégia imperial de ocupação do território brasileiro, que, nessa mesma época, cessava o tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz), mas, em contrapartida, abria as portas à imigração europeia com trabalhadores livres. Entretanto, de acordo com a Lei de Terras, “[...] a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra de terra” (MARTINS, 2017, p. 9), ou seja, nem escravos nem imigrantes pobres vindos da Europa, especialmente da Itália nesse momento, tinham condições de compra da terra. Tem-se, então, um cenário totalmente favorável para a ação dos *Bendengozistas*. Além das inúmeras análises possíveis, duas são relevantes aqui: a primeira é que a Lei de Terras considera a possibilidade de legitimação da posse para aqueles que já estavam assentados e a ocupavam com morada e plantio comprovados. Nesse caso, muitos posseiros e agricultores, por total desconhecimento e entraves locais quanto aos trâmites da documentação e dos títulos de posse, acabaram por não usufruir a lei, pelo contrário, perderam suas terras. O que leva à segunda consideração: muitos fazendeiros e pessoas com “boas” relações e influência no governo conseguiram se apropriar do dispositivo de “cultura e morada” para justificar a titulação de vantajosas áreas de terras já em poder dos povos indígenas ou de brasileiros agricultores no interior do Paraná, a exemplo do “Grilo Ubá” ou “Bendengó do Ubá”.

Ontem era o caso da célebre “Fazenda do Ubá”: o Dr. Fordimédio obteve toda a zona que fica entre os rios Ivaí e Corumbataí com cerca de 200.000 hectares e a vendeu para uma firma estrangeira por 300:000\$000.

Parece alucinação esse movimento de *avança* nas terras públicas e não deixa de ser interessante o modo pelo qual são arrançados os *direitos de posse*.

Terrenos que nunca foram habitados, situados em zonas remotíssimas que nunca produziram um só grão de cereal, são, como por encanto, “propriedade particulares”, não sujeitas à legitimação, porque tem escritura de venda e *sisa* para antes de 1854!

A mistificação é tão grosseira às vezes, que até se torna irrisórias; as escrituras que servem de base, com datas remotas, referem-se a lugares que nas respectivas épocas ainda eram desconhecidos!

Examinando-se a história do Paraná, chega-se à conclusão de que os sertões do noroeste do Estado só começaram a ser povoados, e isto em reduzidos núcleos, de 1847 para cá (Terezina em 1847 e Jataí em 1851), e, não obstante, a esse dia já se vendiam *posses* nos fundos dos sertões!

E quando não se queira recorrer à história, procure-se a morada habitual e cultura efetiva, condições essenciais que caracteriza legalmente uma posse, para se ver quão despudorados são os *Bendengozistas*.

Cultura e morada na Fazenda do Ubá, na Campina Guilherme, só a dos botocudos! (MERCER, 1978, p. 72-73).

Em 1913, por vários meses seguidos, Edmundo Alberto Mercer manteve em sua rotina várias publicações no Diário dos Campos, sempre em contestação às publicações do representante do Governo Carlos Cavalcante Albuquerque⁷², que, desde a primeira denúncia de Mercer, em 29/01/1913, respondia-lhe pelas páginas do mesmo jornal em relação à demanda do processo de “legitimação do Ubá”, o qual havia sido instaurado pelo governo a partir da denúncia de 29/01/1913. Em 10/10/1913, Mercer fez uma publicação intitulada “O Bendengó do Ubá. A nossa vitória”. Nela, afirmava que:

[...] sabemos por informações fidedignas que o Dr. Secretário de Obras Públicas acaba, após exame pericial rigoroso, de descobrir que o registro que serviu de base à maroteira do Ubá, acha-se viciado, adulterado visivelmente. Agindo assim, V. Ex^a. derrubou o embuste com que espertalhões tentavam espoliar cerca de 400 mil hectares de terras do Estado. Não podemos deixar de consignar aqui os nossos aplausos ao Dr. Marins Camargo, um dos únicos Secretários de Obras Públicas que teve a coragem de insurgir-se contra os bendengozistas, e também de nos felicitar, a nós mesmos, pela campanha que movemos contra, não só a bandalheira do Ubá, como a da Campina Guilherme, hoje Santa Maria, etc. (MERCER, 1978, p. 87-88).

Essa reportagem exigiu uma busca por documentos que demonstrassem o afirmado, que foi constatado no Relatório de 1913, emitido ao Governador do Paraná pelo então

⁷² Governador do Paraná a partir de 1911. Mais informações disponíveis em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Carlos-Cavalcanti-de-Albuquerque>. Acesso em: 06 nov. 2019.

Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, sr. Marins Alves de Camargo. No referido documento, consta que Alberto Landsberg solicitou, em 08/02/1913, a medição das terras da “Fazenda Ubá” e o processo, após perícia feita pelo 3º comissariado Atílio Trevisani, foi remetido sem aprovação para a “Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação” (PARANÁ, 1914, p. 31), permanecendo sob judice a questão da legitimação e da demarcação dessas terras. Assim, após uma longa demanda, o Estado concluiu a ilegalidade da posse das terras da “Fazenda Ubá” pelo então Alberto Landsberg.

As primeiras notícias de solicitação de posse datam de 1912. Em 1913, decorreu toda a demanda envolvendo as denúncias contra a legitimação da posse das terras pelo Estado, as quais são praticadas por Edmundo Alberto Mercer. Sem acordo entre Estado e Alberto Landsberg, o processo de demarcação e de medição ficou parado. O assunto só voltou em pauta, de acordo com as fontes encontradas e analisadas, em 1929, com a Sociedade Territorial Ubá Ltda., que “comprou” as terras dos herdeiros de Alberto Landsberg. Nesse mesmo ano de 1929, o então governador do Paraná, Affonso Alves de Camargo (já conhecedor do caso em 1913), julgou procedente em favor da Cia. Ubá. Então, a companhia entrou na justiça para reaver os prejuízos e os limites da fazenda, requeridos à época do litígio com Alberto Landsberg. O Estado não aceitou e iniciou nova demanda judicial.

Em simultâneo, a partir de 1930, a Sociedade Territorial Ubá Ltda. passou a dividir e a vender a Fazenda Ubá para diversas pessoas e para outras companhias, no formato de enormes glebas. Essas glebas constituíam-se faixas de terra que cortavam de um lado a outro dos rios Ivaí ao Corumbataí, tomando-os como divisas. Os compradores dessas glebas também recorreram judicialmente contra o Estado, que tinha, à época de 1912 e na década de 1930, determinado a suspensão de recolhimento do imposto da *Sisa*⁷³ da fazenda por conta do litígio.

Em 1932, com o governo de Getúlio Vargas, o Paraná passou a ser comandado pelo interventor Manoel Ribas, que retomou todas as terras devolutas para o Estado e emitiu vários títulos de posse aos posseiros que já ocupavam as terras, mediante requerimento de medição e de regularização feito por eles e apresentado ao Estado. Em 1946, a Cia. Ubá propôs um acordo junto ao Estado para pôr fim à questão. O Estado não só rejeitou o acordo como tomou medidas de anulação de títulos e de cancelamentos de escrituras em favor da Cia. Ubá e de todos os compradores que já haviam adquirido glebas de terra. Iniciou-se, então, nova batalha judicial.

⁷³ De acordo com o setor de tributação da Prefeitura de Lidianópolis, trata-se de um imposto de competência dos municípios, vulgarmente conhecido como *Sisa* (*Serviços de Impostos de Sua Alteza*), pois, no Brasil, remonta à época do Império. É cobrado sobre as operações de transmissão de imóvel entre vivos, com o nome de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imobiliário). Deve ser recolhido quando do registro de Escritura Pública de Transmissão (informações verbais recebidas pela Prefeitura de Lidianópolis, 2019).

Em 01/07/1948, a Sociedade Territorial Ubá Ltda. voltou a propor acordo com o Estado, que foi aceito e efetivado em 01/02/1950, quando Estado e Cia. Ubá formalizaram escritura e lavraram documento estabelecendo deveres e obrigações para ambos. Assim sendo, as terras foram efetivamente registradas em nome da referida companhia, mas já constando na nova escritura os novos compradores das glebas⁷⁴.

Em 1913, o Estado questionava a adulteração nos registros das divisas e as denúncias de Mercer argumentavam contra a aceitação de apenas documentos (*Sisa* que teria sido recolhida), sem que fosse feita a verificação de cultura de posse e das corretas divisas, conforme previa a Lei de Terras e sua regulamentação. Já na década de 1940, para além da adulteração da divisa prescrita, o Estado passou a questionar também os valores recolhidos em *Sisa*, o valor pago referente à “braça quadrada”, e concluiu pela não existência das pessoas que teriam sido compradoras da “Fazenda Ubá” anteriormente a Alberto Landsberg e à Sociedade Territorial Ubá Ltda. Mesmo com todas as evidências e afirmações de fraudes, de irregularidades e de grilagem dessas terras, com o fim do período intervencionista e com o estado do Paraná sob o governo de Moisés Lupion, o governo fez acordo e legitimou a posse em favor da Cia. Ubá e de seus signatários.

O acordo feito entre Estado e Sociedade Territorial Ubá Ltda., lavrado e assinado em cartório na cidade de Curitiba, em 01/02/1950, previa, em linhas gerais:

Estado: reconhecer os limites e as divisas propostos desde 1912; retirar todas as restrições e liberar o imóvel para ser loteado e comercializado; organizar e fornecer todas as informações e os procedimentos necessários para os que já ocupavam as terras (agricultores e posseiros), sobretudo quanto aos prazos para celebrarem as negociações com a Cia. Ubá; utilizar o valor correspondente aos 4% recolhidos sobre cada lote vendido pela Cia. Ubá para os serviços de imigração e de saneamento do Estado.

Sociedade Territorial Ubá Ltda: desistir expressamente de qualquer processo ou indenização junto ao Estado em decorrência das demandas administrativas e judiciais que envolveram a questão; respeitar os vinte e oito títulos de posse emitidos para ocupantes já estabelecidos nas terras, que já tinham requerido a medição, pago as primeiras prestações e deveriam pagar à Cia. Ubá somente o restante da dívida; dar preferência de compra às pessoas

⁷⁴ Esse resumo cronológico tem fundamentação nas leituras das fontes sobre o litígio e no documento-resumo organizado por Jayme Ayres (funcionário do ITCG - Regional de Ivaiporã) em 19/10/1981, cujo original encontra-se no Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG), em Curitiba, na pasta do Município de Manoel Ribas, com o título: 1 - Grilo Ubá. Esse documento de 22 páginas está acompanhado de um mapa do Grilo Ubá com a medição proposta por Alberto Landsberg, anulado e datado de 30/06/1937. A pesquisadora contém em seus arquivos uma cópia impressa e digitalizada de toda a documentação desse processo administrativo.

que já ocupavam as terras anteriormente a 10/03/1949 (data em que o acordo começou a ser elaborado) por “meio hábil e insofismável” (AYRES, 1981, p. 17), mantendo os mesmos preços praticados pelo Estado, desde que comprovassem que tinham requerido as terras junto ao Estado; essa mesma prerrogativa de preferência de compra deveria ser estendida aos posseiros que comprovassem “efetiva cultura e morada habitual, por mais de dez anos ininterruptos à data citada” (AYRES, 1981, p. 18); a área a que se referem as aquisições deveria ser de 25 a 100 hectares; o prazo para negociar com a Cia. Ubá era de até 30/09/1951, com pagamento da medição e da primeira parcela, as demais divididas em quatro (uma a cada ano); as famílias que estavam nas terras há menos de cinco anos, anteriores à data de 30/09/1951, também teriam preferência de compra, mas ao preço real de mercado; aqueles que estivessem há mais de um ano e não possuíssem recursos para adquirir, poderiam comprar ao preço de cem cruzeiros “uma data num dos povoados ou patrimônio a serem fundados dentro da área da Fazenda, desde que tais ocupantes entregam (*sic*) à Sociedade, até setembro de 1951, as terras que atualmente estão ocupando indevidamente” (AYRES, 1981, p. 19); iniciar imediatamente os serviços de loteamento e venda das terras; recolher o percentual de 4% sobre os valores de cada lote ou área vendida para o Estado; a cada patrimônio fundado, reservar área gratuita de até no máximo vinte mil metros quadrados destinados às edificações públicas e construir escolas com o mínimo de duas salas cada, com capacidade para 30 crianças; construir uma estrada, tronco de rodagem na diretriz Pitanga-Apucarana, bem como as estradas vicinais necessárias.

Nesse contexto, chama a atenção a última cláusula do acordo, em que se estabelece a extinção expressa de quaisquer processos oriundos dessa demanda, os quais deveriam “[...] ser arquivados e sobre eles se fazer perpétuo silêncio” (AYRES, 1981, p. 20).

Pode-se verificar que, em simultâneo a toda essa demanda correndo entre Estado, Alberto Landsberg e Sociedade Territorial Ubá Ltda, no período de 1912 a 1950, quanto às mediações e à posse “legal” do território do Bendengó do Ubá, na prática já conviviam nele diversos personagens concomitantemente: as populações indígenas (especialmente os Kaingang, que lutavam contra o Estado pela posse de suas terras); as expedições exploratórias que ainda passavam pela região a serviço de empresas colonizadoras, do governo e de pesquisas; os agricultores, na condição de posseiros; e os safristas. Os agricultores adquirentes de terras da Cia. Ubá, os balseiros e os pescadores do rio Ivaí (Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis) se juntaram aos demais a partir da década de 1930. No final da década seguinte, 1940, os proprietários da Sociedade Territorial Ubá, senhores Bráulio Barbosa Ferraz Junior e Leovegildo Barbosa Ferraz, chegaram para tomar definitivamente as terras e implantar seu projeto privado e capitalista de ocupação e de comercialização delas. Chegaram também os

demais compradores das glebas de terras.

Até a década de 1960, esses personagens ocuparam a região do médio curso do Ivaí de forma concomitante e bastante conflituosa, porém, rapidamente, um grupo se sobressaiu ao outro, excluindo-o ou silenciando-o, como é o caso das populações indígenas e dos posseiros. As pesquisas permitem inferir que estes foram silenciados e destituídos das terras do território. As expedições exploratórias cumpriram seu papel, estavam temporariamente na região para apenas demarcar terras, catalogar riquezas naturais, verificar possibilidades técnicas para projetos econômicos e, por vezes, apenas por aventuras. Esses sujeitos sempre retornavam às suas origens.

As populações indígenas, já no início dos anos de 1950, quase não se encontravam mais no território, apenas pequenos e sofridos grupos se mantinham isolados em regiões de matas, com o mínimo de convivência com os não indígenas, a exemplo do grupo que, de acordo com Maurício de Oliveira (2016; 2019), residia às margens do rio Ivaí, Município de Lidianópolis, em um trecho conhecido ainda hoje como “Corredeira dos Índios” (ver Figura 21). Segundo o pescador, esse contato se dava quando “[...] a gente passava com o bote, eles ficavam oiando. Eu conheci o cacique, conheci o Oristide, conheci o Adriano, que era índio. O cacique era o Franquilin. Tirava peixe com cargueiro, levava dali, daquele pãri” (Maurício Oliveira, 2016, informação verbal).

O percurso das décadas de 1930 a 1960 marcou a concretização da ocupação pautada na propriedade privada da terra. Nesse curto espaço de tempo, o território do médio curso do Ivaí foi totalmente reconfigurado. Numa velocidade assustadora, sua cobertura florestal foi devastada (ver Mapa 7).

2.4 O PORTO UBÁ E OS RIBEIRINHOS: CANOEIROS, POSSEIROS, SAFRISTAS, AGRICULTORES E BALSEIROS

Na tentativa de compreender essa movimentação concomitante de diversos sujeitos no interior do território do médio curso do rio Ivaí e suas relações, em simultaneidade ao processo administrativo e judicial que envolveu a legitimação da posse das terras, organizou-se a pesquisa tomando como referência geográfica e uma das muitas portas de entrada ao território a comunidade ribeirinha de Porto Ubá, atual Distrito de Lidianópolis. Analisaram-se os processos pelos quais uma multiplicidade de sujeitos se estabeleceu às margens do rio Ivaí e/ou no interior das terras entre os rios Ivaí e Corumbataí, bem como as formas e as técnicas de apropriação empregadas por eles.

Ressalta-se que a entrada para o território também se dava por outros pontos dos rios

Ivaí e Corumbataí por terra, vindo-se pela rota Guarapuava-Cândido de Abreu-Pitanga-Manoel Ribas. Esses pontos não serão possíveis de serem abordados especificamente nesta dissertação, pois para cada um deles demandaria uma nova dissertação. Lucio Boing (2007) defende que a ocupação desse território, que ele chama de “Vale do Ivaí”, configurou-se pela mesma sistemática da ocupação do Paraná, a qual diversos autores denominam Frentes de Colonização. Segundo ele, ao analisar o mapa das Frentes de Colonização e “[...] verificando a origem das pessoas que ocuparam a região do Vale do Ivaí, pode se afirmar que nele há um encontro das três frentes colonizadoras” (BOING, 2007, p. 8).

Em outro estudo, Denez e Quiezi (2013) também trabalharam com a hipótese de encontro das frentes colonizadoras.

[...] no final da década de 1940, começaram a chegar os imigrantes catarinenses e nortistas na região. Nesse período, as pessoas que vinham de Pitanga e Manoel Ribas encontravam as que tinham atravessado o Rio Ivaí, vindas do norte do Paraná e do estado de São Paulo. Chegaram também muitos ucranianos e poloneses que reemigravam da colônia de Prudentópolis. Essa reunião de diferentes culturas foi resultado do encontro das frentes pioneiras na região (DENEZ e QUIEZI, 2013, p. 235).

Entretanto, muito antes dos não indígenas – oriundos dessas possíveis Frentes de Colonização – se encontrarem e se instalarem na região, as populações indígenas já mantinham essa prática do encontro e da ocupação desse território. Diversos estudos arqueológicos e etnográficos; os inúmeros relatos das expedições exploratórias e de reconhecimento que, desde o século XVI, já circulavam na região; os detalhados estudos de Mota e Novak (2008) e de Mota (2013), respectivamente, sobre a desterritorialização dos Kaingang no Vale do Ivaí e sobre a presença dos Xetá no rio Ivaí, permitem problematizar que o território do médio curso do rio Ivaí se manteve secularmente como um local de refúgios, de encontros e, também, como uma espécie de fim da linha.

Fim da linha para os Xetá, para os Guarani, para os Kaingang, para os posseiros e para os balseiros. Fim da linha porque daqui, desse território, muitos não tiveram para onde ir, ou foram destinados a pequenas reservas, como é o caso dos Kaingang, que se deslocaram para a Terra Indígena Ivaí (Manoel Ribas) e/ou foram assimilados e passaram a compor esse novo modelo de ocupação e de apropriação privada da terra, da natureza e do rio.

Após muitos conflitos, lutas, negociações e resistências, o projeto capitalista dos chamados “desbravadores” chegou, sobrepôs-se e determinou uma nova fase, um novo paleoterritório: o Bendengó do Ubá. Foi pelas vias desse projeto que a entrada dos não

indígenas, por diversos pontos do território, foi impulsionada e deu sequência ao modelo brasileiro e paranaense de ocupação de terras.

A seguir, será apresentada uma análise sobre a chegada e a implantação desse processo de ocupação de terras por meio do rio Ivaí, sobretudo para se compreender a utilização desse rio como fronteira e travessia para o acesso ao território. Isso permite problematizar que a organização do povoado de Porto Ubá seja resultado, também, desse processo, que, com a instalação de uma balsa para controlar e fomentar a entrada de pessoas ao território, gerou várias demandas. Essas demandas, originadas das atividades na balsa e na localidade tida como “portuária”, possibilitaram e motivaram a fixação de inúmeros personagens às margens do rio, os quais vivenciaram e protagonizaram diversas ações de interferências e de alterações na natureza, as quais produziram impactos e transformações nas formas de ocupações atuais, destacando-se entre esses personagens os pescadores.

Portanto, ainda como problematização, os pescadores seriam, então, originários da ocupação não indígena e inseridos no mesmo contexto da ocupação capitalista da propriedade privada. Isso posto, registra-se que eles compõem um grupo que se organizou a partir da década de 1950 e que vem se reestruturando constantemente para se manter na atividade da pesca profissional no rio Ivaí, em virtude das próprias consequências da efetivação da ocupação privada da terra. Os pescadores serão os sujeitos da análise do próximo e último capítulo.

Nesse sentido, a década de 1950 pode ser considerada para a região um verdadeiro barril de pólvora. Foi nesse período que, no território, conviveram e conflitaram: os indígenas, os posseiros, os canoeiros, os balseiros, os safristas, os peões, os agricultores nacionais e imigrantes e os proprietários da Sociedade Territorial Ubá Ltda, os quais já agregavam os seus signatários (aqueles que adquiriram glebas de terras no ato do acordo de 1950 com o Estado). Porto Ubá, como porta de entrada para o projeto capitalista de ocupação da Cia. Ubá, comportou a presença concomitante de todos esses sujeitos.

Figura 4 – Balsa no rio Ivaí - Porto Ubá na década de 1950



Fonte: acervo pessoal da Família Maluf (1998)

A fotografia (Figura 4) retrata um pouco desse processo de transição. Nela, há inúmeras possibilidades de leituras e de contrastes: o rio e a balsa, um novo modelo de travessia; ao fundo, as matas que reagiriam, se pudessem, ao compreenderem o mapa enrolado nas mãos do proprietário da companhia; os posseiros, os safristas e os caboclos descalços, na pose, ao lado do “progresso”, os quais estariam compreendendo as razões das ilustres visitas; o contraste entre a gentileza com as crianças, ao ceder o chapéu para a foto, e o resguardo pelo segurança logo atrás; o motorista que apenas cumpria seu destino, despojadamente; o olhar de quem observa satisfeito sua posse finalmente legitimada. Inquietações, cujas suposições se esbarram na impossibilidade de reconstruir o fato tal qual ocorrido e registrado na fotografia. A fotografia possibilita, aqui, uma ressignificação desse tempo vivido e a oportunidade de analisá-lo por meio das memórias.

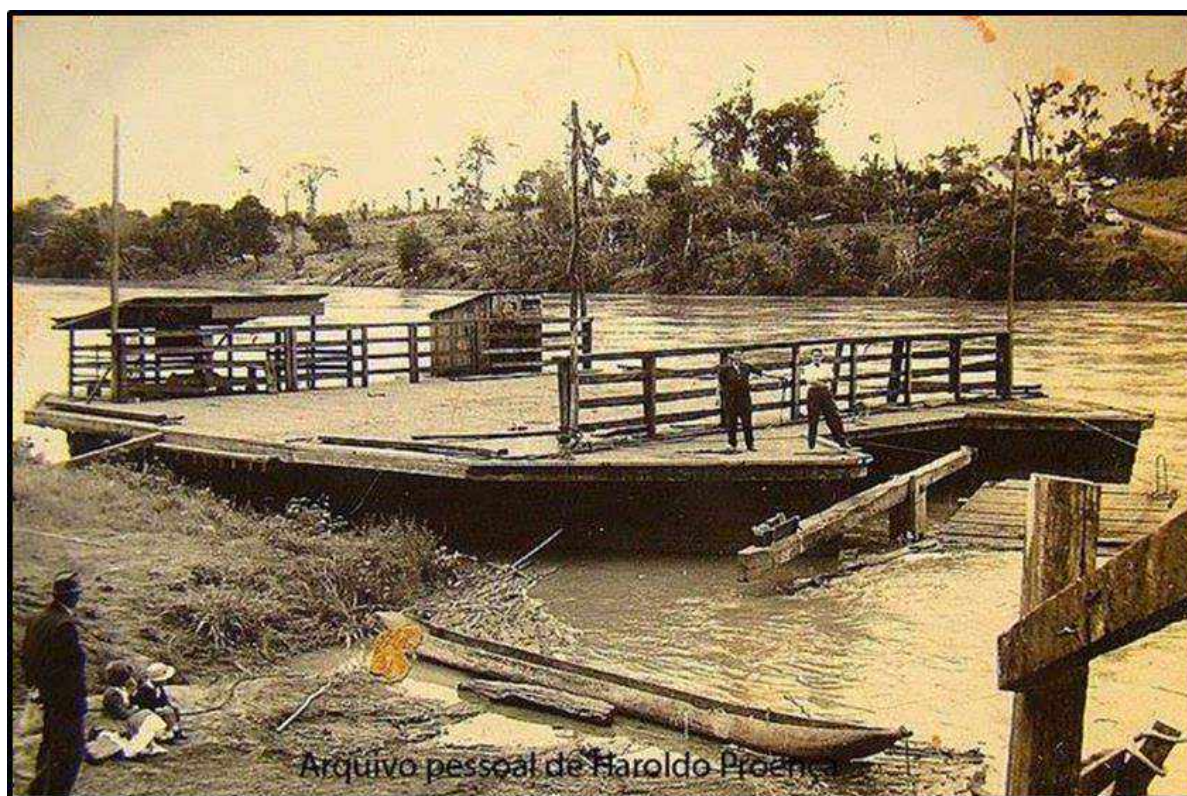
2.4.1 As primeiras notícias do povoamento não indígena em Porto Ubá

Francisco Rodrigues: *O nome do meu pai era Lázaro José Rodrigues de Lima. Ele chegou, eu não posso dizer mês para você e nem data, mas o ano, fim de 38 pra entrar em 39. Primeira coisa, quando ele chegou e se estabilizou ali, que conseguiram fazer a casona. Naquele tempo, rachavam marfim, aquelas casonas de lasca de marfim. Tiravam a tabinha do cedro e cobriam, né? Assim que ele estabilizou, eles se abolaram de ponha, a “tar da bendita”.*

Então ficava os piá trabaiano (2019, informação verbal).

Quando Francisco Rodrigues⁷⁵ diz “*a tar da bendita*”, refere-se à balsa. Uma “barsinha” pequena, que seu pai, Lázaro José Rodrigues de Lima, teria construído para, segundo ele, contrapor o posseiro “Juca Grande”, que já se encontrava na região e realizava o traslado de um lado ao outro do rio Ivaí por meio de uma “canoona” (*Ubá*). Aliás, as canoas, conforme os relatos das expedições exploratórias, eram habilmente construídas e utilizadas pelas populações indígenas e não indígenas (“brasileiros” e “caboclos”) que ocupavam o território. Elas foram também o meio de transporte utilizado pelas expedições, em que se contratavam indígenas e não indígenas residentes no território para construí-las. Eram tantas e tão valiosas que “viviam na colônia dois canoeiros”, dos quais Bigg-Wither (1974, p. 148) encomendava-as para as viagens e as explorações do rio Ivaí.

Figura 5 – A balsa e a canoa em Porto Ubá na década de 1950



Fonte: PROENÇA (2020) [Foto do arquivo pessoal do Haroldo Proença]⁷⁶

⁷⁵ Francisco Rodrigues nasceu em Porto Ubá no ano de 1945, é filho de José Lázaro Rodrigues de Lima, é pescador aposentado e residente em Porto Ubá. Segundo suas memórias, é filho do primeiro balseiro de Porto Ubá, que era também posseiro. De acordo com ele, seu pai teria ido de Faxinal, ao final de 1938, para a região. Ele narra suas próprias memórias a partir do final da década de 1950, mas também muitas memórias que lhe foram narradas pelo próprio pai ou pelos irmãos e que se referem a tempos em que o pai teria chegado a Porto Ubá.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2406562806266363&set=gm.2131679773792164>. Acesso em: 26 jan. 2020.

Segundo Francisco Rodrigues (2019), com a entrada de seu pai no ramo da balsa, “Juca Grande” se “locô pras banda do rio do Peixe⁷⁷ e ali, acho que ele findou, mas ele ainda foi um terror ali naquela região, porque ele era muito respeitado”. A foto acima (Figura 5) demonstra que a canoa não era o único meio de transporte utilizado, também havia a balsa, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950.

Figura 6 – Pescador Francisco Rodrigues e esposa Elvira Maria Maciel (2019)



Fonte: acervo da própria autora (2019)

Da varanda de sua casa, em uma tarde de setembro (19/09/2019), Francisco Rodrigues narrou suas memórias. “Juca Grande” e Lázaro José Rodrigues de Lima podem ser compreendidos por meio das narrativas dele como posseiros que, na década de 1930, a exemplo de outros tantos, tomaram posse de determinadas quantidades de terra na região, estabeleceram morada com suas famílias e iniciaram o cultivo da terra, desmatando pequenas áreas para utilizá-las na engorda e na criação de porcos, os chamados porcos “Duroc”, na fala de Francisco Rodrigues. Essa atividade agrícola é conhecida como safrista. A saber, eles devem ter sido os primeiros a se organizarem comercialmente para transportar pessoas pelo rio Ivaí, onde hoje está o Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis.

⁷⁷ O rio do Peixe está localizado na margem direita do rio Ivaí, entre os Municípios de Cruzmaltina e Grandes Rios, e deságua no rio Ivaí, a menos de 10 quilômetros acima da localidade de Porto Ubá. Ele também é chamado de rio Alonzo, porque, a alguns metros da sua desembocadura no rio Ivaí, deságua nele (no rio do Peixe) o córrego conhecido como rio Alonzo (ver Figura 21).

No final da década de 1940, a Sociedade Territorial Ubá Ltda. (Cia. Ubá), já presente na região com o propósito de efetivar e de legitimar a ocupação das terras, iniciou ações para conter a entrada e a permanência de posseiros que não adquirissem suas terras junto à Cia. Ubá. Uma dessas ações foi privatizar o acesso ao território, apropriando-se da balsa do pai de Francisco Rodrigues. O escritório central da companhia ficava em Apucarana, depois, em meados da década de 1950, foi aberto um no atual Município de Ivaiporã (à época chamado de Sapecado).

De acordo com informações de Francisco Rodrigues (2019), seu pai decidiu não negociar a compra de terras com a Cia. Ubá. Seu lote perfazia um total de 24 alqueires, localizados à margem esquerda do rio Ivaí (Porto Ubá), que foi devolvido à Cia e, com isso, negociou também a entrega da balsa. Lázaro José Rodrigues de Lima teria recebido uma indenização em dinheiro e seguiu vida como posseiro em outras paragens do médio curso do Ivaí. Como afirma Francisco Rodrigues (2019), lá “pras bandas de Vila Rica”.

Acredita-se que o povoamento em Porto Ubá, até o final da década de 1930, era apenas de raros posseiros que faziam a travessia por canoa, utilizando os serviços do canoeiro “Juca Grande”, provavelmente, segundo Francisco Rodrigues (2019), um posseiro instalado nas redondezas. Pode-se considerar também, por conta de todos os estudos sobre a ocupação indígena do território, pelos inúmeros achados de artefatos indígenas na localidade e pelos relatos de Maurício de Oliveira, que os indígenas ainda se faziam presentes em pelo menos dois pontos nas proximidades de Porto Ubá: na chamada “volta do rio”, localizada logo abaixo do povoado, à margem esquerda (Mapa 19), e na “Corredeira dos Índios”, localizada a alguns quilômetros a montante do povoado (Figura 21).

Entrevistadora: *E os índios costumavam andar por essas beiras do rio aqui?*

Maurício de Oliveira: *Ah, eles andavam por tudo, a pé. Eram uns índios, não sei que ardeia que era aquela, não sei que tribo era aquela, que eles falavam quase que a mesma coisa da gente. Só que eu creio que deve ser Guarani, né? Sei lá. O véio, o véio Franquelin, ele era um cara muito bom, sabe? Ele, a gente passava lá, ele chamava pra... Ele só, né? Os índios não chamavam, não.*

Entrevistadora: *Não tinham contato com vocês, então? Só o cacique?*

Maurício de Oliveira: *Não, nem as mulher, cê subia, elas tavam lá lavando roupa, não fica uma, largava a roupa (2016; 2019, informação verbal).*

Conforme demonstrado, Maurício de Oliveira é enfático ao afirmar a presença dos indígenas e sua convivência com eles às margens do Ivaí, apesar de não saber precisar a qual povo pertenciam. Conhecia o cacique pelo nome e observa-se que as relações eram

estabelecidas apenas com o ele. No mais, retrata um processo de assimilação, visto que a população indígena presente já falava a língua dos não indígenas.

Entrevistadora: *Eles usavam roupa, assim, normal?*

Maurício de Oliveira: *É, normal. Eles trabalhavam ali pro Dr. Arruda. Eles trabalhavam na fazenda. Então esse padre queria saber isso. Queria saber que tribo era e comê que eles trabalhavam ali, que esse Dr. Arruda tinha obrigação de pagar uma indenização pra eles. Que eles trabalhavam pra ele por dia lá.*

Entrevistadora: *Esse padre, o senhor não sabe o nome dele?*

Maurício de Oliveira: *Ah, eu sei, o nome era, ele era muito colega do seu Tito, parece que era padre Francisco o nome, não sei. Até seu Tito falou uma vez, antes de ele morrer, falou: ah, o padre veio aí, vamo uma hora lá leva. Falei: vamo. Mais daí num sei, num veio mais (2016; 2019, inf. verbal).*

A presença do “padre Francisco” na localidade, com interesse em conhecer mais sobre as populações indígenas ainda presentes no território, foi sempre lembrada pelo entrevistado.

Entrevistadora: *E vocês encontravam bastantes objetos?*

Maurício de Oliveira: *Ah, ficou muita coiseira lá, caco, coisa de barro que eles faziam, que nem tinha aqui, ó. O meu pai que plantava aí, ficava carpindo, pegava aqueles pedaços assim, ó.*

Entrevistadora: *Aqui nesse fundo?*

Maurício de Oliveira: *É, aqui nesse fundo, aí, ó. Ali, pra lá do Guaiambê. Então o pai falava: isso aqui, ó, é de índio. O pai não falava índio, falava bugre. Isso aqui é de bugre. Mas quem que ia mexer com aquilo ali, achava pedaço quase da panela inteira, mas ninguém... A gente não guardava, né? Agora esse padre eu não sei o que queria. Ele queria ir lá de tudo jeito. Mas eu não sei se ele morreu, tamém já era um padre já bem de idade. Parece que era o mesmo que tinha dado aquela chácara dali da Margarida ali, do recinto ali. Meu avô deu pra esses padres. Eu tava junto no dia (2016; 2019, inf. verbal).*

De acordo com Maurício de Oliveira, muitos artefatos líticos foram e ainda são encontrados no território. Ele demonstra (pessoalmente) onde seu pai os achava, indicando o terreno em frente à sua casa, o qual fica às margens do córrego Guaiambê, que deságua no Ivaí. E o padre novamente volta à sua memória.

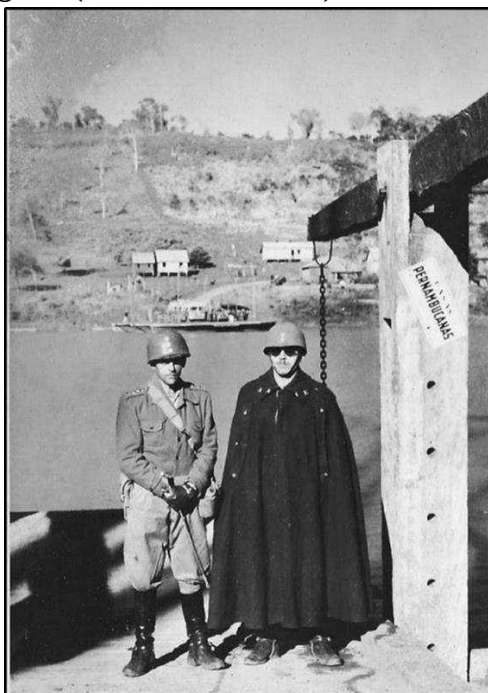
Essa narrativa do pescador Maurício de Oliveira (2016; 2019), além de evidenciar a convivência com os indígenas, ainda que já numa fase da pouca presença, revela outras informações, como as relações de trabalho entre os indígenas e o dono da terra onde se localizava a aldeia. Esse grupo de indígenas que vivia às margens do rio Ivaí, na “Corredeira dos Índios” (Figura 21), poderia estar trabalhando em condições não apropriadas nas terras do

possível Oscar Virmond Arruda⁷⁸, advogado da Sociedade Territorial Ubá Ltda.

Além disso, Maurício demonstra a presença da Igreja Católica na região, interessada nas condições de vida desse grupo de indígenas e nos achados de artefatos indígenas, os quais, pela ação do tempo, do manejo do solo intensivo para o uso da agricultura e pela desinformação das pessoas quanto a sua relevância histórica, não eram preservados.

A partir dos relatos de Francisco Rodrigues e de Maurício de Oliveira, resta evidenciado que a ocupação não indígena do povoado de Porto Ubá, às margens do rio Ivaí, deu-se ao final da década de 1930. Ao considerar toda a pesquisa de Mota e Novak (2008) e de Mota (2013) sobre as populações indígenas na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, bem como essas narrativas, analisando-as na perspectiva das transições processuais com as sobreposições das sucessivas ocupações, verifica-se que muitos indígenas à essa época conviviam no território.

Figura 7 – Balsa do Gregório (década de 1950/60) - Porto Ubá e a presença do Exército



Fonte: Guarapuava - histórica (postada em 2014)⁷⁹

⁷⁸ Com base em Padilha (1994, p. 15), a hipótese mais provável é que esse “Dr. Arruda” foi o advogado da Sociedade Territorial Ubá Ltda. e, de acordo com as falas locais, seria ele o dono dessa fazenda, que hoje pertence ao senhor Odair Judaia. A fazenda se localiza em Lidianópolis, é uma grande extensão de terras, com uma parte de preservação (matas) e outra grande área para pastagem, localizada à margem esquerda do rio Ivaí. Era muito comum a Cia. Ubá pagar com terras os serviços prestados por advogados, agrimensores, engenheiros e aqueles que faziam a fiscalização e a segurança das terras. Fica também, nos fundos dessa fazenda, o local onde Maurício de Oliveira afirma ter convivido com uma “ardeia” indígena. A corredeira do rio Ivaí encontrada ali é chamada de “Corredeira dos Índios” devido, pelo relato dos pescadores, ao fato de preservar os resquícios de um sistema de pesca Pãri (ver Figura 21).

⁷⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/antigaguarapuava/photos/a.293308867483123/428409307306411>. Acesso em: 25 fev. 2020.

A Figura 7 permite olhar e analisar o passado. Para além do sistema de transporte e dos múltiplos sujeitos que estão abordo ou no controle de quem embarca⁸⁰, ao fundo, tem-se a paisagem do então povoado de Porto Ubá e da natureza sendo modificada, alterada pela lógica do capital e da propriedade privada, que vai consolidando esse novo e predominante paleoterritório.

2.4.2 Canoeiros e balseiros

Até 1939, no território em estudo, especialmente às margens do rio Ivaí, no Distrito de Porto Ubá, não se tem notícia de balsas, quanto mais de pontes. A travessia desses dois rios (Ivaí e Corumbataí) se dava por meio de canoas. As evidências da utilização das canoas estão nos inúmeros relatos das expedições exploratórias que percorriam o rio Ivaí desde o século XVI. A partir dos relatos, observa-se que o uso delas, bem como as técnicas de produção e a sabedoria sobre as madeiras apropriadas para confeccioná-las, eram de domínio dos povos indígenas. Tais conhecimentos foram também adquiridos pelos não indígenas (“brasileiros” e “caboclos”) que se fixaram na região antes de 1930.

As canoas eram feitas de um único tronco, trabalhado tecnicamente de forma artesanal, pelo golpe da machadinha de pedra ou do machado, sem nenhuma emenda. Eram conhecidas pelo nome de “Ubá”. Mauricio de Oliveira conta que as madeiras mais utilizadas para confecção das canoas eram o cedro e a peroba.

Maurício de Oliveira: [...] os índios faziam canoa. Derrubavam uma árvore, aí, dali uma semana, já tava com a canoa feita, né?

Entrevistadora: Que madeira que eles usavam?

Maurício de Oliveira: Cedro. Cedro, peroba.

Entrevistadora: Como que eles faziam?

Maurício de Oliveira: Ah! Os índios, cê sabe como que é, né? Os índios faziam, tinham coisa de pedra. Eles faziam um troço de pedra, pra cortá. Depois já começô vim as outras coisa pra cortá. Então, os índios era demais. Inclusive eu memo tinha uma canoa que foi eles que fizeram. Era de peroba.

⁸⁰ De acordo com as narrativas de Valdomiro Santo (2019), Maurício de Oliveira (2016/2019), Francisco Rodrigues (2019) e, ainda, fundamentando-se nas reportagens publicadas na década de 1950 nos jornais aqui referenciados e nos documentos que compõem o processo administrativo e judicial que envolveu a Sociedade Territorial Ubá Ltda., os posseiros e o governo do estado do Paraná (entre as décadas de 1910 e 1950), observa-se que a instituição policial, seja ela militar, civil ou do exército, especialmente na década de 1950, foi acionada e agiu inúmeras vezes em favor da companhia, para garantir-lhe a ocupação privada e efetiva do território, desarmando os posseiros e coibindo a ação deles. As narrativas também evidenciaram a existência de um sistema de controle de entrada instalado nos atracadouros das balsas, onde podiam adentrar o território de estudos somente quem tivesse autorização da companhia de terras. Essa autorização era obtida no escritório da companhia, instalado em Apucarana (PR). Maurício de Oliveira relatou vários episódios de confrontos armados nos atracadouros das balsas.

Nem disso tenho uma foto pra coisá. Peroba que era a mema coisa do cê vê um pau. Só que tem uma coisa. A que eles fazia cê num podia entrá de quarquer jeito, não. Só quem sabia memo pra entrá. O fundo dela era roliço. Ah, cê num sabe! Nós largava a canoa assim, quando vê, os cara entrava lá, o cara curioso (risos). Rá! Era entrá. Era igual caiaque. Então aquela lá era do índio. Depois lavrava em baixo, igual bote. Aí andava, dava certo. Mas aquelas umas... (2016, informação verbal).

Até o final da década de 1930, também não há relatos de estradas ou de veículos. Geograficamente, a entrada ao território se dava por cinco pontos conhecidos e mais frequentados, o que não elimina a existência de outros: a) fluvial, por Tereza Cristina (Cândido de Abreu), a jusante do rio Ivaí até o Salto do Ariranha (hoje Município de Ariranha do Ivaí), ou por caminhos térreos vindos dessa mesma direção; b) por Guarapuava e Pitanga, via caminhos térreos até Ivaiporã (que, na época, teve outros nomes: Queimada, Cruzeiro e Sapecado); c) pela confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, no atual Município de São João do Ivaí e a montante do rio, em uma comunidade que se constituiu à margem direita do rio, denominada Ubaúna, por canoas e balsa; d) por Guaretá (atual Distrito de Lunardelli), via cruzamento do rio Ivaí, inicialmente por canoas e, na sequência, por balsa; e) por Porto Ubá (atual Distrito de Lidianópolis), via cruzamentos do rio Ivaí, também por canoa e só depois por balsa (Mapas 13 e 19 e Figura 11).

Pode-se aferir que duas razões levaram à modernização do meio de travessia do rio Ivaí com a utilização de balsas: a abertura e a comercialização das terras, que promoviam um novo modelo de ocupação; e a necessidade de controlar as entradas ao território, com o objetivo de barrar qualquer pessoa que não tivesse interesse em comprar as terras⁸¹.

Valdomiro Santo⁸²: *Se passasse na balsa, tinha um fiscal na balsa. Nós ficou em Faxinal quinze dias sem trazê a mudança pro Guaretá, porque o fiscal não deixava passá. Não deixava passá, porque ia tê aquele movimento aqui dos posseiros. Então tinha que ir em Apucarana tirá uma ordem pra passá. Só passava comerciante, se fosse lavrador num passava. Ia lá no escritório da companhia pra tirá uma licença pra passá (2019, informação verbal).*

⁸¹ A presença do policiamento registrado no ancoradouro da balsa, ao lado direito do rio Ivaí (Faxinal-PR), conforme a Figura 7, pode ser uma evidência das forças utilizadas contra os posseiros e para o controle de entrada ao território do médio curso do Ivaí, nesse período com a posse legitimada (apropriação privada) em favor da Cia. Ubá.

⁸² Valdomiro Santo (2019): aposentado, residente no Município de Lunardelli. Chegou ao território com a família em 1951, entraram via balsa por Porto Ubá e se instalaram no Distrito de Guaretá, abrindo casa de comércio. Antes, trabalharam alguns anos como safristas. É assim que Valdomiro se considera ao se referir à atividade profissional da família na década de 1950, pois foram safristas quando sua família veio para a região. Segundo ele, só conseguiram passar por balsa após trinta dias de espera em Faxinal, até que seu pai conseguiu autorização da Cia. Ubá para passar. O pai dele conseguiu passar depois de quinze dias e foi organizando moradia no Guaretá para trazer a família.

A passagem de Faxinal (PR) sentido Ivaiporã⁸³ (PR) (na época, Sapecado) era obrigatoriamente pelo rio Ivaí, via canoa ou balsa, pela localidade de Porto Ubá, estrategicamente pensada para essa rota de travessia. Assim, diante da necessidade de controlar e de ampliar o acesso de migrantes e imigrantes à região para compra de terras, abertura das matas, loteamentos, instalação de núcleos urbanos e cultivo da agricultura, sobretudo o cultivo do café, foi necessário fortalecer a atividade de balseiro, já que a construção de uma ponte ainda não era possível no momento.

De acordo com informações de Francisco Rodrigues (2019), a única balsa nessa localidade era a de José Lázaro Rodrigues de Lima, “vendida” para a Cia. Ubá em 1947. Na localidade de Guaretá⁸⁴, existia outra balsa, porém instalada posteriormente à de Porto Ubá e que dava acesso ao território para os que vinham por Borrazópolis (PR). Até a chegada da Cia. Ubá, tudo indica que as balsas que existiam não transportavam carros, eram pequenas e frágeis, sendo uma das principais formas de acesso, já que os rios Corumbataí e Ivaí eram barreiras a serem vencidas para adentrar o território e a navegação, feita por canoas, não era para quem não tivesse habilidade e conhecimento dos rios. Fernandes Momente (2019)⁸⁵ lembra-se das balsas pelo rio Ivaí, as quais chama de “Guaretá, Ubá, Vila Rica e São Cristóvão”, respectivamente localizadas em Guaretá (Lunardelli), Porto Ubá (Lidianópolis), São João do Ivaí (foz do Corumbataí) e Ubaúna (São João do Ivaí), conforme o Mapa 13.

Em 1947, entrou em cena um novo personagem em Porto Ubá: Gregório Agostinho do Rosário, que, segundo sua neta Francisca Pereira de Oliveira (2019)⁸⁶, era balseiro experiente, de posses e boas relações, oriundo do estado de São Paulo. Ela se orgulha ao se referir às histórias de seu avô. Durante a entrevista, acompanhada de seu esposo Maurício de

⁸³ Em setembro de 1953, Leovegildo Barbosa Ferraz assinou como proprietário uma planta urbana. Projeto de cidade chamada Ivaiporã, Município de Pitanga, de propriedade da Sociedade Territorial Ubá Ltda. Uma cidade estrategicamente planejada, com toda a infraestrutura prevista, o que revela, já naquela época, os interesses comerciais da Cia. na região. Esse projeto, atualmente, está concretizado.

⁸⁴ Atual Distrito de Lunardelli, que, à época, por conta da localização, foi estrategicamente organizado e estruturado pela lógica do capital privado, a fim de atendê-lo. De acordo com as narrativas locais, o local foi ocupado na mesma época de Porto Ubá. Assim como aconteceu com Porto Ubá, o processo de ocupação promovido pela Cia. Ubá e seus sócios (os chamados Geremias Lunardelli, proprietários da Fazenda Gema, e os chamados Suíços, proprietários da Fazenda Mundo Novo) levou Guaretá a se tornar distrito do atual Município de Lunardelli. Antes, porém, floresceu economicamente como referência de acesso àquela região. Toda a mobilização da polícia e dos proprietários para conter os posseiros se concentrou em Guaretá.

⁸⁵ Fernandes Momente (2019): filho do senhor Armando Momente. Em 1950, eles foram de Apucarana para Lunardelli. Seu pai foi administrador da fazenda dos “Suíços” (Mundo Novo). Fernandes, hoje, é aposentado e continua residindo em Lunardelli.

⁸⁶ Francisca Pereira de Oliveira: 77 anos, foi para Porto Ubá em 1957, com 15 anos. É neta do balseiro Gregório Agostinho do Rosário, esposa do pescador Maurício de Oliveira e mãe do patrulheiro ambiental do rio Ivaí Marildo Oliveira. Desde 1957, reside em Porto Ubá, tendo atuado na pesca, ajudando seu esposo na lida com os peixes. Atualmente, é aposentada.

Oliveira, ela relatou: “[...] tudo aqui era do meu avô. Aqui tudo era do meu vô. A vorta do rio? Tudo do meu vô. Tudo, tudo...” (Francisca P. de Oliveira, 2019, informação verbal).

Para compreender as origens e as relações de poder que possuía Gregório Agostinho do Rosário junto aos cenários econômico e político nacionais, considerou-se importante transcrever o trecho em que Maurício de Oliveira e Francisca Pereira de Oliveira falaram da vinda do avô para Porto Ubá (1947), bem como do dia da mudança da família de Maurício de Oliveira, também para Porto Ubá (1954):

Maurício de Oliveira: *Ele chegou aqui em 47 [...] Quando ele chegou aqui, não tinha uma casa aqui, ele fez a barsa. Quando nós chegemo aqui, me lembro como hoje, era dia 10, parece 10 de maio, nós chegemo aqui. Era bem o dia que morreu lá o Getúlio, acho que era o Getúlio Vargas, em 54. O véio Gregório aí, vixi, era o...*

Francisca P. de Oliveira: *Getúlio Vargas era de dentro da cozinha dele.*

Maurício de Oliveira: *Se falasse dele, ele brigava.*

Francisca P. de Oliveira: *Sim, senhora, eu lembro até hoje, de dentro da cozinha dele. Comia e bebia tudo junto com ele. Sim, senhora!*

Maurício de Oliveira: *Daí ele falou, na hora de nós vim embora pra cá: cêis vai embora bem no dia que morreu o presidente.*

Francisca P. de Oliveira: *Não vai, não, vamos ficar em paz (2016; 2019, informação verbal).*

Apesar da contrariedade da data, visto que Getúlio Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, não em 10 de maio, como falou o senhor Maurício, e da necessidade de analisar tais memórias a partir do que alertam vários autores, interpretou-se que a Cia. Ubá precisava de alguém experiente para tocar o negócio da balsa no rio Ivaí. Assim, negociou com o senhor Gregório, que veio para Porto Ubá no final da década de 1940, adquiriu as terras às margens do rio Ivaí – onde hoje está localizado o Distrito de Porto Ubá – e passou a desenvolver diversas atividades econômicas: balsa, criação de porco (safrista), extração de madeira, e, posteriormente, loteamento das terras, com a venda de lotes destinados aos interessados em estabelecer-se e abrir pontos comerciais na localidade. Gregório teria trabalhado afinado com o projeto de ocupação privada da Cia. Ubá.

Maurício de Oliveira: *E daí, quando nós viemo pra cá. O pai veio pra trabaia na barsa. Ele chegô aí, chegô aí, tinha uns cara trabaiaando, então o véio Gregório falô: ó, Otávio, ocê aguarda aí, até que sai uma vaga aí na barsa, daí cê vai trabaia. Então o pai começou a quebrar mio [milho] aqui por dia, sabe? Aqui pro véio Gregório. Puxá abóbora pros porcos, dava muita abóbora aí, sabe? E ficô, daí ele pegô e entrô na barsa. Daí ele ficô 14 anos trabaiaando na barsa. E eu junto. Daí eu saí pra trabaia com o véio Moisés, pra pescá.*

Entrevistadora: *Foi aí que se iniciou a organização dos pescadores? Com*

vocês? Ou já tinha outros pescadores aqui no Porto Ubá?

Maurício de Oliveira: *Não. Aqui não existia pescador. Existia pescador, mas não profissional. Então, quando eu tava com dezessete ano, eu já sumia pra esse rio, com o patrão meu. Então era só mato, só sertão (2019, inf. verbal).*

Na citação acima, nota-se que outro personagem ocupa as narrativas de Maurício de Oliveira (2019): o “véio Moisés”, que, segundo Maurício, também morava em Porto Ubá na década de 1950, possuía terras à margem esquerda do Ivaí e vivia da extração de areia e da pesca não profissional. De acordo com Maurício, era uma pesca para vender aos passageiros da balsa e fazer “agradados às autoridades da região”. O pai de Maurício trabalhava para o senhor Gregório, o avô de Francisca. E Maurício trabalhou para os dois: Gregório e Moisés, desempenhando as atividades de balseiro, pescador e na draga, com extração de areia do Ivaí.

Gregório e Moisés foram os dois personagens não indígenas, daqueles que levam o título de “pioneiros”, que se instalaram em Porto Ubá em fins da década de 1940, adquiriram terras à margem esquerda, a jusante do rio Ivaí, e implantaram os primeiros negócios privados de usos do rio Ivaí: as balsas e a draga de areia. Negócios que caminhavam na mesma lógica e/ou foram constituídos a partir dos interesses da apropriação e da ocupação privada da terra no território, nas décadas de 1950 e 1960.

Em paralelo e, conseqüentemente, outras atividades privadas e de subsistência foram se organizando, a exemplo da pesca. Assim sendo, Porto Ubá foi povoado por inúmeros não indígenas atraídos pelas possibilidades e pelas atividades econômicas despertadas.

Figura 8 – Pescador Maurício de Oliveira e esposa Francisca Pereira de Oliveira (2019)



Fonte: acervo da própria autora (2019)

Na fotografia (Figura 8), Maurício e Francisca. Nas mãos de Maurício, a imagem que o ajuda com as memórias (a foto da balsa de Gregório, em que trabalhou). Durante a entrevista, passou boa parte do tempo contemplando-a e narrando fatos a partir dos detalhes encontrados. Observava a foto atentamente, passando as mãos sobre ela, silenciando-se por instantes, orgulhando-se ao olhar a foto e fazendo questão de exibi-la na pose para o retrato. Ele narra que, nas inúmeras passagens de um lado a outro do rio, ouvia muitas histórias e afirma “que viu muita coisa nesse rio”. As memórias, tanto de Maurício como de Francisca, estão fortemente ligadas aos acontecimentos das décadas de 1950 e 1960, período em que Porto Ubá foi muito movimentado por conta das balsas.

Maurício de Oliveira (2019) se lembra das empresas de transporte coletivo que faziam a linha e usavam a balsa, nominando-as, de acordo com ele, na seguinte ordem: Marilândia do Sul, Rodan, Londrinense, Jardim Apucarana e Francovig. Ressalta que, em Porto Ubá, havia uma rodoviária com quatro plataformas para a parada dos ônibus. Os caminhões que transitavam e passam pela balsa eram chamados de: Fordinho 46, F8, Chevrolet e Jeep. “Pode ver que na balsa ali só tem carro véio, só carro antigo”, ele afirma. Velhos hoje ou para a época? As memórias se contrastam no tempo, pois duas fontes estão juntas: a oral (Maurício e Francisca) e a fotografia.

Ainda com as fotos nas mãos, relata: “agora cê carcula, veja bem o tanto de mato que

tinha do outro lado. Essa árvore aqui eu ajudei cortar. É um guaritá. Essa árvore tá fincada aqui”, mostrando na fotografia. “Foi fincada ali para amarrar o cabo de aço que segura essa barsa. Eu e meio tio que cortemo”. Ele informa também que, na segunda balsa que seu avô fez, na década de 1950, podiam atravessar até seis carros ou caminhões. Já a concorrente, de propriedade de Lázaro Moreira e João Camargo, comportava vinte e um carros, segundo ele. Foram as duas últimas balsas de Porto Ubá.

Maurício explica que as balsas possuíam instrumento, o qual ele chama de “macaco”, que possibilitava ajustá-la para continuar em funcionamento quando o rio começava a encher, mas, quando a água chegava a certo nível, não dava mais. Era preciso parar a balsa e esperar o rio baixar. No tempo em que a balsa ficava parada, a travessia era feita de bote. O pescador localiza na foto em suas mãos o caminhão da serraria do Guaretá (Distrito de Lunardelli) e conta que do Porto Ubá se escutava o “apito” da sirene da serraria, que isso era possível porque o vento mudava e o tempo também, “podia esperar que ia chover” e o rio, então, encher.

Segundo Maurício de Oliveira, na década de 1950 (refere-se ao ano de 1954), foi preciso fazer outra balsa, pois a primeira que seu avô fez era pequena e já não comportava o movimento. Ele narra que, para a construção da nova balsa, as madeiras de peroba foram retiradas das matas às margens do rio Ivaí e que muita água entrava no “batelão”⁸⁷, o que exigia deles muito trabalho para a retirada da água e para manter a balsa em funcionamento. Ele encontra na foto o “boteco” que funcionava dentro da balsa, oferecendo peixe frito e bebidas para os clientes. De acordo com ele, a avó “tocava o boteco” e teria se desentendido com o “véio Moisés”, porque ele amarrava os peixes nas barrancas do rio Ivaí quando a balsa atracava, oferecia e vendia o peixe vivo para os usuários da balsa. Teria sido esse o motivo que levou Moisés a liberar suas terras para que a nova balsa pudesse atracar do lado esquerdo do Ivaí, em Porto Ubá.

As imagens a seguir (Figuras 9 e 10) possibilitam compreender melhor o cenário das balsas descrito por Maurício de Oliveira (2019). Inúmeras são as possibilidades de análise. De todo modo, demonstra-se uma paisagem em transformação, fruto do modelo privado de apropriação da terra, do rio e da natureza, a partir do uso de diferentes técnicas de exploração. Os sujeitos também são outros: os não indígenas, vindos de diversos lugares, de múltiplas descendências. As intencionalidades são próprias, mas à guisa da propriedade privada.

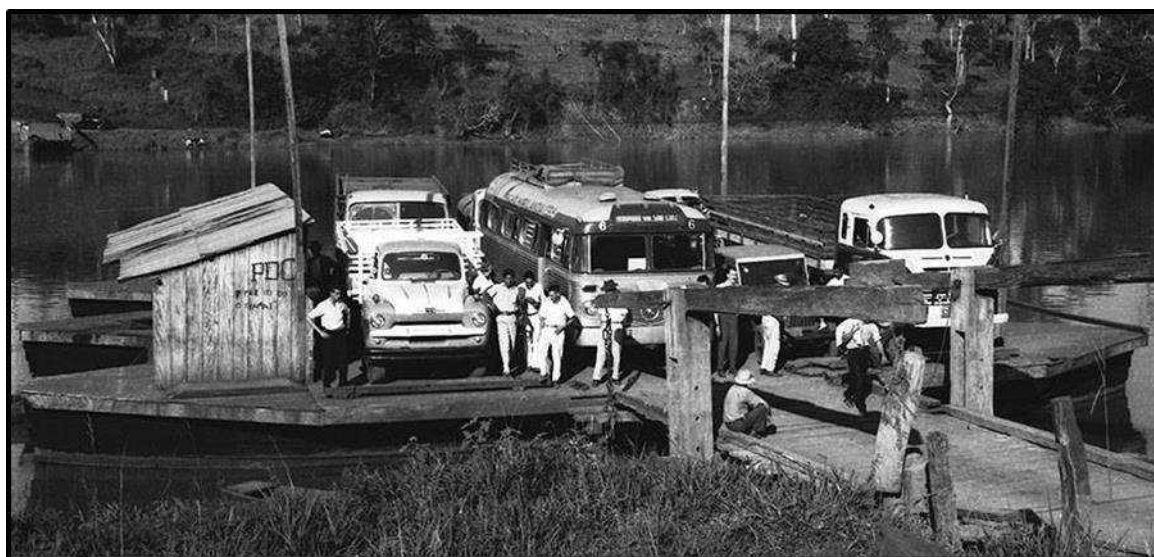
⁸⁷ Um barco-guia, com a função de conduzir e de rebocar a balsa.

Figura 9 – Balsa de Gregório Agostinho do Rosário - Porto Ubá (década de 1960)



Fonte: acervo pessoal da Família Oliveira (1998)

Figura 10 – Balsa de Gregório A. do Rosário e bar a bordo - Porto Ubá (década de 1960)



Fonte: acervo pessoal da Família Oliveira (1998)⁸⁸

⁸⁸ Também disponível em:

https://www.facebook.com/groups/ivaiporafotos/?post_id=2098018933824915. Acesso em: 23 fev. 2020.

De acordo com Maurício de Oliveira (2016; 2019), o personagem chamado Moisés também se instalou em Porto Ubá na década de 1950 e vivia das atividades de extração de areia do rio Ivaí e da pesca. Tudo indica que as primeiras atividades da pesca no rio Ivaí, via Porto Ubá, após os indígenas, tenham iniciado pelas práticas e pelos usos do rio que essa pessoa fazia, sempre contratando outras, a exemplo do senhor Maurício de Oliveira. De acordo com os relatos, a pesca fomentada por Moisés, além de ser comercialmente agregada às outras atividades que ele fazia, servia para presentear algumas autoridades da região, por quais motivos não se sabe ao certo, mas é possível prever que tal prática se dava para manter os caminhos abertos à exploração que ele fazia dos recursos naturais do rio Ivaí (extração de areia e pesca), sem a interferência da fiscalização ambiental.

Entre as décadas de 1950 e 1960, Porto Ubá se destacou economicamente pela atividade da balsa, que movimentou vários comércios em virtude do tempo e das condições de travessia do rio Ivaí. O negócio era tão promissor que duas balsas passaram a funcionar juntas. Gregório Agostinho do Rosário enfrentou a concorrência. De acordo com Maurício de Oliveira (2016), as terras de Gregório ficavam à margem esquerda do rio Ivaí. Ao lado direito do rio Ivaí, “[...] surgiu a balsa nova, que ia encontrar com a outra lá, do meu avô. As duas se encontravam lá em cima”, saída para a estrada que seguia rumo a Faxinal e/ou a Apucarana.

Maurício de Oliveira: *Eram duas barsas. Uma que passava pra cima, daí fez a nova. Daí fizeram, fizeram um acordo lá com meu avô. Na época, o Lázaro Moreira, que fez a barsa nova, chegou lá e falou pra ele: ó, vamo fazer o seguinte: o cê, eu não quero atrapaiaá você, por quê... Porque, bem da história, deu uma confusão por causa de peixe. Naquele tempo, ninguém vendia peixe limpo. Pegava o peixe, pegava, colocava amarrado na beira do barranco, vivo. Então cê chegava do lado. O cara ia lá, dava muito surubim, erguia, vendia pra ele vivo. E essa minha avó, era muito ruim de mexer com ela, sabe? E ela enguiçou com o véio Moisés, esse que era patrão meu. Brigou com ele, que não queria que ele vendesse peixe, ignorância, sabe? Aí o que acontecia: só ele tinha entrada pra fazê outra barsa. Se ele não deixasse entrar ali, eles não podia fazê outra barsa, que não tinha saída pra cá. Mas eles tinham brigado, aí o Lazaro Moreira veio ali, com o outro rapaz lá de Londrina, que era fazendeiro ali também, João Camargo chamava ele (2016, inf. verbal).*

Lázaro Moreira e João Camargo, conforme a narrativa de Maurício de Oliveira (2016), eram proprietários das terras que se localizavam à margem direita do rio Ivaí e teriam empreendido negócios e construído a segunda balsa, chamada por ele de “balsa nova” (ver Figura 11).

Maurício de Oliveira: *Vieram falar com o véio Gregório, meu avô. Falô: vamo fazê o seguinte, eu vô fazê uma barsa ali. Aí o véio Gregório pegou e*

falou, falou: o cê vai fazer barsa que jeito? Fazer barsa que jeito, se não tem saída do lado de cá? Aí eles tinham brigado, aí o véio Moisés aceitou e fizeram essa barsa ali. Aí saiu outra barsa nova. Pro lado de cima ficou meu avô e a outra ficou pra baixo, pra cima da ponte ali um pouquinho. [...] aí ele foi lá e falou pro véio, meu avô: vamo fazê o seguinte, num quero atrapaíá. Fica assim: hoje passa carro carregado na minha e amanhã passa na sua vazio. Outro dia passa carregado no teu e volta vazio na minha. O véio não quis. Falou: vai fazer barsa no meio dos infernos. Barsa só o Gregório que faz. Aí fez a barsa nova. Aí eu trabaiei quatro ano na barsa do meu avô, que passou a ser meu avô, e seis na outra barsa de baixo. Então eu trabaiei dez anos na barsa. Eu era molecão ainda. Então, até que saiu a ponte, né? Saiu a ponte, cabou. E aquela barsa que tinha aqui, aquelas coiseira, tá tudo ali no marolo (2016, informação verbal).

Ou seja, segundo Maurício, esse que ele chama por Moisés tinha terras localizadas à margem esquerda do rio Ivaí, ao lado de baixo das terras de Gregório. Moisés trabalhava com draga de areia no rio e com a pesca. A avó de Maurício de Oliveira não permitiu a venda de peixes vivos na barranca do rio, próxima ao movimento da balsa que era dela (com Gregório). O que fez Moisés? Negociou com os proprietários de terras da margem direita do rio Ivaí (Lázaro Moreira e João Camargo), que já queriam empreender no negócio de balsa, e ele (Moisés) liberou suas terras à margem esquerda para a balsa ancorar (Figura 11).

Figura 11 – Porto Ubá às margens do rio Ivaí: localização das balsas em 1950/1960



Fonte: elaborada pela autora a partir de Google Earth

Porto Ubá, então, no período de 1950 a 1967, viveu uma fase de crescimento econômico, com povoamento crescente e a instalação de inúmeros comércios, tudo em consequência do movimento que girava em torno das duas balsas. Porém, as balsas cederam

espaço para a ponte. Os propósitos do capital de interligar os estados e de ampliar as possibilidades de movimentação dos produtos gerados não podiam continuar a depender das balsas para transpor o rio. A modernização e o novo modelo de ocupação privada exigiam agilidade, capacidade e rompimento de barreiras. As balsas e as estradas sem pavimentação não eram mais adequadas para o fluxo do capital

Em 1965, a ponte já constava nos planos rodoviários do Estado e a imprensa fez a divulgação do projeto (Figura 12). Segundo ela, a ponte era necessária para servir à “BR-272, entre Guaíra e São Paulo, recentemente incluída na Rêde Rodoviária Nacional”, ao ligar o “trecho Faxinal - Barbosa Ferraz - Campo Mourão”. Essa obra, assim como as demais pontes construídas no médio curso do rio Ivaí (Cândido de Abréu-Manoel Ribas; São João do Ivaí-São Pedro do Ivaí), representa a superação dos entraves naturais do rio, os quais desafiaram, no século XIX e início do século XX, as expedições exploratórias que tinham como propósito demarcá-lo e estudá-lo com fins de utilização como hidrovia, entre outros projetos de estradas necessárias ao modelo de ocupação, apropriação e usos da natureza pelo capital privado (Mapa 6).

Figura 12 – Notícias sobre a construção da ponte no rio Ivaí - Porto Ubá (1965)

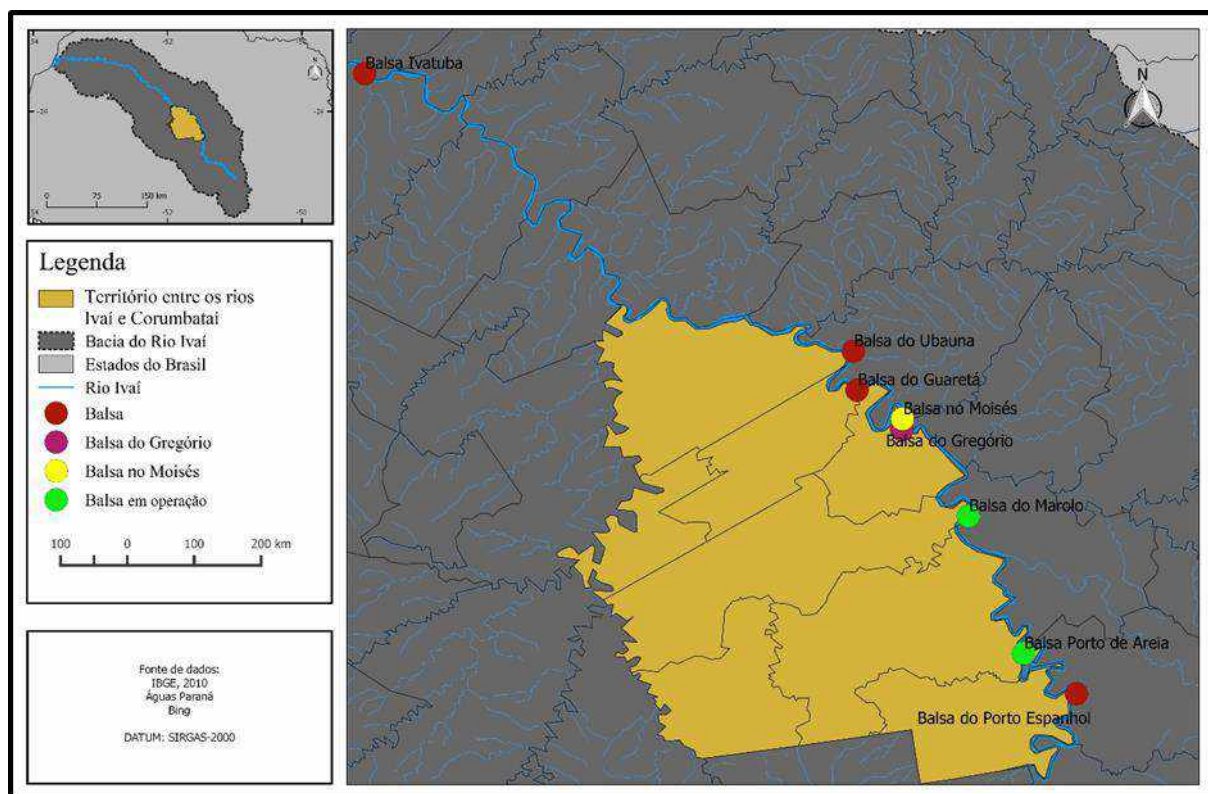


Fonte: MODERNA... (1965, p. 4, recorte da autora)

Dois anos após essa reportagem, a ponte ficou pronta. Em julho de 1967, com a construção e a inauguração da ponte, a abertura da estrada nova, o crescimento da região em âmbito urbano (loteamentos para criação de pequenas cidades), o avanço da agricultura, especialmente com o cultivo do café, do feijão e do milho, e os interesses políticos e econômicos voltados para Ivaiporã, destacados nomes e proprietários de terra da região, a partir da Cia. Ubá, consolidaram-se e reconfiguraram o poder e a natureza locais.

A construção da ponte impactou os serviços prestados por meio das balsas, as quais foram desativadas. A balsa de Gregório Agostinho do Rosário foi removida por seus herdeiros rio Ivaí a montante, nas barrancas da comunidade Barra Preta, atual Distrito de Jardim Alegre, onde está em funcionamento até hoje. É uma das últimas balsas em funcionamento no rio Ivaí, porém já se aventa entre as lideranças políticas e comerciais dos municípios que a utilizam, dos dois lados do rio, a reivindicação de construção de ponte no local. A outra balsa, segundo os pescadores, foi removida a jusante do rio, para a localidade de Ubaúna, no atual Município de São João do Ivaí, e já está desativada. De acordo com o Mapa Rodoviário do Paraná (PARANÁ, 2019), constam quatorze balsas ainda em funcionamento no rio Ivaí e uma no rio Corumbataí.

Mapa 13 – Balsas no território do médio curso do rio Ivaí (1940 -2020)



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

O Mapa 13 oferece uma dimensão das inúmeras balsas que foram instaladas no curso do rio Ivaí e utilizadas para a expansão do acesso, mas, ao mesmo tempo, para o controle desse acesso ao território. As balsas não eram a única forma de entrada, no entanto elas predominaram nas margens direita e esquerda do rio Ivaí nas décadas de 1940 a 1960. No médio curso do Ivaí, duas delas, mesmo com pouco movimento e precárias, ainda estão em operação: a do Marolo, que liga Jardim Alegre (esquerda) a Grandes Rios (direita) e a do Porto de Areia, que liga Ivaiporã (esquerda) a Grandes Rios (direita). Esse Mapa também destaca as duas balsas que operaram até a década de 1960 no Porto Ubá: a balsa do Gregório e a balsa que ancorava nas terras de Moisés.

É também nesse contexto que, na década de 1970, as atividades comerciais de Porto Ubá (rádio, cadeia, cartório, farmácias etc.) foram transferidas para Lidianópolis, que se destacou e se organizou para, em 1993, emancipar-se de Jardim Alegre. Porto Ubá, então, passou a ser Distrito de Lidianópolis e teve sua economia estagnada⁸⁹.

Os restaurantes, bares e hotéis fecharam as portas. Poucos resistiram. A comunidade ribeirinha ficou carente de trabalho e, pela fala de muitos por lá, foi esquecida e excluída. Situação que desencadeou, até os dias atuais, certo descontentamento dos moradores de Porto Ubá em relação aos de Lidianópolis. Maurício de Oliveira (2016), ao ser questionado sobre quais motivos poderiam ter levado às transferências dos comércios de Porto Ubá para Lidianópolis, emite uma curta resposta: “Política!”. E segue relatando nomes de comércios que agora se localizam em Lidianópolis, mas que, segundo ele, estavam em Porto Ubá até o final da década de 1960 e início de 1970.

No período de efervescência, quando Porto Ubá era movido pela atividade das balsas e das ocupações ribeirinhas, o território também vivenciou a ocupação concomitante de diversos sujeitos. Essa ocupação, segundo Maurício de Oliveira e Valdomiro Santo, foi conflituosa, com vários episódios de violência, embates armados, tocaias e desovas de cadáveres no rio Ivaí, ou, ainda, com o despejo de posseiros e suas famílias do outro lado do

⁸⁹ Essa movimentação administrativa pode ser verificada na Lei Estadual nº 4.245/1960, a qual criou o Município de Ivaiporã e suas divisas. Em 1962, tem-se a Lei Estadual nº 46, com a criação do Distrito Judiciário de Ubá do Sul, pertencente ao Município de Ivaiporã. A Lei Estadual nº 5.087/1965 transferiu a sede do Distrito Judiciário de Ubá do Sul, já Município de Jardim Alegre (emancipado de Ivaiporã pela Lei nº 4.859/1964), para o patrimônio de Lidianópolis. Por fim, Ubá do Sul (Porto Ubá) perdeu o posto de Distrito em 1979, por meio da Lei nº 7108, que transferiu para Lidianópolis a sede e a denominação de Distrito Administrativo de Jardim Alegre. Em 1990, Lidianópolis se emancipou de Jardim Alegre pela Lei Estadual nº 9.289, e Porto Ubá (não mais Ubá do Sul) passou a ser Distrito de Lidianópolis. As nomenclaturas Porto Ubá e Ubá do Sul referem-se à mesma localidade e, por mais que a legislação de Lidianópolis (Lei Municipal nº 27/93) tenha alterado a nomenclatura do distrito para Porto Ubá, ainda é comum aparecer Ubá do Sul no sistema policial rodoviário, no Poder Judiciário e no IBGE, mas a comunidade nunca se reconheceu como Ubá do Sul. Internamente, a referência sempre foi Porto Ubá, por isso a alteração da nomenclatura.

rio. Maurício de Oliveira narra, inclusive, sobre tiroteios que vivenciou quando em serviço na balsa e fala sobre os cartuchos de balas cravados nas toras, que eram utilizadas como trincheiras encontradas nas barrancas do Ivaí. Lembra ele, em tom receoso e mais baixo:

Maurício de Oliveira: *Quanta mudança eu passei nessa barsa aí. Quantas mudanças! Quando nós chegemo aqui em 54, em 53, 52, eles falavam, cê vinha de lá pra cá, eles brecavam ali, ó. Matou muita gente aí. Eles tinha medo do cê vim grilá terra. Então, se o cê era uma pessoa forte, segurava aí pra ficar junto com eles aí. Ali tinha uma tora, perto da casa onde nós morava lá, perova [peroba] ali, cê chegava naquela perova lá, não tinha um lugar pra fincar uma agunha de tanta casca de bala pregado naquele perova. Era do véio Moisés aquela trincheira lá, desse que eu trabaíava. Então, era uma jagunçada dos cornio aí (2019, informação verbal).*

A análise a seguir trata da trajetória dos posseiros, safristas e agricultores. Três grupos de sujeitos sociais que ocuparam concomitantemente o território. Contudo, ressalta-se que outros grupos, a exemplo dos comerciantes, os quais não serão abordados nesta dissertação, também já estavam com diversos investimentos na região.

Rapidamente, o movimento de ocupação e de travessia se intensificou às margens dos rios Corumbataí e Ivaí e ambos os lados foram sendo povoados, com inúmeras atividades sendo desenvolvidas. Na mesma velocidade, o interior também foi sendo ocupado, recortado e loteado. O “selvagem” vai cedendo lugar ao “civilizado”. O “vazio” e “despovoado” vai sendo “descoberto” e “desbravado”.

2.4.3 Posseiros, safristas e agricultores

Com o acordo de 01/02/1950 entre Estado e Sociedade Territorial Ubá Ltda., a Cia. começou o processo de retomada das terras que já estavam ocupadas por inúmeros posseiros e safristas. No papel, a Cia. Ubá já tinha vendido ou negociado diversas e extensas áreas, a exemplo das fazendas Mundo Novo e Gema (no atual Município de Lunardelli). Todavia, na prática, diversos sujeitos sociais ocupavam o território, alguns tinham apresentado requerimento de título de posse ao Estado no período da intervenção (Governo Vargas) e aguardavam a medição e a concessão das terras, porém muitos, apesar de estarem ocupando a terra, não fizeram o referido requerimento, o que os colocava à mercê das ações da Cia. Ubá.

A Cia. Ubá e seus sócios iniciaram, então, as providências para garantirem a posse efetiva da terra. Fruto do acordo entre Estado e Cia. Ubá, segundo o safrista Valdomiro Santo (2019), organizaram-se contingentes de policiamento, os quais foram destinados para desarmar

os posseiros que já habitavam as terras. O objetivo era dar segurança para a Cia. Ubá e seus cinco signatários⁹⁰ poderem proceder as vendas das terras. Com base nos relatos orais, em inúmeras reportagens na imprensa da época e na documentação tramitada entre Estado e Sociedade Territorial Ubá Ltda., na década de 1950 (posterior ao acordo), verifica-se que as negociações entre Cia. Ubá e posseiros foram extremamente violentas, com histórico de diversos confrontos armados, emboscadas e mortes de ambos os lados.

Valdomiro Santo: *Quando foram para retirar os posseiros, né? Negociar. Veio um contingente no Guaretá. Tinha a base de umas 35 polícias, por aí. Daí vieram para desarmar o povo, os posseiros. Eles ficavam em Guaretá, então eles saíam atrás dos posseiros, né? Nas posses deles, eles chegavam e iam revistar a casa, se achasse lá um armamento, tirava [...] aí desarmaram o povo. Depois que daí que a fazenda foi negociá com eles, né? (2019, informação verbal).*

Em pesquisa aos jornais “O Dia”, “A Tarde”, “Diário da Tarde” e “Diário do Paraná”, no período de 1946 a 1954⁹¹, verificam-se inúmeras reportagens sobre o “Grilo Ubá”, o acordo entre a Sociedade Territorial Ubá Ltda. e o Estado, as questões políticas que envolveram o caso, as ações policiais contra os posseiros, os possíveis aproveitadores que se utilizavam de acesso ao governo para chantagear e usurpar os posseiros, entre outras questões. Internamente, o cenário era de confrontos e de resistências. Externamente, o movimento era de denúncia na imprensa e articulações políticas, tanto a favor como contra os posseiros.

As reportagens analisadas também evidenciam a ação dos proprietários da Sociedade Territorial Ubá Ltda contra os posseiros e a organização destes em movimento de resistência, em duas frentes: a reivindicação junto ao governo de providências, utilizando-se também da imprensa para denunciar a situação; o uso da força e de armas para se defenderem. No final da década de 1940 e na década de 1950, registra-se um período de tensão, conflitos, violências e acordos que definem a questão da seguinte forma: só ficou na terra quem pagou por ela nos termos da Sociedade Territorial Ubá Ltda. e de seus signatários. Estes, como se sabe,

⁹⁰ De acordo com relatório emitido em 09/07/1953 pelo Oficial Administrativo em diligência no território, cumprindo determinação da advocacia geral do Estado, eram: Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. (Fazenda Gema); Espólio de Max Wirth (Fazenda Mundo Novo); Francisco Otaviano Cardoso; Durval Silveira Correia; Hermes Vivran da Silva (segundo o documento, um preposto de Moysés Lupion) (JUNIOR, 1953).

⁹¹ Eram jornais que, no período analisado, estavam sediados em Curitiba (capital do estado), alguns com sucursais ou representantes em várias regiões do Paraná, que enviavam notícias regionais para a publicação. As edições digitalizadas desses jornais estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). A autora desta dissertação realizou uma longa e detalhada busca nesses arquivos. Foi uma pesquisa difícil e exaustiva, mas que permitiu reunir inúmeras publicações sobre os conflitos agrários gerados no processo de ocupação privada promovido pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. Há material suficiente para fundamentar este e outros trabalhos.

respaldados pelo acordo realizado com o Estado, em fevereiro de 1950.

Em 18 de janeiro de 1951, o jornal *Diário da Tarde* (PR) estampou, na primeira página, o título “Assalto no Sertão!”, reportagem que, entre outras questões, aponta para uma possível imoralidade por parte do governo e para a corrupção dos agentes públicos ao exercerem suas funções no que tange à questão da posse de terras no Paraná. Nela, cita-se o seguinte:

A Fazenda Ubá acaba de ser vendida. Nada menos de 15 mil famílias estão ali localizadas e agora, ameaçadas de expulsão.

Às vésperas das eleições distribuíram ali um boletim seguinte: “Eleitores da Fazenda Ubá! Confiai no Governador Moysés Lupion e no seu continuador Dr. Angelo Lopes, pois eles vêm se batendo pelos vossos direitos. Vossas famílias não serão desamparadas. Cuidado com a propaganda dos falsos, os que se vendem e pretendem roubar o vosso pão. Angelo Lopes, João Chefe e Julio Emerenciano, garantirão o direito de vossas posses. Vosso voto tem muito valor, votando nos candidatos do Partido Social Democrático” (ASSALTO..., 1951. p. 6).

Sabe-se que o candidato à sucessão de Moysés Lupion (governador), Angelo Lopes, perdeu as eleições em 1950 para Bento Munhoz da Rocha Neto (Partido Republicano), e as notícias que circularam na imprensa, especialmente nos jornais referenciados neste estudo, afirmam que, por conta da derrota, antes de deixar o cargo, Moisés Lupion autorizou e legitimou muitas demandas que eram questionadas administrativa e juridicamente pelo Estado por conta das irregularidades que as envolviam, sobretudo quanto à grilagem de terra.

Conforme as reportagens verificadas, o governo do sucessor, mesmo de oposição, não só manteve a postura de Moisés Lupion, como também agiu em favor dos latifundiários. Nesse contexto, o nome Julio Emerenciano é muito conhecido no território, mas as pessoas não se aprofundam sobre o assunto, os que falam não autorizam a divulgação, paira um silenciamento ou a prosa muda de rumo. Ao que tudo indica, com base nas reportagens, Julio Emerenciano tinha “carta branca” do governo Moisés Lupion e de alguns deputados para atuar nas demandas de terras do território, com um discurso em favor dos posseiros, mas, em outras reportagens nesses mesmos jornais, constam denúncias de corrupção, chantagem e atos lesivos e de violência contra os posseiros do Bendengó do Ubá.

Pelas informações adquiridas, é possível deduzir que, durante o período de 1930 a 1947, em que o Paraná foi governado por interventores nomeados pelo governo federal (Getúlio Vargas), o território do médio curso do Ivaí, que já vinha sendo ocupado pelas populações indígenas e por “caboclos” e “brasileiros” oriundos de diversas regiões do Brasil, teve sua ocupação não indígena intensificada. Nesse período, o estado retomou ao seu poder as terras, considerando-as devolutas e, por meio de requerimento formalizado pelos posseiros, passou a

autorizar a entrada deles. Há uma estimativa dada pela imprensa da época⁹² de que, quando a Sociedade Territorial Ubá Ltda. fez o acordo com o Estado e legitimou a posse das terras, existia em torno de 3.600 famílias ocupando a região, totalizando 15 mil pessoas. Números que provavelmente poderiam ser maiores, visto que as reportagens não mencionam os indígenas e é preciso considerar as dificuldades de recensear um território tão extenso à época.

Na década de 1960, o processo de ocupação privada do território já estava consolidado. Desde então, até o final da década de 1990, não se verificam pesquisas acadêmicas específicas sobre esse território que aprofundem análises quanto aos conflitos agrários oriundos desse processo. O discurso do pioneirismo desbravador se sobrepôs e se tornou hegemônico⁹³. Cristalizou-se, por meio dos discursos e da produção de cartilhas e revistas, a imagem e as memórias dos desbravadores.

A saber, no final da década de 1990, um posseiro⁹⁴ tentou escrever um livro sobre o que chamava “A Revolta dos Posseiros”, mas diante de sua simplicidade, de suas dificuldades com a escrita e, ainda, da completa ausência de apoio, só conseguiu fazer um vídeo, no qual narrou suas dificuldades para publicar suas memórias e demonstrou os locais onde, de acordo com ele, teriam ocorrido os confrontos armados entre os posseiros e os funcionários ou policiais a serviço da Sociedade Territorial Ubá Ltda. É dele a narrativa de que posseiros eram capturados, “amarrados em árvores e tinham seus testículos espetados com faca”. Informação que também é veiculada na imprensa: “A polícia age em comum com os latifundiários. Decepam-se as orelhas de posseiros e alguns pendurados em árvores têm arrancados os testículos” (SAQUES..., 1953, p. 4).

Entre tantas reportagens que corroboram as narrativas dos posseiros, destaca-se outra que afirma terem se estabelecido, na Fazenda Ubá, mais de três mil famílias, na região de “Sapecado e Guaretá”, as quais teriam adquirido terras do Governo do Estado. Este, por sua vez, de acordo com a reportagem, não legalizou as posses em nome dessas famílias, as quais passaram a ser chamadas pelos proprietários da Cia. Ubá e seus prepostos de intrusos e de

⁹² REGRESSARAM do Rio os posseiros de Ubá. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.433, Curitiba, 25 set. 1951. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80511>. Acesso em: 06 jan. 2020.

⁹³ Com a emancipação política dos atuais municípios que compõem o território de estudo, as administrações municipais financiaram a produção de inúmeras cartilhas de memórias e, nelas, o discurso é sempre de valorização dos chamados “pioneiros desbravadores” e da companhia que promoveu o “progresso” da região. Aos conflitos agrários e à resistência dos posseiros, bem como à presença indígena, não é escrita uma linha.

⁹⁴ José Sebastião Pinheiro (in memoriam). Em 1998 e 1999, ele tentou reunir apoio para publicar suas narrativas sobre os conflitos agrários do território. No formato impresso ele não conseguiu. Então, José Sebastião Pinheiro produziu um vídeo, cuja cópia deu de presente à autora desta pesquisa antes de sua morte. É uma fita VHS, já convertida para o formato digital, com a qualidade bastante comprometida, mas ainda com áudio e imagem preservados. Ao final do vídeo, José Sebastião deixa autorização expressa de que esta pesquisadora faça uso das informações contidas no vídeo e narradas por ele.

posseiros. A reportagem destaca também:

Molhados de suor os caboclos derrubam as árvores, queimaram-nas, levantaram ranchos de pau a pique e lavraram o solo úmido. Colheram cereais e, mais tarde, plantaram café. O progresso que construíram valorizou toda a região. Eis que o Governo do Estado do Paraná vende as mesmas terras outra vez e as legaliza em nome dos latifundiários. Desesperam-se os lavradores (SAQUES..., 1953, p. 4).

De acordo com esse mesmo jornal e essa mesma matéria, a comissão representativa dos posseiros teria ido ao Rio de Janeiro e a Curitiba em busca de solução para a demanda que envolvia a posse dessas terras. Ao regressarem, teriam sido retalhados.

[...] quando voltam cheios de promessas, assistem as providências tomadas: saques, depredação, incêndio dos seus lares. E a Imobiliária Ubá que adquiriu ilicitamente as terras à razão de quatrocentos cruzeiros o alqueire, procura vendê-las aos legítimos donos por vinte mil cruzeiros o alqueire. Agora estamos assistindo em Sapecado e Guaretá um dos mais horripilantes massacres de camponeses da história do Brasil. [...] Eis aqui o seu grito de socorro (SAQUES..., 1953, p. 4).

Muitos dos que foram posseiros, após participarem do movimento de resistência contra as ações da companhia, continuaram no território exercendo a agricultura ou outras atividades, a exemplo de Ludovico Mericho e Jose Caetano Marques⁹⁵. As memórias destes e de muitos outros, como as de Valdomiro Santo, mesmo que silenciadas e subterrâneas, preservam as narrativas daquele tempo.

Em mais um dos documentos, datado de 16 de março de 1953, o jornal Diário da Tarde publicou uma extensa reportagem intitulada “Casas Queimadas”, narrando a saga dos posseiros que foram em comissão solicitar a intervenção do governador do Paraná e a intervenção federal. No regresso, mesmo trazendo como resultado o compromisso do então Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, que iria intervir, esses posseiros teriam sido violentamente atacados pela ação de supostos funcionários da Sociedade Territorial Ubá Ltda. De acordo com

⁹⁵ De acordo com as reportagens do jornal Diário da Tarde (25/09/1951, edição 17433, p. 1; 05/02/1952, edição 17.542, p. 1-4; 25/08/1952, edição 17581, p. 1), esses sujeitos eram posseiros que, organizados em um grupo de “cerca de setenta pessoas”, faziam a resistência e constantemente se dirigiam aos governos federal e estadual para reivindicar a intervenção e a regularização das terras em nome das mais de 3.600 famílias ocupantes da Fazenda Ubá. Conforme as referidas reportagens, outros nomes somavam-se nesse movimento: Antonio Rodrigues Barboza, Vicente Salomão, Jorge Costa, Vital Carneiro, Elias Vital, Estevam Marciano dos Santos e Maria Merico. Existe, ainda, um abaixo-assinado que contém mais de duas mil assinaturas de posseiros, que, à época, foi protocolado junto ao Estado com a reivindicação de atenção e com o pedido de providências quanto ao direito de posse das terras por parte dos ocupantes do território, antes da Sociedade Territorial Ubá Ltda. O original desse documento está nos arquivos do ITCG (Curitiba).

a reportagem:

Além das casas anteriormente queimadas, despejos havidos e prisões efetuadas, ainda ultimamente mais 20 casas de colonos foram destruídas pelo fogo lhes ateados pelos prepostos dos Barbosas, utensílios atirados à estrada e plantações destruídas ou abandonadas!

Confiando na palavra do governador os desvalidos agricultores acabaram perdendo seu cultivo, sua liberdade e seus bens (CASAS..., 1953, p. 6).

Reportagens com o mesmo teor ou que tratam desse conflito agrário originado da forma privada de apropriação do território promovida pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. aparecem em inúmeras publicações no período de 1946 a 1953⁹⁶. Informações também presentes nas narrativas orais. Em seu vídeo, José Sebastião Pinheiro (1999) narra esses mesmos fatos sobre a queima de casas, a destruição de plantações e a expulsão de posseiros com suas famílias, afirmando que muitos eram despejados para a outra margem do rio Ivaí, somente com seus pertences pessoais. Memórias que também são relatadas por Valdomiro Santo (2019) e por Maurício de Oliveira (2016; 2019).

Na década de 1950, na lida cotidiana, os posseiros se caracterizavam pela prática de abertura de roças, em que derrubavam a mata, colocavam fogo e, inicialmente, plantavam milho, abóbora e batata-doce para a engorda de porcos. Segundo Valdomiro Santo (2019), anterior à década de 1950, as “safras” de porcos eram tocadas como se tocava o gado, o rio Ivaí era atravessado a nado e os porcos levados até os lugares de comercialização, localizados em Faxinal e Apucarana. Depois, com as balsas, os caminhões passaram a transportar esses porcos. De acordo com ele, havia também os posseiros, os quais implantaram as primeiras roças de café, logo após as derrubadas.

Interessante ressaltar que as narrativas relevam a convivência simultânea de diversos trabalhadores, com exercício de inúmeras atividades no território na década de 1950. A partir

⁹⁶ **O Dia (PR):** Ed. 07044, p. 2, Curitiba, 17 set. 1946; Ed. 07058, p. 3, Curitiba, 04 out. 1946; Ed. 07182, p. 2, Curitiba, 09 mar. 1947; Ed. 08045A, p. 2, Curitiba, 23 fev. 1949; Ed. 09219, p. 4, Curitiba, 23 jan. 1953; Ed. 06931, p. 2, Curitiba, 14 maio 1946. **Diário da Tarde:** Ed. 16149, p. 6, Curitiba, 17 set. 1946; Ed. 16.158, p. 1 e 6, Curitiba, 27 set. 1946; Ed. 17544, p. 2 e 5, Curitiba, 08 fev. 1952; Ed. 17835, p. 1, Curitiba, 27 jan. 1953; Ed. 17873, p. 1 e 6, Curitiba, 13 mar. 1953; Ed. 16.911, p. 1 e 6, Curitiba, 04 jan. 1950; Ed. 17127, p. 3, Curitiba, 23 set. 1950; Ed. 17227, p. 1 e 6, Curitiba, 18 jan. 1951; Ed. 17.392, p. 6, Curitiba, 06 ago. 1951; Ed. 17.403, p. 6, Curitiba, 18 ago. 1951; Ed. 17.433, p. 1 e 6, Curitiba, 25 set. 1951; Ed. 17.441, p. 5, Curitiba, 4 out. 1951; Ed. 17.443, p. 2, Curitiba, 6 out. 1951; Ed. 17.544, p. 2 e 5, Curitiba, 8 fev. 1952; Ed. 17.545, p. 1 e 6, Curitiba, 9 fev. 1952; Ed. 17.576, p. 6, Curitiba, 19 mar. 1952; Ed. 17.581, p. 1, Curitiba, 28 mar. 1952; Ed. 17.831, p. 1 e 6, Curitiba, 22 jan. 1953; Ed. 17.902, p. 1 e 6, Curitiba, 20 abr. 1953; Ed. 17.935, p. 1 e 4, Curitiba, 30 maio 1953; Ed. 18.984, p. 1 e 4, Curitiba, 28 jul. 1953; Ed. 18.994, p. 1 e 4, Curitiba, 8 ago. 1953; Ed. 18.995, p. 1 e 8, Curitiba, 10 ago. 1953; Ed. 18.995, p. 1 e 8, Curitiba, 10 ago. 1953; Ed. 19.011, p. 1 e 4, Curitiba, 29 ago. 1953; Ed. 19.013, p. 1 e 6, Curitiba, 01 set. 1953; Ed. 17.544, p. 5, Curitiba, 8 fev. 1952; Ed. 17.886, p. 1 e 6, Curitiba, 31 mar. 1953.

das narrativas de Maurício de Oliveira (2016; 2019), Valdomiro Santos (2019), Maria de Lourdes Dias Santos⁹⁷ (2019), Fernandes Momento (2019) e Antônio Augusto Maciel⁹⁸ (1999 e 2019), destacam-se algumas dessas atividades:

a) **safristas**

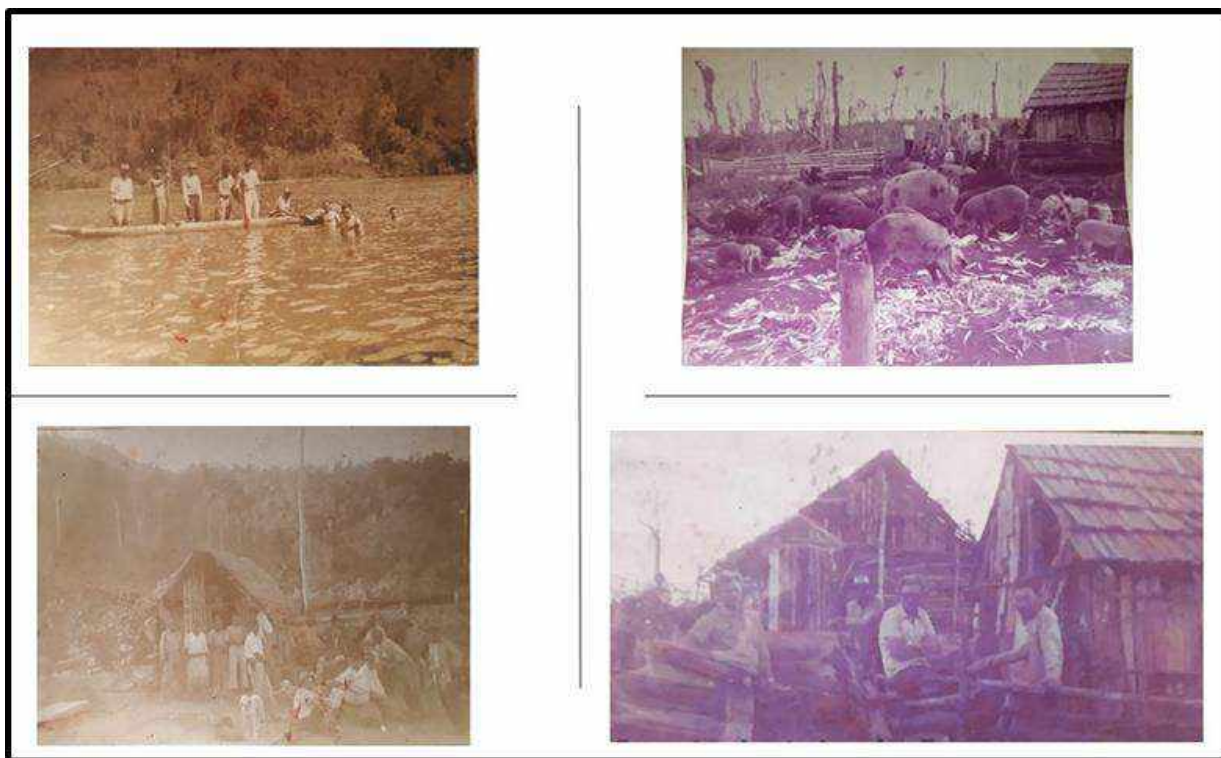
Podiam ser posseiros, exercendo tal atividade, mas também existiam os trabalhadores autônomos que não possuíam terras. Eram pessoas que se estabeleciam temporariamente nas fazendas de mata fechada, em negociação chamada de “arrendamento” por Valdomiro Santo (2019). A paga desse arrendamento era ao final da safra, entregando a terra com o capim formado para o gado. Em uma mesma fazenda, faziam-se várias safras, uma por cada quadra de terra, que durava em média de três a quatro anos. Era bastante comum, também, que esses trabalhadores se aventurassem por diversos locais no território do médio curso do rio Ivaí, atuando nessa atividade. Valdomiro Santo (2019) conta que sua família (Figura 13), inclusive ele e irmãos, eram como esses trabalhadores que perambulavam pelo território “fazendo safra”. Segundo ele, percorreram o território criando porcos no sistema de arrendamento, em Porto Ubá, no chamado “Corimbata”, às margens do rio Corumbataí, no atual Município de Godoy Moreira, e em Lunardelli, na Fazenda Mundo Novo.

O mosaico de imagens organizado na Figura 13, cedidas por Valdomiro Santo e Maria de Lurdes Dias (2019) (Figura 14), demonstra um pouco do cotidiano dos sujeitos sociais que ocupavam o território do médio curso do Ivaí entre as décadas de 1940 e 1950.

⁹⁷ Esposa do senhor Valdomiro Santo, a qual participou da entrevista. Ela chegou junto com sua família, em 1951, à atual Comunidade Água Verde, Município de Lidianópolis, às margens do rio Ivaí, localizada entre Porto Ubá e Guaretá. Veio para atuar na agricultura e, hoje, reside em Lunardelli.

⁹⁸ Antônio Augusto Maciel Filho, agricultor e morador de Lidianópolis. Concedeu entrevista em 1999, a qual foi transcrita em 2019 e autorizada pelo autor para uso nesta pesquisa. Sua família veio de Minas Gerais (Ouro Fino), chegaram a Lidianópolis em 01/10/1959, quando Antônio tinha 07 anos. Inclusive, seu apelido na cidade é “Mineiro”. Ele, assim como José Antônio de Oliveira (2019), relata a dura saga das viagens no chamado “pau-de-arara”, que eles próprios vivenciaram com suas famílias. Atualmente, é aposentado e vereador por Lidianópolis. Seu trabalho sempre foi na agricultura, é proprietário de sítio e atua na agricultura familiar.

Figura 13 – Safristas no território do médio curso do rio Ivaí (PR)



Fonte: acervo pessoal de Valdomiro Santo

Figura 14 – Valdomiro Santo e esposa Maria de Lurdes Dias (2019)



Fonte: acervo da própria autora (2019)

b) paranaenses

Pessoas cujas origens eram genuinamente paranaenses e que se instalavam com suas famílias em meio à mata, construíam um rancho e plantavam suas “rocinhas”. Maria de Lurdes relembra sua família:

Maria de Lurdes Dias: [...] tudo paranaense, mais paranaense mesmo. Eles eram um povo muito caipira, andava só de cabeça baixa, às vezes nem cumprimentava. E eles moravam no sítio que meu tio comprou, tinham uma família de paranaense que morava lá, era pai, filho, era todo mundo. E até num sítio que nós comprou tinha uma casinha feita de pau a pique que morava seu Antônio e dona Maria, eu lembro. Eles tinham um casal de filho, só um casal de filhos. E quando eles iam fazer compra, que eles iam no patrimônio fazer compra, ia a família inteirinha [...] era todo mundo, um atrás do outro. Depois nós mudamos lá, eles ficaram pouco morando lá. Até tinha esse Antônio e dona Maria, ele tinha uma irmã. Irmã? Não sei se era irmã ou sobrinha que mora mais afundado, mais no meio do mato ainda, que a casa ficava lá no meio do mato, eles faziam aquelas rocinhas assim, ó. Aquelas rocinhas, faziam aquelas rocinhas, sabe? E ali eles colhiam, depois faziam outra, era assim (2019, informação verbal).

Pode-se facilmente deduzir que os denominados “paranaenses” eram posseiros, que viviam na área anteriormente, cultivavam suas roças e foram assim chamados por outros agricultores que vieram de diversas regiões do Brasil, os quais adquiriram lotes de terras e começaram a se instalar também na região. Vejam só a situação: famílias impulsionadas pelas notícias das terras férteis usaram suas economias e negociaram com a Companhia Ubá a compra de determinados lotes, muitas compras, inclusive, com pagamentos parcelados, mas, quando chegavam para se instalar e cultivar a terra, deparavam-se com outras pessoas já residindo nelas.

c) peões

A Cia. Ubá e seus signatários precisavam demarcar as terras. Na década de 1950, na prática, nem conheciam as reais divisas das terras e precisavam medi-las. O acesso não era fácil em virtude das matas e da ausência de estradas. A forma utilizada para essa demarcação foi por avião. Segundo Fernandes Momente (2019), “[...] eles vinham com o avião, isso eu alembro. Eles vinham com o avião assim, sortava aquelas lanças de ferro assim, depois os picadeiros vinham por terra abrindo as picadas”.

Essa forma aérea de demarcação demonstrava o poder sobre vastas áreas de terras, que cruzavam do rio Ivaí até o rio Corumbataí (Mapa 9), sem considerar que, além de mato, rios e animais, já havia no território inúmeros humanos. Feita a demarcação, era necessária muita mão de obra para abrir as picadas por terra. No cenário de notícias que se espalharam sobre essas terras, eram contratados pelos administradores das fazendas os chamados peões.

Segundo Fernandes Momente (2019), eram pessoas vindas de diversas regiões, entre elas Minas Gerais e Nordeste, em busca de melhores condições de vida, iam trabalhar como picadeiros, cozinheiros e braçais. Normalmente, deixavam suas famílias e se aventuravam, para trabalhar na abertura de matas, de estradas, na medição de terras e fazendo segurança nas fazendas. Aos poucos, iam se estabelecendo e muitos conseguiram voltar para buscar suas famílias.

Martins (2017) considera que essa era uma estratégia dos fazendeiros para expandir as plantações e garantir a entrada de trabalhadores para a cafeicultura. Por isso,

[...] para essa tarefa eram mobilizados caboclos e caipiras ou outros trabalhadores “nacionais”, como se dizia. Ao menos o trabalho de desmatamento, da queimada e da limpeza do terreno era invariavelmente feito por esses trabalhadores (MARTINS, 2017, p. 62).

Em Porto Ubá, de 1947 até o final da década de 1950, Gregório Agostinho do Rosário cercou suas terras e as transformou num grande mangueirão de porcos. Dessas terras, ele retirou madeira para a construção do mangueirão e plantou milho e batata para a engorda de porcos. Essas informações estão presentes nas narrativas de Maurício de Oliveira e de sua esposa, assim como nas de Francisco Rodrigues, que conta ter trabalhado na criação de porcos do senhor Gregório, colhendo e armazenando milho no grande “paiol”, antes mesmo da família de Maurício de Oliveira chegar.

Francisco Rodrigues: O porto era o seguinte, aqui era tudo um plantio de milho, batata, que veio do estado de São Paulo, aquela batata luminosa, coisa mais linda do mundo, e aí porcada. Então, o falecido Gregório, que era o dono de isso aqui tudo, ele acompanhou a estrada com cerca de tábua de peroba, que ia bater lá no Guaíambê, lá em cima. Ele cercô tudo de tábua de peroba, os palanques de tábua de peroba. Imagina, cerca dali, beirando a estrada, aí o que acontecia? Descia naquela rua ali e ia reto lá no Maurício. Ali tinha um paiolão de tábua de peroba e teia, mas era imenso, era tipo umas duas datas dessa aqui nossa, aquele monstro. Ali o que colhia de milho, aqui nessa região, beirando o Guaíambê tudo, nós trabaíemo muito, tempo do carro de boi, eu e meu irmão, era depositado tudo lá. Aí, porcada. Ele plantava aquele batatal, plantava milho e depois sortava a porcada, né? Quebrava um tanto e abastecia, daí quebrava só o milho bom e largava aquela restoiada e sortava a porcada (2019, informação verbal).

À exceção de Gregório Agostinho do Rosário, os safristas se caracterizavam por serem famílias de posseiros ou trabalhadores autônomos por “arrendamento”, muitas genuinamente paranaenses que, por diversas circunstâncias, à época, vinham para a região em busca de sobrevivência. É bem comum, nos relatos das fontes orais, a informação de que muitos

enfrentaram longas e sofridas viagens no transporte conhecido como “pau-de-arara”, que era a viagem em cima de caminhões lotados, sem segurança, por longos e vários dias, sem quase nada de comida.

De acordo com Maurício de Oliveira e Valdomiro Santo, a atividade econômica de criação de porco, no sistema safrista, foi desenvolvida por todo o território do médio curso do Ivaí, até o final da década de 1950. Segundo eles, era a maneira mais prática e viável de ocupação das terras frente aos recursos naturais disponíveis e às possibilidades de ligação com os grandes centros para a comercialização. Contudo, eles afirmam que, concomitantemente, as primeiras propriedades agrícolas foram formadas; as matas, derrubadas; as estradas, abertas; e o território novamente se reconfigurou, agora, com o estabelecimento dos agricultores.

2.4.4 Os agricultores nos sítios e nas fazendas e as “comunidades das águas”

Na década de 1950, primeiro na figura dos grandes proprietários de terras – os signatários e/ou prepostos da Sociedade Territorial Ubá Ltda. –, depois inúmeras famílias oriundas de diversas regiões do país e descendentes de outras nacionalidades – como portuguesa, alemã, italiana, polonesa e ucraniana –, movidas pelas notícias de terras férteis, baratas, com boas condições para pagamento, vieram para a região para “arriscar a sorte”.

Há diversos materiais impressos que contêm as “memórias” dos municípios que se configuraram no território do médio curso do Ivaí, organizados por Antônio Padilha⁹⁹, Otaviano Proença Netto¹⁰⁰ e Miguel Roberto Amaral¹⁰¹. Por essas publicações, é possível considerar que, via Porto Ubá, cruzaram o rio Ivaí e por aqui se estabeleceram muitas famílias descendentes de portugueses, italianos, alemães, paulistas, mineiros e nordestinos.

Várias famílias vinham diretamente para o território. Outras, especialmente as de

⁹⁹ Nome que aparece como autor de diversos livros ou revistas que contêm as memórias dos municípios, com destaque aos primeiros a chegarem à região, considerando o século XX como temporalidade. Sobre Ivaiporã, publica material em 1988 e 1994; sobre Jardim Alegre, em 1987; sobre Lunardelli, em 1986. Não há muitas informações biográficas sobre esse escritor, mas há publicações desses materiais de memórias organizadas por ele sobre vários municípios, sobretudo do território em evidência. Conferir referências do autor ao final.

¹⁰⁰ Advogado, residente em Ivaiporã, atuou durante muitos anos na assessoria jurídica das prefeituras dos municípios do território em estudo. Ele organizou uma revista que narra a história da gestão do prefeito de Ivaiporã, médico, de origem japonesa, chamado Akira Yamasita (nov./65 a jan./70). Otaviano é considerado um pioneiro de Ivaiporã, possui amplo arquivo de fotos e é referenciado sempre que o assunto são as narrativas históricas dessa região. Cf: NETTO, Proença Otaviano. *Ivaiporã na gestão Akira Yamasita - 19/11/65 a 31/01/70*. Ivaiporã: Artes e Gráficas Moraes, 1970.

¹⁰¹ Atual prefeito da cidade de Ivaiporã, pertence à família de pioneiros do município. Sua família trabalhou em vários postos de serrarias instalados nas décadas de 1950 e 1960 em Ivaiporã. É proprietário do Jornal Paraná Centro (MR Gráfica & Editora). Organizou e publicou, em 2004, as memórias de Arapuã, com o título: “Arapuã conta sua história - da colonização (1940) até 2004”.

descendência europeia, primeiro “tentavam a vida” nas fazendas de São Paulo e em outras regiões do Paraná, para só então irem para a região do Ivaí. No caso dos imigrantes europeus, pela própria logística do processo e da chegada ao Brasil, inicialmente, trabalhavam nas grandes fazendas de café. Com o tempo, migravam para outras regiões, mantendo a condição de trabalhadores em fazendas, no sistema de colonato, ou adquiriam pequenas propriedades e iam “desbravá-las”. O território do médio curso do Ivaí recebeu esses dois tipos de agricultores: os trabalhadores no sistema de colonato, nas fazendas de café, e os pequenos proprietários rurais.

De acordo com as “memórias” escritas pelos autores supracitados, verifica-se que os donos das fazendas ou agricultores com maiores condições financeiras, possivelmente, eram da região do chamado “norte pioneiro” do Paraná. Aparecem nesses registros que muitos deles eram de Santa Mariana e de Cornélio Procópio. No caso dos fazendeiros, também com histórico de ocupações de vastas extensões de terras naquela região.

Seriam essas famílias o público-alvo das empresas colonizadoras? A Cia. Ubá, a saber, utilizou estratégias publicitárias para atrair pessoas para adquirir terras e ocupar a região. As imagens a seguir assim evidenciam. As propagandas eram publicadas em jornais de cidades do estado de Minas Gerais (Uberaba e Uberlândia)¹⁰², de forma periódica, em 1956. Talvez, a intensa publicidade, noticiando terras férteis e com condições facilitadas para pagamento, tenha sido um fator preponderante para a presença de tantos migrantes na região, oriundos de outros estados, a exemplo de mineiros e paulistas.

Entretanto, ao analisar as fontes impressas e orais, observa-se que as propagandas atraíram pessoas de todas as condições financeiras, ou seja, tanto aquelas que tinham recursos para adquirir terras como outras tantas que se aventuraram em busca de oportunidades nos chamados “sertões do Paraná”. José Antônio de Oliveira (2019)¹⁰³ narra que foi um dos tantos que vieram para se aventurar, trabalhou como peão, para, só depois, conseguir trazer a família. Já Antônio Augusto Maciel Filho (1999/2019), em seus relatos, informa que pertence a uma família que tem certa condição, seu pai conseguiu vender tudo em Minas Gerais e adquirir terras em Lidianópolis.

¹⁰² A partir de pesquisa feita no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), foi possível localizar e analisar publicações que trataram dessa publicidade para aquisição de terras da Cia. Ubá. No jornal “O Repórter”, de Uberlândia (MG), é possível encontrar publicações de 24/11/1956 e 08/12/1956. Já no “Lavoura e Comercio”, de Uberaba (MG), as publicações datam de 16/10, 29/10, 11/12 e 29/12/1956.

¹⁰³ José Antônio de Oliveira: agricultor aposentado, residente no Município de Lunardelli. Veio para a região sozinho, em 1955, para trabalhar como peão na abertura de matas. É mineiro, nascido no Vale do Jequitinhonha. Em 1960, voltou para Minas Gerais, casou-se e retornou com a família para a região em 1963. Inicialmente, trabalhou na formação de café como porcenteiro, no Município de São João do Ivaí, depois adquiriu sua própria terra no Município de Lunardelli.

Figura 15 – Publicidade da Cia. Ubá em Uberlândia (MG)

YACHTS PÁGINA Uberlândia, sábado, 5 de Dezembro de 1956. O REPORTER

30.000
alqueires de terra roxa

FAZENDA UBÁ IVAIPORÃ

Localização nas proximidades de Ivaiporã, onde se encontram boas casas comerciais, colônias estaduais, cartório de registro civil etc.
Linha de ônibus diariamente para Londrina e Apucarana, com escola em Faxinal.
Todos os lotes possuem estradas de acesso e boas águas.
Zona raramente atingida por geadas.

Na região
mais fértil
do Paraná

Grande oportunidade para o compra de terras de 1.ª qualidade, ideais para a formação de sítios e fazendas de café, cereais e outras culturas.

LOTES A PARTIR DE 5 ALQUEIRES
PAGAMENTOS A LONGO
PRAZO – SEM JUROS

As melhores terras do Paraná, pela melhor oferta do momento e em condições ao alcance de todos.

Informações e vendas:
SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA.
Escritórios em IVAIPORÃ - PARANÁ



Fonte: 30.000 ALQUEIRES... (1956, p. 3)

Figura 16 – Publicidade da Cia. Ubá em Uberaba (MG)

Uberaba — Segunda-feira, 29 de outubro de 1956. 5.ª PAGINA

A SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA.
loteou e lança
a melhor terra roxa do PARANÁ
para a formação de
sítios e fazendas

Localização:
FAZENDA
UBÁ,
IVAIPORÃ

Raramente surge oportunidade como esta para grandes e pequenos lavradores adquirirem, vantajosamente, terras de 1.ª qualidade. A Fazenda Ubá, com altitudes variáveis entre 550 e 800 metros, está situada numa das zonas mais férteis do Paraná. Os seus 30.000 alqueires de terras roxas agora loteadas, oferecem condições ideais para a formação de sítios e fazendas de café, cereais e outras rendosas culturas.

Ivaiporã possui boas casas comerciais e todos os recursos de uma cidade. Linha de ônibus diariamente para Londrina e Apucarana, com escola em Faxinal. Todos os lotes possuem estradas de acesso e boas águas. Zona raramente atingida por geadas.

LOTES A PARTIR DE CINCO ALQUEIRES
PAGAMENTOS A LONGO PRAZO
SEM JUROS

Informações e vendas: **SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA.**
Escritórios em IVAIPORÃ - PARANÁ



Fonte: A SOCIEDADE... (1956, p. 2)

Entretanto, é importante considerar que, na década de 1950, a presença de pessoas com mais condições financeiras e que adquiriram fazendas na região foi também expressiva. Valdomiro Santo (2019) lembra-se de algumas dessas fazendas, adquiridas nessa época, nominando-as de “Mamura, Fátima, Recanto, Jaborandi, Karintia, Luziana, Santa Ana, Colibri”. Fazendas que atraíram muitas famílias para trabalhar no sistema de colonato, no cultivo do café.

Também nessa mesma época, de acordo com os documentos contidos no processo administrativo e judicial entre Cia. Ubá e governo do Paraná, verificam-se vários posseiros que conseguiram, negociaram e compraram pequenos sítios da Cia. Ubá, principalmente no final da década. Maurício de Oliveira (2016; 2019) relata, também, a movimentação de pessoas pela balsa, oriundas de várias regiões, que adentravam o território, pois haviam adquirido um lote, estavam de mudança e iriam morar no local.

A Igreja Católica, já instalada na região, demonstra ter contribuído com o processo de divulgação e de atração de compradores de terras, pois registrava seu interesse de que esses compradores fossem “famílias boas e exemplares, de religião católica”¹⁰⁴.

Figura 17 – A Igreja Católica no processo de expansão dos fiéis no “sertão” (1958)

O Senhor está pensando em comprar Terras no Paraná

Senhor não deixe de procurar o Revmo. Pe. ARNO LUIZ ECKERT, Vigário de Manoel Ribas (Campina Alta). Uma Companhia de Terras está colocando à venda lotes situados naquela paróquia. O Pe. Vigário está interessado em que aquelas terras sejam ocupadas por famílias boas e exemplares, de religião católica. Os terrenos distam de 8 a 20 Kms. da Igreja Matriz, e serão servidos por escolas e capelas onde será feita ao menos uma visita por mês.

As terras são vermelhas e de ótima qualidade

Uma parte é quase plana, já desmatada. Outra parte é menos plana, ainda com matas virgens. Todos os lotes são bem servidos de água. As terras desmatadas são cobertas de capoeiras, podendo ser lavradas no primeiro ou no segundo ano. Mesmo aí se encontra bastante madeira de construção, pois os caboclos que aí moravam não costumavam derrubar as árvores maiores, para fazerem suas

plantações. A região será ligada por uma ótima rodovia, já em construção, com cidade próxima Ivaiporã, que está se tornando um importante centro comercial. Há muitos moradores catarinenses em zonas próximas.

Condições de compra

A Companhia está vendendo os lotes de 25 hectares (10 alqueires) ao preço de Cr\$ 100.000,00 (enquanto lotes de outra gleba vizinha estão sendo vendidos praticamente pelo dobro do preço). As condições de pagamento são bastante favoráveis: 30% de entrada e o restante em parcelas iguais nos três anos seguintes. A escritura é entregue ao ser feito o contrato.

Manoel Ribas fica no centro do PARANÁ e goza de um dos melhores climas do Estado.

Caminho a seguir para lá chegar: Curitiba-Ponta Grossa-Guarapuava-Pitanga.M. Ribas.

Endereço: Revmo. Pe. Arno Luiz Eckert, M. Ribas, Via Pitanga, Paraná.

Fonte: O SENHOR... (1958, p. 2)

¹⁰⁴ Periódico (1958) chamado “O Apóstolo: Órgão do Apostolado da Oração (SC)”.

José Antônio de Oliveira (2019) narra que, de posse da terra, as atividades percorriam o seguinte caminho: desmatar, vender as madeiras para as inúmeras serrarias já em funcionamento, construir os ranchos ou as casas com as madeiras da própria propriedade, preparar o solo e cultivá-lo com o café. De acordo com ele, era bastante comum famílias que não conseguiam adquirir diretamente suas terras, primeiramente, instalarem-se nas fazendas para formação dos cafezais, no regime de porcentagem.

José A. Oliveira (2019) compartilhou sua trajetória ao fugir da pobreza do norte de Minas, do Vale de Jequitinhonha, vindo primeiro sozinho, no final de 1955, depois com a família, em 1963. Na primeira vez, conta José que trabalhou de peão. Depois, na década de 1960, foi morar com a família em propriedade de outrem, para realizar a primeira forma de café das terras. Plantavam também feijão, que, segundo Antônio Augusto Maciel Filho (1999), produzia-se muito. Tanto José Antônio de Oliveira (2019) quanto Antônio Augusto Maciel Filho (1999) exaltam as terras férteis e produtivas de feijão, bem como o valor pago na hora da venda. Quanto ao café, José coloca:

***José Antônio de Oliveira:** [...] peguei a forma de café, por quatro ano. Daí a gente planta o café e ali no meio vai plantando feijão, arroz, milho, as outras lavouras. Dentro de quatro anos ele já dá uma carga, boa. Ali, aquela primeira carga era da gente, né? Era desse jeito. Aí se combiná com ele, daí em diante, o patrão então vai pagar, fica pagando porcentagem, né? E se não combino, tinha que mudar pra outro canto, né? [...] Derrubada! Derrubava, queimava, não podia deixar árvore assim, porque tinha que linhá. Linhá era jogar uma corda do lado para fazer o alinhamento para abrir as covas de café. E ali que plantava. Tinha que ser uma longe da outra, tudo no quadro certinho (2019, informação verbal).*

Segundo as narrativas de José A. de Oliveira, o contrato de uso da terra se dava da seguinte forma: na primeira colheita da lavoura do café, pagava-se renda do café e das demais culturas produzidas entre o cafezal, a exemplo do feijão. Segundo ele, era pago um valor de 30% sobre o que se produzia, caso o mato já estivesse derrubado no ato do acordo. Porém, se fosse para o agricultor fazer tudo, desde a derrubada do mato, não se pagava nada de renda referente à primeira colheita do café.

Martins (2017) contribuiu para compreender essa forma de manejo da terra com uma profunda pesquisa sobre o regime de colonato nas fazendas de café no Brasil. Segundo o pesquisador, o colonato é o resultado de uma variedade de esquemas de relacionamentos entre colonos e fazendeiros, que surgiu após o fim da escravidão negra. Uma fórmula que adquiriu notoriedade foi a das colônias particulares, com o regime de trabalho familiar (MARTINS, 2017, p. 56).

Antônio Augusto Maciel Filho (1999) narra que, em Lidianópolis, na década de 1960, a terra foi ocupada por muitos portugueses¹⁰⁵, mineiros, paulistas e paranaenses. Segundo ele, a maior parte adquiriu as terras e derrubou as matas para o plantio de café; outros instalaram-se no comércio; outros ainda foram trabalhar nas fazendas como colonos, a exemplo da Fazenda Mamura. Por seus relatos, essa fazenda foi uma grande referência de colonato. Muito provavelmente, nessa e em outras fazendas do território, à época, exercia-se o colonato nos moldes apresentados por Martins (2017, p. 66):

A propriedade capitalista da terra assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador. Com bases no monopólio sobre a terra, o fazendeiro de fato não empregava o formador do cafezal como seu trabalhador.

Dessa maneira, também não eram geradas relações trabalhistas, que, segundo o autor, eram escamoteadas, pois “[...] não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com o cafezal ao fazendeiro pelo direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase dessa formação” (MARTINS, 2017, p. 66). De acordo com esse autor, o regime de colonato se organizava da seguinte forma:

Cada família recebia um número determinado de pés de café para tratar, à base de 2 mil pés por trabalhador masculino adulto. Mulheres e menores acima de 12 anos podiam incumbir-se de mil pés de café. Já na colheita o pagamento era feito com base numa quantia determinada por alqueire de 50 litros de café colhido e entregue no carreador, onde era recolhido e levado para o terreiro para secagem. Quanto maior o número de trabalhadores, maior era a quantidade de café colhido pela família e maior o ganho familiar. Havia até uma divisão familiar do trabalho para realizar a colheita: o homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas médias e as crianças nas partes mais baixas, na saia da planta. Em ambos os casos, no trato e na colheita, o rendimento monetário anual do colono dependia do grau de

¹⁰⁵ No caso da presença dos europeus no território do médio curso do rio Ivaí, a maioria dos casos é de descendentes que chegaram ao Brasil no processo da imigração e foram se instalando em diversas regiões do país. Porém, quanto aos portugueses em Lidianópolis, a situação é diferente, vieram de Portugal diretamente para o território, instalaram comércios de “secos e molhados” na cidade, venda na comunidade rural Nossa Senhora de Fátima (constituição da comunidade e nome dado por conta da presença desses portugueses nessa localidade rural), adquiriram terras (fazendas) e atuaram na agricultura com a produção de café e com gado. Ainda hoje, vivem em Lidianópolis com seus filhos, netos e demais familiares. O comércio de “secos e molhados” da família Sobreira fechou recentemente em virtude da morte do português Ramiro Dias Sobreira. Eles chegaram a Lidianópolis na década de 1950. Eram duas famílias que enviaram, primeiramente, os filhos jovens. Após a instalação deles, as suas respectivas noivas vieram de Portugal. Com o passar do tempo, chegaram outros familiares, tais como pais, mães e tios. Na mesma década, outros portugueses também vieram e se instalaram nos Municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lunardelli e até hoje atuam, sobretudo no comércio, que, à época, iniciou com os chamados “secos e molhados”. Essas são informações da própria vivência da pesquisadora em Lidianópolis e adquiridas por meio de pesquisas a campo realizadas desde 1998 como professora da disciplina de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

intensificação do trabalho que podia impor à sua família (MARTINS, 2017, p. 72).

Fora das fazendas, narra Antônio Augusto Maciel, havia muitos agricultores donos de suas próprias terras, que cultivavam os cafezais e plantavam outras culturas (arroz, feijão e milho), atuando em regime de economia familiar. Segundo ele, era comum o sistema de arrendamento contratual e de porcentagem no plantio, na formação e na colheita do café quando o sítio era arrendado.

Desse modo, o território do médio curso do Ivaí, um bendengó já legitimado, entre as décadas de 1960 e 1970, foi amplamente ocupado na lógica rural, com suas terras divididas entre fazendas e sítios, que, ao se constituírem, configuraram-se em pequenos núcleos rurais, os quais foram chamados de “comunidades rurais” e/ou “comunidades das águas”. Esses pequenos núcleos centralizavam-se em um determinado local e se caracterizaram pela construção aglomerada de uma igreja, uma escola, uma venda, um campo de futebol e um barracão para reuniões e festas (geralmente em comemoração ao padroeiro ou à padroeira da comunidade).

2.4.4.1 As “comunidades das águas” e/ou comunidades rurais

As narrativas, as pesquisas a campo e a própria vivência da pesquisadora no território a partir da década de 1970 permitem afirmar serem essas comunidades majoritariamente católicas, com algumas exceções. Também possibilita a análise de que a expressão “comunidades das águas” encontra explicação na localização geográfica desses núcleos rurais, sempre definidos pela presença de um córrego; outras foram definidas pelo nome de um santo que, por alguma situação, passou a caracterizar a comunidade.

Essas comunidades rurais ou das águas ainda se mantêm como referências no território, mesmo que, na atualidade, já muito despovoadas. Para exemplificar, registram-se algumas que assim se constituíram no território: Água do Toicinho Assado; Água do Lampião; Água Verde; Água Boa; Santo Antônio; Santa Terezinha; Água Romana; Água do Leme; Água dos Patos; Água do Gavião; Água Feia; Água do Guaretá; Água do Guaiambê; Água do Mangueirão; Água do Sarandi, Água da Limeira; Barra Preta; Luiziana; Água da Laranjeira. Algumas receberam nomes por conta das fazendas e das colônias que se constituíram na localidade, ou em referência a famílias tradicionais que ocuparam e se tornaram pioneiras.

Na década de 1970, essas comunidades eram extremamente movimentadas, pois o

território do médio curso do Ivaí, de acordo com dados do IBGE (PARANÁ, 1970) (Tabela 3), contava com uma população superior a 150 mil habitantes. Durante a semana, o movimento se dava na lida diária no campo ou na roça (termo mais usado); à tardinha, a visita era às vendas; à noite, havia os terços, as novenas e as festividades, conforme o calendário cristão. Aos sábados, era dia de compra na cidade mais próxima (os chamados patrimônios) e de catequese, na igreja da comunidade. Aos domingos de manhã, a tradicional celebração; de tarde, encontros religiosos na igreja da comunidade e os jogos de futebol no campo. Esses jogos movimentavam os campeonatos entre as comunidades. Cada comunidade tinha um santo padroeiro e sempre, a cada ano, no dia desse santo, eram realizados os bailes no sábado e a grande festa no domingo. Mesmo com o declínio populacional a partir da década de 1980, essa rotina nas comunidades se manteve até a década de 1990. No século XXI, as comunidades estão praticamente despovoadas e as que ainda resistem mantêm apenas algumas atividades, dentre elas as religiosas, predominantes.

No formato de ocupação privada da terra, o período entre as décadas de 1960 e 1980 (Tabela 3) foi o de maior ocupação humana no território do médio curso do rio Ivaí. Do total de habitantes, 90% residia na zona rural. Foi o período clássico da agricultura pautada na cafeicultura, com o cultivo de outros produtos em meio aos cafezais, tais como o feijão, o milho e o arroz. Fora dos cafezais ou até mesmo neles, cultivavam-se alho, amendoim, mandioca, pimentas, verduras e legumes. Havia também os pomares de frutas, a criação de galinhas e de porcos. Os agricultores possuíam cavalos para ajudar na lida da roça. Era comum manter junto, no pasto, algumas vacas leiteiras. Um agricultor narrou que a única dificuldade era comprar o querosene, o sal e o açúcar.

Estudo sobre a constituição dos municípios e do movimento populacional no território do médio curso do rio Ivaí, a partir da década de 1960 (Tabelas 2 e 3), revelou que, da década de 1980 em diante, o movimento populacional no território entrou em declínio. A década de 1990 foi marcada pelo aceleração do êxodo rural e populacional na região, que se manteve nas primeiras décadas do século XXI. Em comparação à década de 1970, a perda populacional do território foi de 74%. As razões desse declínio provavelmente estão ligadas ao contexto internacional de 1929, que afetou a economia do café no formato de produção nas grandes fazendas. Conforme Martins (2017, p. 202), isso levou a “[...] extensa conversão de colonos em pequenos proprietários de terra dedicados à agricultura familiar”. Outros fatores também podem e devem ser considerados, tais como o processo de urbanização, de industrialização e de modernização, que, além de atrair muitas famílias para os grandes centros urbanos, possibilitou a mecanização do campo.

Com algumas exceções, o formato de loteamento do território do médio curso do rio Ivaí, promovido pela Cia. Ubá, caracterizou-se por pequenas propriedades rurais. Tomando como base as revistas e as cartilhas das memórias dos municípios deste estudo, essas terras foram adquiridas por imigrantes descendentes de europeus oriundos de diversas regiões do Brasil e do Paraná. O cultivo implementado seguiu a onda nacional da economia cafeeira. Esta, por sua vez, já em declínio no Brasil desde 1930, passou a agonizar a partir da conjuntura nacional da década de 1960, adicionando-se a urbanização, a industrialização e a modernização agrícola, as deixaram vulnerável a produção rural para os pequenos proprietários. Priori *et al.* (2012, p. 9) entendem que, a partir de 1929, a economia brasileira passou por uma transição de “[...] agro-exportadora para uma economia urbano-industrial”, que, no “anseio de aumentar a produção nacional”, resultou “no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960”.

Conforme narra Antônio Augusto Maciel (2019), a esse cenário nacional de declínio da produção do café somam-se as consequências da “grande geada de 1975 que matou todo o cafezal”. Segundo ele, na década de 1980 e início de 1990, ele e muitos outros produtores arriscaram-se no cultivo de algodão. Contudo, Antônio narra que inúmeros fatores desestimularam a continuidade do cultivo. Dentre os fatores, citou: a praga do Bicudo; o alto custo da produção; os perigos dos agrotóxicos necessários; a produção em pequena escala; e a utilização de mão de obra não mecanizada.

A Tabela 3 demonstra, claramente, o início do êxodo rural no território, já na década de 1980, muito acentuado a partir da década de 1990. Desde então, nota-se outra configuração do território. Muitas propriedades pequenas foram vendidas, houve um movimento populacional de saída do território e a agricultura voltou-se para a mecanização e para a concentração da terra em forma de latifúndios, passando a ser base para a produção de cana-de-açúcar, soja, milho e trigo.

Figura 18 – Contrastes com a paisagem atual no território do médio curso do rio Ivaí (2019)



Fonte: acervo da própria autora (2019)

Ao visitar o território do médio curso do rio Ivaí, é possível verificar os contrastes dessa reconfiguração da paisagem. A imagem (Figura 18) evidencia as antigas estruturas utilizadas para o beneficiamento do café sendo sobrepostas pela agricultura intensiva. Nessa fase de mecanização e de modernização, pouca mão de obra era utilizada, e as famílias que ainda permaneciam no território, em quantidade significativa, migraram ou estão migrando para os núcleos urbanos. Não há mais a necessidade de residir na zona rural.

Tabela 2 – Municípios do território: desmembramentos, população e área territorial

Município	Ano de criação	População inicial¹⁰⁶	Município de origem	Área territorial (2018)
Ivaiporã	25/07/1960	13.064	Manoel Ribas	434,662 km ²
Jardim Alegre	14/12/1964	14.620	Ivaiporã	410,480 km ²
São João do Ivaí	29/12/1964	15.759	Ivaiporã	353,331 km ²
Lunardelli	01/02/1983	9.869	São João do Ivaí	199,213 km ²
Godoy Moreira	01/01/1990	6.809	São João do Ivaí	131,012 km ²
Lidianópolis	01/01/1993	4.912	Jardim Alegre	154,361 km ²
Arapuã	01/01/1997	4.521	Ivaiporã	217,371 km ²
Ariranha do Ivaí	01/01/1997	3.005	Ivaiporã	239,562 km ²
Total de quilômetros quadrados (IBGE, 2018)				2.139,992 km²
Conversão para alqueires paulistas				88.429,42 (alq)

Fonte: elaborada pela autora (2020) a partir de: IBGE (2018a-g)

Tabela 3 – Movimento populacional nos municípios do médio rio Ivaí (1960 - 2019)

Município	1960	1970	1980	1991**	2000	2010	2019
Ivaiporã	13.064	39.463	47.992	45.564	32.245	31.816	31.984
Jardim Alegre	8.166	24.123	20.246	20.445	13.677	12.324	11.328
São João do Ivaí	10.055	27.920	24.687	16.662	13.194	11.525	10.219
Lunardelli	5.704	20.068	9.869	7.529	5.664	5.160	4.794
Godoy Moreira*	----	----	6.809	5.295	3.832	3.337	2.946
Lidianópolis	6.454	10.841	8.589	---	4.781	3.973	3.310
Arapuã	3.607	13.783	3.072	---	4.176	3.561	3.068
Ariranha do Ivaí	778	14.752	11.701	---	2.882	2.453	2.108
Total	47.828	150.950	132.965	95.495	80.451	74.149	69.757

* A população de Godoy Moreira, nos censos de 1960 e 1970, está inserida no cálculo de São João do Ivaí.
 ** Para conter despesas, em virtude da crise econômica no país, o censo não foi realizado em 1990. Feito em 1991, a coleta se deu por percentuais de amostragem. Dessa forma, para os municípios não emancipados, a população ficou inserida no município de seu pertencimento: população de Lidianópolis inserida em Jardim Alegre; Arapuã e Ariranha do Ivaí inserida em Ivaiporã.

Fonte: elaborada pela autora (2020) a partir de: Censos Demográficos do IBGE (1960 a 2019)

A leitura de Martins (2017), as narrativas colhidas e as visitas a campo pelo território despertaram interesse em compreender a trajetória de duas famílias de agricultores na região: a Quiezi e a Maestá¹⁰⁷. As duas famílias ainda possuem a documentação de origem europeia, que

¹⁰⁶ População inicial considerada a partir do Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano mais próximo, anterior ou posterior à criação de cada município. Foram analisados os censos demográficos de 1960 até a estimativa de 2019.

¹⁰⁷ A família Maestá é de origem italiana, de Aquila, região de Petrella Salto. De acordo com lista de passageiros do “vapor Espagne”, Beniamino Maestá, a esposa Michelina Floridi e sete filhos saíram de Genova (Itália) em 26/02/1901 (fruto do acordo de 1897 celebrado pelo governo do Brasil com a agência José Antunes dos Santos

são os passaportes da viagem para o Brasil, os quais podem comprovar o itinerário delas, os documentos de registros de nascimento e a constituição da família na Alemanha (Quiezi), além dos registros de hospedagem ao desembarcarem em São Paulo.

Após trabalharem em diversas fazendas de café em São Paulo e em outras regiões do Paraná, atraídos pela publicidade de terras férteis com facilidades de pagamento, dirigiram-se para o território do médio curso do Ivaí, adquiriram terras da Cia. Ubá, abriram matas e formaram café em Lidianópolis, onde vivem até hoje. Seus descendentes se profissionalizaram em outras áreas e quase todos deixaram a região, em roteiro inverso, inclusive rumo à Europa.

Essa análise fundamenta-se em Wolf (2005), para o qual não há nada desconexo. O autor aborda as conexões ecológicas, demográficas, econômicas e políticas estabelecidas por todo o planeta, em todos os lugares, tornando os fenômenos dinâmicos e interligados. Ou seja, o processo de ocupação do território do médio curso do Ivaí está imerso nessa mesma lógica das conexões, da dinamicidade e das inter-relações, que remetem a todo o processo e às dinâmicas de ocupação do Brasil e do Paraná, mesmo em um ponto longínquo em relação aos demais processos e dinâmicas.

Os interesses e os projetos que definiram as expedições exploratórias para o território em questão, o reconhecimento, a ocupação e a realização de levantamentos topográficos, hidrográficos e geográficos desde o século XVI até a primeira metade do século XX, distintamente analisados, problematizam e fundamentam essa hipótese das conexões, as quais, mesmo se dando em temporalidades diferentes da conjuntura nacional, por conta dos processos de deslocamentos, não estão desconexas.

Enquanto, externamente, a Cia. Ubá e o Estado disputavam a posse legal do território por meio litigioso, internamente, na base, por conta do litígio externo, instalava-se um conflito pela apropriação privada que envolveu diversos sujeitos já presentes e coabitando, os quais pautavam-se por concepções próprias de usos que, à exceção dos indígenas, eram também na lógica da apropriação privada. A Cia. Ubá e seus sócios ou adquirentes das chamadas glebas

& Cia., para introdução de 20.000 emigrantes italianos no Brasil) e, conforme certidão de desembarque nº 27201, chegaram ao porto de Santos em 22/03/1901. Viveram em diversas regiões de São Paulo, trabalhando nas fazendas de café. Depois, no Paraná, foram para Apucarana. Já a família Quiezi é de origem alemã, com trajetória de fuga da Primeira Guerra Mundial para a Itália e de lá para o Brasil. De acordo com certidão emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, o alemão Victório Chiezi, nascido em 08/07/1912 (Hachburgo), desembarcou do navio Garibaldi, com pai, mãe e irmãos, no porto de Santos, em 13/12/1921. Fizeram o mesmo percurso da família Maestá. As duas famílias sempre ficaram a serviço da formação de café para outrem, em regime de colonato. Em 1966, a família Quiezi adquiriu, da Sociedade Territorial Ubá Ltda., um sítio com mata fechada, com área de 13 alqueires, localizado pouco acima de Porto Ubá (atual Município de Lidianópolis), e foi para a região ocupá-lo. Da família Maestá veio somente uma das mulheres, a qual se casou com um membro da família Quiezi. Essas são as famílias desta pesquisadora: a Maestá (materna) e a Quiezi (paterna).

atuavam externa e internamente e, na década de 1950, por conta do acordo com o Estado, passaram a contar com as forças políticas e policiais do Estado para garantir, internamente, a efetiva apropriação privada das terras.

É nesse cenário da configuração privada do território do médio curso do Ivaí, o qual, perante o período de litígio, foi denominado nesta pesquisa de Bendengó do Ubá, que múltiplos sujeitos, ao chegarem de diversos lugares, intensificaram inúmeras atividades e usos do solo e da natureza. Nesse contexto, encontram-se a pesca e os pescadores, os quais serão analisados no próximo capítulo, como foco central.

3 DE POSSEIROS E BALSEIROS A PESCADORES

Para compreender o contexto histórico e o movimento dos pescadores de Porto Ubá desde a informalidade (1950 a 1970) até o reconhecimento profissional como pescadores artesanais (1980) e, então, os meios para se manterem no exercício legal da atividade, perante o movimento da “Era da Ecologia” e dos múltiplos usos e interesses pelo rio Ivaí, foi necessária uma ampla e detalhada pesquisa sobre regulamentação da pesca e da profissão de pescador no Brasil e no Paraná.

Assim, o tópico seguinte foi estruturado para situar e incluir a trajetória dos pescadores de Porto Ubá nos cenários nacional e estadual de criação de políticas regulatórias para o setor pesqueiro e sobre os recursos naturais e hídricos. A estratégia foi analisar as relações e as conexões com esse contexto macro, cujos impactos influenciaram significativamente o percurso da organização institucional dos pescadores da região mencionada.

3.1 A PESCA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Para sintetizar, sem desconsiderar a relevância do todo o processo histórico de construção, estruturou-se o Quadro 6, no qual priorizaram-se os principais marcos e atos regulatórios que emergiram no Brasil a partir da Lei nº 478, de 1897, a qual nacionalizou todas as atividades marítimas no Brasil. Anteriormente a essa lei, o setor pesqueiro estava vinculado às normatizações impostas pelo governo de Portugal. Registra-se que todo o processo de regulamentação do setor pesqueiro no Brasil e no Paraná está vinculado ao contexto da política e da economia a partir de seus múltiplos atores e interesses.

Quadro 6 – Trajetória da regulamentação da atividade pesqueira no Brasil

1ª FASE – ARTESANAL OU PRÉ-INDUSTRIAL (até 1961)		
ANO	LEGISLAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1912/1914	Decreto nº 9.672	Inspetoria da Pesca
1923	Decreto nº 16.184	Primeiro regulamento da Pesca
1930	-----	A política de industrialização do Governo Vargas prevê a ampliação da produção e a oferta do peixe na alimentação dos centros urbanos
1934	Decreto nº 23.672	Serviço de Caça e Pesca vinculado ao Departamento Nacional de Produção Animal, no Ministério da Agricultura
1938	Decreto-Lei nº 291 Decreto-Lei nº 794 Decreto-Lei nº 798	Isenções fiscais; Código da Pesca; criação da Caixa de Crédito (taxação sobre importados)
1940/1950	-----	No embalo do crescimento econômico do país, a atividade pesqueira desfruta de avanços institucionais e regulatórios que organizam o setor

1941	Decreto-Lei nº 3.118	Criada a Policlínica dos Pescadores
1942	Decreto-Lei nº 5.030	Criada a Comissão Executiva da Pesca, extinta em 1945 pelo Decreto-Lei nº 8.526.
1955	-----	Elaborado o Plano de Assistência e Amparo aos Pescadores do Nordeste, com avaliação negativa quanto aos resultados
1956/1960	Plano de Metas	Abre espaço para um novo marco institucional e regulatório da pesca nacional: os empresários ligados ao setor pesqueiro capitalizaram o momento para a industrialização da pesca. Nessa época, havia também inúmeros órgãos atuando na pesca e uma pulverização da legislação
1961	Decreto-Lei nº 50.872	Criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE)
2ª FASE – INSTITUCIONALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA PESCA (1962 - 2002)		
ANO	LEGISLAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1962	Lei Delegada nº 10	Criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). A SUDEPE incorporou o CODEPE, a Caixa Especial da Pesca e a Divisão de Caça e Pesca
1963	SUDEPE	Criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP)
1966	Decreto-Lei nº 58.696	A pesca passa a ser considerada indústria de base, podendo ser financiada pelo BNDE
1967	Lei nº 221	Novo Código da Pesca, incluindo-a entre as atividades de desenvolvimento do país, os chamados “incentivos fiscais da pesca”
1967	Decreto-Lei nº 60.401	Criado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil
1968	Decreto-Lei nº 51.868	Criado o Grupo de Trabalho da Pesca, vinculado à Presidência da República
1969	SUDEPE	Elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca; PNDP (I e II) não foram implementados
1970	Ato Institucional nº 5	SUDEPE opera nesse cenário econômico do Brasil que, por um lado, tinha o fortalecimento da indústria, que favorecia os empresários da pesca; por outro lado, o descaso com os pescadores artesanais
1973	Convênio Ministério da Agricultura/INCRA/ BNCC e SUDEPE	Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAART), para prestar assistência financeira e social aos pescadores artesanais e seus familiares
1974	Decreto-Lei nº 1.376	Cria e regulamenta diversos fundos de investimento. Dois deles: isenção de impostos e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), ancorados na renúncia fiscal, deram sustentação para a economia pesqueira no Brasil na década de 1970. A indústria foi beneficiada em detrimento da pesca artesanal
1975	SUDEPE	Elaborado III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, com objetivo de corrigir o descompasso na atividade pesqueira do Brasil: o fosso entre a indústria da pesca e os pescadores artesanais
1979	SUDEPE	Elaborado IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca: diagnóstico das fragilidades e instabilidades do setor; prognóstico de aumentar a oferta e o consumo interno do pescado no Brasil. Execução de 1980-1985
1986	SUDEPE	No contexto da redemocratização, a SUDEPE elabora o Plano Anual de Trabalho, priorizando a pesca artesanal. Para isso, cria o Programa de Abastecimento do Pescado (PROPEIXE). O PROPEIXE não foi executado, dada a crise econômica do país (Governo Sarney)

1988	SUDEPE	Sofre um corte orçamentário de 69,2%, que leva a autarquia para sérios problemas financeiros, administrativos e políticos
1988	Constituição Federal	Amparo ao pescador: Art. 8 e parágrafo único: reconhece a colônia de pescadores como livre organização e representação da categoria Art. 24, inciso VI: o Estado e suas jurisprudências passam a ter poder regulador sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” Art. 187, § primeiro: inclui a pesca na política agrícola Art. 195 e 201: em seus parágrafos e incisos garante a previdência social e a seguridade social ao pescador profissional artesanal
1989	Lei nº 7.735	Extinguiu a SUDEPE. Brasil vivia um cenário de extinção de órgãos públicos, privatizações e restrições orçamentárias. Ela foi incorporada ao IBAMA.
1991	Lei nº 8.287	Criação do Seguro-desemprego para os pescadores artesanais no período do defeso (Piracema)
1995	Decreto nº 1.697	Criado o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (GESPE), vinculado à Câmara de Política dos Recursos Naturais, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro nacional
1998	Lei nº 9.649	Criado, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), que, de 1990 a 1998, estava vinculado ao IBAMA. Objetivo era fomentar a pesca e manter o diálogo com os empresários do setor pesqueiro em conflito com o IBAMA
1998/2002	DPA (MAPA) x IBAMA (MMA)	“Cabo de guerra institucional”, tensão entre os órgãos. DPA legislando para o setor empresarial pesqueiro e IBAMA pela preservação e proteção dos recursos naturais. Instaura-se uma constante tensão entre ambientalistas, empresários e comunidades pesqueiras. O Pescado saltou de 606,5 mil toneladas (1998) para 755,6 mil toneladas (2002), resultado das mudanças institucionais que flexibilizaram as concessões, permissões e autorizações via DPA, que antes eram monitoradas pelo IBAMA

Fonte: elaborado pela autora a partir de: GOULARTI FILHO (2017); GIULIETTI e ASSUMPÇÃO (1995)

O Quadro 6 fornece um panorama geral quanto à participação do Estado na regulamentação do setor pesqueiro no Brasil. Ela está organizada em pelo menos duas fases distintas, cujos atos legais são basicamente expressão dos resultados da política econômica vigente no país a cada fase. Os autores consultados para fundamentar a tabela e, conseqüentemente, a leitura das legislações disponíveis em páginas do governo federal, demonstraram claramente que a primeira fase (até 1961) é caracterizada pela pesca artesanal ou pré-industrial, muito centrada, inicialmente, na caça de baleias e, depois, na ampliação das espécies de pescado no litoral brasileiro, ou seja, a pesca em água salgada.

Toda e qualquer legislação e ação do Estado estavam vinculadas à Marinha do Brasil e ao Ministério da Agricultura, por meio do Departamento de Caça e Pesca. Obviamente, essa periodicidade, se for estudada de forma detalhada, precisa ser subdividida.

Já na segunda fase tem-se o período de 1962 a 2002, caracterizado pela industrialização do setor pesqueiro, pelas regulamentações ao pescador profissional artesanal e pelo início da construção de políticas públicas ambientais provocadas, em grande parte, pelos movimentos organizados na sociedade civil. Para essa periodicidade, cabem algumas considerações de modo subdividido. Política e economicamente, foram consideradas três subdivisões:

a) A fase de criação e atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), de 1962 a 1989, fortemente ligada ao setor empresarial pesqueiro que, na “onda” da ditadura e da industrialização do Brasil, exigiu do governo ações, investimentos e incentivos fiscais para o setor. Nesse período, os pescadores e as comunidades de pescadores artesanais ficaram à mercê das políticas públicas para o setor. Somente no período da redemocratização é que se verificam algumas ações voltadas para o associativismo e para a assistência social aos pescadores artesanais.

b) A fase de vínculo das políticas e das legislações da pesca ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio do Departamento de Pesca e Aquicultura (Depaq) entre os anos de 1990 a 1998, com atuação voltada para a proteção e preservação dos recursos naturais, entre eles das espécies de peixes. A função do IBAMA não era fomentar, mas fiscalizar o setor. Esse período também sentiu os reflexos da crise econômica do país, cujas reformas atingiram diretamente o setor pesqueiro, por conta da ausência de planejamento e de crédito, o que provocou considerável queda na produção do pescado. Essa também foi a fase em que o Estado deixou de fomentar o setor pesqueiro e passou a legislar-lo por um órgão que considerava que recursos naturais e ambientais careciam de proteção e de fiscalização. Uma conquista para a sociedade civil e para os movimentos ambientais organizados no país nesse momento, já sob forte influência das demandas da “Era Ecológica”.

c) A fase de reação do setor pesqueiro empresarial, que exigiu do Estado postura contrária à atuação do IBAMA, entre 1998 e 2002. Nesse período, criou-se, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vinculado a ele, o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), objetivando fomentar a pesca e atender os empresários do setor. Na avaliação de Filho (2017, p. 405), o qual se fundamenta em Dias Neto (2003), “[...] não houve uma adequação das estruturas e das funções entre MAPA e Ibama, deixando o DPA ser gerenciado por grupos de interesses vinculados ao capital pesqueiro”.

As políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro no Brasil, no século XXI, depararam-se com sérios problemas institucionais, administrativos e jurisdicionais. Por um lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atuando no fomento da pesca industrial; do outro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis atuando na fiscalização, na preservação e na proteção dos recursos naturais. Somam-se a essa situação os movimentos ambientais e a sociedade civil organizados, na esfera da conscientização e da preservação do meio ambiente.

Observa-se também que, de 2003 a 2009, o Estado instituiu uma série de legislações em benefício dos dois setores: o empresarial e o artesanal. Contudo, são legislações vagas e flexíveis, associadas a uma estrutura física e de recursos humanos escassos e fragilizados para o cumprimento dos atos regulatórios.

Para o setor empresarial, verificam-se o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira - Lei nº 10.849/2004), o Registro Temporário Brasileiro para uso de embarcações de pesca estrangeiras (Lei nº 11.380/2006), entre outros decretos que ampliam as áreas de pesca no mar, concedem incentivos fiscais, criam programas de financiamentos para embarcações e equipamentos, dão subsídios para o preço do óleo diesel para as embarcações e fazem acordos internacionais para pesca em alto mar e para exportações do pescado.

Já o setor artesanal foi contemplado com alterações significativas na legislação. Os destaques foram para a concessão do Seguro-desemprego no período do defeso (Lei nº 10.779/2003, que revogou a Lei nº 8.287/1991), a política nacional e crédito rural para a agricultura e empreendimento familiares, incluindo o pescador profissional artesanal como pequeno produtor (Leis nº 10.849/2004 e 11.524/2007), a regulamentação do Artigo 8º da Constituição Federal de 1988, que havia reconhecido as Colônias, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca e com personalidade jurídica própria (Lei nº 11.699/2008).

Em 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei nº 11.958/2009), a política nacional de desenvolvimento da pesca foi regulamentada pela Lei nº 11.959/2009 e os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura passaram a atuar conjuntamente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Entretanto, o Ministério da Pesca e Aquicultura teve curta duração, foi extinto em 2015 por meio de Medida Provisória nº 696 e pela Lei nº 13.266/2016. A política nacional pesqueira volta ao comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mas antes, em 2017, pelo Decreto nº 9.004, chegou a ser transferida para o Ministério da Indústria, Comércio

Exterior e Serviços. Em 2019, tais competências foram reforçadas e regulamentadas pela Lei nº 13.844/2019 e pelo Decreto nº 9.667/2019, transferindo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento toda e qualquer gestão de política do setor pesqueiro, em âmbito industrial, empresarial, cooperativo, associativo, de pesquisas, licenciamentos, registros, gestão de recursos, negociações nacionais e internacionais. Para tanto, o referido Ministério passou a contar com uma Secretaria da Aquicultura e Pesca e com um Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca.

Conforme informações da página oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no tópico *Aquicultura e Pesca*, em 2020, a atividade pesqueira nacional é compreendida institucionalmente como comercial e não comercial, classificadas como: **artesanal**) pescador profissional individual ou em regime de economia familiar, que utiliza meios próprios de produção com embarcações de pequeno porte; **industrial**) realizada por pescadores profissionais física ou juridicamente, utilizando empregados, parceiros, cotas, embarcações diversas e finalidade comercial; **científica**) praticada tanto por pessoa física como por pessoa jurídica, com finalidade única de pesquisa científica; **amadora**) praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos permitidos e com finalidade de lazer ou desporto; e **subsistência**) finalidade de consumo doméstico e com instrumentos permitidos pela legislação.

No âmbito da fiscalização, da regulamentação e da preservação dos recursos naturais e ambientais, a responsabilidade ficou para o Ministério do Meio Ambiente, que atua por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Este, por sua vez, conta com a parceria de diversos segmentos públicos e de setores da sociedade civil organizada e representada por movimentos sociais, organizações e instituições de pesquisa e ensino e pelo Ministério Público.

Cada estado brasileiro possui seus órgãos e suas institucionalizações próprias, mas em sintonia com a legislação e com a estrutura institucional nacional. Por conta da própria geografia do Brasil, com uma imensa área litorânea e costeira, a política nacional pesqueira sempre foi centrada na pesca marítima, o que leva ao desafio seguinte: compreender a regulamentação dessa atividade pesqueira profissional nos rios de água doce do Paraná, especialmente no rio Ivaí, que é jurisdição da antiga Associação e atual Colônia de Pescadores Z-17 de Porto Ubá, com sede no Município de Lidianópolis.

Uma das hipóteses consideradas nesta pesquisa é que toda essa movimentação histórica que fragilizou o Estado como regulador dos usos dos recursos pesqueiros, com legislações até então voltadas para pescas litorânea e marítima, tenha se dado também para

regulamentar a pesca profissional artesanal e amadora nos rios do interior do Paraná e a criação de inúmeras associações e Colônias de Pescadores. Situação que, no fluxo da modernização e da estruturação institucional do Paraná, embalou a regulamentação atual da pesca nesse estado e os atuais movimentos que atuam na preservação ambiental, combatendo ações de degradação e devastadoras dos rios, das matas, da ictiofauna e da biodiversidade.

3.1.1 A regulamentação da atividade pesqueira no Paraná¹⁰⁸

A regulamentação da atividade pesqueira no Paraná segue a mesma sistemática da nacional, em sintonia com os projetos políticos e econômicos que se instauraram no Brasil ao longo do século XX, cujos desdobramentos definiram os caminhos da política pesqueira, que absorveu e ainda absorve múltiplos atores, os quais contracenam em pelo menos cinco frentes distintas: os empresários que advogam pela pesca industrial; os pescadores profissionais artesanais que mobilizam-se em associações, sindicatos e/ou Colônias de Pescadores; as instituições de pesquisa científica que analisam todos os aspectos econômicos e naturais de usos e de exploração da biodiversidade; os pescadores amadores desportivos que se organizam em clubes e associações de pesca; e a sociedade civil que se estrutura em movimentos e organizações em defesa da preservação ambiental.

Nesse sentido, o Estado tem a função de atuar como regulador de políticas públicas e dialogar com todas essas frentes, as quais congregam múltiplos interesses e se fazem representar ao ocupar os espaços públicos, administrativos e institucionais para fazer tramitar propostas e garantir que seus interesses sejam contemplados nos atos regulatórios. Ao Estado, por sua vez, cabe definir, aprovar, legislar, executar e fiscalizar a aplicação dessas políticas, que devem regulamentar os usos dos rios e das águas marinhas, bem como todos os recursos hídricos e naturais que envolvem as questões de sua jurisprudência¹⁰⁹.

Ao analisar as legislações que vigoraram, as que estão em vigor e o que está sendo discutido em busca de alterações e de aprovação no Paraná, identifica-se que um dos primeiros

¹⁰⁸ As informações deste tópico estão fundamentadas em consultas realizadas nos sites: www.legislacao.pr.gov.br, www.assembleia.pr.leg.br, www.iap.pr.gov.br, www.itcg.pr.gov.br, www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital, www.aguasparana.pr.gov.br e www.arquivopublico.pr.gov.br. Trata-se de extensa pesquisa aqui sintetizada.

¹⁰⁹ As águas possuem jurisprudência nacional, estadual e municipal. De acordo com o Código das Águas (Decreto nº 24.644/1934), são públicas todas as águas de usos comuns. São de jurisprudência da União as águas marítimas, as que se estendem ou fazem divisa de até 100 km a territórios estrangeiros, as que estejam situadas em território da União, as que servem de limites ou percorrem dois ou mais estados. São de jurisprudência do estado as que percorrem ou servem de limites entre dois ou mais municípios; são municipais aquelas que percorrem ou estejam situadas exclusivamente nos limites do município, salvo restrições de legislação impostas pelo estado.

atos regulatórios envolvendo a pesca nesse estado se deu com a regulamentação do Código de Caça e Pesca Nacional (Decreto-Lei nº 5.894/1943), por meio da criação do Serviço de Proteção à Caça e Pesca, em 1946, vinculado ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná.

Desde então, as legislações e os setores do estado responsáveis pela política pesqueira do Paraná perpassam por diversas mudanças e alterações, que obedecem ao fluxo das demandas colocadas em pauta pelos atores das frentes aqui identificadas, com um claro destaque às atividades pesqueiras litorâneas (até por conta da própria geografia do Paraná), à pesca como atividade da indústria (para os empresários do setor), à pesca amadora e desportiva (representada pela elite econômica e do agronegócio paranaense) e à pesca como atividade agrícola, reconhecendo o pescador artesanal como pequeno produtor (Lei nº 9917/1992).

Para os rios do Paraná, dentre eles o rio Ivaí, e para os pescadores profissionais artesanais, objetos de estudo desta pesquisa, entre as décadas de 1940 e 1970, não se identificaram atos regulatórios específicos para a atividade pesqueira. Ao contrário, a atuação do estado se deu em subsidiar financeiramente os inúmeros Clubes ou Associações de Caça e Pesca amadoras no Paraná¹¹⁰. Na década de 1960, atos regulatórios nacionais¹¹¹ impulsionaram timidamente algumas ações no Paraná, que tiveram repercussão para o setor, dentre elas a transferência do Serviço de Caça e Pesca para a Secretaria de Agricultura (Lei nº 4588/1962) e a possibilidade de financiamento das atividades profissionais pesqueiras pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR - Lei nº 5001/1965).

Na década de 1970, foi instituído o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), para, entre outros fins, a comercialização do peixe (Lei nº 6364/1972). Contudo, são medidas não aplicáveis ou quase sem efeito para a prática da pesca nos rios de águas continentais¹¹² do Paraná.

A década de 1980 foi marcada pela atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia federal que, no Paraná, a partir de junho de 1985, teve como coordenador José Domingos Scarpellini¹¹³. A fiscalização da pesca era feita pelo Instituto de

¹¹⁰ É possível encontrar no site www.legislacao.pr.gov.br diversas leis, sobretudo da década de 1950, que aprovam a destinação de recursos financeiros para as sociedades de caça e pesca existentes no Paraná, por exemplo as Leis nº 623/1951; nº 919/1952; nº 1488/1953.

¹¹¹ A criação da SUDEPE (Lei nº 10/1962); a aprovação do Código da Fauna (Lei nº 5197/1967), que proibia e regulamentava a caça no Brasil; a inclusão da pesca como indústria de base (Decreto-Lei nº 58.696/1966); e o Código da Pesca (Lei nº 221/1967).

¹¹² De acordo com Taciano Cezar Freire Maranhã (Engenheiro de Pesca/IAT/Toledo), os rios Ivaí e Piquiri são os mais importantes armazenadores de águas continentais fluviais no Paraná (informação verbal).

¹¹³ Político paranaense, natural de Apucarana, foi vereador e prefeito do Município de Apucarana, Deputado Estadual em 1974, sempre filiado ao PMDB. Informações disponíveis em:

Terras e Cartografia (ITC)¹¹⁴, em forma de convênio mantido com a SUDEPE. Nas páginas de alguns jornais dessa década, encontram-se várias publicações referindo-se aos profissionais e suas atuações nesses dois órgãos (SUDEPE e ITC). Uma delas chama a atenção pelo registro que se faz quanto à proibição da pesca no rio Ivaí, apesar de não se ter encontrado nenhuma regulamentação específica sobre essa proibição nos bancos de dados on-line de legislações consultados. A notícia veiculada apresenta que, no início de 1985, a pesca no rio Ivaí estava totalmente proibida e sem data prevista para liberação.

[...] quanto ao rio Ivaí, a proibição da pesca é geral, tanto para profissionais ou amadores, e não existem previsões de quando haverá a liberação. Isso quer dizer que os trabalhos de fiscalização no local serão permanentes através do ITC (ITC..., 1985, p. 12).

É importante lembrar que a SUDEPE, enquanto autarquia federal, tinha atuação limitada às águas de jurisdição do território nacional e/ou como fronteiras internacionais, como é o caso da Bacia do Rio Paraná. Porém, na década de 1980, tudo leva a crer que, por meio de convênios, as regulamentações e as atuações para o setor pesqueiro do Paraná tenham ficado, na prática, limitadas às da SUDEPE e do ITC, dois órgãos com dificuldades estruturais e de recursos para colocar em prática as políticas públicas do setor.

Também é possível encontrar nas publicações do jornal “Correios de Notícias”, do Paraná, nos meses de junho a setembro de 1985, uma polêmica em torno da ação do coordenador da SUDEPE, José Domingos Scarpellini, tentando proibir a realização da XV Prova Aberta Internacional da Pesca do Dourado¹¹⁵ no rio Paraná. Aliás, a década de 1980 foi caracterizada pela eclosão dos campeonatos¹¹⁶ de pesca amadora desportiva, promovidos pelos inúmeros clubes de pesca existentes.

<http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/jose-domingos-scarpellini>. Acesso em: 08 mar. 2020.

¹¹⁴ Primeiro nome do atual Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), que também já teve o nome de Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF).

¹¹⁵ Concurso de pesca ao dourado que acontece em Foz do Iguaçu desde 1971, sempre no mês de outubro de cada ano. É coordenado pelo setor empresarial e de turismo da cidade e atrai pescadores amadores de diversos lugares do Brasil e de países vizinhos. A partir de 1982, com o represamento do rio Paraná, por conta da hidrelétrica binacional de Itaipu, as fêmeas precisaram subir o rio Paraná em busca de tributários de águas correntes para a procriação. De acordo com diversas publicações no jornal “Correios de Notícias” (PR), em 1985, evidencia-se a polêmica em torno da captura do dourado em consequência dessa prova. A polêmica era que a prova capturava as fêmeas justamente quando estavam subindo o rio para a desova. Ela chegou a ser classificada como “massacre”, “crime ecológico”, “ictiocídio”, “Auschwitz do dourado” (Correios de Notícias, 1985, edições: 1249, de 29/06; 1256, de 28/08; 1259, de 31/08; 1264, de 06/09; e 1265, de 08/09).

¹¹⁶ Para citar alguns dos campeonatos na década de 1980: Torneio de Pesca da Traíra em Laranjeiras; Concurso de Pesca à Piapara em Porto Figueira (Umuarama); Concurso de Pesca ao Pacu em Icaraíma.

Já a década de 1990, no Paraná, destaca-se com diversas regulamentações para a organização do pescador profissional artesanal, por conta do cenário nacional em transformação devido ao processo de redemocratização. A Constituição Federal de 1988, além dos amparos aos pescadores, exige regulamentações do setor por parte dos estados. Os pescadores são identificados como pequenos produtores na Política Estadual de Agricultura (Lei nº 9917/1992), as Associações e as Colônias de Pescadores se organizaram como pessoa jurídica de direito, reconhecidas pelo Estado como de utilidade pública, garantindo representação de classe e para pleitear recursos junto a programas e projetos para o setor em níveis federal e estadual, inclusive com representação junto aos órgãos e aos conselhos no sentido de participar das discussões e das deliberações dos atos regulatórios para o setor. A saber, foi nessa década que a Associação de Pescadores de Porto Ubá (APPU) foi criada (1995) e declarada de utilidade pública (Lei nº 11670/1997).

É também nessa mesma década que o Paraná intensificou seus atos regulatórios e estruturou órgãos para atuar e aplicar a política de meio ambiente. São criados a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA¹¹⁷ - Decreto nº 6589/1990), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - Lei nº 10066/1992. Além disso, são criados diversos Parques Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e há a aprovação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 12726/1999).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, os debates se assentaram para a preservação dos recursos naturais e hídricos, e a ação do Estado passou a ter, ainda que fragilizada e sem romper com determinados setores da indústria e do capital, um caráter mais fiscalizador e de preservação, como resposta às demandas impostas pela sociedade civil organizada, aos estudos e pesquisas que apontavam para a necessidade de preservação das espécies da fauna e da flora ameaçados de extinção, bem como à atenção para a preservação dos recursos hídricos.

Essa ação fiscalizadora do Estado faz parte, também, das exigências da política nacional para o setor pesqueiro e recursos naturais e hídricos. São criados os Conselhos de Estado do Meio Ambiente e de Recurso Hídricos, e os Comitês de Bacia são instituídos. Em 2001, foi criada a Colônia de Pescadores Z-17 de Porto Ubá e, em 2012, a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, mantendo, assim, os pescadores profissionais artesanais como atores no cenário das discussões e das deliberações para o setor.

¹¹⁷ Transformada em Instituto das Águas do Paraná pela Lei nº 16.242/2009.

Ainda nessas décadas (2000-2010), o rio Ivaí passou a contar com algumas leis: 21 de abril, dia do Rio Ivaí (Lei nº 15.622/2007); Semana Estadual do Rio Ivaí, a semana de 21 de abril (Lei nº 17.794/2013); “Nossa Senhora das Águas” é instituída como padroeira do Rio Ivaí (Lei nº 17.613/2013); o Município de Cândido de Abreu passa a ser a “Capital do Rio Ivaí” (Lei nº 18.509/2015). Essas leis expressam o caráter histórico, cultural e ambiental do rio Ivaí e tendem a contribuir com a pauta que defende que o rio Ivaí e seus afluentes passem a ser declarados como áreas de preservação permanente e que, em seu curso, seja proibida a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a exemplo dos Projetos de Lei nº 328/2018, nº 01 e 556/2019, os quais tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná. Tais desdobramentos estão relacionados às diversas ações movidas pelos atores (pescadores, ambientalistas, pesquisadores, Ministério Público) junto aos deputados.

O momento atual caracteriza-se pelo debate entre esses múltiplos atores, diante dos usos e das atividades por eles desenvolvidas ou pretendidas e dos atos regulatórios necessários para a proteção e a preservação dos recursos naturais e hídricos do Paraná, levando em conta os desafios da atividade da pesca artesanal extrativista sustentável.

Por um lado, o estado centralizou toda a prestação de serviços públicos da área do meio ambiente para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Lei nº 19.848/2019) e para o recém-criado Instituto Água e Terra (IAT - Lei nº 20070/2019). O IAT é resultado da fusão e da incorporação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e do Instituto das Águas. Em 2020, essas mudanças na estrutura administrativa do estado estão, na prática, movimentando os agentes públicos para compreendê-las e reorganizá-las, pois, além das alterações, incorporações e fusões, o estado reduziu recursos financeiros e humanos para otimizar suas ações.

De outro lado, os demais atores (pescadores amadores e desportivos; pescadores profissionais artesanais; empresários do setor pesqueiro e aquicultores; membros da sociedade civil organizada; Ministério Público; pesquisadores etc.), representados por suas instituições nos atuais debates, tentam estabelecer parâmetros e reivindicam regulamentações para o setor, de acordo com os interesses de cada grupo.

3.1.2 As Colônias de Pescadores: breve histórico¹¹⁸

De acordo com material disponibilizado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (BRASIL, 2009) e com MORAIS (2009), de 1817 a 1938, as Colônias de Pescadores estavam sob a tutela da Marinha do Brasil¹¹⁹ e foram inicialmente organizadas na costa litorânea do Brasil pelo militar Frederico Villar, como Colônias de Pescas. Isso se deu em 1919, no contexto após a Primeira Guerra Mundial. Villar teria dividido o litoral e os rios do Brasil em “Zona de Pescas”, combinando a distância e o número de pescadores. A cada grupo de 200 pescadores, criava-se uma Colônia de Pesca, nomeando-as e enumerando-as: Colônia Z-1, Colônia Z-2, assim sucessivamente. Em cada estado, a numeração começava por Z-1. Apesar do conceito e dos objetivos dessa organização de colônias terem se alterado, a nomenclatura “Z” (de “zona”) ainda é utilizada para referenciar a jurisprudência das Colônias de Pescadores por todo o Brasil.

As colônias eram compostas por pescadores e tinham como objetivo mobilizá-los para defender o Brasil em caso de guerra. Para a Marinha, os pescadores eram exímios conhecedores dos territórios que ocupavam. Com o lema “Pátria e Dever”, entre 1919 e 1923, foram criadas 800 colônias. Em 1920, foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil e, em 1923, organizou-se o primeiro estatuto. Não era interesse da Marinha que as colônias defendessem a categoria dos pescadores quanto às questões econômicas e sociais. A intenção era organizar os pescadores para contribuírem com o sistema de defesa costeiro, tanto que a denominação era Colônias de Pesca, não Colônias de Pescadores.

Apesar de haver alguns avanços regulatórios em 1938, com o Decreto nº 794 – que instituiu o Código da Pesca e reconheceu as colônias, as federações e a confederação como organizações de classe dos pescadores – e o Decreto nº 530, de 1943 – que transformou as colônias em cooperativas –, na prática, muitos pescadores se encontravam em situação de penúria. As colônias estavam sob o controle político do governo federal, qualquer pessoa ligada

¹¹⁸ As informações deste tópico são análises de leituras de diversos textos publicados nas páginas da internet: de Colônias de Pescadores diversas, inclusive uma cartilha formativa (2004); de um material em *Power Point* organizado e publicado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (2009); de texto do sociólogo Sergio Cardoso de Moraes (UFRN, 2009); de informações repassadas por telefone à autora desta pesquisa pelo Presidente da Federação dos Pescadores do Paraná, Edmir Manoel Ferreira (10/03/2020); de leituras de fragmentos das pesquisas do jornalista Rogério Pinheiro (2019) e do geógrafo Eduardo Schiavone Cardoso (2005).

¹¹⁹ Para compreender melhor a história da Marinha como tutela sobre os pescadores da Enseada de Garoupas (Porto Belo - SC), sugere-se a leitura do livro “1818: a história da colônia criada por Dom João VI que foi alvo de disputa entre brasileiros e portugueses no século XIX”, do jornalista Rogério Pinheiro (2019). Com o objetivo de proteger e de defender a costa brasileira dos invasores, acredita-se que seja a primeira Colônia de Pescadores do Brasil.

à pesca, de alguma forma, podia associar-se à colônia¹²⁰, os presidentes eram indicados pela política municipal e local. Somente nas décadas de 1970 e 1980, movimentos de pescadores¹²¹ ganharam força, sobretudo na região do Nordeste brasileiro, então passaram a compor as lutas sociais contra a ditadura militar no Brasil e a se fazer representar na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 tornou-se o grande marco regulatório, o “divisor de águas” para a política da pesca e para os pescadores como profissionais artesanais. Ela garantiu que a categoria fosse reconhecida como profissionais da pesca, com seguridade e previdência social, sendo identificados como pequenos produtores, com benefícios da política agrícola. As colônias passaram a ser consideradas como sindicatos e órgãos representativos da classe.

Proliferou-se a criação de sindicatos, cooperativas, associações e Colônias de Pescadores por todo o Brasil. Em 2008, a Lei nº 11.699 regulamentou o Artigo 8º da Constituição Federal, reconhecendo as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias. Dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (BRASIL, 2009) estimam que, a partir da CF/1988, foram criadas no Brasil 759 associações de pescadores; 137 sindicatos de pescadores; 47 cooperativas de pescadores; 870 Colônias de Pescadores. Organizações que absorveram 730 mil pescadores país afora.

O Estado possui significativo papel de regulador da política pesqueira no Brasil, e os pescadores se tornaram atores nesse processo, que envolve múltiplos interesse e outros atores. Com os avanços a partir da Constituição de 1988, os órgãos do governo federal tiveram que se estruturar para comportar os direitos e as conquistas dos pescadores. À Marinha coube a emissão de autorizações para os registros de embarcações e para o cultivo aquático de peixes.

O Ministério da Previdência ficou responsável pela concessão do Seguro-desemprego no período de defeso (Piracema) e da aposentadoria como segurado especial aos pescadores. Ao Ministério do Trabalho coube a observância da política e das diretrizes para o trabalhador pescador e os recursos para o pagamento do Seguro-desemprego. Com a extinção da Secretaria

¹²⁰ Cartilha com material formativo para os pescadores da Colônia Z-20 de Santarém (PARÁ, 2004, p. 9), apresenta a informação de que “[...] podiam ser sócias quaisquer pessoas ligadas à pesca: patrões de pesca, donos de fábricas de gelo, donos de frigoríficos, armadores, comerciantes de petrechos de pesca, funcionários de órgãos públicos ligados à pesca, pescadores amadores e pescadores artesanais. Cada um desses grupos tem seus interesses e são interesses diferentes e, em alguns casos, totalmente opostos”.

¹²¹ Dentre os movimentos de pescadores, cita-se o Conselho Pastoral de Pescadores de Pernambuco, ligado à Igreja Católica de Base; os pescadores da Colônia Z-20 de Santarém (Pará); e o movimento chamado de “Movimento Constituinte da Pesca (1985)”, que congregava diversos outros movimentos e ONGs com o objetivo de “[...] articular os pescadores para garantir mudanças na legislação e a transformação das colônias de pescadores em sindicatos” (PARÁ, 2004, p. 10).

Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP-PR), o Ministério de Agricultura e Abastecimento tornou-se o órgão responsável pela política nacional para o setor pesqueiro enquanto atividade econômica do país.

No sentido de sistematizar o atendimento aos pescadores e tornar possível a aplicabilidade da legislação vigente, os pescadores precisam possuir o Registro Geral de Pesca, um cadastro de atividade pesqueira a ser feito no Ministério de Agricultura e Abastecimento, o qual incorpora sete categorias: pescador profissional; aprendiz de pesca; amador de pesca; indústria pesqueira; embarcação pesqueira; aquicultor; empresa que comercializa animais aquáticos vivos.

Aos pescadores não é obrigatória a vinculação a uma Colônia de Pescadores. Porém, as colônias, entidades representativas de classe, têm a função de contribuir para que os direitos dos pescadores profissionais sejam garantidos e para que os pescadores cumpram suas obrigações relacionadas à legislação ambiental, à segurança, à navegação e ao processo de aposentadoria.

Segundo o Engenheiro de Pesca do Instituto Água e Terra (PR), Taciano Cesar Freire Maranhão¹²², desde 2016 o Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAPA) vem publicando portarias¹²³ com inúmeros cancelamentos de registros de pescadores profissionais artesanais. No Paraná, segundo os últimos dados que o IAT possui, a partir de 2016, suspenderam-se os registros de 725 pescadores e mantiveram-se 7.930 pescadores ativos, aptos à pesca.

O Engenheiro do IAT afirma também que existem alguns casos em que os pescadores possuem o protocolo de registro e estão pescando, pois é um documento aceito e permite o exercício da pesca profissional. Ele também demonstrou preocupação com as dificuldades efetivas de fiscalização e de conscientização dos pescadores para a sustentabilidade da pesca e dos recursos naturais.

¹²² Informações obtidas pessoalmente quando da participação na Audiência Pública com o tema “Rios do Paraná: Peixes e Pesca”, promovida pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAEMA) - Regional de Campo Mourão, realizada no Auditório do Centro Universitário Integrado, na Av. Irmãos Pereira, 670, Centro, Campo Mourão (PR), em 05/03/2020, das 13h30 às 18h.

¹²³ Em consulta ao site do Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAPA), no SISLEGIS, é possível constatar várias Portarias com milhares desses cancelamentos: Portarias nº 06, 10, 11, 12, 13, 46 e 1566/2016; Portaria nº 962/2017; e Portarias nº 2522, 3175, 4084, 4924/2019. São ações que se somam às alterações no sistema de Registro Geral de Pesca, que está sendo preparado para integrar-se a outros sistemas de governo (INSS, Ministério do Trabalho, IBAMA), a fim de otimizar a fiscalização e tornar mais rígida a regulamentação dos pescadores profissionais. Entende-se que está em curso, também, uma política de integralização de dados, com intenção de reduzir ao máximo a concessão de benefícios (Seguro-desemprego e aposentadoria) aos pescadores profissionais.

Para o presidente da Federação dos Pescadores do Paraná, Edmir Manoel Ferreira¹²⁴ (2020, informação verbal), a constituição de uma nova Colônia de Pescadores só pode ser feita se a jurisprudência agregar, pelo menos, cem pescadores profissionais artesanais. Segundo ele, o momento é preocupante e requer do pescador consciência de classe e de organização associativa. Edmir afirma que os pescadores precisam compreender a importância das colônias, das federações e da confederação como instituições que os representam, mas, para isso, faz-se necessário que todo pescador esteja regular perante sua entidade, seus registros e suas atividades. Além disso, carece-se de que, realmente, sua única atividade seja a pesca, a fim de estar apto aos benefícios da profissão.

Ele defende ainda que todo pescador precisa atuar profissionalmente de forma sustentável na prática da pesca extrativista, pois depende da preservação desse recurso para sobreviver. Por fim, o presidente destacou que o atual cenário junto ao Estado regulador, tanto nacional como estadual, não é favorável às políticas públicas para o setor pesqueiro extrativista.

No Paraná, existem dezenove Colônias de Pescadores, também identificadas por “Zonas Pesqueiras”, da Z-1 a Z-19, distribuídas por todo seu território (Mapa 14). As primeiras colônias surgiram no litoral e em Foz do Iguaçu a partir do final da década de 1960. Observe no Quadro 7 que as colônias com jurisprudência em águas doces dos rios do interior do Paraná, inclusive a Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá, foram criadas na primeira década do século XXI, demonstrando como o acesso a essa regulamentação e a essa organização é recente para os pescadores profissionais artesanais de água doce. Outro dado interessante é que, no rio Ivaí, existe apenas a Colônia de Pescadores Z-17, com localização central, conforme Mapa 14.

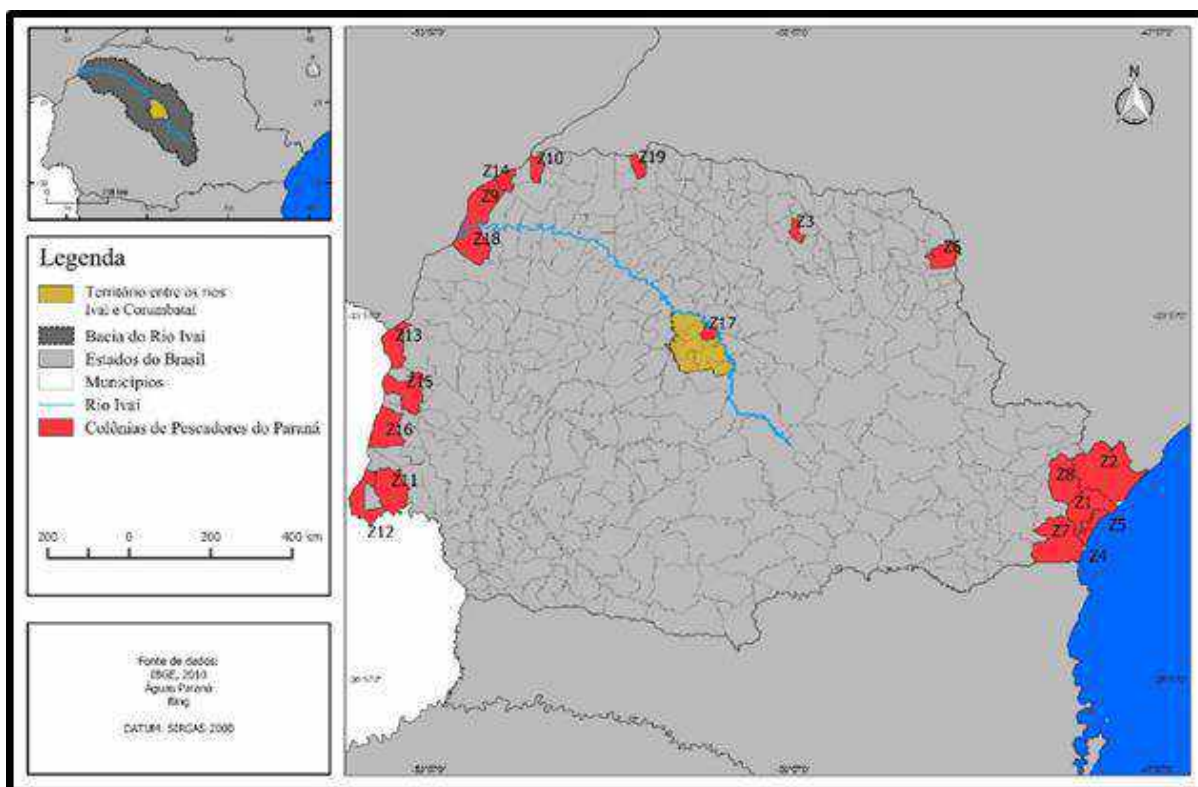
¹²⁴ A sede da Federação dos Pescadores do Paraná localiza-se em Paranaguá, funciona junto à Colônia de Pescadores Z-1. As informações foram prestadas pelo presidente em conversa via telefone. O objetivo da ligação foi contabilizar e conferir cada uma das Colônias de Pescadores existentes no Paraná, mas o diálogo se estendeu. O atual presidente da Federação, Edmir Manoel Ferreira, autorizou verbalmente o uso de suas análises nesta pesquisa (QUIEZI, S. A., 10/03/2020).

Quadro 7 – Relação das Colônias de Pescadores no Paraná

Colônia/Município	Criação*	Atividade
Colônia de Pescadores Z-1 de Paranaguá	05/04/1978	Associação de defesa de direitos sociais
Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba	20/06/1979	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-3 de Jataizinho	04/05/2005	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos	03/03/1975	Associação de defesa de direitos sociais
Colônia de Pescadores Z-5 de Pontal do Paraná	23/02/2005	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-6 de Carlópolis	01/02/2008	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba	12/03/1975	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-8 de Antonina	18/04/1985	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-9 de Querência do Norte	17/08/2007	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-10 de Marilene	03/06/2005	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-11 de São Miguel do Iguaçu	28/08/1997	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-12 de Foz do Iguaçu	16/10/1966	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-13 de Guaíra	08/01/1982	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-14 de Porto Rico	21/10/1985	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-15 de Marechal Cândido Rondon	23/04/1986	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-16 de Nossa Senhora dos Navegantes de Santa Helena	29/03/2005	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-17 de Porto Ubá (Lidianópolis)	09/03/2001	Pesca de peixes em águas salgada e doce
Colônia de Pescadores Z-18 de Porto Camargo (Icaraíma)	15/04/2003	Associação privada
Colônia de Pescadores Z-19 de Inajá	14/03/2008**	Associação privada
* As datas utilizadas constam na Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), disponível no site www.receita.fazenda.gov.br . Por isso, não há sequência cronológica entre a Zona Pesqueira (Z) e a data de criação.		
** A Colônia Z-19 de Inajá está com CNPJ inapto desde 20/11/2018.		

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Mapa 14 – Colônias de Pescadores no Paraná



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

3.2 MEMÓRIAS DE PESCADORES E SUAS HISTÓRIAS

A companhia que comercializou as terras ao lado esquerdo do médio Ivaí, na fase de apropriação privada, fomentou um processo de ocupação que devastou as florestas e a fauna, reconfigurando completamente a paisagem. Esse processo também provocou alterações na forma de ocupação praticada pelos posseiros e safristas com sua assimilação, seja pela mudança de condição para agricultores, que negociaram com a Cia. Ubá, ou pela saída deles do território.

Esse contexto também levou ao fim a atividade dos balseiros, com a construção da ponte, em 1967, o que, de certa forma, estagnou a economia de Porto Ubá. A situação econômica e social dos moradores alterou-se ainda mais quando Porto Ubá perdeu a condição distrital para Lidianópolis. Essa condição foi retomada anos depois, mas já como Distrito do então recém-criado Município de Lidianópolis, que tem um povoado organizado a partir do projeto de ocupação da Sociedade Territorial Ubá Ltda.

Mapa 15 – Organizações física e política de Lidianópolis (PR), em 2013



Fonte: DENEZ (2013, conforme consta no Mapa)¹²⁵

O rio Ivaí, apesar de todos os usos e as alterações de paisagem – os que foram feitos e os que ainda acontecem –, natural e geograficamente, não pode ser mudado de lugar. Isso permitiu que muitos moradores de Porto Ubá, antes envolvidos nos negócios e nas atividades econômicas gerados por conta das balsas, da extração de areia e da criação de porcos, encontrassem na pesca uma alternativa de subsistência.

A pesca já era uma atividade bastante praticada em meio às demais. Ela ocorria dentro da organização e da estruturação da vida na localidade e do processo de ocupação que efervescia e movimentava aquele lugar, tido como “portuário” em virtude das balsas. Inclusive, Maurício de Oliveira (2019) relata que, na balsa de seu avô Gregório, havia um comércio que servia peixe frito aos que estavam fazendo a travessia. Porém, com as mudanças provocadas pelo projeto de ocupação da companhia, a pesca se tornou uma alternativa, foi intensificada e absorvida como profissão. Iniciou-se, então, um processo de regulamentação e de reconhecimento dessa atividade profissional no rio Ivaí, bem como de regulamentação da atividade no próprio rio,

¹²⁵ Denez (2013) fez a base para impressão em tamanho grande para uso em sala de aula. Não há publicações. A saber, ele usou a base de dados do IBGE (2013). Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/estimativas_populacionais/2013/PR/lidianopolis_2013_v1.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

para o qual não havia nada específico em termos de legislação.

Contam os pescadores que, até a década de 1980, a venda do pescado era aleatória, de casa em casa. O pescador Maurício de Oliveira narra que, como a pesca não era regulamentada no rio Ivaí, a comercialização do pescado também era feita às margens da fiscalização.

Maurício de Oliveira: *Então eu trabaiaava com ele [Moisés], tirava areia e pescava. Quando entrei na barsa, aí eu trabaiei só na barsa. E foi, minha vida era essa. Aí quando cabou as barsas memo, aí eu virei na pesca. No dia de forga, era 24 horas, eu trabaiaava 24 horas e descansava 24. Então, naquela de descansá, eu ia pescar, tirar areia.*

Entrevistadora: *E nessa época já existiam os 13 pescadores ou não?*

Maurício de Oliveira: *Não! Viiixi. Não existia nem rede [...] Era uma redinha daqui no carro, não tinha esse negócio de rede grande. Boia? Boia era de pau, quando não era de pau, era sabugo. Pegava barro na lareda para fazê, queima para fazê chumbada. Os 13 aí só quase em 84 (2019, inf. verbal).*

Além de demonstrar essa prática constante da atividade pesqueira já no período de 1950, paralelamente ao funcionamento das balsas, a fala de Maurício de Oliveira, nas duas entrevistas (feitas com intervalo de três anos), demonstra um sentimento de arrependimento pelas ações do desmatamento e pela ausência da consciência de preservação. Ele evidencia, também, a ausência de equipamentos de pesca, ao afirmar que se utilizava sabugo de milho para fazer as boias e barro cozido para fazer as chumbadas. Segundo ele, as redes eram pequenas e feitas com linhas mais fracas. Ou seja, é possível considerar que a pesca, apesar de extrativista, era feita com tralhas simples.

Dessa forma, a pesca se tornou uma atividade de subsistência para muitos moradores de Porto Ubá após 1967, quando a ponte foi inaugurada e os comércios foram gradativamente transferidos para Lidianópolis. Uma atividade que não estava deslocada ou isolada do processo local e macro de ocupação e de uso da terra nem do processo em que se situava a pesca e os pescadores nos cenários estadual e nacional, como será analisado mais adiante.

Marildo Oliveira¹²⁶ (2019) afirma que essas mudanças na economia de Porto Ubá, após quase tudo se transferir para Lidianópolis, podem ter provocado a ausência de trabalho e de políticas públicas voltadas para os moradores da localidade. Segundo ele, foi a partir daí que se

¹²⁶ Nasceu na década de 1960, no Distrito de Porto Ubá. É o filho mais velho de Francisca Pereira de Oliveira e Maurício de Oliveira. Sua primeira atividade de trabalho foi a pesca, junto com o pai. Na década de 1990, com a emancipação política de Lidianópolis, assumiu cargo como servidor público e passou a atuar também no processo de institucionalização das organizações dos pescadores e no registro profissional deles. É membro da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí e responsável pela guarda, organização e elaboração dos documentos institucionais dos pescadores. É casado e sempre residiu em Porto Ubá.

estruturou um grupo de treze pescadores¹²⁷, que, em 1984, conseguiram fazer o Registro Geral da Pesca e se filiaram à Colônia de Pescadores Z-14 de Porto Rico. Ele relata que, de 1967 até a década de 1980, a pesca foi exercida sem organização institucional e os pescadores eram autônomos, exerciam a pesca de subsistência e vendiam o pescado na informalidade. De acordo com seu pai, Maurício de Oliveira (2019), estavam sempre fugindo da fiscalização do rio Ivaí, que, à época, era feita pelos funcionários do então Instituto de Terras e Cartografia (ITC)¹²⁸ – quanto à pesca – e por fiscais dos municípios – quanto à venda ambulante do pescado, que era muito praticada nos Municípios de Borrazópolis e de Ivaiporã.

Objetivando sair dessa informalidade, Maurício de Oliveira (2019) narra que, na década de 1980, acompanhado de outro pescador chamado Pedro Correa, deslocava-se toda semana até o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), em Ivaiporã, para requerer a regularização e poder exercer a atividade da pesca no rio Ivaí. Ademais, afirma, eles não eram muito bem recebidos no órgão:

Maurício de Oliveira: *Chegava lá, tuda segunda-feira nós tava lá, e eles brabo, sabe? Dr. Mário de barba vermelha. Lembro bem certinho que nós tava lá no escritório, segunda-feira cedinho nós chegava lá, e aí chego, tava o Ramiro¹²⁹, murtaram o Ramiro ali. Nós sentado no banquinho, no sofá, ele passou e falou assim: ô, ralhos entraram no fumo tamém? Porque tinham murtado ele, sabe? (risos) Murtado com 50 paus. Madeira que ele cortou. E o Dr. Mário tinha passado. Atendeu ele lá e mandou chamá nós. Falei: Pedro, fique certo que nós vai cabá indo preso aqui. Ele nem oiava, nem adeus dizia, tão brabo que tava [...], nem mandô nós sentá, ficô de pé assim: ô, hoje nós vai dá um jeito nisso aí. Ou nós ruma isso aí ou nós acaba com isso aqui. Nem sentá num mandô. Lembro que ele ligou para Paranavaí. Num deu certo. Ligou pra Cianorte. Aí lá em Cianorte, ele veio de lá, ligou, proseou, proseou e falou: ô, cêis pode ir embora. Pode ir embora que eu vô mandá um cara lá, que lá tá certo, ficou certo lá, cêis vão ser filiado na*

¹²⁷ De acordo com as narrativas de Maurício de Oliveira, esse grupo corresponde a treze pescadores que, na década 1980, organizaram-se para viabilizar junto ao Instituto de Terras e Cartografia (ITC) o registro de pescadores profissionais, para atuarem formalmente na atividade da pesca. Nasce desse grupo o processo que deu origem à Associação de Pescadores de Porto Ubá - APPU (1995), à Colônia de Pescadores Z-17 (2001) e à Patrulha Ambiental do Rio Ivaí - P-A-R-I (2012). Marildo Oliveira, junto com seu pai, Maurício de Oliveira, lembram os nomes desses treze pescadores: Maurício de Oliveira, Pedro Correa Neto, José Carlos Pereira, José Benedito Albino, Celso Albino, Vantuir Machado, Ailton Correia, Alício Correia (falecido), Israel Estevão (falecido), Francisco Rodrigues, Ciro Carneiro Teodoro, Sergio Mendes e Tito Carvalho (falecido).

¹²⁸ Conforme informações de apresentação no endereço www.itcg.pr.gov.br, essa nomenclatura seguiu até 1985, quando passou para Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF). Em 2005, o nome foi alterado para Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG); em 2016, para Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG); e, em 2019, junto ao IAP e ao Instituto das Águas, foi incorporado ao Instituto Água e Terra.

¹²⁹ Maurício de Oliveira refere-se ao comerciante e sitiante Ramiro Dias Sobreira, quem, na década de 1960, veio de Portugal para juntar-se a seus irmãos, os quais, já em 1957, estavam na região e em Lidianópolis. Apesar da morte de Ramiro Dias Sobreira e de alguns de seus irmãos, a família Sobreira é muito grande e ainda reside em Lidianópolis. É considerada pelas memórias locais uma das pioneiras e desbravadoras do Município de Lidianópolis.

Colônia Z-14, Porto Rico. Aí viemo embora, né? Só falou isso tamém, viemo embora (2019, informação verbal).

Segundo Maurício de Oliveira, isso foi em 1984, quando os treze pescadores conseguiram as primeiras filiações como pescadores profissionais. O pescador registra que, na ocasião, um funcionário do ITC deslocou-se até Porto Ubá e foi recebido por um dos pescadores. Lembra que todos estavam com medo do que poderia acontecer, mas conseguiram fazer o registro. Maurício de Oliveira (2019) falou e repetiu isto algumas vezes: para serem registrados como pescadores, precisou constar no documento que eram “favelados”. Ele conta que, desse dia em diante, ele e Pedro Correa passaram a representar os pescadores de Porto Ubá junto à Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico¹³⁰.

Deduz-se que o responsável regional pelo ITC nessa época, ao ser procurado pelos pescadores, encaminhou toda a documentação para o registro deles na Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico, por ser a mais próxima a comportá-los. Em paralelo, deu-se entrada no registro deles junto à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão responsável pela regulamentação da pesca naquele momento, conforme se verifica no registro de pescador profissional de Maurício de Oliveira (Figura 19).

Figura 19 – Carteiras de registro de pescador profissional (Maurício de Oliveira)



Fonte: a própria autora (2019)

¹³⁰ Tentou-se uma pesquisa na sede da Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico, mas a presidente Zilda, após uma busca nos arquivos, informou não ter encontrado nenhum registro desses pescadores e explicou que a sede da colônia passou por duas situações difíceis: um incêndio e uma enchente. Segundo ela, muitos documentos se perderam por conta desses dois acontecimentos.

Com a contribuição de Marildo Oliveira, que tem em seu poder toda a documentação que se refere às organizações jurídicas dos pescadores, foi possível verificar e analisar alguns dos arquivos (estatutos, atas e CNPJ) que demonstram o percurso da organização institucional deles em Associação, Colônia e Patrulha Ambiental. Verificou-se que, somente em 21/05/1995, eles conseguiram criar a Associação de Pescadores de Porto Ubá (APPU). Segundo Marildo Oliveira (2019), essa entidade sobreviveu até 2012, quando foi substituída pela Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I), criada em 15/12/2012. Já a Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá, foi criada em 09/03/2001.

Marildo Oliveira explica que, depois do registro e do vínculo com a Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico, a APPU foi a próxima fase de organização institucional, com objetivo de serem reconhecidos como pescadores profissionais e de ampliarem as conquistas para a categoria. Em água doce, segundo ele, foi a primeira associação do Paraná que, em 1996, conseguiu que seus filiados recebessem o Seguro-desemprego no período da Piracema¹³¹, conforme previa a Lei Federal nº 8.287/1991.

Na sequência dessa mobilização pela organização dos pescadores, o próximo passo, como narra Marildo Oliveira (2019), foi a criação da Colônia de Pescadores Z-17, com filiação na federação de Pescadores do Paraná e na confederação nacional. De acordo com Marildo, a nomenclatura “Z-17” significa que essa é a Colônia de número 17 no Paraná (Quadro 7 e Mapa 14).

Ainda de acordo com Marildo Oliveira (2019), cada colônia precisa ter uma jurisdição e, no mínimo, 100 pescadores filiados. Como Porto Ubá não contava com esse número de pescadores e a pesca no rio Ivaí não tinha uma regulamentação específica, a solução foi ampliar a jurisdição da colônia também para os rios Tibagi e Paranapanema.

Marildo Oliveira: *Cada colônia no Paraná tem uma jurisdição. A nossa colônia, eu fiz o quê? Pra podê criar a colônia, se eu fizesse só rio Ivaí, não dava 100 pescadô. Eu criei Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Eu criei nos três rios. [...] porque, se eu tivesse criado só Ivaí, Ivaí não tinha pesca, fechada,*

¹³¹ Esse benefício destina-se aos pescadores filiados e regularizados perante as normativas em vigor. Todo ano eles recebem um salário-mínimo por mês durante o período em que a pesca fica proibida para a reprodução dos peixes – a chamada Piracema ou defeso, que no rio Ivaí geralmente se dá entre os meses de novembro e fevereiro. A Portaria nº 262/2018, emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná, prevê, anualmente, o período de 01/11 a 28/02 como defeso, sendo a pesca proibida no que se refere aos peixes nativos. Cada região, a partir de estudos ambientais, determina as datas em que devem ser tomadas medidas de proteção a esse período, a fim de garantir a reprodução e o povoamento dos rios. Os recursos para pagamento desses benefícios são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e geridos pelo Ministério do Trabalho. Sobre a palavra “piracema”: do Tupi Guarani, pirá-acema = a saída do peixe. Trata-se do movimento migratório dos peixes, no sentido contrário à correnteza do rio, com fins de reprodução, que ocorre na época das chuvas. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/piracema/>. Acesso em: 19 mar. 2020; <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=368860>. Acesso em: 10 nov. 2019.

tava proibido a pesca. Como que eu ia criar uma colônia num rio proibido?
(2019, informação verbal).

Com essa jurisprudência tão ampla, todos os pescadores de água doce de outras regiões do Paraná acabaram por se filiar à Z-17, o que levou à filiação de 800 pescadores. Marildo alega que essa situação gerou problemas de gerenciamento para os dirigentes, que não conseguiam atender e/ou acompanhar todos os pescadores. Continua explicando que, depois, durante a década de 2000, auxiliou muitos pescadores a formarem outras colônias com suas próprias jurisprudências, o que reduziu significativamente o número de filiados da Z-17.

Marildo Oliveira contabiliza que, em 2019, a Colônia de Pescadores Z-17 estava com 280 filiados. Desse total, aproximadamente 70 dos municípios lindeiros à Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, no médio curso, situados no trecho de 110 quilômetros a montante, entre a ponte de São Pedro do Ivaí e o porto de areia em Ivaiporã. Nessa extensão, no rio Ivaí, a pesca profissional artesanal está permitida, de acordo com a Portaria do IAP nº 135/2018 (Mapa 16). Conforme o Estatuto da Colônia, cada pescador filiado precisa pagar uma anuidade, que, em 2020, tem o valor de 220 reais. Recursos para a manutenção administrativa e para as demais atuações da colônia, que também tem repasses a serem feitos à Federação de Pescadores do Paraná. Um processo legítimo de organização da categoria.

Entretanto, segundo Marildo Oliveira, mesmo com a saída desses pescadores para outras colônias, a jurisprudência da Colônia Z-17 não foi alterada, pois a pesca no rio Ivaí seguia uma trajetória de proibições. Era necessário, portanto, garantir a jurisprudência de Tibagi e de Paranapanema, para continuarem com a pesca de forma profissional e legal. Ele segue sua fala compartilhando que a situação ficou muito crítica em 2004, quando essa proibição se estendeu para o rio Tibagi, uma das áreas de jurisprudência da Colônia Z-17, conforme as Portarias do IAP nº 218 e 220, de 2004.

Essa trajetória de proibições a que se remete o entrevistado encontra amparo em duas questões sobre a legislação: a primeira, na ausência de atos regulatórios específicos para a pesca no rio Ivaí até o final da década de 1980; a segunda, na filiação, em 1984, dos treze pescadores à Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico, a qual não tinha o rio Ivaí como jurisprudência, ou seja, esses pescadores estavam condicionados à pesca somente na área de abrangência dessa colônia, no rio Paraná. Contudo, na prática, de acordo com Marildo, eles continuaram a pescar no rio Ivaí mesmo, pois o deslocamento até os locais de pesca da Colônia Z-14 (Porto Rico) seria completamente inviável. Tal situação colocava os pescadores de Porto Ubá na ilegalidade.

Na verdade, o quadro inicial era de desregulamentação e, em alguns períodos, de proibição. A legislação sobre a pesca no Paraná e a política de gestão dos recursos hídricos e

naturais são muito recentes e tardias, datam da última metade do século XX em diante. Para a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, faz-se possível afirmar que ainda estão sendo elaboradas.

Paralelamente, vem sendo construída a organização institucional dos pescadores, no compasso da legislação nacional. No mais, é preciso acrescentar o descompasso da aplicabilidade das legislações pela ausência de estrutura e de recursos humanos disponibilizados pelo Estado, pela deficiência ou até pelo desinteresse do próprio Estado como regulador. Talvez por isso se tenha a narrativa de Marildo Oliveira de que a pesca no rio Ivaí era proibida. A esse respeito, Marildo Oliveira (2019) afirma: “Sempre foi proibida a pesca. Nunca foi liberada a pesca. A pesca nunca foi liberada no rio Ivaí. Ela sempre foi proibida no Ivaí. Hoje é por causa dessa luta, do arrastão ecológico”. De fato, houve esses períodos, um deles durou dez anos, de 2004 a 2014¹³².

Para Marildo, a colônia beneficiou os pescadores, pois, além de solucionar a questão da jurisprudência, habilitou-os para serem incluídos em programas federais e estaduais, como o Paraná 12 Meses¹³³, o qual possibilitou às famílias a aquisição de freezers, barcos, motores e tralhas/petrechos de pescas.

Marildo Oliveira: Em 2001 tinha que fazer o Paraná 12 Meses para receber freezer, barco e tal. Não podia fazer, Paraná 12 Meses não liberava para associação, só liberava para colônia e nós não tinha colônia aqui. Vai de vorta para Paranaguá. Cheguei lá, falei com o Ademir: Ademir, o negócio é o seguinte, nós precisamos fazer a colônia lá. “Tem que tê 300 pescadô”. Onde achar 300, meu Deus do céu, se aqui só tinha 30 pescadô no pau véio, pra estourar 30. Ele falou assim pra mim: tem que ser 300 só pra fazer. Rapaz! Eu preciso, para liberar o Paraná 12 Meses, para eles lá e tal. “Não! Só 300 pescadô”. Aí eu falei assim: mas, rapaz, não tem como você fazer um jeito? Ó, Marildo, pra poder liberar pra você, 100 pescadô eu consigo liberar a colônia pro cê. Falei: então pode assiná que eu vô. A semana que vem tá certo. Aí cheguei aqui, cadastrei todo mundo [...], falei: pode vir pra inaugurar a colônia que já tem. Mas cê conseguiu? Tem, pode vir. Aí veio o filho dele, que estava no lugar dele lá no dia. Chegou aqui, fizemo a colônia em 2001, com 100 pescadô [...], aí quando foi em agosto de 2001, 107 mil reais receberam também. Receberam barco, receberam freezer, receberam rede, receberam motores. Pô cê vê como que é, tuda vida foi sofrido, sofrido, sofrido, parece um que quer ajudar e dez que quer atrapaiá (2019, informação verbal).

Ao verificar a legislação vigente à época, constatou-se que esse benefício teve amparo

¹³² Portarias do IAP nº 218 e 220/2004 e Portaria nº 212/2014.

¹³³ É um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, que foi desenvolvido em todo o território paranaense, de forma a reduzir a situação de pobreza no meio rural e fomentar o manejo e a conservação dos recursos naturais. Informação disponível em: <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em: 29 set. 2019.

na Lei Estadual nº 9917/1992, que reconheceu os pescadores como pequenos produtores na política estadual de agricultura, inclusive com a possibilidade de inclusão deles em programas de subsídios e de créditos rurais, a exemplo do citado Paraná 12 Meses. Reconhecimento que foi fortalecido a nível federal pela Lei nº 11.524/2007.

Diante desse contexto de construção de atos regulatórios e de períodos de proibição da pesca no rio Ivaí, dentro e fora da Piracema, nota-se que os pescadores buscaram outras articulações e foram se reinventando. Marildo Oliveira (2019) relata que, em 2006, como não podiam pescar, organizaram-se, em parceria com o Município de Lidianópolis e com o Governo do Estado do Paraná, a construção de tanques de peixes e uma sede equipada para a filetagem. Afirma ele que foi nesse período que conseguiram o terreno localizado em Porto Ubá, para construção da sede e dos tanques.

Marildo Oliveira: *Aí liberaram os tanques. Esses tanques aí. Em 2006, o Pessutti [Orlando Pessutti] tinha assumido o governo, fomo lá. Falou: vamo liberar alguma coisa pro cê. O governo dava a larva, comprava os peixes e soltava no rio. Foi aquele monte de repovoamento que teve aí naquele ano. De 2006 até 2008. E nós brigando para liberar a pesca. A briga foi indo, querendo que liberasse a pesca, e não liberô (2019, inf. verbal).*

Figura 20 – Área destinada aos pescadores de Porto Ubá para criação de peixes (2006)



Fonte: acervo da própria autora (2020)

Segundo Marildo Oliveira, de 2006 a 2008, os pescadores atuaram nesses tanques na produção de alevinos para repovoamento do rio Ivaí. Em paralelo, produziam peixes da espécie tilápia (*tilapia rendalli*) para filetagem e vendiam para o Programa Compra Direta do Governo Federal, para serem consumidos nas escolas da região. Contudo, por conta de mudança no cenário político estadual, o Programa Compra Direta Local deixou de existir no município e a produção de alevinos para soltura também cessou. Contudo, ainda quanto a essa questão, cabe a análise do pesquisador Ângelo Antônio Agostinho (2020, informação verbal)¹³⁴ sobre sistema de repovoamento e seus impactos, bem como sobre a experiência de transformar pescador extrativista em criador de peixes em tanques.

De acordo com Agostinho (2020, informação verbal), por questões de tradição e de cultura, não se transforma pescador extrativista em criador de peixes. Ele reforça essa tese acrescentando que são necessários muitos hectares de terra para as represas, a produção de peixes e a organização de um sistema sustentável economicamente. Essas condições, normalmente, os pescadores não reúnem. Quanto ao repovoamento do rio, para além dos reflexos na vida do pescador, o impacto se dá diretamente na manutenção da biodiversidade dos rios. O autor defende que o repovoamento artificial de um rio só deve ser feito após estudos específicos para definir o local, as espécies em sobrepesca que devem ser repovoadas e a capacidade de suporte para o local. Para ele, “[...] repovoamento de espécies pode causar impactos negativos, em especial, com a introdução da fauna acompanhante e a degradação genética das espécies”.

Na Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca” (Campo Mourão, 05/03/2020), estavam presentes representantes do setor da Aquicultura, atividade vista como uma das possibilidades nas políticas nacional e estadual para o setor pesqueiro, seus representantes propunham combater a pesca predatória e fomentar o setor. Tem-se a tentativa de transformar pescador extrativista em aquicultor.

Ao que tudo indica, os pescadores de Porto Ubá, movidos pela proibição da pesca no rio Ivaí, provocaram a política local e estadual para soluções desse gênero. São ações como as analisadas pelo pesquisador Ângelo Antônio Agostinho: o fomento de criação de peixes em tanques em uma pequena área (Figura 20), com poucos tanques e muitos pescadores para sobreviver desse sistema; e a soltura de milhares de peixes que, segundo Taciano Cesar Freire

¹³⁴ Palestra sobre as principais ameaças à ictiofauna neotropical. Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca”, Campo Mourão (PR), 05/03/2020. Ângelo Antônio Agostinho é Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos, Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Professor Sênior na Universidade Estadual de Maringá.

Maranhão, Engenheiro de Pesca do Instituto Água e Terra - IAT/PR (2020), foram das espécies de bagres e curimba (*Prochilodus lineatus*), em quantidades superiores às necessárias, sem de fato repovoar as espécies que estavam em extinção.

Não há notícias ou evidências de que tenha sido realizado algum tipo de estudo preliminar para a prática do repovoamento. Também não se encontraram no percurso deste estudo inventários completos das espécies de peixes, tampouco trabalhos de pesquisas que envolvam aspectos da história natural e do manejo da ictiofauna específica do rio Ivaí. O que se observaram foram algumas pesquisas isoladas e para ambientes bem delimitados, principalmente estudos de viabilidade e de impactos ambientais para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Sobre repovoamento de rios, Agostinho, Thomaz e Gomes (2005, p. 75) acrescentam:

Em geral, os esforços de estocagem são “decorativos”, visam ganho eleitoral – tiram proveito, por exemplo, das aspirações recreativas de comunidades locais ou seguem uma prescrição equivocada de reparação de danos ambientais (formação de reservatórios ou poluição ocasional). Não existem no Brasil estocagens sistemáticas, baseadas em informações científicas e procedimentos básicos, a avaliação dos riscos e estimativas da capacidade de suporte são ignorados. Na maioria das vezes em que as introduções ou transferências foram feitas, os peixes liberados jamais foram posteriormente recapturados (Agostinho *et al.*, 2004a). Frequentemente, espécies inadequadas são estocadas em número, idade e tamanho incorretos. Além disso, os locais e a estação do ano de liberação são também equivocados. Como resultado, a maioria das tentativas falham.

Como as medidas acima não tiveram sustentabilidade, Marildo Oliveira (2019) narra que a alternativa foi criar, em 2012, a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I), tendo como propósito atuar na fiscalização da pesca predatória praticada por outros pescadores e na preservação ambiental da região. A partir de 2012, os pescadores se fizeram representar por meio da Colônia de Pescadores Z-17 e da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí. Segundo ele, o cenário foi compor forças e debater a situação da pesca e do rio Ivaí com diversos outros segmentos e com sujeitos que fazem múltiplos usos do rio e das terras que o margeiam.

Para Marildo Oliveira (2019), as relações com esses segmentos seguem um percurso de parceria, mas, por vezes, de conflitos e contradições. Exemplifica sua afirmação dizendo que a relação com o IAP, agora IAT, nunca foi tranquila, nem mesmo diante da legalização da pesca pelas Portarias do IAP nº 212/2014, nº 092, 097/2016 e 135/2018 e da legalização da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (2012). Ele lembra que, desde 1984, quando Maurício de Oliveira e Pedro Correa iniciaram o processo de legalização da atividade da pesca, até as atuações da

Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, pescadores e IAP se confrontam quanto às interpretações, à formulação e à elaboração de legislações específicas para o rio Ivaí e sua aplicabilidade.

É possível aferir que o resultado da participação dos pescadores nesse cenário de deliberações regulatórias de políticas ambientais e usos dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí foi a liberação da pesca no rio Ivaí após dez anos de proibição, mas de forma bem restrita e com modificações que foram gradativamente sendo incorporadas, também fruto desse envolvimento dos pescadores no processo de deliberação¹³⁵. Marildo Oliveira lembra que, em um desses momentos de discussão, como argumentação, apropriou-se do trabalho ambiental que os pescadores fazem e explicou:

***Marildo Oliveira:** Aí eu usei o arrastão ecológico. Usei o trabaio que nós tava fazendo. Veja bem, pessoal, o negócio é o seguinte: vocês têm conhecimento do trabaio que o pessoal tá fazendo lá. Nós soltamo mais de oito milhões de alevino; nós fizemo quinze arrastão, é treze, doze arrastão ecológico até agora; nós limpamo o rio, tiramo tantos mil litro de veneno; tiramo isso, tiramo tudo; nós tamo zelando do Ivaí; memo proibido nós tamo fazendo nossa parte. Aí o promotor falou: e eu também tava junto. Eu vi o arrastão deles, que eu participei junto com ele [...] (2019, inf. verbal).*

Mesmo com as modificações que foram incorporadas, a partir de 2018, a pesca profissional artesanal e a amadora desportiva no rio Ivaí permaneceram proibidas totalmente em alguns trechos e com várias restrições nos locais permitidos. Dentre essas proibições e restrições, destacam-se: proibição total a 400 metros das montantes e jusantes de corredeiras e saltos; a 1.000 metros de montantes e jusantes de empreendimentos hidrelétricos e demais reservatórios; no raio de 200 metros das saídas de emissários de fluentes indústrias e esgotamentos sanitários; e a 1.000 metros dos entornos das unidades de conservação ambiental.

A saber, as tralhas/os petrechos de pesca ficaram limitados da seguinte forma: linha de mão, caniço simples (vara de bambu, telescópica ou similares), puçás ou passaguás para auxiliar a retirada do peixe com diâmetro máximo de 65 cm. Desses equipamentos, os pescadores amadores só podem fazer uso simultâneo de três. Ficaram proibidos os cevadores estacionários e o uso de isca de peixes com tamanho inferior ao permitido. A captura dos peixes *Zangaro zangaro* (jáú), *Pseudoplatystoma corruscans* (pintado e surubim) e *Pseudoplatystoma reticulatum* (cacharas) limitou-se a um por pesca, com tamanho mínimo estabelecido. Aos pescadores amadores estabeleceu-se o limite máximo de cinco quilos de pescado. Para o *Salminus brasiliensis* e o *Salminus maxillosus* (dourado), em dezembro de 2018, entrou em

¹³⁵ Cf. Portarias do IAP nº 212/2014, nº 092 e 097/2016 e nº 135/2018.

vigor a Lei Estadual nº 19.789¹³⁶, que proíbe por oito anos sua captura, seu embarque, seu transporte, sua comercialização, seu processamento e sua industrialização. Porém, a mesma lei abre brechas ao permitir o “pesque e solte”.

Especificamente para os pescadores profissionais artesanais da Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá, ou oriundos de outras Colônias de Pesca, devidamente cadastrados e registrados, estabeleceu-se um trecho de 110 quilômetros a montante, entre a ponte de São Pedro do Ivaí e o Porto de Areia em Ivaiporã (Mapa 16), em que a pesca passou a ser permitida, bem como a utilização de petrechos de pesca diferenciados (redes, tarrafas e espinhel). Porém, esses petrechos têm limitações de quantidade e tamanhos, bem como devem estar etiquetados com os dados de registro do pescador no órgão correspondente.

Ressalta-se, ainda, que, nesse trecho, de acordo com a Portaria do Instituto Ambiental do Paraná nº 135, de junho de 2018, existem seis locais de corredeiras e saltos identificados, nos quais qualquer tipo de pesca, para qualquer tipo de pescador, fica terminantemente proibida a 400 metros a jusante e a montante. Marildo Oliveira os interpreta da seguinte forma:

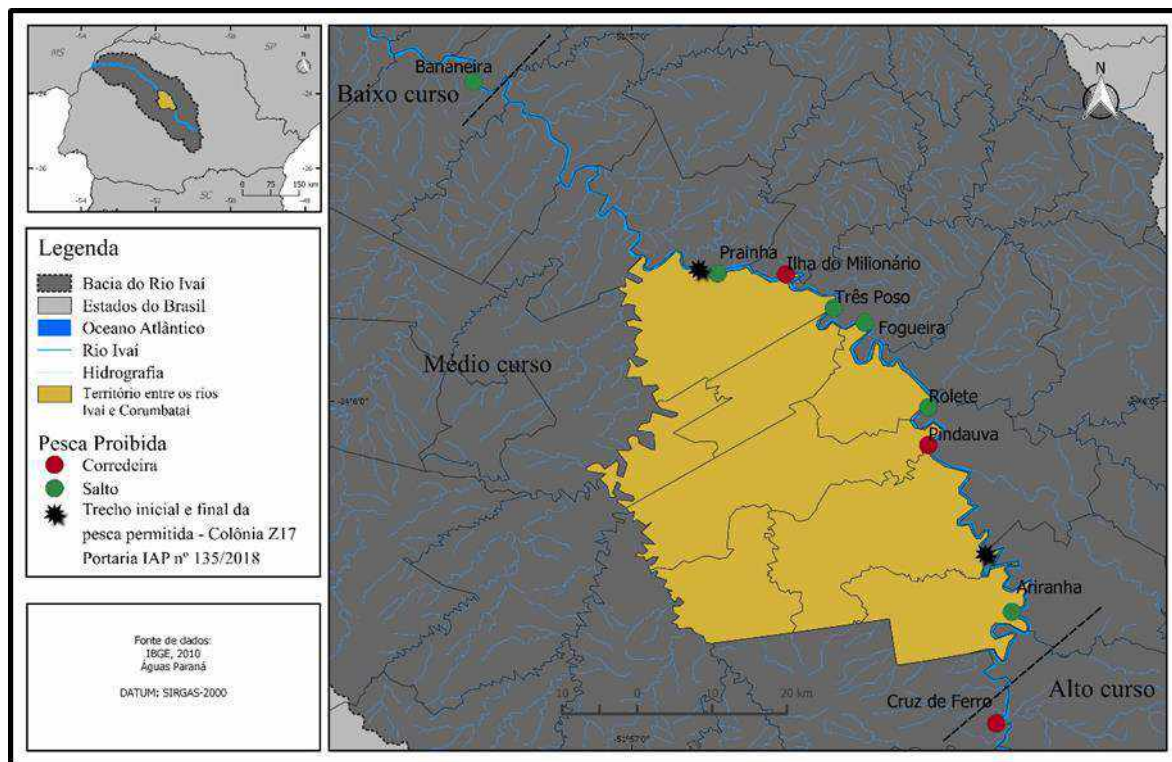
Marildo Oliveira: *Pega lá em São Pedro do Ivaí na ponte e vai até lá no Porto de Areia. Porto de Areia lá em Ivaiporã. Pro pescador de Porto Ubá, Colônia Z-17. E com sete trecho proibido totalmente, dentro desses 110. Sete trecho que não pode ninguém pesca. Salto da Prainha (São João), Ilha do Milionário (São João), Três pouso (divisa com Lunardelli e São João), Fogueira, o Pindauva (lá perto da balsa, lá em cima), lá no Salto do Ariranha, e lá em baixo tem outro que nós aproveitamos e já fizemos, nós conseguimos fazer. O Porto Ubá hoje, ele conseguiu fazer uma definição do rio inteiro. Nós aqui conseguimos proibir o rio inteiro. Lá no Bananeira também tá proibido. Nós aqui conseguimos fazer todo esse trajeto (2019, informação verbal).*

A referida Portaria não estabelece especificamente esse trecho limite de 110 quilômetros, mas confere, como narrado por Marildo Oliveira (2019), a proibição da pesca em saltos e corredeiras, especificando-os da seguinte forma em seu Artigo 2º e incisos:

Corredeira Cruz de Ferro (municípios de Manoel Ribas e Cândido de Abreu); Salto Ariranha (municípios de Ariranha do Ivaí e Rio Branco do Ivaí); Corredeira Pindauva (municípios de Jardim Alegre e Grandes Rios); Salto Roleta (municípios de Lidianópolis e Grandes Rios); Salto Três Pouso (municípios de São João do Ivaí e Borrazópolis); Corredeira Ilha do Milionário (municípios de São João do Ivaí e Kaloré); Salto Prainha (municípios de São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí); Salto Bananeira (municípios de Engenheiro Beltrão e Floresta) (PARANÁ/IAP, 2018).

¹³⁶ Registra-se que uma das deliberações da Audiência Pública "Rios do Paraná: Peixes e Pesca" (2020) foi, a pedido da representação dos pescadores amadores e desportivos, “[...] realização de estudos sobre a revisão da Lei 19.789/2018 que dispõe sobre a proibição da captura do Peixe Dourado”. Os pescadores amadores querem a revogação da referida Lei.

Mapa 16 – Locais de pesca proibida no rio Ivaí (2018)



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Para respaldar essa liberação, segundo Marildo Oliveira (2019), foi necessário acordar a realização, por parte dos pescadores, de várias ações em caráter permanente, especialmente no trecho entre a ponte de São Pedro do Ivaí a montante e o Porto de Areia em Ivaiporã (Mapa 16), com destaque para: o arrastão anual de limpeza do rio Ivaí e suas margens (recolhimento de lixo), que acontece desde 2006; a participação no movimento de resistência à instalação de hidrelétricas no rio Ivaí; a recuperação de minas d'água na região; o plantio de árvores (reflorestamento); ministrar palestras de conscientização ambiental; a fiscalização, a conscientização e o combate ao uso abusivo de agrotóxico e o descarte incorreto das embalagens; e o combate ao desmatamento ilegal. O entrevistado registra, ainda, que todo o trabalho da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí – as notificações, os recolhimentos de tralhas e de equipamentos de pesca ilegal e demais atuações – é respaldado pelo Ministério Público e entregues ao Instituto Água e Terra (IAT).

3.2.1 As memórias presentes no rio Ivaí

Toda pescaria, para quem gosta, além dos prazeres da atividade em meio à natureza, oportuniza uma boa prosa, mas também muitas “histórias de pescadores”. Imagine quantas

dessas histórias são capazes de serem contadas por quem viveu uma vida toda no rio, como é o caso de muitos dos pescadores de Porto Ubá. Durante esse período de convivência e de proximidade, por conta do processo de pesquisa a campo e de realização das entrevistas, muitas memórias foram narradas, possibilitando registrar acontecimentos e episódios que marcaram e referenciam o rio Ivaí. Algumas foram selecionadas para compor o texto e a análise a seguir, com o intuito de demonstrar essa relação de transição e/ou de ressignificação entre os diversos sujeitos que ocuparam e ocupam o território, e entre estes e o rio Ivaí.

Do Distrito de Porto Ubá, a montante do rio, na conhecida “Corredeira dos Índios” (Quadro 8 e Figura 21), no Município de Lidianópolis, ainda é possível verificar os vestígios de um antigo sistema de pesca indígena, o Pãri.

Figura 21 – “Corredeira dos Índios” no rio Ivaí – Lidianópolis (PR)



Fonte: Google Earth (16/11/2018) e acervo pessoal da autora (02/04/2020)

Tem-se uma constatação de que houve a presença indígena na região e a atividade da pesca como meio de subsistência do grupo que ali vivia, à margem esquerda do rio Ivaí. Os vestígios desse possível Pãri (Figura 21) são vistos somente quando o rio está com o nível de água bem baixo¹³⁷. Maurício de Oliveira (2016) revela, em suas narrativas, alguns encontros que teve com esses indígenas em suas andanças pelo rio, sobretudo nesse referido local, e uma delas parece evidenciar o deslocamento dessa população, que vai dar lugar aos pescadores e aos agricultores:

Maurício de Oliveira: *Aí o Oristide, um dia nós tava subindo pra lá pra pescar, ele foi tirá peixe lá do Pãri, bêbado, e caiu. Chegamo lá, já tinha morrido no canal lá, que é muito forte, sabe? Quando passemos por lá, as muié tava tudo desesperada, gritando. Depois acharam ele pra baixo lá, enroscado, noutro dia. Depois não sei como foi, foi cabando aquilo lá. Aquele Guarapuava que era dono lá, esqueço o nome dele, era um devogado. Era dono daquela fazenda, que hoje é do seu Dair Judaia. Era o Dr. Arruda. Ficou só o Adriano, outro índio, que ficava aqui no patrimônio, andando bêbado por aí, era daquela quadrilha o Adriano. Aí ficou outro muleque novo, que ficou junto com um senhor que tinha aí, um pescador chamado João Miséria. Eles ficavam junto. Isso era antigamente. Isso é antigo. Ele pegava peixe e o indinho saía vender nas casas aí. Cê chegava lá proseá com o véio lá, ele (o indinho) tava sentado lá, mas não oiava no cê não. Oiava por baixo assim. Dizem, eu não sei, que esse próprio índio matou o João Miséria. Aí foi se acabando, acabando. Hoje existe só umas bananeirinhas lá, no lugar, no baixadão que eles tinha a ardeia (2016, informação verbal).*

Muito antes da institucionalização e da organização dos pescadores em Associação, Colônia ou Patrulha Ambiental, a pesca já era uma atividade inicialmente praticada pelas populações indígenas, unicamente para alimentar-se e, posteriormente, pelos primeiros moradores não indígenas que se estabeleceram na região, a exemplo das narrativas de Francisco Rodrigues (2019) e Maurício de Oliveira (2016; 2019), que a desenvolveu na década de 1950 como uma fonte de subsistência e renda, com venda de pescado de forma ambulante e sem nenhuma regulamentação. Além disso, citam nomes de outras pessoas que também viviam da

¹³⁷ No dia 02/04/2020, a autora desta pesquisa aproveitou que o rio Ivaí estava com o nível baixo de água (aliás, uma seca semelhante à ocorrida em 1978) e realizou pesquisa a campo. Por terra, é preciso ir até uma das propriedades de Odair Judaia, na comunidade rural chamada Santa Terezinha, e solicitar antecipadamente autorização para entrar, pois o acesso é limitado pelas porteiras na pastagem para o gado. De Lidianópolis até residência do funcionário do proprietário das terras, tem-se aproximadamente 15 km de estrada cascalhada em razoáveis condições de tráfego. Da casa do funcionário, o percurso é feito a pé pelo pasto e pelas matas à margem esquerda a jusante do rio Ivaí. Um percurso de 2 km até se conseguir acessar o rio Ivaí, no local conhecido como “Corredeira dos Índios”, e verificar os vestígios desse possível sistema de pesca Pãri. É uma saga até chegar ao local, porém o espetáculo é compensador, mesmo diante de todas as alterações da paisagem provocadas pela ocupação e pela apropriação privada da terra e do rio. O local também é muito procurado por pescadores profissionais e amadores. Nesse dia, meu aluno Juarez Machado da Silva Junior, filho do funcionário da fazenda, foi nosso guia até a corredeira.

pesca à época, como o “João Miséria”, o “indinho” e o “Moisés”.

Maurício de Oliveira: O véio vendia. Na época ele pegava esses peixes e trazia. Aí ele dava prô juiz, ele dava prô promotor, esses peixes. Dava não sei pra quem, não sei pra quem, no fim cabava, que era muito peixe demais. Era tudo tipo de peixe. Sargava muito peixe. Num tinha viveiro aquele tempo. Então nós marrava uma corda no rio, sabe? Varado dum lado do outro e ia amarrando tudo os peixe. Era dourado, era curimba. Amarrava e ia ponhando naquela corda,

Entrevistadora: Mas eles já estavam mortos?

Maurício de Oliveira: Não, vivo. Os que iam morrendo, levava dois saco daqueles de 30 quilos de sar grosso. E o véio Moisés mandou fazê uma prensa, bem feita, furada assim. Então ia morrendo, cê ia coisando eles, ponhuava tudo ali dentro, metia sal assim, pegava uma pedra que três pessoas podia pegá, ponhava em cima daquela tampa. Aquilo descia pra baixo assim, que cê só via sarmora voando pra aqueles buraco, assim. No outro dia tava sequinho igual bacanhau. Então trazia pra cá pra come. Mas ele trazia pouco. Daí comecemos pescá memo a valê. Daí sim. Aí nós, pro véio vende, sabe? (2019, informação verbal).

Esse trecho da narrativa de Maurício de Oliveira evidencia a ocupação privada do rio Ivaí, com a pesca para fins comerciais e como forma de manter as relações e os caminhos abertos, não só para a pesca, mas também para a extração de areia perante as autoridades da região. A doação de peixes “prô juiz” e “prô promotor” demonstra relação de “pagamento” para obtenção de “vistas grossas” quanto à exploração irregular dos recursos do rio. Ele revela, também, a abundância de peixes e de técnicas de conservação do pescado antes da venda.

Maurício de Oliveira: Eu, naquela época, ganhava mil, nem sei, falei o que era, sei que era um dinheiro pra caramba. Era dinheiro pra caramba aquilo lá. Ganhava tirando areia e pescando pra esse véio Moisés. Tirava areia. Tirava areia, daí, tava fazendo o terrerão, tava abrindo assim. Pra lá, Lidianópolis, era só mato isso aí. Então vendia pra eles fazê os terrerão de café e o véio Moisés, então, tirava areia e nós trabaia ali, quando num tava pescando, tava tirando areia. E eu trabaiei com ele uns par de ano. Era muleque, aí que eu fui vortá trabaia na barsa, sabe? Daí já casei. Em 63 eu casei. Então daí que entrô pescando, pescando, pescando, daí vai, vai. Naquele tempo não existia físcar. Tinha bastante peixe. Eu tamém fui um que ajudei a cortar muita árvore, num sabia, num tinha quem orientava (2019, informação verbal).

Nota-se como as atividades extrativistas da pesca e da extração de areia eram um negócio rentável naquela ocasião e, ao que tudo indica, monopolizado pelo “véio Moisés” nas décadas de 1950 e 1960, auge da apropriação privada do território do médio curso do Ivaí. Nos dois trechos das narrativas do pescador Maurício de Oliveira (2019), é perceptível a ocupação do rio Ivaí e das terras à sua margem esquerda por sujeitos não indígenas, que passaram a

introduzir outras atividades econômicas, associadas à utilização de novas técnicas e de novos equipamentos, como a extração de areia, a balsa e a pesca extrativista para venda e/ou “agrado” para as autoridades da região.

Destacam-se aqui as diferentes narrativas, tomando como referência a narrativa do pescador Francisco Rodrigues (2019), que é filho de posseiro, cujo pai não quis comprar suas terras de volta da Cia. Ubá e passou a viver na região como pôde, inclusive se apossou de uma ilha (Ilha dos Padres; ver Mapas 17 e 19) como local de moradia por um longo período; e a narrativa de Maurício de Oliveira (2016; 2019), que veio com sua família para trabalhar para o senhor Gregório Agostinho do Rosário, balseiro e dono das terras do atual Distrito de Porto Ubá. Os dois, tanto Francisco como Maurício, desenvolveram a atividade da pesca como fonte de renda autônoma e conhecem com muita riqueza de detalhes o rio Ivaí – corredeiras, curso, margens, fluxo de água, locais de pesca, espécies de peixes, perigos. Porém, são diferentes sujeitos que, inseridos no mesmo contexto e espacialidade, preservam memórias distintas desse processo de ocupação.

Narra Francisco Rodrigues (2019) que, após perambular pela região do médio curso do Ivaí, a família de Lázaro José Rodrigues de Lima retornou para o Porto Ubá e passou a residir na chamada “Ilha dos padres¹³⁸” (Mapa 19). Nessa época, já por volta de 1958, Francisco Rodrigues, mais conhecido em Porto Ubá como “Chiquinho”, iniciou a atividade da pesca. Desse tempo, sua memória preserva a seguinte trajetória:

Francisco Rodrigues: *Então, esse cumpadi Antonho morava cum nós dentro da ilha. Aí o que acontece? Ele foi lá, derrubou aquela paineira... Foi lá, derrubou, tirou, trabaiou o que pôde nela de machado. Eles eram bom de machado. Naquele tempo nem se falava em motosserra... Ele deixou mais ou menos o corpo dela, paineira não afunda. Vai afundar de que jeito? Ele jogou na água e acompanhou, trouxe no bico da ilha, fez uma canoinha pra mim, assim, ó. Aí eu, porque eu armava anzol na corredeira já a pé, sabe? Era piazão nessa época. Aí fez aquela canoa. Mas ficou um brinco aquela conoinha, levinha, levinha. Ela enxugou e ficou que era uma delícia (2019, informação verbal).*

Interessantes a confecção da canoa lavrada no machado, feita de paineira, e o início de mais uma atividade de pesca como fonte de renda. De posseiro para pescador.

Francisco Rodrigues: *Um dia eu peguei um pintado, ói pra você vê a força que eu tinha. Peguei um Pintado de onze quilos, bem ali em frente o Zezé,*

¹³⁸ Ilha que se localiza no rio Ivaí, em Porto Ubá, a jusante, sentido Lunardelli, e que teria recebido o nome de Ilha dos Padres por ter sido utilizada pela Igreja Católica na segunda metade do século XX. Atualmente, não há moradores na ilha, mas ela é sempre visitada por turistas. É um belo local.

onde é o cabo hoje [em frente à Ilha dos Padres]. Naquela época, era só sarandirá e corredeira. Quando eu cheguei, rasinho assim, com a canoa. Que eu encostei assim, eu vi onde o sarandi que eu amarrei o anzol, ele tava descascado assim, sabe? Até uma altura. Falei ué? Por que tá descascado? Aí eu observei a linha. A linha fez uma curva aqui e entrô no pé do lado de cá, da ilhinha assim, do Sarandi, né? Tinha um capinzeiro, daquele capinzeiro que junta pra tudo lado, era mais fundo assim, aquele capinzeiro que cresceu ali. Aí eu vi aquele troção escuro em cima ali. Aí eu bati o zóio, até que eu vi as manchas, era um pintado. Onze quilo e não sei o quê. Aí eu pensei a vida: eu não vou pegá nisso, não vou mexer nisso que eu não vou tirar esse trem. Aí eu oiei bem: ele tá quieto lá, só abrindo a guelra. Virei a canoinha e vortei, falei: padrinho Narcizo, oiá lá, ó, naquele anzol, naquela ilha lá, tem um peixe lá, oiá, eu nem mexi (risos)... Aí ele pegou a canoinha e “vup”! Chegou lá, “bá, bá, bá” e jogou dentro da canoinha. A canoinha era tão pequena que o pintadão vinha, assim, de longe via assim aquela lombada (risos) (2019, informação verbal).

A construção da canoa, seu presente e instrumento de trabalho e sua trajetória na pesca de um “Pintado” são, para Francisco Rodrigues, os marcos de sua vida no rio e na atividade da pesca. Ele segue narrando sua trajetória como pescador autônomo, utilizando apenas a canoa, a linha e o anzol.

Francisco Rodrigues: *Então, pro câ vê como que era. Então eu pescava com oito anzol. Naquele tempo a empresa Francovig que fazia aqui. Ali tinha um restaurante que era famoso, que era da dona Filinha... Aí o que acontece? Ali o ônibus fazia ponto de parada da Francovig, aí eu entregava. A média era oito quilos. Teve um dia que eu peguei nos oito anzol, nunca faiou nenhum, tinha peixe demais. Vendia pra eles, aí eles levavam embora (2019, informação verbal).*

Ao referir-se ao restaurante, que era “famoso”, e à empresa de transporte coletivo “Francovig”, evidenciam-se o movimento em Porto Ubá por conta das balsas e a possibilidade de venda do pescado. Os peixes mais comuns e em abundância nas décadas de 1950 a 1980, na fala de Francisco Rodrigues e Maurício de Oliveira, eram: surubim, pintado, dourado, Jaú e Cascudos de várias espécies. Segundo eles, nesse período, os pescadores eram simplesmente movidos pela necessidade de sobrevivência e de moradia nas proximidades do rio Ivaí. As espécies de peixes mencionadas por eles são exatamente as que estão atualmente ameaçadas de extinção, conforme a Portaria do IAP nº 135/2018.

A presença indígena na região, as experiências e as histórias desses pescadores no rio Ivaí estão presentes no curso do rio, nas corredeiras, nos saltos e nas ilhas, nos nomes pelos quais são conhecidos atualmente, preservam determinadas memórias de fatos ou lendas repassadas a eles ou vividas por eles. O Quadro 8 e o Mapa 17 foram elaborados, a saber, a

partir das pesquisas a campo e das narrativas dos pescadores¹³⁹, com o propósito de demonstrar como essas memórias se organizaram e ainda estão presentes no curso do rio Ivaí, tomando como referência o trecho do médio curso, com início na ponte do Município de Cândido de Abreu, divisa com Manoel Ribas, a jusante até a foz do rio Corumbataí, no Ivaí. Trata-se do território de atuação dos pescadores de Porto Ubá.

Quadro 8 – Relação das corredeiras, dos saltos e das ilhas no médio curso do rio Ivaí

Nº	NOME DA CORREDEIRA	EXPLICAÇÃO PARA O NOME
01	Corredeira da Cruz de Ferro (Salto do Ubá)	Cândido de Abreu (margem direita) e Manoel Ribas (margem esquerda). Tem uma cruz de ferro no meio do rio, numa ilhota. Vestígios da presença não indígenas em século anterior, local onde teria morrido um homem. Local também chamado, sobretudo pelos membros das expedições exploratórias, de Salto do Ubá, em virtude da predominância da planta “ubá”.
02	Salto do Ariranha	Ariranha do Ivaí (margem esquerda) e Rio Branco do Ivaí (margem direita). O maior salto do trecho, local de pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº 135/2018. O nome Ariranha está relacionado ao animal, abundante na região até a década de 1960.
03	Porto Espanhol	Rio Branco do Ivaí, comunidade localizada à margem direita do rio. Em meados do século XX, funcionava balsa, possibilitando o acesso a Ariranha do Ivaí. Atualmente, a balsa está desativada. Teria recebido esse nome por conta de um “espanhol” que, navegando a jusante do Ivaí, aportou no local, construiu rancho e passou a residir na região. Todos que iam até ele diziam: “vamos no Espanhol?”. Outros foram chegando e uma comunidade se organizou, com o nome de Porto Espanhol ¹⁴⁰ .
04	Porto de Areia	Ivaiporã (margem esquerda) e Grandes Rios (margem direita). Local de extração de areia, balsa ainda em funcionamento. Início do trecho a jusante de liberação da pesca profissional, de acordo com Artigo 8º e incisos da

¹³⁹ A elaboração do Quadro 8 e do Mapa 17 é fruto de um processo de pesquisa a campo e de um momento (13/03/2020) em que, utilizando-se o auxílio tecnológico do *Google Earth*, com um *notebook* e um telão, a pesquisadora projetou a imagem via satélite do rio Ivaí e, ao ir percorrendo-o da Corredeira da Cruz de Ferro (Salto do Ubá), a jusante, até a Corredeira do Curimba (na foz do Corumbataí, no Ivaí), os pescadores e os patrulheiros ambientais Maurício de Oliveira, André Faian Delfino (atual presidente da Colônia Z-17) e Marildo Oliveira foram localizando as corredeiras, os saltos e as ilhas, denominando-as conforme as lendas ou os fatos que deram origem aos seus respectivos nomes. A pesquisadora montou, então, um projeto com a sinalização e a anotação no próprio *Google Earth* dos pontos, que, na sequência, foram sistematizados conforme os referidos Quadro e Mapa.

¹⁴⁰ Informação verbal repassada pelo professor Girlei da Silva Raymundo (05/06/2020), atual diretor do Colégio Estadual Rio Branco, localizado no Município de Rio Branco do Ivaí, em que também está localizada, à margem direita do Ivaí, a comunidade de Porto Espanhol.

		Portaria do IAP nº 135/2018.
05	Corredeira do Paulista	Ivaiporã (margem esquerda): morador da localidade chamado de “paulista”.
06	Corredeira Rio Branco	Ivaiporã (margem esquerda). Ao lado direito, deságua o rio Branco, que dá referência ao nome.
07	Corredeira do Mano	Ivaiporã (margem esquerda). A propriedade às margens do local pertenceu a morador conhecido por “mano”.
08	Salto do Pindaúva	Ivaiporã (margem esquerda) e foz do rio Pindaúva e de Grandes Rios (margem direita). Local de pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº 135/2018. Pindaúva (<i>duquetia lanceolata</i>) é uma fruta que, provavelmente, era encontrada na região e originou o nome do rio e do salto.
09	Balsa do Marolo	Jardim Alegre (margem esquerda) e comunidade Barra Preta e Grandes Rios (margem direita). Balsa ainda em funcionamento, pertence aos herdeiros de Gregório Agostinho do Rosário (dono de uma das balsas que funcionou em Porto Ubá). Marolo é sobrenome do proprietário.
10	Corredeira do Cunha	Jardim Alegre (margem esquerda) e comunidade Barra Preta, localizada logo abaixo da balsa e de Grandes Rios (margem direita). À margem esquerda, está a propriedade de João Cunha (conhecido como <i>tampinha</i>), sítio Bom Jesus, residente há 45 anos no local, possui artefatos indígenas, pesca e vende em lanchonete construída na sua propriedade.
11	Corredeira do Pau Arcado	Jardim Alegre (margem esquerda) e Grandes Rio (margem direita). O formato da corredeira no curso do rio lembra uma madeira torta.
12	Corredeira do Barreirinho	Divisa de Jardim Alegre com Lidianópolis (margem esquerda). Local de barreira às margens do rio, também conhecido por “japonesa” em referência a moradores e à fazenda antiga do local de propriedade de descendentes japoneses.
13	Corredeira do Barreirão	Divisa de Jardim Alegre com Lidianópolis (margem esquerda). Logo abaixo da barreirinha, caracterizada pela grande quantidade de barro às margens do rio. Local também conhecido por “japonesa” em referência a moradores e à fazenda antiga do local
14	Corredeira da Jararaca	Lidianópolis (margem esquerda) e Grandes Rios (margem direita). O formato da corredeira lembra a imagem de uma cobra jararaca e é de difícil navegação.
15	Corredeira do Rolete	Lidianópolis (margem esquerda) e Grandes Rios (margem direita). Corredeira muito forte, tudo passa rolando. Os botes precisam ser transportados em cima de paus que vão rolando pela corredeira. Local muito procurado para a pesca, mas muito perigoso também. Várias pessoas desapareceram na água, morrendo afogadas ao pescarem nesse local. Pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº

		135/2018.
16	Corredeira do Travessão e foz do rio do Peixe	Lidianópolis (margem esquerda) e Grandes Rios (margem direita). Corredeira que cruza o rio em formato de um travessão, próximo à foz do rio do Peixe; à margem direita, Município de Grandes Rios.
17	Corredeira do Índios	Lidianópolis (margem esquerda) e Cruzmaltina (margem direita). Local que até a década de 1950 era ocupado por grupo indígena. Em épocas de secas, em que as águas do rio diminuem, é possível ver no leito os vestígios de um dos muitos sistemas indígenas de pesca, o Pãri.
18	Ilha do Emílio	Lidianópolis (margem esquerda) e Cruzmaltina (margem direita). Ilha com aproximadamente três alqueires de terra, que teve apenas um morador, chamado Emílio, que já morreu, mas o local foi batizado como “Ilha do Emílio”.
19	Corredeira Mata Fome	Lidianópolis (margem esquerda) e Cruzmaltina (margem direita). Local em que, na década de 1950, um morador de Porto Ubá, conhecido por “Zé Miséria”, pescava e vendia peixes acompanhado de um índio da aldeia da “Corredeira dos Índios”. Conta o pescador Maurício de Oliveira que os comentários na época foram que esse índio teria matado “Zé Miséria”. O local também era rico em peixe e, indo pescar lá, ninguém passaria fome, pois pegaria peixe.
20	Corredeira do Mamão	Lidianópolis (margem esquerda) e Cruzmaltina (margem direita). À margem esquerda, o curso do rio faz uma curva, local que naturalmente se produzia muito mamão.
21	Corredeira das Garças	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Logo abaixo da ponte, localizada no Distrito de Porto Ubá. Recebeu esse nome por conta de o local ser frequentado por muitas garças. Durante a tarde, elas proporcionam um belo espetáculo ao virem pousar no local.
22	Corredeira do Pegador de Isca	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Local em que se pesca de tarrafa e pega-se muitos peixes pequenos, os quais são utilizados para isca de pesca.
23	Ilhas dos Padres	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Foi território dos padres da Igreja Católica. Maurício de Oliveira diz que, quando chegaram, na década de 1950, os “[...] padres jesuítas fazia pouco tempo que tinha saído da ilha”. Também é conhecida por Ilha das Capivaras, pela presença de grandes quantidades desse animal.
24	Corredeira do Sabão	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Trecho extenso, muito liso e perigoso.
25	Corredeira do Capim Fino	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Trecho com a presença, nas margens, desse tipo de planta: “capim fino”.
26	Corredeiras Três	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis

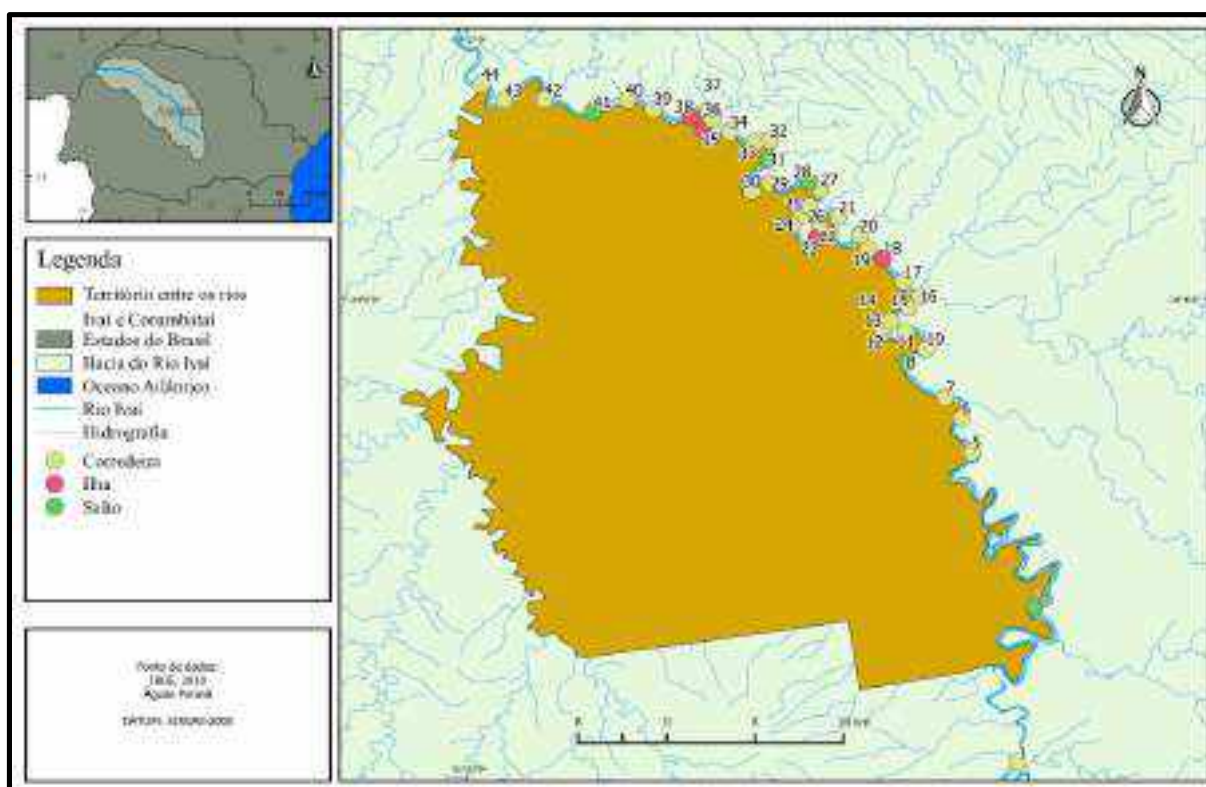
	Corações	(margem direita). Reza a lenda que, há muitos anos, um pai fez um bote de madeira para o filho e desenhou três corações na embarcação. Seu filho morreu no rio, então o pai, entristecido, vendeu o bote para outro pescador. O adquirente, ao ir pescar nessa corredeira, por ser um canal muito forte, bateu em uma pedra e quebrou todo o bote. O pescador, que era irmão de Maurício de Oliveira, teve de ser socorrido por outro colega e o local recebeu esse nome: “Três Corações”.
27	Corredeira do Fervedouro	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Trecho em que o curso do rio é cheio de rochas e de buracos. Um deles forma uma espécie de redemoinho e a água fica girando o tempo todo, como se estivesse fervendo.
28	Salto da Fogueira	Lidianópolis (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Local bastante perigoso. Quando o rio está baixo, é possível cruzá-lo de um lado a outro pelas pedras. Mas, quando está cheio, o local é perigoso. A água passa por um canal muito estreito com uma velocidade enorme, criando uma “fumaça” de sereno, parecendo uma fogueira. Pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº 135/2018.
29	Corredeira do Guaretá	Lunardelli (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Recebe esse nome pela localização às margens do trecho do Patrimônio do Guaretá. Nas décadas de 1940 a 1960, alguns metros a montante, funcionava a balsa. Local que havia muitas árvores de nome guaritá (<i>Astronium graveolens</i>).
30	Corredeira da Quinze	Lunardelli (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Na margem esquerda, a área de terra de uma das grandes fazendas formadas e demarcadas retilinearmente, tomando como divisa os rios Ivaí e Corumbataí, na década de 1950, recebeu o número 15, o que deu origem à localidade até então ocupada por posseiros.
31	Salto Três Poso	Lunardelli (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Local que pescadores sem muito conhecimento do rio, pernoitavam por até três noites para pescar e atravessar o trecho. Pesca proibida de acordo com o artigo 2º inciso I da Portaria do IAP nº135/2018
32	Corredeira do Ubaúna	São João do Ivaí (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). À margem esquerda, localiza-se a comunidade rural de Ubaúna. Ubaúna é uma palavra indígena que significa: <i>Ubá</i> - canoa; <i>una</i> - preta, então <i>canoa preta</i> .
33	Corredeira Quebra Pau	São João do Ivaí (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Próximo da margem esquerda, a corredeira possui um curso de vazão da água (passagem) em que tudo que desce pela água tem de passar por ali para seguir o curso do rio a jusante. Porém, o canal de

		vazão é estreito e tão forte que destrói tudo o que passa, por isso “quebra pau”.
34	Corredeira Costa Rica	São João do Ivaí (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). A propriedade à margem esquerda chama-se Costa Rica e dizem ser de propriedade do apresentador Carlos Roberto Massa (conhecido artisticamente por “Ratinho”).
35	Ilha do Ratinho	São João do Ivaí (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). A fazenda à margem esquerda dizem ser de propriedade de Carlos Roberto Massa (“Ratinho”). Na ilha, as construções e a infraestrutura também estariam sob seu domínio.
36	Barra do Rio Bom	São João do Ivaí (margem esquerda) e Borrazópolis (margem direita). Corredeira que antecede a foz do rio Bom (margem direita).
37	Corredeira do Ubaúna 2	São João do Ivaí (margem esquerda) e Kaloré (margem direita). À margem direita, localiza-se a comunidade rural de Ubaúna.
38	Ilha do Milionário	São João do Ivaí (margem esquerda) e Kaloré (margem direita). Ilha com diversas e luxuosas casas de lazer construídas e de domínio particular. Pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº 135/2018.
39	Corredeira Jordão	São João do Ivaí (margem esquerda) e Kaloré (margem direita). À margem esquerda, deságua no Ivaí o córrego Jordão.
40	Corredeira da Prainha	São João do Ivaí (margem esquerda) e São Pedro do Ivaí (margem direita). À margem esquerda e em uma ilhota próxima à margem direita, as áreas são de domínio particular, com casas construídas em forma de condomínio. O rio possui leves corredeiras, com água rasa, muito utilizada para pesca, banho e lazer.
41	Salto da Prainha	São João do Ivaí (margem esquerda) e São Pedro do Ivaí (margem direita). Ambas as margens são tomadas por construções privadas e o rio possui corredeiras leves e fortes, local muito utilizado para pesca, banho e lazer. Pesca proibida de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Portaria do IAP nº 135/2018.
42	Corredeira dos Gordos	São João do Ivaí (margem esquerda) e São Pedro do Ivaí (margem direita). Localizada logo abaixo da ponte; a propriedade localizada à margem esquerda pertenceu a alguém que era chamado de “gordo”.
43	Corredeira do Halim	São João do Ivaí (margem esquerda) e São Pedro do Ivaí (margem direita). À margem direita, está localizado sítio arqueológico Dois Palmitos (PR/FL-29), em uma propriedade privada chamada Fazenda Santa Filomena, cujo proprietário, Halim Abil Russ Filho, mantém um empreendimento turístico que congrega catolicismo, lazer no rio e, às suas margens, a história dos povos indígenas que habitaram a localidade.

44	Corredeira do Curimba	São João do Ivaí (margem esquerda); foz do rio Corumbataí e São Pedro do Ivaí (margem direita). Do lado esquerdo do rio Ivaí e esquerdo do rio Corumbataí, inicia-se a reserva do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, pertencente ao Município de Fênix (margem esquerda dos rios Ivaí e Corumbataí). O rio Corumbataí também é chamado na região de “Curimbatá” ou “Curimba”.
----	-----------------------	--

Fonte: elaborado pela autora com auxílio de Maurício de Oliveira, André Faian Delfino e Marildo Oliveira (2020)

Mapa 17 – Corredeiras, ilhas e saltos no médio curso do rio Ivaí



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Todas as informações contidas no Quadro 8 e no Mapa 17 são memórias presentes e que referenciam o rio Ivaí. Os nomes dados para cada ilha, corredeira, salto e balsa têm relação com uma lenda ou um fato pretérito. Maurício de Oliveira (2019) narra que “[...] essas corredeiras aí tudo têm um fundamento”, e conclui afirmando que o rio dorme, quando à meia noite, “[...] cessa o barulho das corredeiras”. Marildo Oliveira (2019) complementa, nesse âmbito: “[...] a gente sabe de cor, sem procurar em nada, quantas corredeiras tem o rio”. São memórias que estão preservadas localmente e já constam em atos regulatórios, a exemplo da Portaria do IAP nº 135/2018 (Mapa 16), que, ao instituir os locais proibidos para a pesca, utiliza esses nomes cristalizados nas memórias locais, como forma de descrição e de identificação.

Essas narrativas são também formas de assimilar, descrever e representar a natureza, conforme analisa Corrêa (2015, p. 253 e 254). Para ela, “[...] são formas de olhar e conceber a natureza e a própria realidade” e, ao historiador, cabe o desafio de analisar as “[...] descrições do visualizado e das formas retratadas”. O presente, observado a campo, permite olhar o pretérito, conjugando análise com as “[...] diferentes formas e suporte de narrativas pela qual uma sociedade se manifesta”, a exemplo das representações de paisagem apresentadas pelas três expedições exploratórias e que subsidiaram outras representações e diferentes discursos sobre o território. São sempre representações carregadas de intencionalidades.

Se a observação a campo e direta do espaço geográfico, conforme aponta Corrêa (2015, p. 254), for incompleta para compreender o “[...] porquê de uma técnica, de um produto e de dada conformação espacial de períodos tão distantes”, no presente, o uso desse método de análise contribui para não só visualizar a prática, mas também para compreender como vão se construindo as narrativas e as representações de paisagem, a partir do pensamento e da circunstância em que estão sendo geradas.

No caso, o uso da observação a campo e da análise das representações de paisagem contidas nos relatos das três expedições exploratórias permitiu analisar e inferir que os usos e as diferentes formas de apropriação do território do médio curso do Ivaí e do próprio rio estão sempre colocando vários sujeitos em disputa. Cenário de disputas atualmente verificado no território, em face dos moldes desse paleoterritório, predominantemente de apropriação privada da natureza, que desperta múltiplos interesses de usos dela.

3.3 OS PESCADORES E A COMUNIDADE RIBEIRINHA DE PORTO UBÁ

Diante da análise anterior e das fontes e metodologias utilizadas nesta pesquisa – narrativas orais; relatos de expedições exploratórias; análise de inúmeros documentos escritos que tratam dos processos de apropriação e de ocupação do território de estudo; observação a campo do espaço geográfico *in loco* e por meio de ferramentas tecnológicas como o *Google Earth*; o povoado de Porto Ubá como foco central dos estudos –, entendeu-se ser necessária uma breve contextualização do atual povoado, conforme segue, também com o propósito de demonstrá-lo.

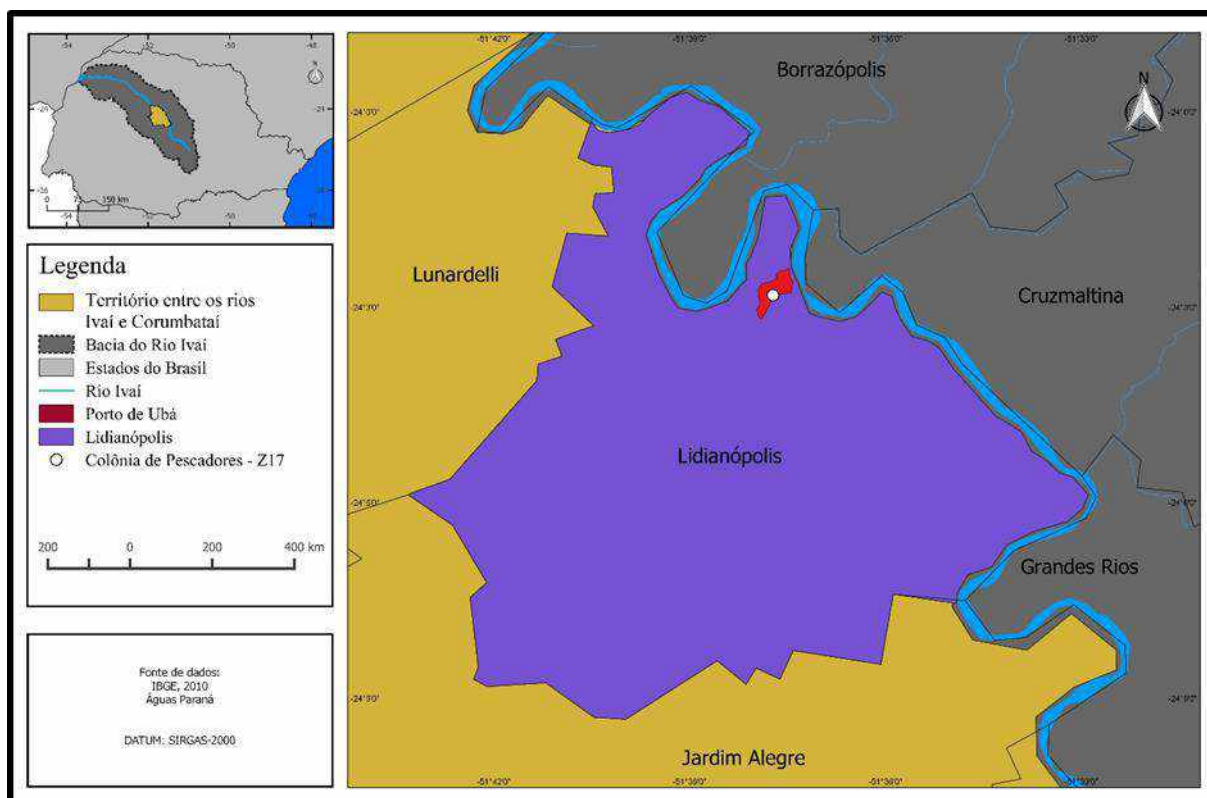
Em 2020, ao tomar como referência pesquisas a campo e junto à Prefeitura de Lidianópolis, Porto Ubá (Mapas 18 e 19) caracteriza-se por sua localização à margem esquerda a jusante do rio Ivaí. Conta com uma infraestrutura urbana satisfatória (ruas asfaltadas, energia elétrica, rede de água tratada, escolas municipal e estadual – no mesmo prédio –, telefonia fixa

e móvel acessível, posto de saúde, quadra esportiva e outros). O comércio é constituído por dois bares e uma mercearia, na área urbana residencial e nas proximidades da escola e das igrejas.

À margem direita da rodovia, funcionam um restaurante, uma empresa de guincho, a Polícia Rodoviária Estadual, o cemitério, a nova sede e os tanques de peixes dos pescadores. Ao lado esquerdo da rodovia, têm-se uma borracharia, um centro de eventos e de leilões de gado, um campo de futebol da comunidade e uma vasta área que segue à margem esquerda do rio Ivaí, com propriedades e empreendimentos privados para lazer. Às margens da rodovia, em ambos os lados, também são verificáveis vários pontos comerciais fechados, com destaque para alguns que, em décadas anteriores, eram lanchonetes e restaurantes. Até um imóvel da Associação de Pescadores, onde antes funcionava uma peixaria, à margem direita da rodovia, encontra-se fechado em termos de comércio (a peixaria), mas ainda é um espaço administrativo, agora da Colônia de Pescadores Z-17 e da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (Figura 22).

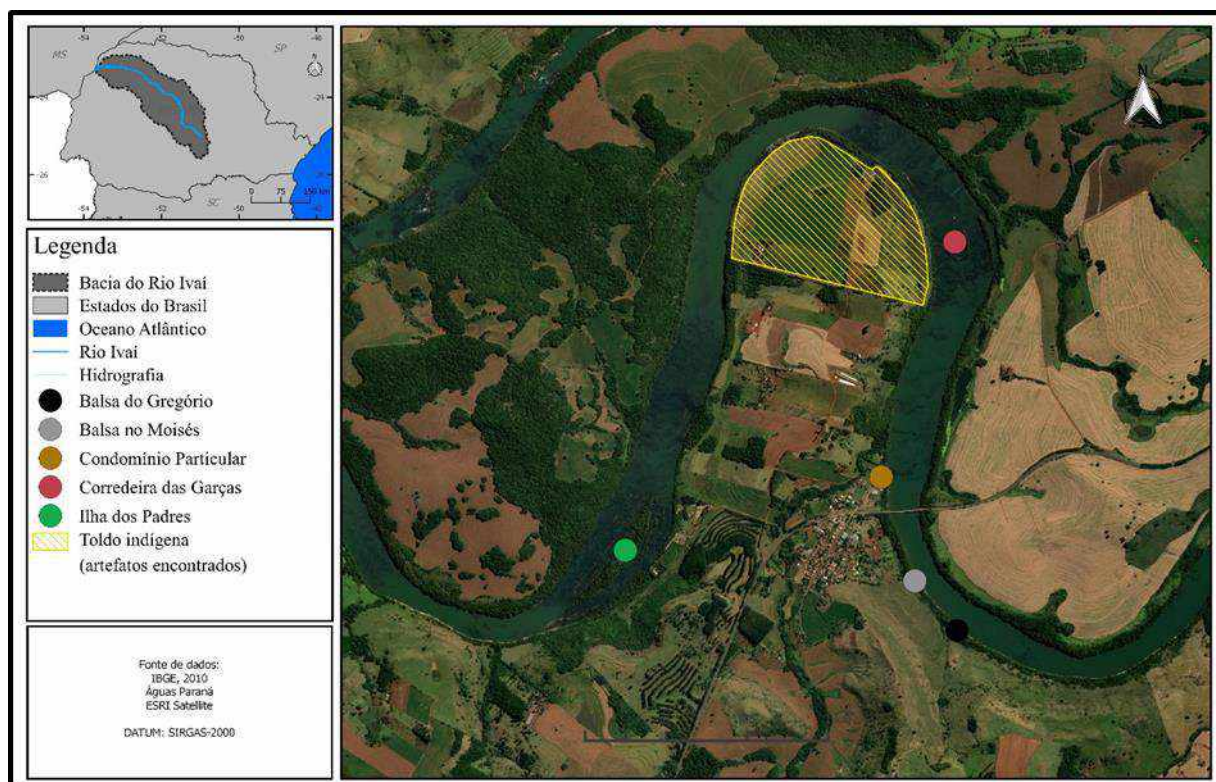
Na prefeitura, no setor de tributação, é possível encontrar os mapas e as plantas da área urbana e territorial do Distrito. Nesses documentos, também se verifica um processo complexo de regulamentação dos lotes urbanos, que, com a morte do balseiro Gregório Agostinho do Rosário, não foram legalizados por seus herdeiros. Inclusive, Maurício de Oliveira (2019) relata as intrigas entre os familiares e as vendas dessas terras para terceiros, o que levou a uma ocupação desordenada e irregular do Distrito de Porto Ubá.

Mapa 18 – Distrito de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)



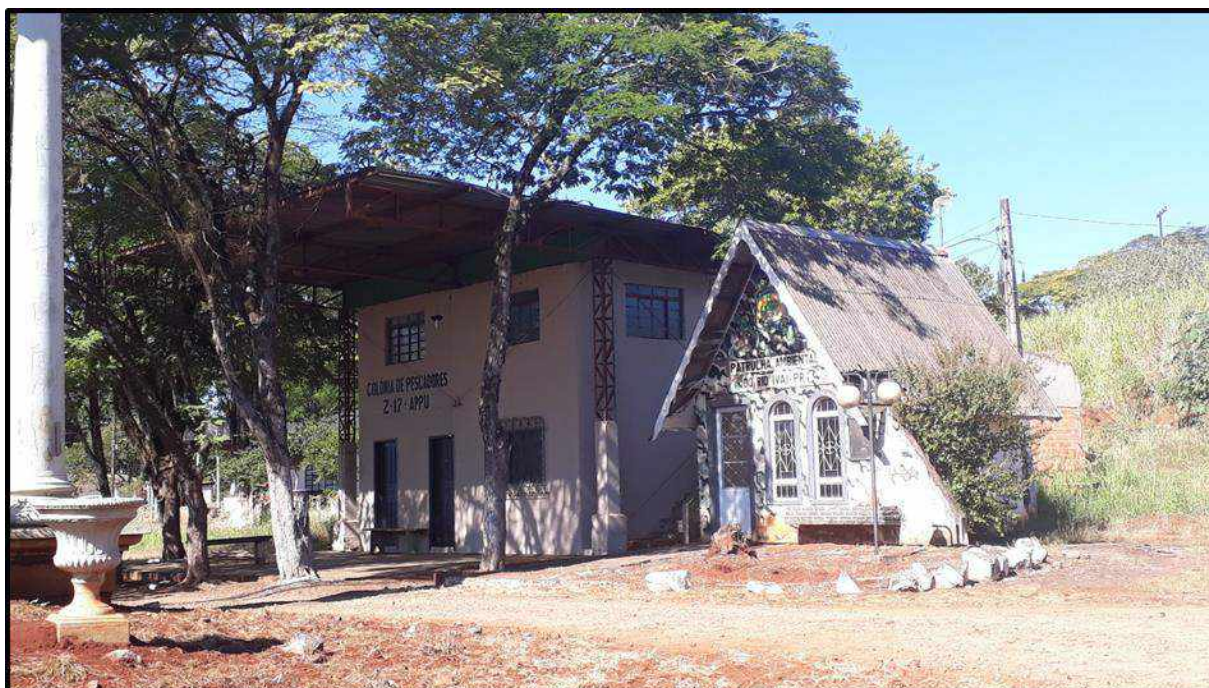
Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Mapa 19 – Visão plana e histórica de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)



Fonte: a própria autora e SILVA, R. B. L (2020)

Figura 22 – Sede das instituições dos pescadores de Porto Ubá, à margem direita da rodovia



Fonte: acervo da própria autora (2020)

Quanto aos moradores, além dos pescadores, suas famílias e dos aposentados, a comunidade é residência de alguns funcionários públicos municipais, agricultores com propriedades lindeiras, alguns jovens estudantes universitários, que se deslocam entre o trabalho e estudos, mas permanecem residindo com seus familiares no Distrito. Alguns desses jovens são filhos ou netos de pescadores. Uma parcela considerável da população é de trabalhadores autônomos, diaristas e/ou beneficiários de programas sociais. A educação atende os alunos até os anos finais do Ensino Fundamental. O Ensino Médio só é ofertado na sede, em Lidianópolis.

A comunidade mantém todas as características de ribeirinha, especialmente por sua localização e suas memórias (Mapa 19). O rio Ivaí, os pescadores e as memórias das balsas continuam fomentando a localidade, que agora vivencia a presença de outros sujeitos e interesses de usos da natureza e do rio, a exemplo dos empreendimentos privados à margem do rio e dos projetos de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas¹⁴¹ (PCH). As memórias estão todas lá, preservadas de diferentes formas. A memória está com os sujeitos e suas narrativas, está nos diversos objetos e está nos lugares (Mapa 19 e Figura 23). Ela se apresenta coletivamente nas escolas, na atuação dos pescadores institucionalmente e nas articulações políticas que envolvem o Distrito. Faz-se na subjetividade e na individualidade. A memória indígena, por sua vez, está nos descendentes que lá residem, nos inúmeros artefatos que se encontram na localidade e na posse de alguns indivíduos. A memória dos posseiros, balseiros e safristas se preservam por meio de fotos, documentos, narrativas e sujeitos dessas narrativas.

A comunidade não precisa, necessária e majoritariamente, sobreviver da pesca para que o rio Ivaí e os pescadores sejam referenciais. A história se faz e se constitui na comunidade pelas memórias presentes nela. Como essas memórias são influenciadas, transformadas, preservadas, interpretadas e usadas pelos diversos atores, que possuem múltiplos interesses na localidade e no rio Ivaí, tem-se outra problemática a ser analisada pela história.

De toda a trajetória do processo de ocupação humana de Porto Ubá e, em meio a tantas alterações e transformações da natureza, a atividade da pesca no rio Ivaí continua, seja

¹⁴¹ Neste mês de maio/2020 (em que escrevo), uma empresa terceirizada esteve a trabalho no povoado de Porto Ubá, reestabeleceu alguns marcos às margens esquerda e direita a montante do rio Ivaí, a aproximadamente dois quilômetros da área urbana no povoado. A autora desta pesquisa, no dia 22/05/2020, conversou com os funcionários da empresa que estavam fazendo os estudos nos fundos da propriedade da professora Cleodete Gomes Dionísio. Na ocasião, um dos funcionários relatou que foi contratado por uma empresa de Ponta Grossa para a realização dos estudos de viabilidade de construção da UHE denominada Lageado III e que outras três (Coqueiro - PCH, Grandes Rios e Porto Guaritá) estão previstas e no contrato de seus estudos. Os quatro projetos mencionados pelo funcionário localizam-se no território de estudo desta pesquisa, entre Ivaiporã, a jusante do rio Ivaí, até São João do Ivaí.

de maneira amadora ou profissional. O rio continua como um recurso em disputa, na qual se envolvem vários agentes e projetos internos e externos.

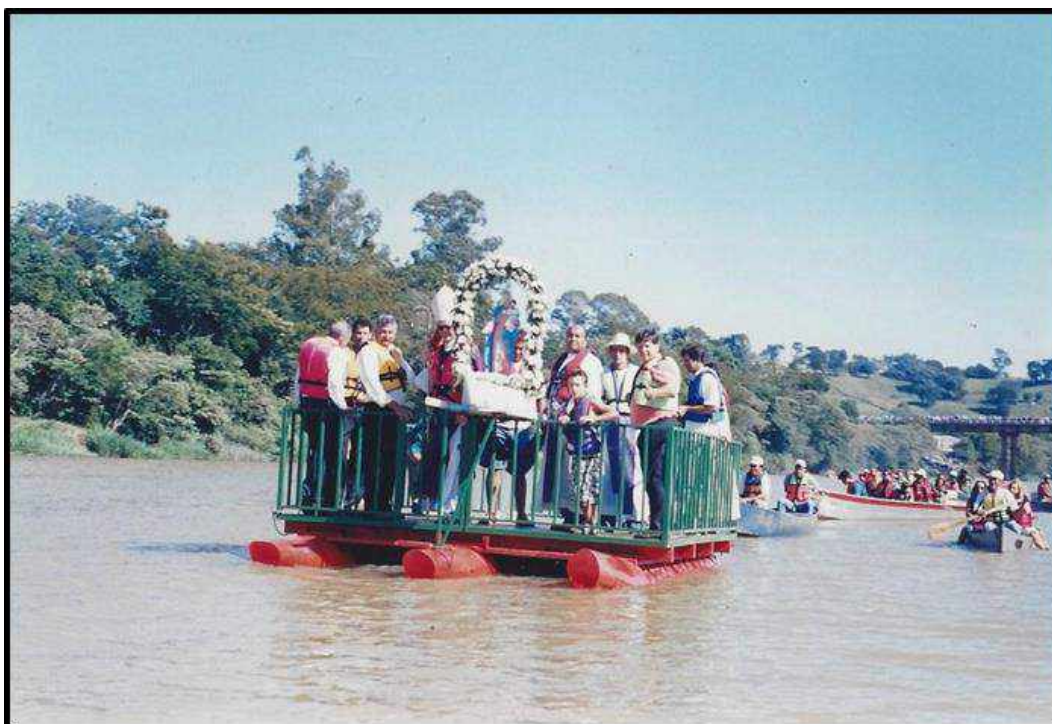
Ao analisar as informações presentes nas narrativas de Maurício de Oliveira (2016; 2019), Marildo Oliveira (2019) e Francisco Rodrigues (2019), pode-se aferir que, no percurso das décadas de 1970 a 2000, o rio Ivaí e os pescadores receberam atenção política e religiosa internas e externas. Segundo eles, na política, institucionalizou-se a atividade da pesca por meio da Associação de Pescadores, a qual, atualmente, configura-se na Colônia de Pescadores Z-17 e na Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I). Marildo Oliveira (2019) classifica esse processo como sendo “uma batalha” para conseguir e manter o direito à pesca no rio Ivaí, com respeito às legislações ambientais e à preservação do rio.

Em relação à religião, Francisco Rodrigues (2019) narra sobre o catolicismo, tendo Nossa Senhora dos Navegantes como padroeira local. De acordo com suas histórias, celebrações e procissões foram realizadas pelo rio Ivaí, congregando festas e comemorações à base do peixe e do legado dos pescadores. Francisco conta que fez uma réplica da balsa que seu pai, Lázaro José Rodrigues de Lima, usava em 1939, a qual se encontra na Igreja Católica da localidade.

A partir desses relatos, conclui-se que, durante o período das décadas de 1970 a 2000, por alguns momentos, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, as ações se convergiram, unindo as forças políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas numa tentativa dos pescadores de consolidar o povoado de Porto Ubá como comunidade ribeirinha.

Essa convergência, nas duas décadas posteriores, não é verificada nas narrativas dos pescadores. Observa-se um distanciamento dos pescadores das atividades religiosas, assim como estes eventos também não os envolvem, tampouco continuam a se realizar no formato em que ocorriam nas décadas anteriores. A procissão de Nossa Senhora dos Navegantes pelas águas do rio Ivaí e as festas com pratos à base de peixes típicos não acontecem mais. Os filhos dos pescadores não se tornaram pescadores profissionais. Observa-se que as políticas locais incorporaram a comunidade de Porto Ubá a partir de outras prioridades e demandas. E os pescadores, considerando suas narrativas, passaram a dispersar suas energias compondo os movimentos e os grupos no processo de discussões e deliberações de atos regulatórios dos múltiplos usos e interesses para a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

Figura 23 – Seminário das Águas e festa de Nossa Senhora dos Navegantes (2004)¹⁴²



Fonte: acervo da própria autora (2004)

Adicionalmente, com base nos relatos dos pescadores e na análise da pesquisa a campo, é possível considerar que, na entrada no século XXI, aquelas forças que haviam convergido anteriormente dispersaram suas atenções e ações e a comunidade ribeirinha iniciou uma fase de reconfiguração. Os pescadores, diante dos cenários nacional e estadual de discussões sobre a preservação dos recursos naturais, passaram também a ocupar outros campos de atuação: a fiscalização e a preservação ambiental do rio Ivaí e suas margens, no território de atuação da Colônia Z-17, criando a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí como estratégia de legitimação de suas ações.

Já entre os demais moradores da localidade, alguns moveram-se para outras atividades econômicas ou se mudaram para outros lugares, principalmente os mais jovens. É perceptível, em Porto Ubá, a predominância de moradores idosos, assim como são idosos os pescadores que ainda se mantêm na atividade profissional. Ademais, faz-se importante observar que nem todos os moradores de Porto Ubá viviam economicamente da pesca, outras atividades sempre existiram na comunidade.

¹⁴² Procissão sobre as águas do rio Ivaí em 2004. O evento fez parte das atividades do Seminário das Águas, realizado no Distrito do Porto Ubá, com a participação de várias lideranças religiosas e políticas, inclusive nacionais. Estava presente representante da então Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, além do bispo da Diocese de Apucarana, D. Domingos Wisniewski. O evento tinha na pauta as propostas da “Era da Ecologia”, diante das demandas contemporâneas ambientais.

3.4 A DISPUTA PELO RIO IVAÍ NO CONTEXTO DA “ERA DA ECOLOGIA”

O historiador ambiental Donald Worster (1991, p. 198-215) defende que se faz necessária uma “ampliação da perspectiva da história” para ir mais a fundo, para encontrar a própria terra, para além das fronteiras nacionais estabelecidas pela ação humana. O autor deixa clara a distinção entre natureza “não-humana”, a qual não foi criada pelos humanos, e o “ambiente construído”, este sim alterado, modificado e concebido pelos humanos, também denominado por Worster de “artefato”.

Para ele, a “natureza” é detentora de “energias autônomas”, cujas forças operam de maneiras “espontâneas e autogeradas” e se expressam por meio dos “fenômenos tais como as florestas ou ciclo hidrológico”, compreendidos também como os “processos físicos naturais”. À medida que o humano passa a atuar no planeta, tem-se o “ambiente construído” expresso pela “cultura” e pela vontade humana, que “[...] deixa as suas marcas na floresta, nos patrimônios genéticos”. Dessa forma, os humanos são entendidos como “criadores de cultura”, os quais se inserem e interagem nesse mundo “não-humano”. Tem-se uma categoria de seres vivos (a humana) que desenvolveu “habilidades e conhecimentos” para explorar o ambiente natural a sua volta pelo mundo todo.

Entretanto, tais “habilidades e conhecimentos” levaram a humanidade a desenvolver técnicas e usos da natureza, os quais produziram o que o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (2005, p. 339) chamou de “mal-estar” entre a natureza e o ser humano.

[...] dos desenvolvimentos tecnológicos que contribuíram para o atual mal-estar, o mais importante é o domínio da energia nuclear. É o último esforço espetacular da humanidade de trazer o céu até a Terra – isto é, de recriar, em contêineres feitos pelo homem, os processos que são naturais apenas para o Sol. Após muitos alertas prematuros, teremos por fim desencadeado uma força que não podemos controlar, que destruirá a Terra e a humanidade? (YI-FU TUAN, 2005, p. 339).

Yi-Fu Tuan (2005, p. 339-341) afirma que esse “mal-estar” é intensificado pela “divisão dos seres humanos em ‘nós’ e ‘eles’”, ressaltando o mundo em guerra, “a vontade de aniquilar” o outro, que “[...] desde o começo da civilização, guerras brutais têm periodicamente dizimado cidades e nações”. Segundo ele, tanto no passado como no presente, o meio físico e as relações socioculturais estão em constantes mudanças, sempre permeadas por “eventos inesperados e ameaçadores”, que instauraram o “medo” na humanidade.

Na esfera social, esse “medo” apontado por Yi-Fu Tuan (2005, p. 344) é gerado por conta das “mudanças sociais, econômicas e até tecnológicas”. Essa intranquilidade

permanentemente vivenciada entre “natureza” e seres humanos e entre estes mesmos Yi-Fu Tuan (2005) analisa como “paisagens do medo”.

No século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a engenhosidade humana produziu a bomba atômica, que, ao ser usada, desencadeou reação global de alerta em relação às consequências e aos impactos para as vidas no planeta. Reação que pode ser analisada na perspectiva de “paisagem do medo” (TUAN, 2005), mas que foi também analisada por Donald Worster em várias de suas publicações acerca da História Ambiental e da chamada “Era da Ecologia”.

Apropriando-se das contribuições desses autores (Donald Worster e Yi-Fu Tuan), Arruda, Silva e Biasetto (2011, p. 49-62) analisaram o termo “Era da Ecologia”. Para eles, “Era da Ecologia” é uma expressão criada pela mídia norte-americana, cujas origens remontam à explosão da primeira bomba atômica em 16 de julho de 1945, no deserto do Novo México, próximo à Vila de Alamagordo. Desde então, eclodiu-se preocupação global com “as consequências da capacidade dos homens”, e a ciência passou, então, a desenvolver importantes pesquisas quanto à contaminação do meio ambiente causada pela radiação atômica.

Analisa Arruda, Silva e Biasetto (2011) que, desse modo, emergiram no cenário global as demandas ambientais, em consequência das relações entre humanos e o resto da natureza. Eles afirmam que cresce, nos Estados Unidos, uma “onda” de estudos e de publicações acerca das ameaças ao planeta em relação ao uso de “[...] substâncias potencialmente poluentes, bem como dos riscos” em que se encontram a natureza e a Terra.

Arruda, Silva e Biasetto (2011, p. 50-51) continuam a análise e argumentam que a sociedade global, no pós-Segunda Guerra Mundial, inseriu-se em um contexto de alerta quanto à contaminação e aos riscos do uso da bomba atômica. Tais autores alertam para a superpopulação da Terra e para as demandas do capitalismo que, a fim de aumentar seus lucros, passou a utilizar-se, cada vez mais, de produtos prejudiciais à vida. Tem-se, então, nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos, uma movimentação social e científica “[...] conclamando por regulamentação na esfera política, iniciando-se, então, processos de criação de legislação do uso e fabricação de produtos considerados nocivos, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra”.

De acordo com os autores citados, foi a “descoberta da vulnerabilidade da natureza” que desencadeou no mundo a organização da sociedade civil em movimentos ambientais para provocar as esferas pública e privada a regulamentarem o uso sustentável da natureza. Segundo Arruda, Silva e Biasetto (2011, p. 51), dois eventos marcaram em definitivo a instauração da “Era da Ecologia”: a criação do Dia da Terra, em 22 de abril de 1970; e Conferência da ONU

em Estocolmo, em 1972. Desde então, eclodiram no mundo todo as demandas ambientais, provocadas por movimentos ambientalistas que vão se organizando e passam a compor os cenários de debates sobre os usos dos recursos naturais no mundo.

A ação e as ideias dos ambientalistas instauraram o que Arruda, Silva e Biasetto (2011, p. 51) classificaram como um “senso de urgência, que chegava aos limites do apocalipse”. Ações e ideias tomaram conta do pensamento global, e essa trajetória no mundo, no Brasil e no Paraná é analisada pela historiadora Biasetto (2011, p. 749-750).

De acordo com Biasetto (2011), a partir da década de 1970, desenvolveram-se várias teorias acerca da preservação da natureza, as quais espalharam-se e foram assimiladas pelas nações. A autora analisa que, no Brasil, a “consciência ecológica” entrou em vigor na década de 1980, com um significativo aumento do número de movimentos, organizações e associações ambientais. Entende a autora que o processo de redemocratização brasileira e o movimento da constituinte foram fundamentais para o avanço de atos regulatórios quanto aos usos dos recursos naturais no país. Ela ressalta a importância desse movimento no Paraná, que já em 1982 contemplou em sua agenda política a “Era da Ecologia”, com medidas do governo de José Richa (PMDB/PR).

Biasetto (2011, p. 756) seleciona e destaca algumas ações que marcaram o surgimento da “Era da Ecologia” no Paraná, a partir da década de 1980: o movimento ambiental para a Constituinte; a eleição do governo de oposição de José Richa; a criação do Programa de Estado para o Meio Ambiente (PEMA); o aumento do número de ativistas ecologistas interferindo no campo político do estado, com a realização de encontros ambientais; a implementação, em 1992, do ICMS ecológico¹⁴³ no estado.

Tem-se, então, a partir da década de 1970, no Brasil e no Paraná, a chegada do ideário ecologista, o qual tomava conta do mundo. Instaure-se certa consciência ambiental e surgem as organizações que vão provocar a criação de órgãos governamentais especializados e de legislações regulatórias. No Paraná, na década de 1990, foram criados a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) – atual Instituto Água e Terra (IAT), com a fusão da SEMA e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF).

É exatamente nesse contexto da “Era da Ecologia”, o qual fixou atos regulatórios para os usos dos recursos naturais, entre eles a atividade extrativista da pesca nos rios do Paraná, que estão inseridos os pescadores de Porto Ubá, que, também em consequência dessa

¹⁴³ Imposto pago aos municípios que foram prejudicados economicamente pelas leis de conservação ambiental, por não poderem utilizar parte dos seus recursos naturais (BIASETTO, 2011, p. 757). Estabelecido pela Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

regulamentação, foram reconhecidos em 1984 como pescadores profissionais. Porém, o mesmo contexto que os regulamentou os limitou a exercer a atividade pesqueira, em consequência da necessidade de preservar a ictiofauna ameaçada no rio Ivaí.

Desde 1984, quando foram registrados na Colônia de Pescadores Z-14, de Porto Rico, os pescadores de Porto Ubá empreenderam ações para permanecerem formalmente na atividade. Na década de 1990, organizaram-se em Associação de Pescadores de Porto Ubá (APPU). Em 2001, criaram a Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá; e, em 2012, encerraram a Associação e constituíram a Patrulha Ambiental o Rio Ivaí (P-A-R-I). Foi por meio dessas instituições que os pescadores: mantiveram-se formalmente; conseguiram o Seguro-desemprego na Piracema; foram incluídos como produtores nas políticas públicas da agricultura familiar, condição que os beneficiou com o recebimento de recursos públicos estaduais e federais para implementação de criação de peixes em tanque; receberam doação pública de terrenos para os tanques; tiveram nova sede construída e equipada; inseriram-se no cenário dos debates e das proposições de atos regulatórios para as atividades e os usos dos recursos naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí.

No cenário global da “Era da Ecologia”, pautado nas “paisagens do medo”, geradas em consequência das formas privadas, mercantis e capitalistas de apropriação humana da natureza, surgem novas demandas da sociedade contemporânea, as quais são analisadas pelo historiador ambiental Gilmar Arruda (2013b). Para esse autor, o tempo histórico do século XX, movido pelas transformações provocadas na natureza pelo humano e com a agitada e conturbada vida moderna e urbanizada, desencadeou-se na sociedade, sobretudo a burguesa, o interesse de “usufruto do tempo livre” em novas paisagens, a partir de “novas formas de apropriação da natureza”, a exemplo das “chácaras de lazer” ou “casa secundária” (ARRUDA, 2013b, p. 293-317)

Trata-se de um paradoxo, pois apropriaram-se da natureza para extrair, explorar e maximizar os lucros, como se os recursos naturais fossem inesgotáveis, sem nenhuma reação do “não-humano”. Em simultâneo, tem-se um turismo que, na mesma lógica do capital privado, coloca a “natureza à venda” (ARRUDA, 2016a, p. 98). Arruda (2016a, p. 92-112) coloca que os clientes exigem a “sonhada natureza”, o verde, uma espécie de “retorno ao rural”, querem a recriação do passado, em um presente reconfigurado na lógica das apropriações e das transformações das paisagens do pretérito. Os clientes querem um retorno àquilo que eles mesmos transformaram e alteraram.

Conforme analisou Arruda (2016a) sobre os condomínios nas margens da represa Capivara, no rio Paranapanema (PR), no médio curso do rio Ivaí, a apropriação do rio e de suas

margens segue a mesma lógica, “os espaços destinados às casas secundárias eram antes florestas, territórios indígenas, que passaram a ser terra agriculturável” (ARRUDA, 2016a, p. 107). O território foi incorporado pelo sistema do *agrobusiness* (cultivo intensivo de trigo, milho e soja), e a lógica privada de apropriação rumou-se para as margens do rio, no sistema de “chácaras de lazer”, as “casas secundárias”, em busca da “retórica do verde”.

O rio Ivaí deixou, então, de ser um local de referência para carros, passagem e controle de quem deveria ou não entrar no território. O processo de apropriação privada despertou novas demandas quanto ao seu uso e à sua ocupação, passou a congregiar as demandas e os interesses do agronegócio, do setor empresarial energético, dos movimentos e órgãos ambientais, dos pesquisadores, dos chacreiros, dos criadores de peixes em tanques (piscicultores), dos pescadores amadores, dos pescadores de subsistência e dos pescadores profissionais. Todos esses sujeitos se colocaram em disputa pela ocupação e pelos usos do rio Ivaí, nesse contexto das pautas da “Era da Ecologia”.

Historicamente, o rio Ivaí é marcado por uma trajetória de disputas. Inicialmente, as populações indígenas se estabeleceram nele e territorializaram-no, ocuparam-no na lógica extensionista, respeitada “a diferenciação ecológica e cultural entre os grupos indígenas”, pautados na “caça e em uma exploração de grandes extensões territoriais ecologicamente variadas” (SEEGER e CASTRO, 1979, p. 101). Depois, os jesuítas e os bandeirantes, que, nos séculos XVI e XVII, estavam interessados em reconhecer o território, estabelecer rotas para o Paraguai e o Peru, bem como explorar os recursos naturais e escravizar os povos indígenas.

Na sequência, a partir do século XVIII, as expedições exploratórias foram intensificadas e nutriam vários interesses, entre eles destacam-se a desterritorialização dos povos indígenas e os projetos de construção de estradas para ligar o Paraná ao Mato-Grosso e o Brasil a outros países da América Latina, como Paraguai, Uruguai e Argentina. Nos séculos XIX e XX, as expedições exploratórias culminaram na ocupação da natureza, na lógica da capitalização mercantil da terra, classificada por Worster (2003, p. 34) como uma “simplificada abstração” da natureza em “terra” e que, segundo esse autor, “trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica” (WORSTER, 2003, p. 33).

Ainda no contexto das disputas, os estudos técnicos das expedições exploratórias, ao longo dos séculos XIX e XX, levaram à suspensão da ideia de navegabilidade comercial do rio Ivaí, mas justamente o que levou à desistência da navegabilidade despertou, na atualidade, o interesse pela construção de hidrelétricas. Ou seja, suas correntezas e seus saltos, que antes impediram que o rio Ivaí se tornasse uma hidrovia, agora são disputados como potenciais para

geração de energia elétrica.

Worster (2003, p. 31) alerta que, dentre as forças da natureza, “[...] a água tem sido menos soberana” e foi uma das primeiras a estar “sob a administração humana”. Assim, o rio Ivaí foi e ainda é meio de transporte e de comunicação entre povos e lugares. Há canoas, balsas e pontes. Há quem tenha sugerido até a construção de teleférico¹⁴⁴ para romper as barreiras que impediam a navegabilidade. Meios de transportes, no rio em questão, geraram negócios, a exemplo do período em que as balsas eram as principais formas de travessia. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas às suas margens ou diretamente no seu leito, a pesca deve ser considerada como mais uma das disputas pelo uso do rio.

A pesca, uma atividade tão antiga quanto a humanidade, sempre foi desenvolvida pelos humanos na longa trajetória de sua ocupação na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Ela fazia parte da organização da vida dos povos pré-ceramistas e ceramistas. O que a diferenciou com o passar do tempo foram as técnicas e os equipamentos utilizados, assim como a finalidade do pescado. Antes do modelo de ocupação privada da terra, a pesca servia como base alimentar e subsistência para os humanos, ao retirarem do rio somente o necessário para tanto. Após isso, passou a ser fonte de renda e de sobrevivência com a sua comercialização, o que exigiu equipamentos capazes de pegar uma maior quantidade de peixe, com técnicas e equipamentos para armazenar e conservar.

Esse tipo de pesca é considerado extrativista, porque extrai da natureza aquilo que, naturalmente, ela produz. Essa atividade, cabe ressaltar, pode ser predatória se realizada sem o respeito ao tempo de reprodução dos peixes (a Piracema). Entretanto, a ameaça de extinção de espécies de peixes e de demais organismos que compõem a biodiversidade da fauna e da flora do rio Ivaí não está condicionada somente à pesca predatória. Existem inúmeras outras atividades que contribuem, as quais são praticadas por todos os sujeitos que disputam o rio Ivaí e fazem usos dele ou das terras que o margeiam.

Para Agostinho, Thomaz e Gomes (2005, p. 72), “[...] as principais causas da perda direta da biodiversidade em ecossistemas aquáticos continentais brasileiros são poluição e eutrofização, assoreamento, construção de barragens e controle de cheias, pesca e introdução de espécies”. Essas atividades, que são de origem antrópica, foram desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, com destaque para o seu médio curso, objeto deste estudo, ao passo

¹⁴⁴ Em 1923, o polonês ornitólogo-naturalista Tadeusz Chrostowski apresentou seu relatório de exploração pelo rio Ivaí, com três sugestões de uso dele: restaurar sua importância, identificando pontos que sejam mais atrativos para visitar; expandir e proteger os canais fluviais para permitir o deslocamento por barco; contemplar as necessidades das pessoas que ali residem, como subir o rio, que pode se dar por meio de transporte teleférico (STRAUBE, 2016, p. 206).

que as ocupações humanas foram se encontrando, assimilando-se e, por vezes, sobrepondo-se.

Assim, por meio da observação feita a campo no espaço geográfico do território do médio curso do rio Ivaí¹⁴⁵, foi possível evidenciar várias formas de manejo e múltiplos usos do solo às margens do rio. São atividades praticadas por diversos sujeitos e oriundas do processo de ocupação privada da natureza. A partir dessas observações e da coleta de dados, que foi enriquecida por relatos orais, analisaram-se as práticas e os usos do solo às margens do rio em questão, que, neste século XXI, afetam e impactam diretamente a biodiversidade e a ictiofauna.

As atividades e as mudanças antrópicas nesse ambiente estão a causar impactos de consideráveis proporções à dinâmica do rio Ivaí. São constantes modificações impostas pelas mais variadas atividades humanas, as quais estão comprometendo toda a fauna aquática, antes mesmo dela ser inventariada e conhecida quanto ao seu papel e à sua importância para o ecossistema da região. Arruda (2013b, p. 304) alerta que é o “tempo histórico e o tempo biológico” entrecruzando-se e contribuindo para a compreensão desses impactos:

[...] um rio é alterado por uma contenção artificial, como as hidrelétricas, alterando os ritmos das correntezas, das cheias, da qualidade da água e das condições ambientais para a sobrevivência de todas as espécies. Algumas espécies existentes acabam por desaparecer, ou diminuem radicalmente. Além disso, a introdução acidental ou intencional de espécies exóticas cria uma nova “dinâmica” de competição no mesmo meio. Os ritmos biológicos são assim alterados pelos tempos históricos dos homens (ARRUDA, 2013b, p. 304).

Em função dessa forma privada de ocupar e de se apropriar do espaço e, em consequência da regulamentação, ainda que incipiente, da pesca e dos usos dos recursos naturais, os pescadores foram reconhecidos como categoria profissional. Isso foi também mais uma maneira de organização e de apropriação do rio, condição que, volta-se a afirmar, inseriu os pescadores nesse cenário das disputas pelo rio Ivaí. A partir das demandas ambientais provocadas no contexto da “Era Ecológica” e dos atos regulatórios da atividade pesqueira no rio Ivaí¹⁴⁶, para se manterem nos espaços deliberativos dessas disputas de usos múltiplos do rio, os pescadores criaram a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí. Conforme Marildo Oliveira (2019),

¹⁴⁵ Registro que já percorri o rio Ivaí e suas margens por todo o território delimitado nesta pesquisa. Fotografei, coletei informações dos moradores, fiz cópia de documentos obtidos em cartórios, prefeituras e em posse dos entrevistados, observei e analisei a paisagem e sua configuração atual *in loco* e por meio das imagens via satélite (*Google Earth*). Durante os dois anos do Mestrado, intensifiquei as pesquisas a campo, elaborei projetos utilizando o software *Google Earth* e, com a ajuda de Rodrigo Blaudt L. da Silva, acadêmico de Geografia (UEM), elaborei diversos mapas temáticos, os quais seguem no corpo desta dissertação.

¹⁴⁶ De acordo com as portarias do IAP nº 218 (27/10/2004) e nº 220 (05/11/2004), a pesca no rio Ivaí estava proibida e os pescadores, segundo Marildo Oliveira (2019), estavam “ferrados” (informalidade).

Marildo Oliveira: [...] a Colônia faz a parte da documentação, da legalidade do pescador. A Patrulha faz o trabalho de investigação, o trabalho de educação ambiental, um trabalho de acompanhamento pra podê o pescadô tê essa liberdade de tá exercendo a pesca. [...] vamos buscar fazer algo em prol do meio ambiente, para que as pessoas possa enxergar que o pescadô, mesmo tando proibido de exercer a função, não deixô de tá cuidando do meio ambiente. Então foi com essa condição que a gente conseguiu fazê com que a opinião pública voltasse um melhor olhar para com o pescador (2019, informação verbal).

Os pescadores foram levados a mudarem suas formas de atuação. Marildo Oliveira (2019) alega que eles compreenderam que precisavam proteger o rio contra a pesca predatória praticada por outros sujeitos (os amadores), assim como dos danos provocados pelo desmatamento e pela prática da agricultura intensiva. Ele também não descarta que os pescadores profissionais precisam se conscientizar de suas ações e funções nesse processo de preservação do rio Ivaí.

Ele afirma ainda que, para respaldar as atividades da Patrulha Ambiental pelo Rio Ivaí, foi necessário estabelecer relações e dialogar com o Ministério Público. Demonstrando o trabalho realizado pela Patrulha, Marildo Oliveira possui um arquivo com notificações e autuações protocoladas no Instituto Água e Terra (IAT) e no Ministério Público. São documentos que evidenciam e possibilitam a análise dos impactos ambientais provocados em virtude dos diversos usos do rio e do solo, que, de acordo com Marildo Oliveira (2019), ferem as legislações e são tipificados por ele como crimes ambientais.

Constam nesses documentos relatos de apreensão de equipamentos irregulares de pesca; de corte ilegal de árvores; de cobertura irregular de nascentes de água; de descumprimento dos limites e dos percentuais quanto às reservas legais; e de uso e descarte irregular de embalagens de agrotóxicos (Figura 29). Em um dos inúmeros relatos das atividades realizadas pela Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, Marildo narra sobre a agilidade dos que desmatam:

Marildo Oliveira: [...] se você chegar lá duas horas depois que o trator tá lá, cê num tem como fazê nada. Cê num vê nada... O que acontece? O trator de esteira, aquela retro grande, igual a prefeitura tem, grande, faz o buraco, desmata aqui, faz uma valeta de cem metro por uns dez de fundura. Aí, o que acontece? O trator de esteira vai lá e derruba essas arvona grande, essas grandona lá, empurra, joga naquela valeta. Vai lá, empurra, joga tudo lá dentro daquela valeta. Aí vem a pá, enterra tudo. Já vem o trator de roda, gradiando. Cê chega lá, dentro de duas horas, cê num sabe se tinha terra ali, se tinha arvore. É uma terra qualquer (2019, informação verbal).

Segundo Marildo Oliveira (2019), a pesca desenvolvida na mesma lógica do

capitalismo e o aumento do número de pescadores na atividade corroboram as demais causas de perda da biodiversidade no rio Ivaí, conforme entendem Agostinho, Thomaz e Gomes (2005) e Arruda (2016a). Entretanto, Marildo Oliveira (2019) também ressalta que, da forma como a legislação está organizada e aplicada, somente a pesca exercida pelos pescadores da Colônia Z-17 é que está em pauta como causa da diminuição e do risco de extinção das populações de peixes nativos do rio Ivaí¹⁴⁷.

Diante do exposto, de um lado, tem-se uma comunidade ribeirinha (Porto Ubá) que se estruturou e emergiu do processo de ocupação não indígena, o qual, para sua entrada ao território, movimentou comercialmente a localidade. De outro lado, tem-se a pesca estruturada, mesmo que inicialmente na informalidade, dentro e fruto desse mesmo processo. Quando a ocupação não indígena se intensificou, consolidaram-se a agricultura e o modelo de propriedade privada na região. Por conseguinte, as balsas foram desativadas, e isso desestabilizou a economia de Porto Ubá. Essa argumentação demonstra o processo contraditório que os pescadores teriam vivenciado no contexto em análise.

Adicionalmente, a transferência do distrito administrativo para o patrimônio de Lidianópolis, na década de 1970, nas narrativas de Marildo Oliveira (2019), teria sido decisiva para deixar a população de Porto Ubá dependente do rio Ivaí e da pesca proveniente dele. Teria sido nesse momento, segundo ele, que um grupo de moradores da comunidade se reinventou, utilizando a mesma lógica do sistema capitalista e percebendo na atividade da pesca uma possibilidade de renda para além daquela já praticada na informalidade. A partir de então, o que se verifica nas narrativas e na organização institucional dos pescadores é um constante reinventar-se pautado na dicotomia do pescar e do preservar.

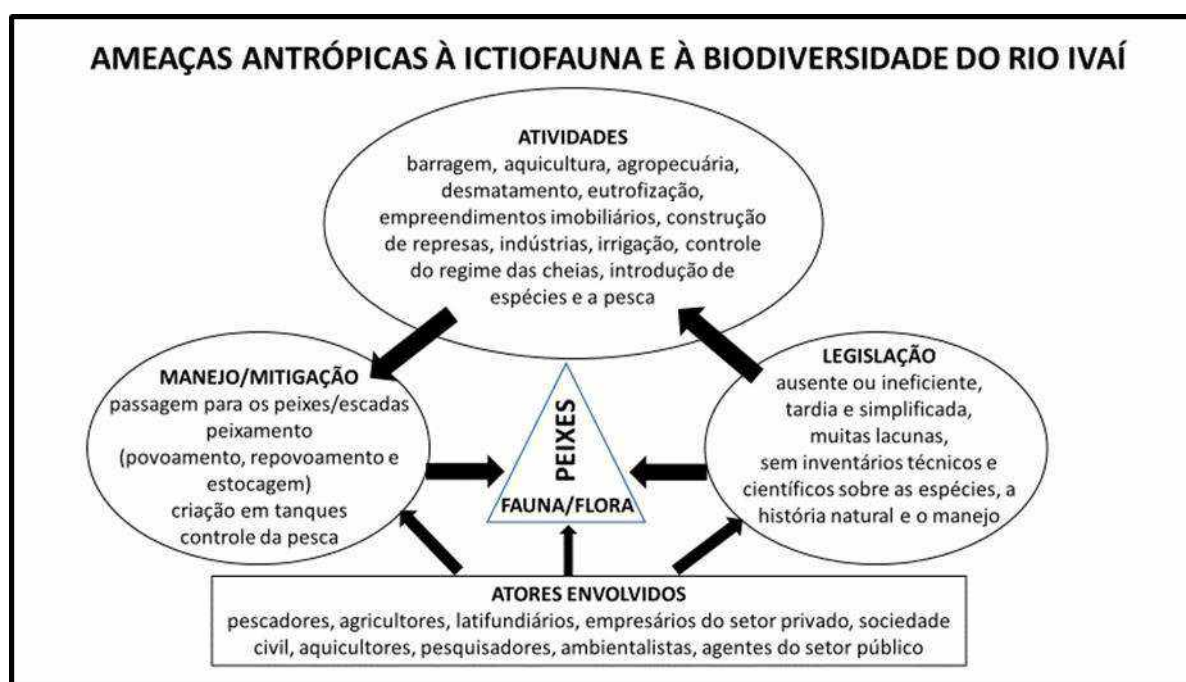
Em simultâneo, as outras atividades antrópicas também impactaram diretamente o rio Ivaí, sua ictiofauna e sua biodiversidade. Impactos que influenciaram a organização, a vida dos pescadores e a comunidade ribeirinha. Dentre essas inúmeras atividades, destacam-se: a agricultura intensiva praticada pelo agronegócio que não respeita os limites de matas ciliares e de preservação das florestas estabelecidos na Lei Federal nº 12.651/2012 (BRASIL, 2012a),

¹⁴⁷ As Portarias do IAP nº 218 e 220/2004 proibiram a pesca profissional e a amadora em vários rios do Paraná, entre eles o Ivaí. A pesca no rio Ivaí só foi regulamentada novamente em 2018, por meio da Portaria do IAP nº 153, a qual mantém várias restrições consideradas pelo órgão necessárias para a preservação, a reprodução e o povoamento da ictiofauna do rio Ivaí. Em anexo, as três Portarias estabelecem as espécies nativas ameaçadas de extinção. A Lei Estadual nº 19.789/2018 proibiu por oito anos a captura, o embarque, o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização do peixe da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus*, o conhecido e procurado dourado.

especialmente no que se refere à “área de preservação permanente¹⁴⁸”; o uso indevido de agrotóxico sem o correto descarte das embalagens; a poluição que, em geral, contamina a água do rio e seus afluentes; a ocupação privada das margens do rio, com empreendimentos imobiliários que afrontam as legislações ambientais.

Ao contexto atual acrescenta-se a eminente ameaça de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – represamentos e barramentos do rio para produção de energia elétrica, por parte do setor privado (Mapa 20). O que se tem configurado, então, nessas duas primeiras décadas do século XXI, é um processo de disputa do rio Ivaí por inúmeros atores e interesses de usos antrópicos, os quais foram analisados aqui a partir da mesma lógica da ocupação privada das terras que o margeiam, compreendidos como continuidade. O organograma abaixo (Figura 24) demonstra as ameaças à ictiofauna e à biodiversidade causadas pelas atividades antrópicas praticadas na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí por inúmeros sujeitos.

Figura 24 – Ameaças antrópicas à ictiofauna e à biodiversidade do rio Ivaí



Fonte: a própria autora (2020) a partir de: AGOSTINHO, THOMAZ E GOMES (2005)

É o cenário retratado no organograma que tem fomentado os debates atuais. Debates que estão a provocar um processo de reconhecimento social, cultural, científico e político de legitimação da importância ambiental do rio Ivaí, com vistas à preservação de toda a

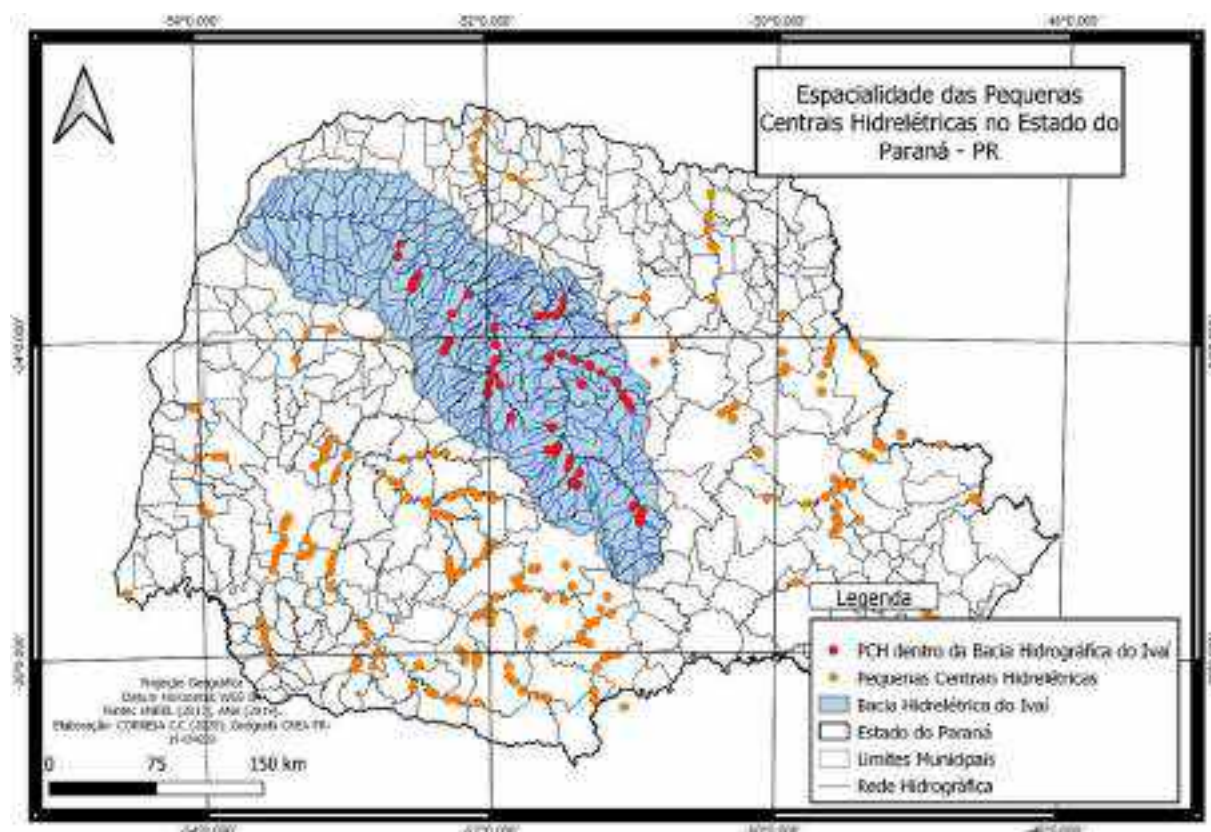
¹⁴⁸ No caso do rio Ivaí, 100 metros às suas margens e de seus afluentes, os quais podem se enquadrar em 30 ou 50 metros de proteção das suas margens, a depender da largura de seus leitos. Inclui-se nesse fator a desobediência de manter 20% da reserva legal de cada propriedade rural (BRASIL, 2012a).

biodiversidade do ecossistema da região e do Paraná. O cenário apresenta-se conflituoso e contempla uma diversidade de interesses: os atores e as atividades pretendidas e/ou praticadas, que, em disputa, deliberam atos regulatórios e, a partir deles, desenvolvem o manejo e a mitigação para minimizar os impactos gerados, em consequência dos usos que fazem do rio e do território do seu médio curso.

De acordo com as deliberações da Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca” (2020), existem outras forças e atores também presentes nesse cenário de debates, os quais têm conseguido, entre outras ações: estancar os projetos de construções das PCHs e UHEs no rio Ivaí; provocar para que fosse elaborada a Portaria do IAP nº 135/2018, que regulamentou a pesca profissional e a amadora no Ivaí; fomentar as discussões sobre o uso abusivo de agrotóxico no território do médio Ivaí; cobrar e provocar as prefeituras com relação à importância da “Zona de Proteção Verde¹⁴⁹”; e, via Ministério Público, oficializar a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí e o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAEMA) para iniciar vistoria em algumas áreas com empreendimentos particulares e privados construídos às margens do rio Ivaí.

¹⁴⁹ De acordo com Rosana Araújo de Sá Ribeiro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAEMA), de Campo Mourão (2020), equivale a um “cinturão” no entorno dos núcleos urbanos, dentro do qual só são admitidas atividades agropecuárias sem uso de agrotóxicos e com baixo impacto ambiental.

Mapa 20 – Espacialidade das Pequenas Centrais Hidrelétricas no Paraná



Fonte: elaborado pela autora (com base nas fontes citadas no próprio Mapa)

Pode-se notar que nem todas as disputas pelo rio Ivaí são devastadoras. Existem outras formas de interpretar o rio, que reúnem as demandas contemporâneas de apropriação e de uso da natureza. Tem-se uma discussão pautada no conceito da “Era da Ecologia” de que se faz necessário e urgente preservar. Dentre os movimentos que atuam pautados nessa lógica da preservação ambiental, da pesquisa e da regulamentação dos múltiplos usos dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, destacam-se:

Os Comitês de Bacias Hidrográficas¹⁵⁰: fóruns constituídos por diversas representações a partir da realidade de cada Bacia. É “[...] um grupo de pessoas que se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia” (BRASIL, 2011, p. 11). O

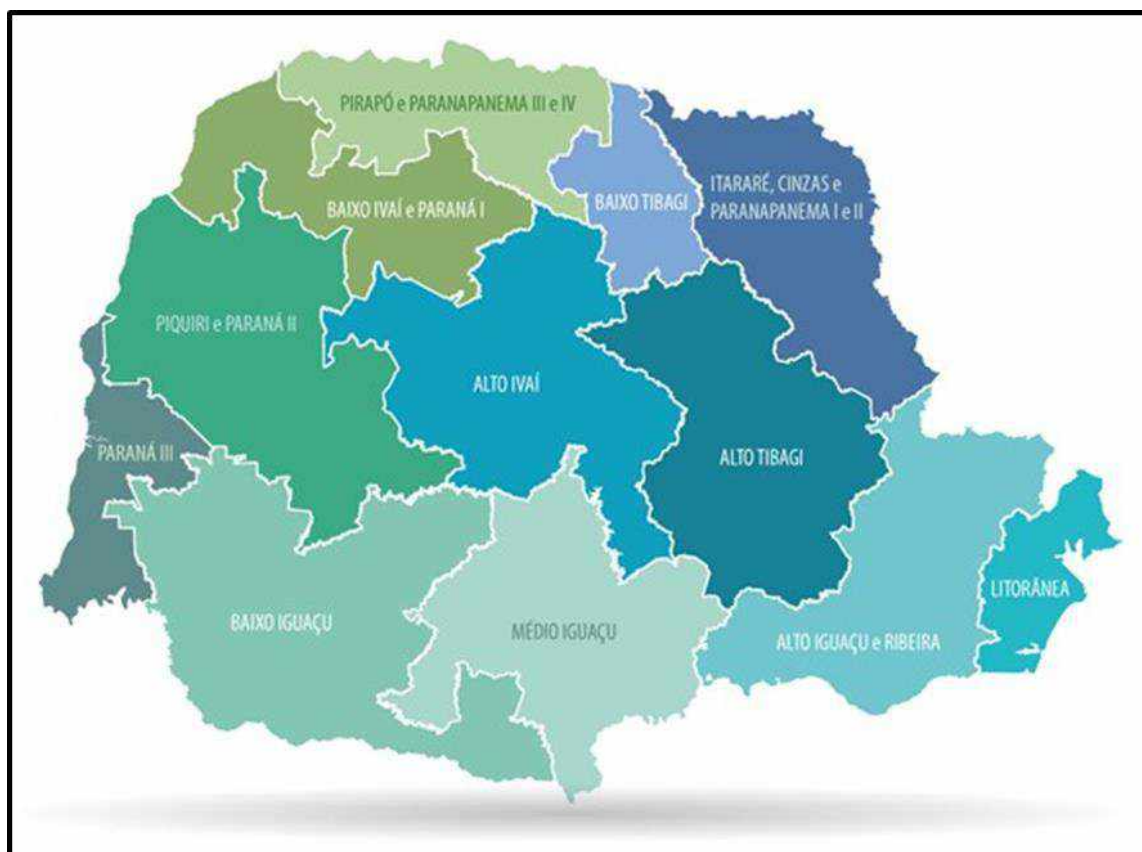
¹⁵⁰ Instituído e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 9.130/2010. É um “braço” do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR. Para ser constituído, precisa ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com formalização por meio de decreto do governador. A composição dos Comitês de Bacias está limitada de dez a quarenta membros, que são: representantes dos municípios e usuários hídricos da Bacia; representantes de entidades da sociedade civil e comunidades tradicionais e indígenas existentes ou relacionadas aos recursos hídricos; representantes de instituições de pesquisa, de organizações técnicas e profissionais. Entre as competências dos comitês, está a de fomentar o debate e a mediação de conflitos em relação a tudo que envolve os recursos hídricos de sua jurisdição, articulando a atuação de órgãos, entidades, instituições e demais pessoas físicas ou jurídicas interessadas em algum tipo de uso desses recursos.

território de médio curso do rio Ivaí está incluso no Comitê da Bacia do Alto Ivaí, aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio da Resolução nº 78/2012 e formalizado pelo Decreto Estadual nº. 8859/2013. Este Decreto definiu que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí fosse composto por onze membros representantes do Poder Público, dez usuários de recursos hídricos da Bacia e oito representantes da sociedade civil organizada. A Portaria nº 19/1992, da extinta SURHEMA, enquadrou os cursos de água da Bacia do Rio Ivaí como pertencentes à “Classe 2”¹⁵¹.

A Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas: instituída em 2014 por meio da Resolução nº 1021, emitida pela Procuradoria Geral de Justiça do Paraná. É um movimento que faz parte do planejamento estratégico de atuação do Ministério Público do Paraná para fortalecer ações regionalizadas e em rede na defesa do meio ambiente. São doze coordenadorias regionais agrupadas de acordo com as áreas de influências das Bacias Hidrográficas (Mapa 21). Cada uma delas possui coordenação específica. O alto Ivaí, no qual está inserido o território do médio curso do Ivaí, consequentemente abrangendo Porto Ubá e o trecho de atuação e pesca da Colônia de Pescadores Z-17, está sob a coordenadoria do Ministério Público de Campo Mourão. Inclusive, uma das ações dessa coordenadoria foi a realização, em 05/03/2020, da Audiência Pública com o tema “Rios do Paraná: Peixes e Pesca”.

¹⁵¹ A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu o enquadramento “dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água” (Seção II, artigo 9º). Conforme a Resolução nº 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e as diretrizes ambientais para o seu enquadramento, previu treze classes quanto à qualidade e aos usos da água. Delas, cinco são específicas para a água doce. A Classe 2, como está classificada a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, significa que tem água destinada a: abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; proteção das comunidades aquáticas; recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA nº 274, de 2000; irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; aquicultura e atividade de pesca (Artigo 4º, incisos e letras).

Mapa 21 – As 12 regiões de atuação da Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas



Fonte: Rede Ambiental/MP-PR (2014)¹⁵²

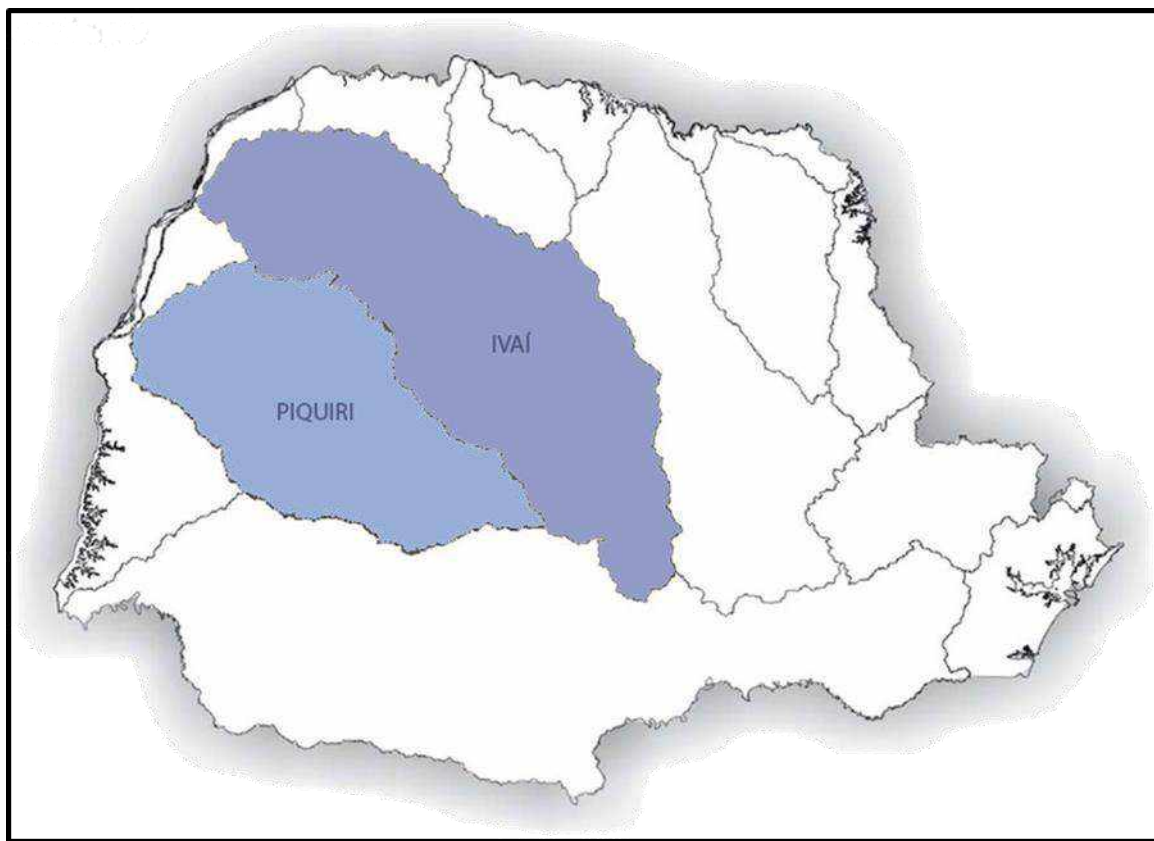
O cenário de debates se compõe por inúmeros outros atores de diversos segmentos: da sociedade civil, do setor privado e governamentais. Contudo, observou-se uma significativa atuação do Ministério Público, que tem agido como provocador dos demais atores e mediador entre as demandas de usos e múltiplos interesses nos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, apresentados e em disputa.

O Movimento Pró Ivaí/Piquiri¹⁵³: articulação integrada em rede, composto por pessoas que atuam em diferentes áreas do saber, com o objetivo de impedir a construção de empreendimentos hidrelétricos nos rios Ivaí e Piquiri. Pesquisas do promotor público e professor Robertson Fonseca Azevedo (2015) contribuem significativamente para compreender as pautas desse movimento e outras importantes análises ambientais.

¹⁵² Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2673>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹⁵³ O movimento se articula nas redes sociais por meio de uma página no *Facebook* com o seguinte endereço: <https://www.facebook.com/proivaipiquiri/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Mapa 22 – Bacias Hidrográficas dos rios Ivaí e Piquiri



Fonte: SCHIRMER, MONTENEGRO e AZEVEDO (2018)

O Mapa 22 mostra a localização e a extensão das duas Bacias Hidrográficas no Paraná, para as quais o Movimento Pró Ivaí/Piquiri concentra ações desde 2002, quando foi organizado. De acordo com seus idealizadores,

[...] o Movimento Pró Ivaí/Piquiri já promoveu e participou de mais de 160 eventos (seminários científicos, palestras, reuniões públicas, reuniões de trabalho, audiências públicas e falas em diversos atos) em 57 municípios, alcançando aproximadamente 13.500 pessoas (número que não considera os acessos em página de Facebook) (SCHIRMER, MONTENEGRO e AZEVEDO, 2018, p. 2).

Ainda conforme os autores, o movimento confronta o “discurso do Setor Elétrico” e demonstra, além da importância ambiental e histórica das Bacias, os prejuízos econômicos para os municípios afetados, como “a perda de áreas produtivas e o deslocamento da população”. Segundo eles, as ações do movimento têm conseguido “[...] conter a implantação de empreendimentos hidrelétricos nos rios Ivaí, Piquiri e Goioerê” (SCHIRMER, MONTENEGRO e AZEVEDO, 2018, p. 3).

O Grupo Gestor de Pesca: previsto na Portaria do IAP nº 135/2018, tem como

finalidade acompanhar a execução dos atos regulatórios para a atividade pesqueira no rio Ivaí. Apesar de o Artigo 13 da referida Portaria ter estabelecido o prazo de noventa dias para a constituição desse grupo, ele foi fomentado na Audiência Pública de 05/03/2020 como deliberação provocada pelos participantes.

Nessa audiência, definiram-se algumas representações da sociedade civil, de pesquisa e do Instituto Água e Terra (IAT). Este último ficou com a responsabilidade de elaborar Portaria regulatória para a atuação do referido grupo. Entre os representantes estão: os pescadores amadores; a Colônia de Pescadores Z-17 e a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí; o Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (NUPELIA) da Universidade Estadual de Maringá (UEM); a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus de Campo Mourão; e a Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná.

Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I): organização legalmente constituída e de caráter associativo, criada em dezembro de 2012, originária e em consequência das demandas da “Era da Ecologia”, que provocou criação de atos regulatórios, os quais restringiram a atividade da pesca no rio Ivaí e incluíram-no nas políticas de proteção e de preservação dos recursos naturais e hídricos.

Além dos pescadores, outros voluntários de Porto Ubá e de outros locais no território do médio curso do rio Ivaí participam da Patrulha. Marildo Oliveira (2019) relata que a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí participa de reuniões e de eventos promovidos pelos movimentos expostos anteriormente, mas também organiza, provoca e promove movimentos em favor da preservação ambiental e da atividade pesqueira profissional no rio Ivaí.

Quanto à legalidade de atuação da Patrulha, ela se respalda no Artigo 301 do Código de Processo Penal Brasileiro, que, nas palavras de Marildo, compreende-se da seguinte forma: “Qualquer um pode e a polícia deve prender quem tiver em flagrante. Aonde o Estado não pode estar presente, a sociedade pode tá. Fazendo o quê? Fiscalizando, prendendo quem cometer crime”. Na forma da lei, o texto do Artigo 301 coloca que: “qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito” (BRASIL, 1941).

No registro, a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí está constituída em forma de Organização Não Governamental (ONG). De acordo com Marildo Oliveira (2019), possui respaldo de atuação pelo Ministério Público, com um trabalho em regime integrado com outros órgãos e segmentos.

Segundo Marildo Oliveira, a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, atualmente, é composta por pescadores e não pescadores. É bastante conhecida e atua em várias atividades: arrastão

ecológico (coleta de lixo nas margens do rio), anualmente realizado, percorrendo o trecho onde a pesca agora é permitida no rio Ivaí; fiscaliza a pesca amadora e de subsistência, com apreensão de petrechos ilegais de pesca ou com autuação de pescadores em locais e em épocas proibidos; fiscaliza e autua proprietários rurais que desmatam e não preservam as minas d'água; faz palestras de conscientização; e atua em eventos ambientais locais e regionais.

Durante o trabalho a campo, pôde-se constatar que os pescadores e os membros da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí são exímios conhecedores do leito do rio e sempre são parceiros do Corpo de Bombeiros em busca de vítimas no rio Ivaí. Atuam muito, também, em parceria com a Saúde Pública dos municípios localizados no trecho de pesca permitida pela Portaria do IAP nº 135/2018, nos arrastões de limpeza das cidades e nas campanhas de prevenção contra epidemias¹⁵⁴.

Verifica-se que a área de pesquisa está sempre compondo esses espaços e movimentos, também atores que compõem o cenário em disputa. No que se refere à Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, destaca-se a atuação dos pesquisadores da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)¹⁵⁵.

Os pesquisadores dessas instituições, além de suas pesquisas, fazem-se representar nos conselhos, nos Comitês de Bacia e em demais espaços coletivos e organizados de discussões e de debates. Geralmente, eles apresentam suas pesquisas para contribuir para as análises. Entretanto, é importante ressaltar que muitas dessas pesquisas não têm a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí como foco principal, uma situação que está começando a se alterar diante da constatação de alguns desses profissionais de que os rios Ivaí e Piquiri são os únicos no Paraná sem nenhum tipo de barragem ou represamento, devendo assim permanecer, pois são rios essenciais para a manutenção e a reprodução da biodiversidade, especialmente da ictiofauna migratória que necessita de água corrente, escura ou turva e do movimento das cheias para sua reprodução.

As narrativas de todos esses sujeitos, a exemplo dos relatos fornecidos pelas expedições exploratórias, são também discursos e representações que vão sendo criados em

¹⁵⁴ Os patrulheiros estão sempre envolvidos com ações e campanhas, a exemplo do combate ao mosquito da dengue. Desde março/2020, eles estão atuando nas barreiras de controle de entrada e saída das cidades, em virtude dos riscos da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19).

¹⁵⁵ Na Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca” (2020), pesquisadores de todas essas instituições estavam presentes. Contudo, para fundamentar este estudo, foram significativas as contribuições na audiência e os estudos publicados pelos pesquisadores Ângelo Antônio Agostinho (UEM), Edson Kiyoshi Okada (UEM/NUPELIA) e Mauro Parolin (UNESPAR - Campus de Campo Mourão).

relação ao rio. São as forças em disputa pelo rio que envolvem todos esses discursos e essas demandas: dos cientistas, que querem construir uma análise sobre a megabiodiversidade e fundamentam outros discursos; do pescador que virou patrulheiro; do empresário construtor de barragens que se defende com o discurso do progresso econômico; do pescador amador que se ampara no turismo e no “pesque e solte” como alternativa de preservação; do pescador de subsistência que considera o pescador profissional um predador; dos movimentos que objetivam a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais; do agronegócio, imbuído da missão de produzir para alimentar a sociedade. Adicionalmente, têm-se o chacareiro ou os proprietários de empreendimentos imobiliários que vendem e estimulam o consumo da natureza na perspectiva do retorno ao rural, do descanso na “casa secundária”.

Em meio a esse contexto de disputas por usos múltiplos do rio Ivaí, a pesca continua sendo praticada por (quase) todos esses sujeitos. Sempre exercida pelos humanos em ocupação no território do médio curso do Ivaí, ela foi intensificada e praticada para comercialização a partir da década de 1930. Até a década de 1984, seguiu na informalidade. Contudo, as regulamentações específicas para o rio Ivaí, com inúmeras restrições, só foram efetivadas com a Portaria do IAP nº 135/2018, conforme já analisado anteriormente, em um processo provocado pelos pescadores de Porto Ubá e pelas demandas da “Era da Ecologia”.

Regulamentada ou não, a pesca no rio Ivaí é uma atividade extrativista exercida desde sempre. Atualmente, a Portaria do IAP nº 135/2018 prevê uma série de medidas e restrições em face do manejo e da sustentabilidade, ao conciliar a pesca com a preservação do rio Ivaí e de toda a biodiversidade que o envolve. Todavia, na prática, observa-se que essa regulamentação não tem sido sinônimo de proteção, muito menos de preservação da vida nesse rio, tampouco de que a pesca enquanto atividade profissional, amadora ou de subsistência vai ser exercida rigorosamente de acordo com o que prevê a referida Portaria.

Assim sendo, ao Estado – como regulador – e à sociedade civil organizada cabe o desafio de continuarem presentes nos debates, mediando as conflitividades inerentes às disputas também presentes quanto ao exercício da pesca, sobre quem pode e como pode exercê-la.

A atividade da pesca continua ameaçada, ainda, pela prática das demais atividades e dos usos já tratados aqui, também em disputas, advindos do projeto de ocupação privada e mercantil da terra, promovido pelos não indígenas, especialmente a partir do estabelecimento da Sociedade Territorial Ubá Ltda. São atividades e usos que passaram a impactar e a ameaçar o rio Ivaí, entre elas estão, vale relembrar: o desmatamento e a não preservação das matas ciliares; o assoreamento do rio por conta das atividades agrícolas intensivas; a contaminação de suas águas pelo uso inadequado e pelo descarte ilegal de embalagens de agrotóxicos; a

privatização das margens por empreendimentos imobiliários (casas, chácaras, condomínios particulares), em desacordo com a legislação ambiental, o que, entre outros impactos, contribui para as enchentes e as inundações; e a constante ameaça de construção de barragens (hidrelétricas).

Marildo Oliveira (2019) reconhece os riscos do exercício da pesca predatória praticada no rio Ivaí por várias razões, entre elas a morte dos peixes no processo de reprodução ao entrarem em contato com restos de venenos depositados no leito do rio, alojados nos barrancos, local que, segundo ele, os alevinos procuram para fugir dos predadores naturais quando fazem o caminho de volta após a reprodução. De acordo com Marildo, os alevinos, ao terem contato com o veneno e por ainda serem novinhos, não possuem resistência e morrem.

Ele também considera que, hoje, há mais espécies de peixes no rio Ivaí que na época de 1950. De acordo com Marildo, a movimentação pelos rios e a ação humana podem ter contribuído para o aumento das espécies, mas alerta que também existem mais pescadores.

Marildo Oliveira: *Naquele tempo, não é que existia mais peixe. A diferença é que, naquele tempo, existia vários, muito peixe e pouco pescador. Hoje existe muito peixe e muito pescador. Então o que acontece? Os peixes começaram, por si só, criar uma forma de fugir dos pescador. E a natureza ensinou eles a ter que ir. Por que o que acontece? Assim como modifica a natureza, quando a 50 anos atrás, o peixe tinha aquela situação do cê ir lá fazer uma ceva e pegar. Na beira do rio, amarrava um anzol e pegava. Hoje não tem o mato mais, o peixe também já criou essa, já sabe disso aí, pelo efeito estufa, pela água ter esquentado mais, o oxigênio. O peixe, a tendência é procurar o local mais fundo, mais profundo, local mais escondido possível. Então o que acontece? Existe vários peixes, mas o peixe também aprendeu a se escapar do predador, que é o homem [...] O nosso rio tem dois tipos de separação: o peixe, do Salto do Bananeira para baixo, tem outras espécies. Do Salto do Bananeira para cima, outras. [...], o Salto é como se fosse uma barreira. Cê num sobe nem desce (2019, informação verbal).*

Observa-se que a narrativa de Marildo Oliveira se compõe por informações da sua trajetória como filho de pescador, da relação com o rio, do conhecimento sobre e do processo de participação nos espaços de debate, entre os sujeitos em disputa e aqueles pautados nas demandas contemporâneas. Nota-se que ele fala do passado e do presente, mescla seu saber comum, adquirido na prática e na vivência no rio e no povoado de Porto Ubá, com as narrativas e as interpretações fornecidas pelos pesquisadores. Assim, produz sua interpretação quanto ao contexto atual.

Nesse sentido, as preocupações de Marildo Oliveira convergem com as dos pesquisadores, os quais alertam sobre os riscos de manejo e as ações mitigadoras sem estudos

completos, devendo-se obter informações biológicas e autoecológicas. Como o rio Ivaí ainda não possui tais estudos de forma completa, os pesquisadores apoiam-se em suas pesquisas realizadas no contexto dos rios de água doce do Brasil e do Paraná¹⁵⁶. Dessa forma, Agostinho, Thomaz e Gomes (2005, p. 72) afirmam que “[...] a sobrepesca, ou a pesca próxima disso, tem ameaçado as populações de várias espécies de peixes, o que levou a considerá-las como ameaçadas de sobreexploração”. Ele coloca também que:

[...] a complexidade dos sistemas ecológicos brasileiros, bem como a carência de informações de longo prazo e as dificuldades metodológicas, fazem com que os estudos prévios tenham marcantes limitações em relação à sua aplicação no dimensionamento dos impactos e das medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias (AGOSTINHO *et al.*, 2010, p. 9).

Essa situação, a saber, também foi analisada pela diversidade de sujeitos participantes do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca (PROSPESQUE), cujas demandas para o setor foram sintetizadas em relatório publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (BRASIL, 2012b). Alerta-se, nesse documento:

[...] a pesca artesanal continental brasileira apresenta limitações quanto a sua exequibilidade vinculadas à realização de estudos socioeconômicos ambientais e tecnológicos integrados que permitam o desenvolvimento da mesma na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A gestão da pesca engloba uma série de questões. O peixe é apenas uma peça da engrenagem de um complexo sistema. Para manter a atividade pesqueira é preciso entender os fatores intrínsecos e extrínsecos que causam alterações ambientais e que afetam a produtividade dos estoques pesqueiros. No entanto a renovação dos estoques é fortemente dependente da qualidade ambiental e dos interesses de seus usuários. Dessa forma, é preciso considerar os fatores que determinam a qualidade do ambiente considerando que qualquer atividade que afete estes fatores implica em alterações na produção pesqueira e em seus usuários. A manutenção da atividade depende da “saúde” dos estoques que por sua vez é dependente da qualidade do ambiente.

Faz necessário fomentar o empoderamento dos pescadores artesanais, a análise do nível de exploração do uso recursos pesqueiros e a capacidade de suporte do ambiente para promover a sustentabilidade da atividade pesqueira, com destaque para a promoção de renda, trabalho, soberania alimentar e manejo sustentável dos recursos pesqueiros (BRASIL/EMBRAPA, 2012b, p. 31, 33 e 34).

¹⁵⁶ Ao longo da pesquisa, foram encontrados vários trabalhos voltados para a Bacia do Rio Paraná e para as barragens nela, especialmente quanto aos impactos ambientais provenientes da construção da Hidrelétrica de Foz do Iguaçu e da formação do lago de Itaipu. Verificaram-se importantes estudos sobre o Rio Tibagi, pautados na História Ambiental, como os de Gilmar Arruda e de Eliane Aparecida Biasetto. Acredita-se que as demandas contemporâneas da “Era da Ecologia” e das disputas para múltiplos usos do rio Ivaí estão fomentando pesquisas em específico para o território e para a Bacia Hidrográfica analisados, a exemplo deste estudo.

Percebe-se que a própria legislação e os setores de pesquisa reconhecem os problemas e a ausência de pesquisas, planejamentos e projetos de manejos eficazes para o setor da pesca profissional artesanal, assim como apontam as questões ambientais que a envolvem e a impactam, mas, na prática, a fase ainda é de diagnóstico, com regulamentações incipientes, simplificadas e que contêm muitas falhas quanto à execução. Nesse sentido, o cenário de disputa local, no território do médio curso do Ivaí, traduz-se como continuidade de um cenário constituído no Brasil. Isso é identificado no relatório síntese do PROSPESQUE:

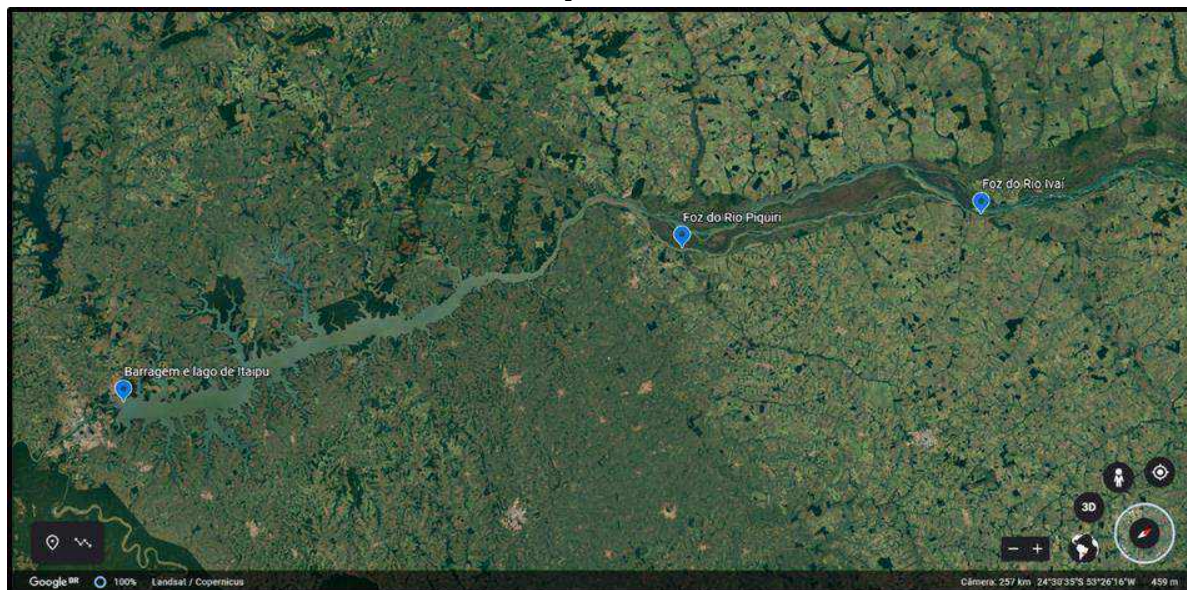
Os esforços das organizações governamentais em mapear os territórios da pesca no Brasil, se por um lado apontam uma parte da realidade pesqueira e dos conflitos existentes nas áreas continentais, por outro, não correspondem à concepção de territórios pesqueiros defendidos pelos povos e comunidades tradicionais da pesca. Os conflitos existentes nesses territórios que vão desde empreendimentos produtivos, infraestruturais e de ocupação urbana com diferentes impactos ambientais, socioculturais e econômicos, se ressentem de estratégias que minimizem esses conflitos e os impactos nos ecossistemas. Identificar territórios pesqueiros com vistas a criar estratégias que diluam os conflitos existentes, passam por um trabalho compartilhado com os principais atores sociais presentes nessas localidades (BRASIL/EMBRAPA, 2012b, p. 36).

Observa-se que demandas nacionais expostas na citação são também demandas da atividade pesqueira no rio Ivaí. Assim, infere-se que, especificamente quanto à Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, no seu médio curso, o território pesqueiro encontra-se definido e regulamentado pela Portaria do IAP nº 135/2018, fruto desse processo de “trabalho compartilhado” proposto.

Compreende-se que o território de pesca no rio Ivaí é colocado na referida Portaria: no trecho dos aproximados 110 quilômetros destinados à pesca profissional artesanal, limitados a jusante de Ivaiporã até São João do Ivaí (Mapa 16). Essa regulamentação é resultante do processo de organização e de reinvenção dos pescadores de Porto Ubá, que foram se colocando nos espaços de debate, representados pela Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá, ou pela Patrulha Ambiental do Rio Ivaí. Contudo, parece ser um ambiente de debate ainda em construção, cujas disputas e demandas de usos do rio Ivaí não permitem a consolidação e a permanência dos atos regulatórios.

A seguir, organizou-se uma síntese, intentando demonstrar os sujeitos do cenário atual quanto aos seus interesses e as suas disputas por atividades e usos dos recursos naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, no território do médio curso. São esses sujeitos e demandas que ocupam e fomentam os espaços de debates aqui analisados.

Figura 25 – Trecho entre a barragem de Itaipu, a montante do rio Paraná, e os tributários Piquiri/Ivaí



Fonte: elaborada pela autora com uso de *Google Earth* (2020)

Na sequência da demonstração desses personagens, têm-se:

a) os pescadores (Figura 26), um grupo que se originou junto e fruto do processo de entrada ao território, no ápice de uma crise instalada na localidade de entrada (Porto Ubá), quando o chamado “progresso” modificou as formas de travessia do rio, pois retirou as balsas e construiu a ponte. Essa mudança provocou estagnação na economia local, o que levou alguns moradores a encontrarem outras formas de trabalho e de renda, uma delas, por residirem nas proximidades do rio Ivaí, foi a pesca como uma atividade profissional.

Figura 26 – Pescadores e pescadora da Colônia Z-17 de Porto Ubá (Lidianópolis-PR)



Fonte: acervo da própria autora (2020)

b) pessoas residentes no território ou fora dele, que tiveram interesses despertados pela prática da pesca amadora esportiva, aquela em que se pesca e solta o peixe, somente pelo prazer da atividade. Existem inúmeros clubes e torneios de pesca amadora desportiva no Paraná e seus membros são bastantes representativos nos espaços de discussões sobre os usos da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Geralmente, esses sujeitos questionam os pescadores profissionais e classificam a pesca praticada por eles como “predatória”; afirmam que “peixe bom é peixe vivo” (ANDRETTA, 2020, informação verbal)¹⁵⁷, defendem que os pescadores profissionais se tornem uma espécie de “guia turístico” e reivindicam a revogação da Lei Estadual nº 19.789/2018, a qual proíbe a pesca do *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus* (dourado)

¹⁵⁷ Roald Andretta, pescador amador desportivo e Coordenador Técnico da Superintendência das Bacias Hidrográficas - Instituto Água e Terra (IAT/PR). Citação feita na Audiência Pública “Rios do Paraná: Peixes e Pesca” (Campo Mourão, 05/03/2020, informação verbal).

por oito anos.

c) pessoas ou grupos que assumem empreendimentos imobiliários às margens do rio Ivaí, em locais considerados por eles propícios ao lazer. Práticas que nem sempre estão em acordo com as legislações ambientais e que privatizam o acesso ao rio, além de haver impactos ambientais, a título de exemplo, as enchentes e o assoreamento do rio.

Ressalta-se que, no percurso do rio Ivaí, com destaque ao território do seu médio curso, observável *in loco* e por imagens via satélite (Figura 27), esse tipo de ocupação intensificou-se muito e deve ser analisado na mesma perspectiva em que Arruda (2013b e 2016a) analisou “as chácaras de lazer na represa de Capivara-PR” no rio Paranapanema.

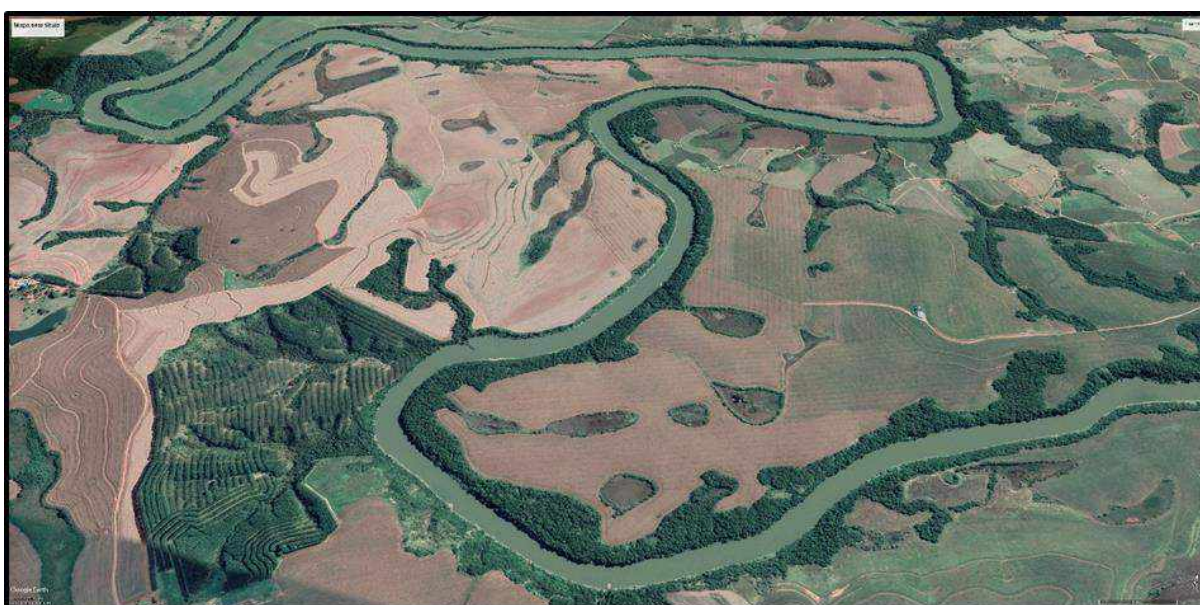
Figura 27 – “Ilha do Milionário” e “Salto da Prainha” (São João do Ivaí-PR)



Fonte: elaborada pela autora com uso de *Google Earth* (2020)

d) os agricultores, movidos pelo desejo de aproveitarem cada espaço possível para ampliar o plantio, desenvolvem várias ações nessa direção, entre elas: a derrubada de matas remanescentes; a cobertura de olhos d'água e de minas d'água; a retirada das matas ciliares; a impermeabilização do solo em consequência de uso de maquinários pesados; o uso e o descarte inadequados de embalagens de agrotóxicos. A seguir, as imagens (Figuras 28 e 29) possibilitam verificar a atuação e os impactos da agricultura pautada na lógica do *agrobusiness*.

Figura 28 – Agricultura sistêmica: Ariranha do Ivaí (margem esquerda) e Rio Branco do Ivaí (margem direita)



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 29 – Arrastão anual de limpeza do rio Ivaí e coleta de embalagens de agrotóxicos descartadas no rio



Fonte: arquivo da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (2019)

e) moradores do território que disputam a pesca no rio Ivaí com os amadores e com os pescadores profissionais. Estes praticam-na pelo lazer, para a alimentação cotidiana e até mesmo para vender informalmente. Para tanto, fazem uso de petrechos proibidos pela Portaria do IAP nº 135/2018, tais como tarrafas, cevas e embarcações. A Figura 30 registra uma das autuações da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, em que foi apreendida significativa quantidade de equipamentos de pesca em desacordo com a legislação, os quais estava em posse dos pescadores de subsistência do território. Nesse âmbito, nas pesquisas a campo, muitas pessoas fizeram inúmeras críticas aos “pescadores de Porto Ubá”, elas dizem serem eles os próprios pescadores profissionais quem praticam a pesca predatória.

Figura 30 – Petrechos de pesca irregulares apreendidos pela Patrulha Ambiental do Rio Ivaí



Fonte: arquivo da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (2019)

f) grupos externos e particulares (ver Quadro 9) que buscam apoio político ou privado no território para a construção de Centrais Geradoras Hidráulicas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ou Usinas Hidrelétricas (UHEs) em diversos pontos do rio ou em seus afluentes. Ao todo, conforme informações no Mapa 24, constam cinquenta e dois processos em diferentes fases de tramitação. Desse total, vinte estão localizados nos afluentes do rio Ivaí, no território do seu médio curso, sendo: cinco no rio Corumbataí; cinco no rio Bom; oito no do Peixe; dois no rio Muquidão (afluente do rio Corumbataí).

Especificamente no rio Ivaí, há dez processos. Deles, nove são de UHE e um de PCH. Os nove processos de UHE estão disponíveis para interessados em realizar projeto básico com objetivo de conseguir, junto à ANEEL¹⁵⁸, a outorga para construção. O processo de PCH possui

¹⁵⁸ Agência Nacional de Energia Elétrica. A consulta foi feita no site <http://aneel.gov.br/> e pautou-se no período de 1998 a 2018. Nesse intervalo, nenhuma autorização de construção de PCH foi emitida para o rio Ivaí. Já no campo Inventários Hidrelétricos Aprovados, constam os 52 processos em andamento para o rio Ivaí e seus afluentes. Acredita-se que os processos de PCH, nominados de Coqueiro, e de UHEs, nominados de Grandes Rios, Lageado III e Porto Guaritá, estão sendo apropriados por outra empresa ou consórcio que teria sua sede em Ponta Grossa (PR). Informalmente, no dia 22/05/2020, conversei com o responsável por uma empresa terceirizada que estava realizando estudos em Porto Ubá, no rio Ivaí, no local de pretensão para construção da UHE Lageado III. Essa empresa terceirizada teria sido contratada pela nova empresa para retomar os estudos de viabilidade no leito do rio Ivaí, com o propósito de reativar esses quatro processos citados junto à ANEEL, os quais estariam arquivados (por desistência das empresas que os propuseram em 2014). Então, agora, eles estão

registro de intenção junto à ANEEL aprovado e válido, aguardando processo de licenciamento ambiental. Os protocolos na ANEEL são de 2014 (Quadro 9), ano em que a ANEEL, por meio do despacho nº 3.898, autorizou a “Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico” em favor das empresas Minas PCH S.A., J. Malucelli Energia S.A., Ersá Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. e Geração Paranapanema S.A. Ao que tudo indica, fundamentando-se no relatório de acompanhamento de estudos e de projetos de Usinas Hidrelétricas (BRASIL/ANEEL, 2020), conforme dados sistematizados no Quadro 10, as referidas empresas desistiram de continuar com os processos, os quais encontram-se disponíveis para serem explorados por outras empresas.

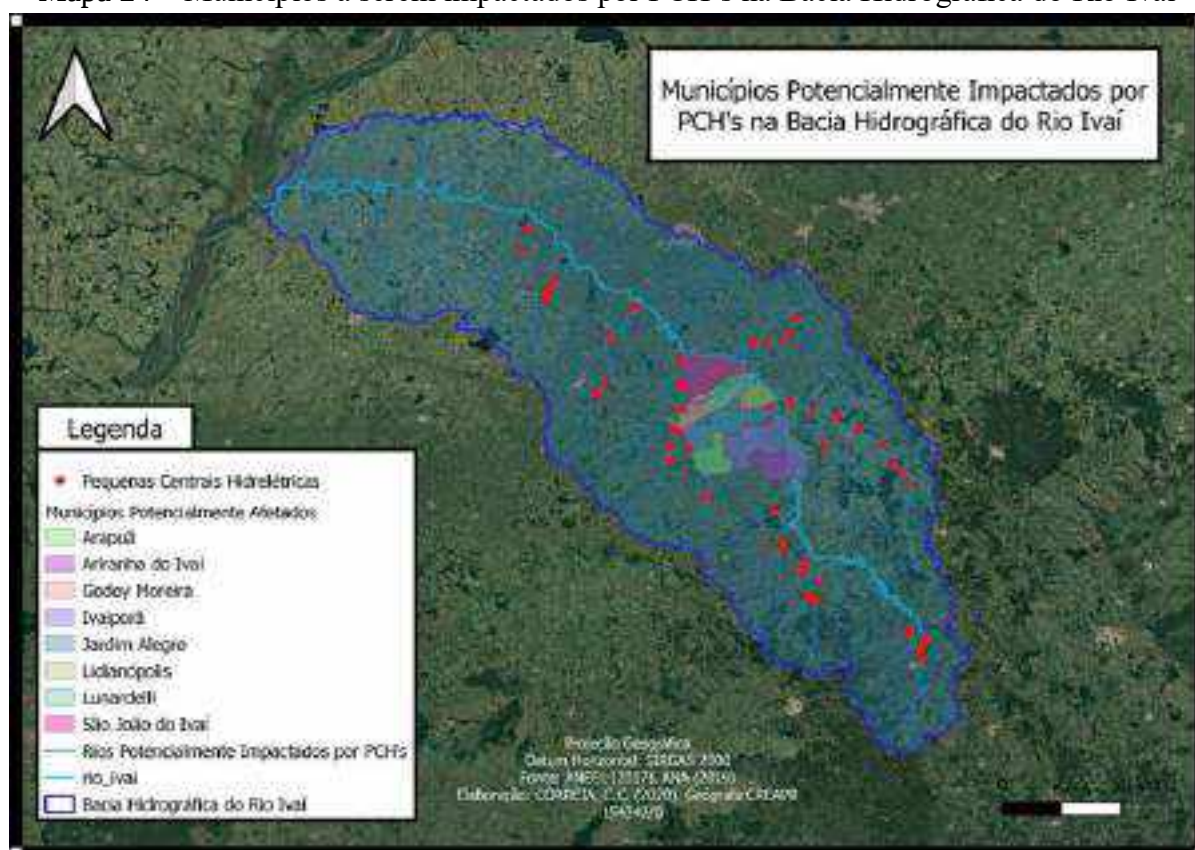
Quadro 9 – Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ivaí - despacho da ANEEL nº 3.898/2014

Usinas Hidrelétricas (UHE) para o rio Ivaí - Processo nº 48500.004844/2009-61						
Nome	Posição do Barramento**	Área de Drenagem (km²)	N.A. Normal Montante***(m)	N.A. Médio de Jusante*** (m)	Área do Reservatório (km²)	Potência (MW)
UHE SALTO ARIRANHA II*	24°22 '27,7"S	8.575	440	415,5	23,01	36,67
	51°26'39,9"O					
UHE GRANDES RIOS*	24°10 '6,4"S	9.450	415,5	399,5	14,51	28,53
	51°33'20,1"O					
PCH COQUEIRO*	24°7 '58"S	9.750	399,5	384	2,59	28,1
	51°34'31,2"O					
UHE LAJEADÃO III*	24°2 '49,5"S	12.700	384	363,5	7,65	46,8
	51°37'13,3"O					
UHE PORTO GUARITÁ*	23°59 '44,9"S	12.900	363,5	343	6,56	47,35
	51°38'36"O					
UHE SÃO CRISTOVÃO II*	23°56 '16,4"S	14.800	343	325,5	19,1	47,82
	51°46'0,2"O					
UHESÃO JOÃO DO IVAÍ IV*	23°55 '46,3"S	14.940	325,5	308,5	8,84	46,55
	51°51'29,5"O					
UHE VILA RICA*	23° 55' 17,9"S	15.825	308,5	295	4,59	39,1
	51° 55' 48,4"O					
UHE UNIÃO II MONTANTE*	23°42 '18,3"S	20.867	295	278	26,50	67,8
	52°06'24,8"O					
UHE PAIÇANDU*	23°34 '46,6"S	24.150	278	255,8	28,23	103,29
	52°17'55,3"O					
* Arranjos Compactos; ** Coordenadas Geográficas no sistema de referência SIRGAS2000; *** Altimetria obtida a partir do MAPGEO2010.						

Fonte: ANEEL (2014a)

sendo retomados por outras empresas ou consórcios, pautando-se no direito de preferência, conforme Resolução ANEEL nº 393/1998.

Mapa 24 – Municípios a serem impactados por PCH's na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí



Fonte: BRASIL/ANEEL (2014a; 2020)¹⁵⁹

Quadro 10 – Relatório de estudos e projetos de CGH, PCH e UHE no médio rio Ivaí e em seus afluentes

Nº	Empreendimento e empreendedor	Tipo	Processo	Potência	Curso água	Status	Ato	Data
Rio Alonzo ou do Peixe – afluente do rio Ivaí, margem direita a jusante (Municípios de Cruzmaltina e Grandes Rios)								
01	Alan Ditchfield	CGH	48500.002654/2011-24	4,25	Rio Alonzo ou do Peixe	Eixo disponível	351	17/02/2016
02	Da Alice	PCH	48500.002654/2011-24	5,8	Rio Alonzo ou do Peixe	Eixo disponível	351	17/02/2016
03	Dona Rita	PCH	48500.002654/2011-24	8,9	Rio Alonzo ou do Peixe	Eixo disponível	351	17/02/2016
04	Galo Cinza	CGH	-----	4,5	Rio Alonzo ou do Peixe	Eixo disponível	-----	-----
05	João Paulo Energética Rio Alonzo Ltda.	PCH	48500.002303/2016-28	6,3	Rio Alonzo ou do Peixe	DRS-PCH	3597 Res. 673/2015 (val. 30/10/2020)	30/10/2017
06	Maria Theresa Energética Rio Alonzo Ltda.	PCH	48500.002329/2016-76	8,197	Rio Alonzo ou do Peixe	DRS-PCH	3826 Res. 673/2015 (val. 24/11/2020)	24/11/2017
07	Montana	CGH	48500.002654/2011-24	4,45	Rio Alonzo ou do Peixe	Eixo disponível	351	17/02/2016
08	Totô Energética Rio Alonzo Ltda.	PCH	48500.002328/2016-21	5,17	Rio Alonzo ou Peixe	DRS-PCH	4027 Res. 673/2015 (val. 19/12/2020)	19/12/2017

¹⁵⁹ Apesar de o mapa ter sido elaborado a partir de dados de ANEEL (2017) e ANA (2019) – como consta no próprio mapa –, acrescenta-se revisão detalhada no que se refere ao território de estudos ao considerar o contido no Despacho nº 3.898 (ANEEL, 2014a) e no Relatório de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas (BRASIL/ANEEL, 2020).

Nº	Rio Corumbataí – afluente do rio Ivaí, margem esquerda a jusante							
01	Barbosa Ferraz Grantec Técnica de Construção Ltda.	PCH	48500.005394/2015-72	13,2	Rio Corumbataí	DRS-PCH	1218	05/05/2020
02	Espera	PCH	48500.006750/2010-61	11,6	Rio Corumbataí	Eixo disponível	3271	24/09/2015
03	Fênix Corumbataí Energia Ltda.	PCH	48500.004741/2015-40	10	Rio Corumbataí	DRS-PCH	928 Res. 673/2015 (val.05/04/20)	05/04/2017
04	Corumbataí Corumbataí Energia Ltda.	PCH	48500.004742/2015-94	11,3	Rio Corumbataí	DRS-PCH	1218 Res. 673/2015 (val. 31/03/23)	05/05/2020
05	Patrimônio Grantec Técnica de Construção Ltda.	PCH	48500.005439/2015-17	9,4	Rio Corumbataí	DRS-PCH	1912 Res. 673/2015 (val. 04/07/2020)	04/07/2017
Nº	Rio Muquilão – afluente do rio Corumbataí, margem esquerda a jusante							
01	Muquilão 2	CGH	48500.002736/2012-50	4	Rio Muquilão e Liso	Eixo disponível	3435	09/10/2015
02	Muquilão 3	CGH	48500.002736/2012-50	4,4	Rio Muquilão e Liso	Eixo disponível	3435	09/10/2015
Nº	Rio Bom – afluente do rio Ivaí, margem direita a jusante							
01	Belina	CGH	48500.002651/2011-91	3,2	Rio Bom	Eixo disponível	2767	24/08/2015
02	Eng. Faller	PCH	48500.002651/2011-91	5,1	Rio Bom	Eixo disponível	2767	24/08/2015
03	Jamanta	CGH	48500.002651/2011-91	3,15	Rio Bom	Eixo disponível	2767	24/08/2015
04	Santa Terezinha	PCH	48500.002651/2011-91	5,55	Rio Bom	Eixo disponível	2767	24/08/2015
05	Santo Antônio	CGH	48500.002651/2011-91	3,2	Rio Bom	Eixo disponível	2767	24/08/2015
Nº	Rio Ivaí							
01	Coqueiro Norte Participações e Investimentos S.A.	PCH	48500.000132/2020-89	28,1	Rio Ivaí	DRI-PCH	365 Res. 673/2015 (val.13/04/2021)	13/02/2020
02	Grandes Rios	UHE	48500.004844/2009-61	28,53	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
03	Lageado III	UHE	48500.004844/2009-61	46,8	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
04	Paiçandu	UHE	48500.004844/2009-61	103,29	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
05	Porto Guaritá	UHE	48500.004844/2009-61	47,35	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
06	Salto do Ariranha II	UHE	48500.004844/2009-61	36,67	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
07	São Cristóvão II	UHE	48500.004844/2009-61	47,82	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
08	São João do Ivaí IV	UHE	48500.004844/2009-61	46,55	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
09	União II Montante	UHE	48500.004844/2009-61	67,8	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
10	Vila Rica	UHE	48500.004844/2009-61	39,1	Rio Ivaí	Eixo disponível	3898	25/09/2014
CGH – Central Geradora Hidráulica (usina com potência máxima de 1.000 KW) PCH – Pequena Central Hidrelétrica (reservatório de até três quilômetros quadrados e com potência instalada entre 1.000 e 30.000 KW) UHE – Usina Hidrelétrica (potencial hidráulico maior que 30.000 KW)				Eixo disponível – empreendimentos identificados em um inventário hidrelétrico, que estão disponíveis para qualquer interessado realizar o seu aprimoramento (Projeto Básico) DRI-PCH – Registro de intenção para outorga de autorização junto à ANEEL (requerimento para fazer o inventário local) DRS-PCH – Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo (inventário aprovado pela ANEEL e liberado para solicitação da Licença Ambiental)				

g) empresas privadas e governos municipais, que, para atenderem à demanda de descarte sanitário, já projetam usar os afluentes do rio Ivaí. Mais um uso que contribuirá com o processo de eutrofização, o qual consiste no despejo ou na percolagem de dejetos domésticos (esgoto), fertilizantes agrícolas e afluentes industriais em direção ao curso do rio ou diretamente nele.

Todos esses sujeitos, seus interesses e suas ações praticadas ou em curso para serem

desenvolvidas no rio Ivaí, às suas margens ou em seus afluentes, mantêm o rio em um constante processo de disputas e o expõe a impactos ambientais, que ameaçam sua ictiofauna e sua biodiversidade. Nessa perspectiva, o pescador Maurício conclui:

Maurício de Oliveira: [...] *cê sabe por que que eu tô até hoje? Porque minha vida, minha vida e esses meus fios [filhos], foi criado nesse rio. Então eu fiz uma intenção. Enquanto eu for vivo e pudé andá, eu vô tá aí limpando esse rio, sô. Porque foi o que eu criei meus fiôs, tudo desse rio aí* (2019, informação verbal).

A fala do pescador demonstra um sujeito atualmente grato ao rio e consciente da necessidade de preservá-lo. Acredita-se, conforme foi evidenciado ao longo desta dissertação, que os processos de ocupação humana não se dão linearmente e de forma pacífica. Verifica-se, também, que múltiplos agentes atuam inseridos em um mesmo processo, pois é possível verificar sintonias e discordâncias relevantes que demonstram satisfações e insatisfações, que impulsionam a organização social civil ou pública frente aos desafios e problemas gerados em consequência dos múltiplos usos dos recursos naturais.

Dessa forma, nota-se um intenso movimento que atua em simultaneidade, mas contrapondo-se, podendo ser compreendido como disputa. Cunha e Guerra (2008, p. 70) tratam conceitualmente a construção social do conceito de Bacia Hidrográfica, para os quais ela é fruto de ações antrópicas desenvolvidas. No mais, eles afirmam:

[...] a bacia é uma realidade física, mas é também um conceito socialmente construído. Passa a ser um campo de ação política, de partilha de responsabilidade e de tomada de decisões. Problemas como desmatamento, mudanças microclimáticas, contaminação dos rios, erosão, enchentes e tensões físico-social de natureza diversa impuseram a necessidade de cooperação entre diferentes esferas administrativas, levando à constituição de um novo arranjo institucional cristalizado na forma de comitês de bacia (CUNHA e GUERRA, 2008, p. 70).

E o que fazem os diferentes sujeitos que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, a Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas, o Movimento Pró Ivaí/Piquiri, o Grupo Gestor de Pesca e a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí? Eles fomentam, cobram, organizam pesquisas e estudos, apontam impactos e mobilizam para que políticas públicas sejam mais eficazes no processo de preservação e de conservação do rio e do território banhado por ele. São novas formas de apropriação da natureza, as quais constituem as demandas contemporâneas de uma sociedade dicotômica, que não consegue encontrar um equilíbrio entre o extrair/explorar/acumular/consumir e o preservar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo percurso de pesquisas, é chegada a hora de apontar os resultados desse caminhar. Foram analisados os processos de ocupação humana e as formas de apropriação do território do médio curso do Ivaí, suas transformações e seus conflitos. Para tanto, fundamentou-se no conceito de paleoterritório e da aproximação com a História Ambiental. A História Oral também foi essencial para compreender a fase de consolidação da apropriação privada do território.

O território foi interpretado como um documento histórico e, como tal, foi analisado a campo *in loco* e/ou por meio de imagens via satélite. Com o intuito de demonstrá-lo, organizaram-se e elaboraram-se diversos mapas temáticos, tabelas e imagens para que o leitor consiga visualizar o espaço geográfico e verificar as transformações na natureza geradas a cada período de ocupação humana, aqui compreendidos como paleoterritórios. Foram identificados e analisados, então, quatro paleoterritórios, focando na dinâmica entre humanos e a natureza no paleoterritório de apropriação privada do médio curso do Ivaí, tomando como referência os pescadores de Porto Ubá, no atual Município de Lidianópolis.

É preciso lembrar o que colocou Duarte (2004) lá no início desta prosa: não é possível uma história total das ocupações passadas, tampouco pensar que a pesquisa vai proporcionar um filme do passado. A história precisa ser feita para a compreensão, a ação e o diálogo com o presente. Dessa maneira, o trabalho se finda como mais uma contribuição para a historiografia regional e local, aberta ao debate.

Ademais, a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí foi apresentada e analisada a partir dos conceitos teóricos e metodológicos que subsidiaram o trabalho, com destaque para o território do médio curso do Ivaí. Evidenciou-se a importância de identificar os sujeitos, os discursos e as inúmeras formas de representações que podem fundamentar e cristalizar versões da história, como o discurso do “vazio demográfico” e do “pioneirismo desbravador” que trouxe o “progresso” para o “Vale do Ivaí” a partir de 1930, promovido pela Sociedade Territorial Ubá Ltda.

Apropriou-se dos conceitos de paleoterritório, de História Ambiental e de paisagem para demonstrar que a natureza dialoga com o presente e conserva marcas. Estas, por sua vez, são fontes que revelam as intencionalidades dos discursos e as representações construídas sobre a natureza. Nesse âmbito, tem-se a História Oral, a qual permitiu outras vozes e outras narrativas, que, analisadas em simultaneidade com o conceito de paleoterritório, evidenciaram um pretérito dinâmico de ocupações humanas do médio curso do Ivaí muito antes do século

XX, contrariando os discursos de “vazio demográfico” presentes nos relatos das expedições exploratórias. Foi evidenciada a presença de ocupações humanas já há milhares de anos nesse território, em um constante fazer-se, de acordo com Costa (2004).

Trabalhou-se com quatro períodos distintos, cada um deles compreendido como um novo paleoterritório que se sobrepôs paulatinamente ao anterior, assimilando-o. Essa assimilação não eliminou o paleoterritório anterior, suas marcas permanecem impressas na natureza. É importante considerar a periodicidade definida para cada um dos paleoterritórios, mas compreender e analisar a ocupação humana a partir dos *povos indígenas e não indígenas* fez toda a diferença em relação à interação humana com a natureza.

Nesse contexto, o paleoterritório da presença indígena pautou-se no período de ocupação que teve início oito mil anos antes do presente e subdividiu-se em: paleoterritório de caçadores-coletores, com a presença das tradições Umbu e Humaitá, comprovadas pela Arqueologia e pela Etnografia por meio de vestígios líticos; e o paleoterritório de populações indígenas ceramistas e agricultoras, com a ocupação dos Guarani, Xetá e Kaingang. Estes, além de comprovação por meio dos artefatos e dos vestígios líticos, ainda possuem seus remanescentes presentes no território.

A distinção de análise entre ocupações indígenas e não indígenas permitiu evidenciar as diferentes formas de concepção e de usos da natureza. Todas as ocupações promoveram alterações e intervenções no meio natural, contudo são completamente diferentes as relações e os impactos nela. Enquanto as populações indígenas ocuparam por oito mil anos antes do presente, agindo mais como dispersoras da fauna e da flora, a ocupação não indígena pautada na apropriação privada da natureza promoveu alterações bruscas na forma de ocupação indígena em menos de quatrocentos anos. Só não foi mais rápida a implantação dessa forma de ocupação devido à própria constituição natural do território, que dificultou a chegada e a permanência das ocupações não indígenas. Quando estas se consolidaram no território, legitimadas pela posse privada da terra, a devastação das florestas foi feita em apenas quatro décadas (1930-1960), e o território foi completamente reconfigurado, inicialmente para atender à cafeicultura e, posteriormente, à agricultura sistêmica, com objetivo de renda e de lucro.

O início da assimilação do paleoterritório indígena se deu a partir do século XVI, quando as expedições exploratórias e os jesuítas espanhóis chegaram ao território para o seu reconhecimento. A presença desses personagens no território e suas intencionalidades foram analisadas a partir de dois momentos: um que se pautou entre os séculos XVI e XVII, quando jesuítas espanhóis e bandeirantes percorriam a região para conhecê-la, dominá-la e para abrir caminhos que visavam interligar o Brasil com outros países da América Latina; e o período

entre os séculos XVIII e XX, cujas expedições exploratórias estabeleceram inúmeras rotas com o propósito de construção de estradas e de hidrovias no rio Ivaí e de desterritorializar os povos indígenas.

Todas essas expedições exploratórias estavam vinculadas à lógica de apropriação privada, política e econômica do Brasil e do Paraná, havia propósitos claros a cada exploração. Os povos indígenas que estavam territorializados no médio Ivaí também vieram em decorrência de correntes migratórias impulsionadas, inicialmente, pelas demandas geradas entre as formas de ocupar dos povos indígenas e, conseqüentemente, devido ao processo de ocupação privada não indígena em outras regiões do Brasil e do Paraná, que foram “encurralando” os povos Guarani, Xetá e Kaingang para o território do médio curso do Ivaí, ainda não ocupado pelos não indígenas.

Conclui-se que o rio Ivaí, constituído na extensão do seu médio curso, com um relevo que dificultou o acesso e a implantação dos projetos dos não indígenas no percurso dos séculos XVI a XVIII, contribuiu como uma das formas de resistência dos povos indígenas. Contudo, tal situação, como explicitado no decorrer do trabalho, alterou-se no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando finalmente o rio Ivaí foi completamente conhecido e mapeado e os projetos de construção de estradas, ferrovias e hidrovia foram modificados.

Nesse sentido, os relatos das expedições exploratórias do engenheiro inglês Bigg-Wither (1974) e do político e agrimensor Edmundo Alberto Mercer (1978) se mostraram essenciais para demonstrar as mudanças de planos em relação à construção de vias de transporte entre Paraná e Mato Grosso para a apropriação privada da terra, promovida, então, pela Sociedade Territorial Ubá Ltda, que encontrou respaldo do governo do Paraná na década de 1950.

Como a ocupação da Cia. Ubá foi legitimada a partir de um “grilo” – ou de um “bendegó” –, construiu-se um discurso que silenciou e invisibilizou a presença de diversos outros personagens no território. Os representantes desse projeto de ocupação apropriaram-se de um discurso de “vazio demográfico” para desterritorializar os povos indígenas. Criaram um discurso de “pioneirismo desbravador” para transmitir uma ideia de pacificidade e “silêncio perpétuo” quanto aos confrontos com os posseiros (safristas, peões e paranaenses), que, apesar de não indígenas, já haviam se estabelecido no território oriundos de diversas regiões; alguns, inclusive, já com protocolo de requerimento de posse das terras junto ao Estado, aguardando a medição e o deferimento.

Observa-se que a ocupação humana do território do médio curso do Ivaí remonta-se a oito mil anos antes do presente e conserva uma dinâmica com a natureza, cujas relações

provocaram alterações que a impactaram de diferentes formas ao longo de cada periodicidade e de acordo com quem estava ocupando. Constatou-se também que toda essa movimentação humana não foi pacífica. Toda forma de assimilação e de sobreposição enfrentou a resistência. Umbu e Humaitá foram assimilados pelos Guarani, Xetá e Kaingang. Entre estes, as relações nem sempre foram tranquilas e cada um tinha seu modo de compreender o território e os usos específicos da natureza, apesar das semelhanças. Os não indígenas conflitaram com os indígenas e, na sequência, confrontaram-se entre si, a exemplo dos posseiros e da Cia. Ubá.

Para compreender esse contexto de múltiplos sujeitos, de múltiplas relações e de usos diversificados da natureza, analisou-se essa dinâmica dentro do paleoterritório vigente: o da apropriação privada da natureza. O enfoque se deu para os pescadores de Porto Ubá e para a movimentação desse grupo no contexto de disputas de uso da natureza, sobretudo do rio Ivaí. Ao analisar os pescadores, a comunidade ribeirinha de Porto Ubá, as disputas pelo rio Ivaí e as transformações da paisagem e da natureza geradas nesse contexto de ocupação privada, entende-se que se estabeleceu um diálogo com o pretérito que permitiu interpretá-lo e analisá-lo, concebendo-o dentro dessa mesma lógica da dinamicidade, das disputas e dos conflitos, os quais determinaram e influenciaram o presente.

Essas influências, conforme Corrêa (2015), são verificáveis nas formas de representação dadas à paisagem, as quais são construídas a partir das intencionalidades do autor ou do projeto a que ele está vinculado, a exemplo dos relatos das expedições exploratórias que esvaziaram o território para sua apropriação privada; do projeto privado e capitalista que justificou a devastação das florestas em favor do progresso e da agricultura cafeeira; e das demandas da “Era da Ecologia” que destacaram os problemas ambientais e o esgotamento dos recursos naturais, em face das consequências dos usos e das ocupações extrativistas e irregulares da natureza.

Todos os sujeitos do pretérito, de alguma forma, ainda estão presentes no território, seja por meio das memórias, dos paleoterritórios, das descendências ou da própria multiplicidade humana que o coabita. A natureza, da mesma forma, repleta do pretérito, está impactada pela interferência antrópica, mas viva e interagindo.

O tempo e as relações com a natureza revelam-se agora no tempo da propriedade privada dual, dicotômica, devastadora e de rompimentos. Dual e dicotômica porque, ao mesmo tempo em que ela extrai e acumula aceleradamente, provocando impactos e alterações ambientais, ainda na lógica privada, envolve-se de um discurso de preservação e se apropria novamente do território em busca do “retorno ao natural” e do descanso junto ao verde da natureza, junto às belezas do rio Ivaí, traduzidos na posse de chácaras de lazer ou de “casas

secundárias”, conforme coloca Arruda (2013b e 2016a). As chácaras de lazer, segundo Arruda (2016a), são novas formas de apropriação, que, embora privadas, não têm o mesmo objetivo lucrativo do agronegócio.

A mesma situação é vivenciada pelos pescadores de Porto Ubá, que, para continuarem a pescar profissionalmente, precisaram se reinventar e constituir a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, a fim de compor o cenário de disputas e participar das deliberações dos atos regulatórios, bem como desenvolver ações para a proteção do rio e da natureza no trecho em que a pesca foi liberada.

O contexto atual revela um cenário composto por múltiplos sujeitos, os quais estão em constantes disputas, que são pretéritas e verificáveis no percurso de toda a trajetória da ocupação humana do território do médio curso do Ivaí, diferenciadas pelas formas de apropriação, de usos da natureza e das estratégias de resistência adotadas em cada periodicidade, em um contínuo processo de territorialização e de desterritorialização sobrepostas.

Dessa forma, a ocupação privada do território consolidou-se a partir da extração dos recursos naturais, com a derrubada das florestas originárias e com a implementação da agricultura cafeeira nas décadas de 1960 e 1970 e, nas décadas posteriores, com o agronegócio da soja, do milho, do trigo, do gado e da cana-de-açúcar. Esse movimento, como foi já colocado, não levou em conta os limites da natureza e sua capacidade de reação. Conforme Arruda (2015), têm-se, assim, os processos de coevolução dos humanos com o mundo natural nessa espacialidade. Contudo, afirmam Arruda e Colacios (2019, p. 68) que os humanos promoveram uma devastação ambiental que não cessou no tempo presente, tampouco seus efeitos cessaram. Muito pelo contrário, vive-se agora um cenário composto por diversos sujeitos em disputa pelos usos dos recursos naturais e hídricos, como no território aqui focado.

Em simultâneo e em consequência do processo de ocupação privada da terra, os pescadores também foram se reinventando. A balsa foi substituída pela ponte, e os posseiros e os balseiros tornaram-se pescadores. Porém, naquele momento, a pesca no rio Ivaí não era regulamentada nem os pescadores eram reconhecidos como categoria profissional, atuaram, então, na informalidade até a década de 1980, quando as demandas da “Era da Ecologia” chegaram ao Brasil e ao Paraná e provocaram as políticas públicas no sentido da regulamentação quanto aos usos dos recursos naturais e hídricos.

Sendo assim, os pescadores tiveram a oportunidade de se organizarem para se profissionalizar. Entretanto, a mesma regulamentação que os reconheceu como pescadores profissionais os colocou no cenário da atividade da pesca como predatória no rio Ivaí. Desde

então, os pescadores movimentaram-se para demonstrar, nos espaços de deliberações, os quais são compostos por diversos outros personagens em disputa pelos usos do rio Ivaí, que eles não eram/são os únicos a impactarem a ictiofauna do rio com a pesca profissional.

Cabe retomar Oliveira (2015), que afirma que o paleoterritório é uma possibilidade de reconstrução da história. É a possibilidade de analisar as atividades e a ação antrópica no espaço geográfico, assentadas num território por diferentes escalas temporais e espaciais, caracterizadas pelas formas como os humanos se apropriam culturalmente dos recursos naturais ao longo do tempo. Ao realizar o exercício de pensar a ocupação do território a partir do que é proposto pelo autor, abrem-se caminhos para estudos diversos que considerem as especificidades de cada paleoterritório evidenciado, a exemplo da análise feita sobre a dinâmica do paleoterritório da propriedade privada da terra e com enfoque central aos pescadores de Porto Ubá enquanto sujeitos em disputa nele.

A propriedade privada tornou-se predominante e monopolizou o uso dos recursos naturais. Seus representantes agiram de modo a silenciar todos que atuaram fora da sua lógica. Os pescadores, para não serem silenciados e destituídos de sua atividade, tendem a estar sendo assimilados, pois, ao se reinventarem como patrulheiros ambientais, com o propósito de inserirem-se no cenário das deliberações, aos poucos vão também alterando-se e inserindo-se em outras atividades profissionais, em consequência das limitações do exercício legal da pesca no rio Ivaí.

Assim, constata-se que a natureza é um documento histórico vivo, dinâmico e está carregada dos impactos das ações do pretérito, os quais, atualmente, estão movendo os sujeitos a pensarem ações de reversão ou na paralisação de ações que continuam a impactar negativamente. Entretanto, esse movimento não é homogêneo e consensual. A lógica ainda é de apropriação privada, pautada no lucro. O que se alterou foram as demandas e a organização dos sujeitos, que, em disputa, ocupam os espaços deliberativos.

Nesse sentido, nos dias de hoje, o cenário está composto pelos seguintes atores: os pescadores profissionais de Porto Ubá, os pesquisadores, os agricultores, os pescadores amadores, os pescadores de subsistência (consumo doméstico), os empresários que defendem a construção das CGHs, PCHs ou UHEs no rio e em seus afluentes, os chacareiros ou proprietários de empreendimentos imobiliários às margens do rio Ivaí, os piscicultores, os aquicultores, o Ministério Público e a sociedade civil organizada.

A paisagem do território, especialmente a do rio Ivaí e suas margens, impactada pelas ações antrópicas, que foram aceleradas no processo de ocupação e de apropriação privada, sofreu profundas transformações em comparação à ocupação indígena. Conforme ilustrado ao

longo da pesquisa, o território no século XXI revela uma paisagem desflorestada e ocupada na lógica mercantil do agronegócio. Ainda é possível verificar vestígios dos tempos dos cafezais, tais como algumas plantações e velhas estruturas de beneficiamento do café, com seus terreirões, maquinários e equipamentos envelhecidos, sendo sobrepostos pela lógica da modernização do campo.

As comunidades rurais e/ou “das águas”, antes ocupadas por inúmeras famílias, atualmente são constituídas de memórias e vestígios. O movimento populacional, caracterizado pela entrada na década de 1970 e pela saída contínua a partir da década de 1980, demonstra uma perda populacional de 74%, que alerta para uma inquietação: estaria o território em transição para um novo paleoterritório, ao se considerar o cenário atual de disputas e da privatização de acesso ao rio Ivaí, assim como do agronegócio, que não necessita de muita mão de obra, muito menos que seus representantes residam nas propriedades rurais? O território esvaziou-se para o número total de habitantes semelhante ao da década de 1960 e continua em decréscimo, mas a terra continua privada. Estaria o território à mercê de um novo formato de *Bendengozistas* (um novo grilo), pautado agora na ocupação do rio Ivaí?

As novas formas de ocupação das margens do rio, ainda que inseridas na lógica do capital e fruto dela, demonstram ocupações e usos que não se pautam no lucro e na extração, são para fins de lazer, de descanso em meio ao natural. Ao se percorrer as margens do rio, foram observadas ocupações que revelaram essa busca pela “casa secundária” por diferentes sujeitos, ao se constatar desde pequenos e simples ranchos a casas luxuosas construídas em propriedades particulares ou em condomínios com loteamentos próprios.

Ilustrativamente à questão anterior, tem-se uma ilha que é conhecida e denominada por “Ilha do Milionário”, localizada a jusante, à margem esquerda do Município de São João do Ivaí e à margem direita do Município de Kaloré. Dentro dessa ilha, existem construções que revelam a ocupação da classe burguesa. Já no Município de Lunardelli, à margem esquerda, a jusante do rio Ivaí, na chamada “Corredeira da 15”, um aposentado construiu um rancho rústico e simples no meio da pastagem de propriedade de um amigo. Esse local, nas primeiras décadas do século XX, foi ocupado por sua família de origem russa. Eram posseiros que disputavam a localidade. Hoje, ele vive ali entre as memórias pretéritas e o prazer da vida contemporânea. Seu cotidiano é a pesca, o descanso e a vida em meio a essa natureza. Ocupações como essas duas se multiplicam por todo o território, às margens esquerda e direita do rio Ivaí.

A apropriação privada, extrativista e intensiva do território e do rio Ivaí contrasta-se com a ética da sustentabilidade e da preservação ambiental (“Era da Ecologia”). E o Estado, ao invés de regulador de políticas, é regulado por essas forças. Os desafios estão postos. E um

convite é feito pela pesquisadora e por Worster (1991, p. 199): “[...] deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre”, para conhecer o rio Ivaí e o território do seu médio curso, com o objetivo de detectar os impactos, as “lamas”, de reconhecer e de inventariar seu biofísico, tentando saber como todas as transformações e os múltiplos usos antrópicos podem ou não alterar as condições do próprio rio.

Essas alterações são passíveis de serem identificadas na medida em que se criaram legislações que barraram e/ou impediram atividades, ou autorizaram-nas, estabelecendo normas e critérios para sua prática, a exemplo da Portaria do IAP nº 135/2018, que liberou trecho de pesca, mas definiu áreas e pontos específicos onde não se pode pescar; da Lei Estadual nº 19.789/2018, que proibiu a pesca do dourado por oito anos; das legislações que preveem a obrigatoriedade das reservas permanentes nas propriedades privadas; e das áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), na Fazenda Urutaguá, localizada no Município de Lunardelli, um espaço construído e delimitado, portanto uma projeção sobre a natureza.

Por fim, no cômputo dessas alterações, tem-se a ação dos próprios pescadores, os quais, ao constituírem a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí como forma de se reinventarem, de permanecerem e também de se apropriarem do rio Ivaí, agora no contexto da “Era da Ecologia”, vivenciam o desafio de permanecerem pescadores ou de serem assimilados no processo das disputas.

REFERÊNCIAS

“DURMAM Tranquilos”. Nesta frase da Campanha o Governador previu o narcótico das espertesas do Departamento de Terras. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.935, Curitiba, 30 mai. 1953. p. 1 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83388>. Acesso em: 06 jan. 2020.

“NÃO tenho nome e ainda tem muita gente para vocês matarem”. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.392, Curitiba, 06 ago. 1951. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80265>. Acesso em: 06 jan. 2020.

A RUMOROSA questão das terras de Ubá – Declarações do Coronel Albino Silva. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.576, Curitiba, 19 mar. 1952a. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81373>. Acesso em: 06 jan. 2020.

A RUMOROSA questão do Ubá. A situação é intolerável! *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.542, Curitiba, 5 fev. 1952b. p. 1-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81159>. Acesso em: 06 jan. 2020.

A SOCIEDADE Territorial Ubá LTDA. loteou e lança a melhor terra roxa do Paraná para a formação de sítios e fazendas. *LAVOURA E COMMERCIO*, ed. 14184 (1), Uberlândia, 29 out. 1956, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=ivaipor%C3%A3&past=a=ano%20195&pagfis=13497>. Acesso em: 21 ago. 2019.

AGOSTINHO, Ângelo Antônio *et al.* *Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil*. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8700634-Ecologia-e-manejo-recursos-pesqueiros-em-reservatorios-do-brasil.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

AGOSTINHO, Ângelo A.; THOMAZ, Sidinei M.; GOMES, Luiz C. Conservação da biodiversidade em águas continentais do Brasil. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 70-78, 2005.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15-31.

ALBERTO Landsberg. *A Notícia* (RJ), ed. 00058, p. 2, Rio de Janeiro, 10 e 11 mar. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/17312>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALENCAR, Chico. Pesca ao dourado: Crime Ecológico. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01205, p. 3, Curitiba, 28 ago. 1985a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7728. Acesso em: 15 mar. 2020.

ALENCAR, Chico. Pesca ao dourado: será no período da Piracema? *Correio de Notícias* (PR), ed. 01259, p. 10, Curitiba, 31 ago. 1985b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7782. Acesso em: 15 mar. 2020.

AMARAL, Miguel do Roberto do. *ARAPUÃ conta a sua história: da colonização (1940) até 2004*. Reportagens e entrevistas com pioneiros. Ivaiporã: MR Gráfica & Editora, 2004.

ARAÚJO, Lílian Alves de. Degradação ambiental nos rios do estado do Rio de Janeiro. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 29, n. 2, p. 236-237, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/674289.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ARRUDA, Gilmar. “Águas da discórdia”: o rio Tibagi e o abastecimento de água potável na cidade de Londrina, 1970-1991. *Cescontexto: Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, n. 1, p. 390-427, mar. 2013a. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 209-231, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ARRUDA, Gilmar. Entre a natureza “natural” e a natureza “sonhada”: a propaganda de condomínios nas margens da represa Capivara, Rio Paranapanema, PR. *História: Debates e Tendências*, v. 16, n. 1, p. 92-112, jan./jun. 2016a. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5965947.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ARRUDA, Gilmar. Memórias e paisagens soterradas na transformação da natureza em terra. *Revista Trilhas da História*, v. 6, n. 11, p. 4-13, jul-dez. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/3700>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000100008. Acesso em: 20 jul. 2019.

ARRUDA, Gilmar. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR. *Antíteses*, v. 6, n. 12, p. 293-317, jul./dez. 2013b (Exemplar dedicado a: Dossiê História e Ensino). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026663>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013c. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/natureza%20fronteiras%20e%20territorios_digital.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

ARRUDA, Gilmar; COLACIOS, Roger. Considerações sobre a ética-política na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 9, n. 2, p. 64-94, 2019. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/402/357>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ARRUDA, Gilmar; SILVA, Aparecida Leite V. da; BIASETTO, Eliane Aparecida. Paisagens do medo: a expansão do ideário ecologista na cidade de Londrina-PR (1970-1990). *Espaço Plural* [e-revista.unioeste.br], ano XII, n. 25, p. 49-62, 2º sem. 2011. Disponível em: <http://e->

revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/7265/5349. Acesso em: 05 abr. 2020.

AS TERRAS do “Boa Ventura” e do “Ubá”. *Diário da Tarde*, ed. 16.158, Curitiba, 27 set. 1946. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/71581>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ASSALTO no Sertão. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17227, Curitiba, 18 jan. 1951. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/79464>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ASSIM é que agimos. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17127, Curitiba, 23 set. 1950. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/78893>. Acesso em: 06 jan. 2020.

AYRES, Jayme. *1 Grilo Ubá*. Detalhes Pasta Grilo Ubá. Resp. Jayme Ayres. Curitiba: ITCG, 1981.

AZEVEDO, Robertson Fonseca. *Tradução entre ciências e proteção de bacias hidrográficas de importância para conservação: Ivaí e Piquiri, remanescentes fluviais do alto rio Paraná*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5109/1/000220362.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BANCO Agrícola e Hypothecario. *A Imprensa* (RJ), ed. 01272, Curitiba, 16 jun. 1911. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/12434>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BARROZO, Roberto. “Durmam Tranquilos!”. *Diário da Tarde* (PR), ed. 18.994, Curitiba, 8 ago. 1953a. p. 1 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83742>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARROZO, Roberto. Auxílio à Intrusão. *Diário da Tarde* (PR), ed. 18.995, Curitiba, 10 ago. 1953b. p. 1 e 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83748>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARROZO, Roberto. Fósforo de Três Cabeça. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.831, Curitiba, 22 jan. 1953c. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/82773>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARROZO, Roberto. Polícia nas Terras. *Diário da Tarde* (PR), ed. 18.984, Curitiba, 28 jul. 1953d. p. 1 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83685>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARROZO, Roberto. Trair Mandato. *Diário da Tarde* (PR), ed. 19.013, Curitiba, 01 set. 1953e. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83858>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARROZO FILHO, Roberto. [advogado] Fazenda Ubá - declaração. 14 ago. 1951. *Diário da Tarde*, ed. 17.403, Curitiba, 18 ago. 1951. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80336>. Acesso em: 06 jan. 2020

BELA Fiscalização! O Sr. Bartholomeu Cassou Junior induzia posseiros a adquirirem terras de companhia fiscalizada! *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.886, Curitiba, 31 mar. 1953. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83094>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BEMVENUTI, Marlise de Azevedo; FISCHER, Luciano Gomes. Peixes: morfologia e adaptações. *Cadernos de Ecologia Aquática*, v. 5, n. 2, p. 31-54, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242331096_Peixes_Morfologia_e_Adaptacoes. Acesso em: 20 ago. 2019.

BIASETTO, Eliane Aparecida. A “Era da Ecologia” no Paraná. *Congresso Internacional de História*. Maringá, UEM, p. 749-759, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/189.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

BIASETTO, Eliane Aparecida. O rio Tibagi e suas representações: a polêmica da água e o desenvolvimento do projeto Tibagi (1970 - 2000). *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 532-533, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20555>. Acesso em: 05 maio 2020.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná - Três anos em suas florestas e campos* (1872/1875). Curitiba: UFPR, 1974. (Coleção Brasil/diferente).

BLASI, Aldemar; CHMYZ, Igor. Jazida Arqueológica de J. Lopes (rio Ivaí, Paraná). *Boletim Paranaense de Geografia*, n. 8 e 9, 1963, p. 63-105. Disponível em: shorturl.at/bceE0. Acesso em: 15 ago. 2019.

BOING, Lúcio. *Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais*. Paraná: SEED - PDE, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/582-4.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (Brasil). *O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?* Brasília: SAG, 2011. 64 p. (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v.1). Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. ANEEL. Acompanhamento de Autorizações das PCH's (1999-2018). [2018?] Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/autorizacoes/default_aplicacao_acompanhamento.cfm?IDACOMPANHAMENTOTIPO=4. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. ANEEL. Despacho nº 266, de 8 de maio de 2002. *D.O.*, 09 maio 2002, Seção 1, p. 69, v. 139, n. 88. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp2002266.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. ANEEL. Despacho nº 3.271, de 21 de setembro de 2015. *D.O.*, 24 set. 2015a, Seção 1, p. 65, v. 152, n. 183. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp20153271ti.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. ANEEL. Despacho nº 3.435, de 7 de outubro de 2015. *D.O.*, 09 out. 2015b, Seção 1, p. 62, v. 152, n. 194. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp20153435ti.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. ANEEL. Despacho nº 3.898, de 24 de setembro de 2014. *D.O.*, 25 set. 2014a, Seção 1, p. 87, v. 151, n. 185. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp20143898ti.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. ANEEL. Inventários hidrelétricos aprovados e disponíveis para consulta no Centro de Documentação – CEDOC da ANEEL, 20 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/inventario-hidreletricos>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. ANEEL. *Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas*. Emitido em 22 maio 2020. [Planilha de Excel]. Disponível em: <https://cutt.ly/Sa3fqVE>. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. ANEEL. Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos – SGH. *Carteira de Priorização de Inventários Hidrelétricos Maior Que 50 Mw* (Processos Liberados, março/2014). Brasília, D.F., mar. 2014b. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Maior%2050MW%20-%20032014.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Cidade-Brasil. *Extensão territorial dos municípios*. [20 --]. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 377, de 24 de dezembro de 1991*. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena IVAÍ, no Estado do Paraná. Brasília, D.F., 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0377.htm. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. *Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854*. Brasília, D.F., 1854. Disponível em: <http://arisp.files.wordpress.com/2009/07/decreto-nc2ba-1854.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 16.184, de 25 de outubro de 1923*. Brasília, D.F., 1923. Aprova e manda executar o Regulamento da Pesca. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/430631/publicacao/15622799>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca que com este baixa. Rio de Janeiro. [revogado pelo Decreto-Lei nº 794, de 1938]. *Diário Oficial da União*, 15 jan. 1934 [republicado em 17.4.1934 e republicado em 10.8.1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1930-1949/D23672impressao.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F., de 13 out. 1941 [retificado em 24 out. 1941]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Pesca. Dispõe sobre a Proteção e Estímulos à Pesca e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F., 28 fev. 1967. Disponível em:

http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/007_decreto-lei_221_codigo_de_pesca.pdf
Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. *Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Lei Eusébio de Queiroz. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro (RJ), 1850a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM581.htm. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Lei de Terras. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro (RJ), 1850b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, D.F., 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Capítulo XIV, Art. 83. Brasília, D.F., 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83. Acesso em: 10 nov. 2019

BRASIL. Lei nº 19789, 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização do peixe da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus*, o Peixe Dourado. *Diário Oficial nº 10339*. 20 dez. 2018b. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=213663&indice=1&totalRegistros=17&dt=20.2.2020.10.23.47.989>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. CONAPE. *3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca*. Consolidação de uma política de estado para o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca. 30 set./2 out. 2009. Brasília, D.F., 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Histórico Institucional*. 1973. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/o-ministerio/historico-institucional.html#ano1973>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 18, de 17 de julho de 1981* (SUDEPE). PUB DOFC, 23 jul. 1981. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=96934>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 31, de 13 de dezembro de 1979*. Regulamenta a pesca no estado do Mato Grosso do Sul. PUB DOFC, 18 jan. 1980a.

Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=96926>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 32, de 13 de dezembro de 1979*. Regulamenta a pesca no estado do Mato Grosso. PUB DOFC, 18 jan. 1980b.

Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=96946>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 310, de 23 de julho de 1973*.

Estabelece normas para autorizações, licenças e registros para o exercício da pesca e atividades correlatas. PUB DOFC, 01 jan. 1980c. Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=973746>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 466, de 08 de novembro de 1972*. Altera a portaria n. 662, de 17 de novembro de 1970. PUB DOFC, 20 dez. 1972.

Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=90955>. Acesso em: 06 jan. 2020

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Portaria nº 681, de 28 de dezembro de 1967*. Proíbe colocar artes de pesca fixas ou flutuantes nas de confluência de rios, lagoas e corredeiras, proíbe a captura, exploração dos animais aquáticos. PUB DOFC, 01 jan. 1970.

Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=91080>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. *Relatório técnico do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca*: PROSPESQUE/Adriana Lima et al. Brasília, DF: Embrapa, 2012b.

BRASIL. *Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005*. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília, D.F., 2005. Disponível em:

https://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/resolucoes/2005_Res_CONAMA_357.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. Inventário Florestal Nacional: principais resultados. Paraná [recurso eletrônico]. Brasília, 2018c. Disponível em:

<http://www.florestal.gov.br/documentos/informacoes-florestais/inventario-florestal-nacional-ifn/resultados-ifn/3966-relatorio-ifn-pr-2018/file>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CAÇANDO Perdizes. *Diário da Tarde* (PR), ed. 18.995, Curitiba, 10 ago. 1953. p. 1 e 8.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83748>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CÁLCULO EXATO. *Conversor online de hectares em alqueires*. Disponível em:

<http://www.calculoexato.com.br/parprima.aspx?codMenu=ConvArea>. Acesso em: 23 set. 2019.

CAMBARÁ (PR). Cartório de Registros de Títulos e Documentos. *Registro de criação da Sociedade Territorial Ubá Ltda.* Registrado em: 26 nov. 1999. Livro de notas nº 478, 1º traslado, f. 59. Nafé de Jesus de Oliveira. Oficial.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense: 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores: Geografia e Movimento Social. *Anais do X Encontro de Geógrafo da América Latina*, 20-26 mar. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf> f. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARVALHO, Ely Berço. *A Modernização do Sertão: terras, florestas, estado e lavradores na Colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. 2008. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp101732.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

CASAS queimadas! Expulsão violenta e prisão de humildes colonos. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17873, Curitiba, 13 mar. 1953. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83019>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CHANTAGE OFICIAL! Os sertanejos, abandonados, perseguidos e roubados perderam a confiança nas autoridades do Paraná Maior. *Diário da Tarde* (PR), ed. 16.911, Curitiba, 04 jan. 1950. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/77596>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CHMYZ, Igor *et al.* A Arqueologia da Área da LT 750kv Ivaiporã-Itaberá III - Paraná - São Paulo. *Arqueologia Revista do Centros de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, v. 5, n. especial, 2008. Disponível em: shorturl.at/bxX57. Acesso em: 06 jan. 2020.

CHMYZ, Igor *et al.* *Relatório Técnico final sobre o Projeto de Salvamento Arqueológico efetuado na área diretamente afetada pela linha de transmissão LT Kv 750 Ivaiporã - Itaberá III*. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Universidade Federal do Paraná. 2006. Disponível em: shorturl.at/yDRX4. Acesso em: 20 jan. 2020.

CHMYZ, Igor. A trajetória e perspectivas de um arqueólogo paranaense. *Arqueologia*, Curitiba, v. 4, Número Especial, p. 181-211, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/23290938/A_TRAJETÓRIA_E_PERSPECTIVAS_DE_UM_ARQUEÓLOGO_PARANAENSE. Acesso em: 20 ago. 2019.

CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a Arqueologia do Vale do do Rio Ivaí. Separata do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (2). *Museu Paraense Emilio Goeldi*. Publicações avulsas, 10. Belém, 1969. Disponível em: shorturl.at/hsFJ3. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONAPE. Ministério da Pesca e Aquicultura. *3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável da Aquicultura e Pesca*. Brasília, 30 set. a 2 out. 2009. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf. Acesso em: 07 mar. 2020.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*, v. 24, n. 39, p. 135-152, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752008000100007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/187>. Acesso em: 10 out. 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 252-276, 2015. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8075/4812. Acesso em: 17 ago. 2019

COSTA, Paulo José da. Viagem pelo Rio Ivaí em 1949: de Thereza Cristina ao Salto Ubá. *Youtube*, 29 set. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8rMCZ6_QL9M. Acesso em: 02 nov. 2016.

COSTA, Rogério Haesbaert da. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Porto Alegre (RS): Editora Bertrand Brasil, 2008.

DENEZ, Cleiton C. A Dinâmica Populacional da Região de Ivaiporã/Pr (1970-2010). *Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPR)*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 130-150, 2011a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/24949/0>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DENEZ, Cleiton C. A Identidade Sem-Terra: as territorialidades do Assentamento Oito de Abril/Jardim Alegre-PR. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506431594_arquivo_singa-2017.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

DENEZ, Cleiton C. *A produção e representação de estruturas territoriais: o caso do Assentamento 08 de Abril - Jardim Alegre/Pr*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, Guarapuava, ago. 2011b. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/thesis/view/27>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DENEZ, Cleiton C. Processos relacionais e a produção de estruturas territoriais: o caso do Assentamento 08 de Abril - Jardim Alegre/Pr. *Revista Formação* [online], v. 1, n. 19, p. 25-58, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/935>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DENEZ, Cleiton C.; QUIEZI, Simone A. Territorialização da Sociedade Territorial Ubá Ltda (STUL): Conflitos e posse do território entre os rios Ivaí e Corumbataí/Paraná. In: BOVO,

Marcos Clair; TOWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fabio Rodrigues da (Orgs.). *Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios*. Campo Mourão: Editora da Facilcam, 2013. p. 232-242.

DNIT. Imagem detalhando os 6 (seis) trechos da hidrovia do Paraná. 08 mai. 2015. Disponível em: https://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-parana/TRECHOS_HIDROVIA_DO_PARANA.jpg/view. Acesso em: 11 mar. 2020.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, p. 144-161, 2004.

ERNEGA, Abner. Rio Ivaí (Paraná): matéria completa HD. *Youtube*, 9 abr. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wa-w9wxT-go>. Acesso em: 02 nov. 2016.

FARIAS, Cezar Felipe Cardozo. A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

FERREIRA, Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus municípios. [S. l.]: Editora Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, Marieta Moraes. A História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAZ, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/6857409/Ciro_Flamarion_Cardoso_org._-_Novos_Domínios_da_História_2012_?auto=download. Acesso em: 20 ago. 2019.

FORAM espancados e ameaçados de morte – Ari e Adi: dois dos responsáveis pela violência. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.544, Curitiba, 8 fev. 1952. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81175>. Acesso em: 06 jan. 2020.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIULIETTI, Nelson; ASSUMPÇÃO, Roberto de. A indústria pesqueira no Brasil. *Revista Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 2, n. 42, p. 95-127, 1995. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ASP6-0295.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*, ano 1, n. 1, maio/ago. 1988. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/413889345/GOUBERT-Pierre-Historia-Local-pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. *Revista planejamento*

e políticas públicas (PPP), n. 49, p. 385-412, jul./dez. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8244/1/ppp_n49_Sudepe.pdf. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

GOVERNO proíbe pesca nos rios Ivaí e Piquiri para proteger a piracema. *Correio de Notícias* (PR), ed. 00170, p. B2 Curitiba, 07 dez. 1989. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/36507. Acesso em: 06 jan. 2020.

GUARAPUAVA (PR). Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas - 1º ofício. *Certidão de venda e compra da Fazenda Ubá*. Registrado em: 22 nov. 1999. Transcrição 9.880, fls. 051/052, livro 3-E. Francisco José Martins. Oficial.

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. Levantamento de Área de Relevante Interesse Ecológico no Estado do Paraná. *Anais do II Congresso Florestal do Paraná*, Curitiba: Instituto Florestal do Paraná, p. 136-160, 1988.

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. O Desflorestamento do Paraná em um século. Parte I: História do desmatamento no Estado do Paraná e sua relação com a reforma agrária. In: SONDA, Cláudia; TRAU CZYNSKI, Silvia Cristina (Orgs.). *Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010. p. 15 – 25. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIE NTE/PARTE_1_1_FRANCISCO_GUBERT.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

GUERRA ao Grilo. Manoel Ribas reivindicou para o Estado uma área de perto de 60.000 Km², maior que o Alagoas e maior que a Holanda. *O Dia* (PR), ed. 07182, Curitiba, 09 mar. 1947. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/59956>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HILSDORF, Alexandre W. S.; MOREIRA, Renata Guimarães. Piracema: por que os peixes migram. *Scientific American Brasil*, v. 79, p. 76-80, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20142139-Piracema-por-que-os-peixes-migram.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

IAP regulamenta pesca na Bacia do Rio Ivaí. 2016. *Agência de Notícias do Paraná*. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=89418>. Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE. Brasil - Paraná - Arapuã – Panorama. 2018a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/arapua/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - Ariranha do Ivaí – Panorama. 2018b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ariranha-do-ivai/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - Cândido de Abreu – Mapas para fins de levantamentos estatísticos. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-municipais/27440-mapas-para-fins-de-levantamentos-estatisticos-2020.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 set. 2020.

IBGE. Brasil - Paraná - *Godoy Moreira* – Panorama. 2018c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/godoy-moreira/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - *Ivaiporã* – Panorama. 2018d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ivaipora/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - *Jardim Alegre* – Panorama. 2018e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jardim-alegre/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - *Lidianópolis* – Panorama. 2018f. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lidianopolis/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - *Lunardelli* – Panorama. 2018g. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lunardelli/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. Brasil - Paraná - *São João do Ivaí* – Panorama. 2018h. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-joao-do-ivai/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. *Censo Demográfico de 1991*. Características Gerais da População e Instrução. Resultados da Amostra n. 22 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/77/cd_1991_n22_populacao_instrucao_pr.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. *Censo Demográfico do Paraná - 1991*. Resultados preliminares I. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020

IBGE. *Mapa Político do Estado do Paraná*. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/pr_politico750k_2015.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

IFHAN. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)*. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>. Acesso em: 13 ago. 2019.

IMAGENS, Ivaiporã. Anos 60. Balsa do Porto Ubá, única opção para atravessar o Rio Ivaí neste local antes da inauguração da Ponte. Essa chamaram de "Balsa Nova", provavelmente porque era maior e mais nova do que as anteriores. Dizem que era servido um peixe frito maravilhoso nesta casinha. Ivaiporã, 4 ago. 2019. *Facebook*: Ivaiporã Imagens. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2368995036689807&set=gm.2098018933824915&type=3&theater>. Acesso em: 05 jan. 2020.

INEDITOREAES. *A Imprensa* (RJ), ed. 00833, Curitiba, 13 jan. 1901. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/2994>. Acesso em: 12 mar. 2020.

IPARDES. *Base física e política*. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25. Acesso em: 21 ago. 2019.

IPARDES. *Diagnóstico Socioambiental do Território do Vale do Ivaí*. 1ª Fase: Caracterização Global. Curitiba, 2007.

IPARDES. *Indicadores Sociais*. Sistema de Informação dos Municípios do Paraná. [20 --]. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php>. Acesso em: 15 set. 2019.

IPARDES. *Índice Iparades de Desempenho Municipal*. 2015. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/ipdm_geral_2015.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

IPARDES. Os limites das regiões geográficas das mesorregiões do IBGE. [ca. 2010]. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em: 21 ago. 2019.

ITC apreende material de pesca predatória. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01081, Curitiba, 30 jan. 1985. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/4688. Acesso em: 16 dez. 2019.

JUÍZO de Direito da Comarca de Pitanga - Estado do Paraná - “Edital de citação com o prazo de sessenta dias”. *O Dia* (PR), ed. 08045A, Curitiba, 23 fev. 1949. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/65344>. Acesso em: 10 jan. 2020.

JUÍZO de Direito dos efeitos da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Edital de citação com o prazo de 60 (sessenta) dias. *Diário da Tarde*, ed. 17544, Curitiba, 08 fev. 1952a. p. 2 e 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81172>. Acesso em: 10 jan. 2020.

JUÍZO de Direito dos feitos da Fazenda da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Edital de Protesto e Notificação. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.441, Curitiba, 4 out. 1951a. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80563>. Acesso em: 06 jan. 2020.

JUÍZO de Direito dos feitos da Fazenda da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Edital de Protesto e Notificação. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.443, Curitiba, 6 out. 1951b. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80572>. Acesso em: 06 jan. 2020.

JUÍZO de Direito dos feitos da Fazenda da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Edital de citação com o prazo de 60 (sessenta dias). *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.544, Curitiba, 8 fev. 1952b. p. 2 e 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81172>. Acesso em: 06 jan. 2020.

JUNIOR, Bartholomeu Cassou. Oficial Administrativo. *Consultoria Geral do Estado à Newton de Souza e Silva*. Advogado Geral do Estado. Curitiba: ITCG, 9 jul. 1953.

KLIEMANN, Bruna C. K.; DELARIVA, Rosilene L. Pequenas Centrais Hidrelétricas: cenários e perspectivas no estado do Paraná. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM*, Santa Maria, v. 37 n. 3, p. 274-283, set-dez. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304198910_PEQUENAS_CENTRAIS_HIDRELETRICAS_CENARIOS_E_PERSPECTIVAS_NO_ESTADO_DO_PARANA. Acesso em: 25 mar. 2020.

KURY, Lorelai. Viajantes - naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*, v. III (suplemento), 2001. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500004. Acesso em: 12 ago. 2019.

LARA, Yvonne (compositora e intérprete). *Alguém me avisou*. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359508/dona-ivone-lara>. Acesso em: 14 mai. 2019.

LAVOURA E COMMERCIÓ (MG) - 1911 a 1978. *Biblioteca Nacional Digital Brasil*. Ed. 14184, de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=ivaipor%C3%A3&past=a=ano%20195>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, A. et al. *Relatório técnico do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca: PROSPESQUE*. Embrapa Pesca e Aquicultura-Livro técnico (INFOTECA-E), Brasília, D.F.: Embrapa, 2012. Disponível em: https://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CNPASA1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

LIMA, Luanna de Sousa. Os impactos ambientais no entorno da nascente do Rio Piranhas em Bonito de Santa Fé-PB. 2015. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Cajazeiras, 2015. Disponível em: <http://www.cfp.ufcg.edu.br/geo/monografias/LUANNA%20DE%20SOUSA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LINS, Vieira. Sebastião Martins Vieira Lins. *FGV CPDOC*. Biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-martins-vieira-lins>. Acesso em: 05 ago. 2019.

LONGA ROMERO, Fanny. “O pescador é sofredor”: identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 1, n. 20, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235512/28499>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. BRDE/IBPT/UFPR. Curitiba: Editora Max Roesner, 1968.

MACHADO, Brasil P. O “grilo” das terras de Ubá. Esclarecimentos da interventoria federal no Estado. *O Dia* (PR), ed. 07044, p. 2, Curitiba, 17 set. 1946. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/58747>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MACIEL FILHO, Antônio Augusto. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis, 28 maio 1999. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, trechos dela foram transcritos neste trabalho].

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, Sidney Lazaro; TAMADA, Kikuo; AGOSTINHO, Carlos Sérgio. Concepção biohidráulica de uma passagem para peixes na migração reprodutiva. Comitê Brasileiro de barragens. *XXVII Seminário Nacional de Grandes Barragens*, Belém, PA. T199-A15, 2007. Disponível em: <http://www.cbdb.org.br/seminario/belem/T99/A15.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAZZA, Luiz Geraldo. Os dourados no caixão. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01205, p. 3, Curitiba, 28 ago. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7721. Acesso em: 15 mar. 2020.

MERCER, Edmundo Alberto. Os Bendegós - A Fazenda do Ubá: as terras do Campo Mourão. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 17 abr. 1913a.

MERCER, Edmundo Alberto. Os Bendegós - A Fazenda do Ubá: as terras do Campo Mourão. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 22 abr. 1913b.

MERCER, Edmundo Alberto. Os Bendegós - A Fazenda Ubá: as terras do Campo Mourão. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 17 abr. 1913c.

MERCER, Edmundo Alberto. Os Bendegós do Ubá - a nossa vitória. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 10 out. 1913d.

MERCER, Luiz Leopoldo. *Edmundo Alberto Mercer - Toca Mercer, um livro só para nós*. Curitiba: Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1978.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. Sistema tecnológico da coleção de lítico Xetá do MAE-UFPR: resultados preliminares. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319973601_2013_Sistema_tecnologico_da_colecao_de_litico_Xeta_do_MAE-UFPR_resultados_preliminares. Acesso em: 04 nov. 2019.

MODERNA ponte substituirá duas balsas no rio Ivaí. *Diário da Tarde*, ed. 20420A, Curitiba, 20 mar. 1965, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/107573>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. In: *História e Meio Ambiente: o impacto da expansão europeia. Actas do Seminário Internacional*. Madeira, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999. p. 17-51. (Coleção Memórias, 26).

MOMENTE, Fernandes. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lunardelli (PR), 13 ago. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

MONTOYA, Antonio Ruiz de. BG Teubner. In: MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Tesoro de la lengua guarani*. Madrid: Iuan Sanches, 1639. p. 159-160. Disponível em: <https://archive.org/details/tesorodelalengua00ruiz/page/n337/mode/2up/search/huibaí>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MORAES, Alceu. Um dia caçando caçador e pescando pescador. *Correio de Notícias* (PR) - Sucursal Campo Mourão, ed. 02016, p. 25, Curitiba, 27/28 fev. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/24152. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORAIS, Sergio Cardoso de. *Colônia de Pescadores e a luta por cidadania*. UFRN, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9721793-Pescando-ideias-as-colonias-de-pescadores-enquanto-espaco-de-educacao-politica.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MOTA, Lúcio Tadeu. A construção do vazio demográfico e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. *Pós-História*, v. 4, p. 123-7, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/A_construcao_do_vazio_demografico_e_a_re.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 358-391, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n13p358>. Acesso em: 08 out. 2018.

MOTA, Lúcio Tadeu. *Os Xetá no Vale do rio Ivaí 1840 - 1920*. Maringá-PR: Eduem, 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. *Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí-Pr: história e relações interculturais*. Maringá-PR: Eduem, 2008.

NETTO, Proença Otaviano. *Ivaiporã na gestão Akira Yamasita - 19/11/65 a 31/01/70*. Ivaiporã: Artes e Gráficas Moraes, 1970.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas-1872-2000. *Revista USP*, n. 44, p. 218-269, 1999.

NOELLI, Francisco Silva. Tesouro e Catecismos da língua Guaraní de Antonio Ruiz de Montoya. *Diálogos*, v. 21, n. 3, p. 256-258, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41775/pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 9 nov. 2019.

O APÓSTOLO (SC) - Órgão do Apostolado da Oração. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=307041&pesq=ivaipor%C3%A3&past=a=ano%20195>. Acesso em: 12 nov. 2019.

O BENTO pobre e o Bento Rico. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17835, Curitiba, 27 jan. 1953. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/82797>. Acesso em: 10 jan. 2020.

O CASO da Gleba “Ubá”. *O Dia* (PR), ed. 07058, Curitiba, 04 out. 1946. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/58860>. Acesso em: 10 jan. 2020.

O IMÓVEL “Ubá”. *Diário da Tarde* (PR), ed. 16149, Curitiba, 17 set. 1946. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/71532>. Acesso em: 10 jan. 2020.

O REPÓRTER (MG), ed. 2616, 1956. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138835&PagFis=1370&Pesq=ivaipor%C3%A3>. Acesso em: 20 nov. 2019.

O SENHOR está pensando em comprar Terras no Paraná. *O Apóstolo: Órgão do Apostolado da Oração* (SC), ed. 00652, Florianópolis, 1958, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=307041&pesq=ivaipor%C3%A3&past=a=ano%20195&pagfis=2650>. Acesso em: 21 ago. 2019.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. As delimitações espaciais em História Ambiental: Paleoterritório e biodiversidade. 29 jan. 2015. Duração: 16 min. *Youtube*. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=1w6Cby0uVQI>. Acesso em: 04 nov. 2019.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015. Disponível no site:
www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/8086/4813. Acesso em: 23 jun. 2019.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; ENGEMANN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 18, n. 25, p. 9-31, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n25p9>. Acesso em: 14 out. 2019.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; MONTEZUMA, Rita de Cassia Martins. História Ambiental e Ecologia da Paisagem: Caminhos Integrativos na Geografia Física. *Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 117-128, 2010. Disponível em:
<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/376>. Acesso em: 27 nov. 2019.

OLIVEIRA, Francisca Pereira de. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 25 nov. 2016. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, Francisca Pereira de. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 06 set. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, José Antônio. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 14 jun. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, Marildo. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 06 set. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, Maurício de. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 25 nov. 2016. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, Maurício de. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 06 set. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

OLIVEIRA, Odair José de. *História econômica da suinocultura no Paraná: tradição e modernização*. 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1665/1/OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)*. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280280>. Acesso em: 23 maio 2020.

OS POSSEIROS de Ubá dirigem-se ao Cel. Albino Silva. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.581, Curitiba, 28 mar. 1952. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81392>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PADILHA, Antônio. *Ivaiporã, a capital dos cereais: sua história e sua evolução*. Ivaiporã: Mr Gráfica & Editora, 1988.

PADILHA, Antônio. *Ivaiporã, nossa terra, nossa gente: a história e seus pioneiros*. Ivaiporã: Mr Gráfica & Editora, 1994.

PADILHA, Antônio. *Jardim Alegre, jardim da prosperidade, pérola do Ivaí: história, pioneiros e atualidades*. Jardim Alegre: Mr Gráfica & Editora, 1987.

PADILHA, Antônio. *Lunardelli, uma cidade jovem: sua história e sua gente*. Lunardelli, edição comemorativa, 1986.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto; CHAMBAULEYRON, Rafael. Apresentação Dossiê: Rios e Sociedades. Movimentos dos rios/Movimentos da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-01>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PARÁ. *Oficina de Capacitação de Dirigentes de Colônias*. Colônia de Pescadores Z-20, o Centro de Capacitação do Pescador Artesanal do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - CCPA/IPAM, o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais - I.A.R.A. 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/zezinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>. Acesso em: 05 mar. 2020.

PARANÁ. *A concretização do Plano de Obras do governador Moyses Lupion - 1947-1950*. [ca. 1950] Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947_1950MFN1146.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. *Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí e Paraná I*. [20 --]. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/BACIAS/ivai.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

PARANÁ, Secretaria Estadual do Meio Ambiente/SEMA. *Bacias Hidrográficas do Paraná*. Série Histórica. 2ª edição. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio_ambiente/material-didatico/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. *Bacias Hidrográficas do Paraná - uma série histórica*. Edição de 2015. [2015?] Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

PARANÁ. Casa Civil. *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. Governador do Paraná a partir de 1911. [20--]. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Carlos-Cavalcanti-de-Albuquerque>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PARANÁ. Casa Civil. Sistema Estadual de Legislação. *Consulta à Legislação do Paraná*. [20 --]. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&site=1>. Acesso em: 20/03/2020.

PARANÁ. Decreto nº 9130, de 27 de dezembro de 2010. Regulamenta o processo de instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica. *Diário Oficial*, n. 8371, 27 dez. 2010a. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/BACIAS/DecEst_9130_2010_CBH_PR.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

PARANÁ. Encontro discute regulamentação da pesca na Bacia do Rio Ivaí. *Agência de Notícias do Paraná*, Desenvolvimento Sustentável, 2017. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=93051>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. ITCG. *Grilo Ubá* – área: 216.698,98 HÁ. Município atual: São João do Ivaí, Jardim Alegre e Ivaiporã. Processo administrativo e judicial Estado x Sociedade Territorial Ubá Ltda. Curitiba: ITCG, 1999.

PARANÁ. ITCG. *Formações Fitogeográficas do Estado do Paraná*. 2009. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Fitogeografico_A3.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

PARANÁ. ITCG. *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. [20 --]. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>. Acesso em: 29 out. 2019.

PARANÁ. Lei Estadual nº 19.789/2018. Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização do peixe da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus*, o Peixe Dourado. *Diário Oficial*, n. 10339, 20 dez. 2018a. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=213663&indice=1&totalRegistros=3&dt=18.5.2020.5.19.27.373>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PARANÁ. *Mapa Estacional Semidecidual*. 2010b. v. 5. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V5_Floresta_Estacional_Semidecidual.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

PARANÁ. *Mapa da cobertura vegetal nativa*. 2012a. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/thumb/d/d0/Brazil_South_Paraná_vegetation_map.png/800px-Brazil_South_Paraná_vegetation_map.png. Acesso em: 03 nov. 2019.

PARANÁ. *Mapa da Unidades Hidrográficas do Paraná*, 2007. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/DADOS%20ESPACIAIS/Unidades_Hidrograficas_A4.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

PARANÁ. Departamento de Estradas de Rodagem. *Mapa Rodoviário*, 2019. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=445>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PARANÁ. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Setor de Divulgação do Departamento de Censos. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: VIII Recenseamento Geral*. Paraná: Fundação IBGE, v. 1, 1970. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

PARANÁ. Ministério Público. *Bacias Hidrográficas – Estado do Paraná*. Rede Ambiental do MP-PR (Mapa). [20--]. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2673>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PARANÁ. Ministério Público. *Rede Ambiental - O Projeto*. [20 --]. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2676>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. Ministério Público. *Resolução nº 1021/2014-PGJ*. Institui a Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas na área de Proteção ao Meio Ambiente, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 24 mar. 2014a. Disponível em: http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/imprensa/2014/ResolucaoBacias_2503.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

PARANÁ. MUPA – Museu Paranaense/Arqueóloga Dra. Claudia Inês Parellada. *Arqueologia do Paraná*. [20 --]. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 092, de 20 de maio de 2016*. Estabelece normas e define os locais, formas e quantidades de captura de peixes oriundos da pesca amadora e profissional na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Paraná, 2016a. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3121. Acesso em: 09 nov. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 097, de 31 de maio de 2016*. Revogar as Portarias IAP. Paraná, 2016b. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3135. Acesso em: 09 nov. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 135, 26 de junho de 2018*. Portaria Gabinete. Paraná, 2018b. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3875. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 212, de 26 de setembro de 2014*. Estabelece normas e define os locais, formas e quantidades de captura de peixes oriundos da pesca amadora e profissional na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. *D.O.*, 30 set. 2014b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=275265>. Acesso em: 09 nov. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 220, de 5 de novembro de 2004*. Baixa normas para exercício da pesca profissional em águas do território paranaense. *D.O.*, nov. 2004. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=332. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 262, de 30 de outubro de 2018*. Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, anualmente, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná. Paraná, 30 out. 2018c. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=368860>. Acesso em: 10 nov. 2019

PARANÁ. *Projeto Paraná 12 Meses*. [20 --]. Disponível em: <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em: 29 set. 2019.

PARANÁ. *Relatório de Governo e Interventores do Estado. 1937-1942. [ca. 1942]*. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1937-1942MFN1143.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1895*. [Arquivo Público]. Curitiba, 1896. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1895MFN637.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1910*. [Arquivo Público]. Curitiba, 1910. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1910_MFN_721.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1911*. [Arquivo Público]. Curitiba, 1912. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1911_MFN_735.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1912*. [Arquivo Público]. Curitiba, 1913. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1912_MFN_793.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1913*. [Arquivo Público]. Curitiba, 1914. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1913_MFN_794.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1922-1923*. v.1. [Arquivo Público]. Curitiba, 1924. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1922_1923_MFN_810_V1.pdf. Acesso em: 05 nov. 2019.

PARANÁ. *Relatório de 1932-1939 - Interventor do Estado*. [Arquivo Público] Curitiba, [ca. 1940]. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1932_1939_MFN_825.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARANÁ. *Resolução nº 78 CERH/PR, de 11 de dezembro de 2012*. Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí e a proposição de composição de sua Mesa Diretora Provisória. Paraná, 2012b. Disponível em: http://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/CERH_-_20_RO/resolucao_n_78_mdp_alto_ivaí.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório de 1897*. Curitiba, 1897. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1897MFN657.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Obras Públicas e Colonização. *Relatório de 1894*. Curitiba, 1894. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1894-1895MFN634.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Instituto de Terra Cartografia e Geociências. *Coletânea de Mapas Históricos do Paraná*. 2008. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html. Acesso em: 28 ago. 2019.

PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Instituto de Terra Cartografia e Geociências. Pasta 051. *Município de Manoel Ribas*. Curitiba, 2012c.

PARELLADA, Claudia Inês. *A herança de um tesouro: arqueologia da cidade colonial espanhola Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)*. Curitiba: SAMP, 2014.

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; LEANDRINI, Josimeire Aparecida (Orgs). *Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná*. Campo Mourão: Editora da Facilcam, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/Ya2A7m2>. Acesso: em 06 mar. 2020.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação do Norte do Paranaense. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013. p. 279-312. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/natureza%20fronteiras%20e%20territorios_digital.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

- PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2016. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24538/1/ulfl212801_tm.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. Ensaio de história oral. Seleção de texto de Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral. São Paulo: Letras e Vozes, p. 19-35, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade*. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 14, p. 1-24, 1997. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11231>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- PORTELLI, Alessandro *et al.* O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- PRIORI, A. *et al.* A modernização do campo e o êxodo rural. In: *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- PRÓ IVAÍ/PIQUIRI. Facebook: @proivaipiquiri. Comunidade. Movimento contra o barramento dos rios Ivaí e Piquiri, últimos tributários livres do rio Paraná no estado. Disponível em: <https://www.facebook.com/proivaipiquiri/>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- QUIEZI, Simone Aparecida. *Companhia Ubá: colonização e ocupação do território entre os Rios Ivaí e Corumbataí (1939-1970)*. 1999. Monografia (Especialização em História) – FAFIMAM, Mandaguari, 1999.
- QUIEZI, S. A.; PRZYBYSZ, J. A (re)organização do território entre os rios Ivaí e Corumbataí após a ocupação da Sociedade Territorial Ubá LTDA. no Estado do Paraná -1911 a 1990. In: NABOZNY, Almir (Org.). *Geografia a Distância: Experiências de Pesquisa em EaD*. 1ª ed. Ponta Grossa: NUTEAD, 2013. p. 1-30.
- RAMOS, Alcida Rita. *Uma crítica da (des)razão indigenista*. Departamento de Antropologia - Universidade de Brasília, 1988. p. 96 - 115. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202006/2006_alcidaramos.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

RECORDE na pesca ao dourado. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01283, Curitiba, 29 set. 1985. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/8218. Acesso em: 11 mar. 2020.

REGRESSARAM do Rio os posseiros de Ubá. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.433, Curitiba, 25 set. 1951. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/80511>. Acesso em: 06 jan. 2020

REVISTA da Imprensa. *O Dia* (PR), ed. 09219, Curitiba, 23 jan. 1953. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/77093>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RIBAS, Antônio B. *Ofício 176/40 - Encaminhando Laudo*. Curitiba: Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Paraná, 1940. Disponível nos arquivos da Biblioteca Pública de Curitiba (PR).

RODRIGUES, Francisco. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lidianópolis (PR), 10 set. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

SALES, Gabriel Paes da Silva. *No caminho dos carvoeiros: estrutura da floresta em um paleoterritório de exploração de carvão no Maciço da Pedra Branca*, RJ. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412403_2016_completo.pdf. Acesso em: 08 ago. 2019.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. Disponível em: <http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Avaliacao-de-impacto-ambiental-2ed-DEG.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTO, Valdomiro. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lunardelli (PR), 09 ago. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

SANTOS, Maria de Lourdes Dias Santos. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi. Lunardelli (PR), 09 ago. 2019. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

SAQUES, depredações e incêndios nos seus lares. *Diário da Tarde* (PR), ed. 19.011, Curitiba, 29 ago. 1953. p. 1 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83846>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SCARPELINI assume a SUPEDE sem verbas. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01205, Curitiba, 29 jun. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/6816. Acesso em: 30 jan. 2020.

SCHAITZA, Renato. Crime Ecológico. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01205, p. 3, Curitiba, 29 jun. 1985a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7599. Acesso em: 30 jan. 2020.

SCHAITZA, Renato. Vara longa. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01264, p. 3, Curitiba, 06 set. 1985b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7865. Acesso em: 30 jan. 2020.

SCHAITZA, Renato. Foz Venceu. *Correio de Notícias* (PR), ed. 01265, p. 3, Curitiba 08 set. 1985c. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/7887. Acesso em: 11 mar. 2020.

SCHIRMER, Deborah Galvão; MONTENEGRO, Douglas Herrera; AZEVEDO, Robertson Fonseca da. Viva os rios: Movimento Pró Ivaí/Piquiri. *Revista Bioika*, Edição 2, n. 14, p. 1-5, dez. 2018. Disponível em: <https://revistabioika.org/assets/multimedia/docs/es/revisiones/mirtha.angulo@revistabioika.org/20181124114347-ed2-pub2-transformandoomundo-schirmer-et-al-texto-pt.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SEDREZ, Lise. História Ambiental: quando a historiografia encontra a natureza. [Entrevista concedida a] Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: *Café História* – história feita com cliques. 4 jan. 2012. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. V. Terras e Territórios Indígenas no Brasil. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* *Encontros com a civilização brasileira*. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai, 1979. p. 101-114. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aseeger-castro-1979-terras/Seeger_Castro_1979_Terras_e_territorios_indigenas.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

SILVA, Andrezza Karla de Oliveira. *Ab'Sáber, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. *Revista de Geografia* (UFPE), Recife, v. 29, n. 1, p. 252-258, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228990/23395>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Aparecida Cristina Leite Vieira da.; ARRUDA, Gilmar. Abastecimento de água e ambientalismo: Londrina 1970-1980. Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, Londrina (PR), v. 8, 2010. *Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*. SEPECH. Organizado por Raquel Kritsch e Mirian Donat. Londrina: Eduel, 2010. p. 233-244. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/abastecimento_de_agua_e_ambientalismo_londrina_1970-1980.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *História Local: Objectivos, Métodos e Fontes*. maio 1998. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, João Batista da. *Distrito de Lidianópolis, Município de Jardim Alegre (PARANÁ): a caminho do desenvolvimento: histórico, pioneiros, atualidades - O futuro está nascendo*.

Lidianópolis: Comissão Pró-Emancipação Político-Administrativa, Jornal Nipo-Brasileiro, suplemento especial, 1987.

SILVA, Rodrigo Blaudt L. da. *Mapeamento Temático* [nesta dissertação]. Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020.

SITUAÇÃO de Intranquilidade – muito interesse oculto existe pelo Norte do Paraná. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.545, Curitiba, 9 fev. 1952. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/81177>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. *Geografia, História e Ecologia: criando pontos para a interpretação da paisagem*. Campinas: Ambiente & Sociedade, p. 49-66, 2009.

SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). *Rev. Bras. Hist. São Paulo*, v. 35, n. 70, p. 109-130, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200109&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2020.

STRAUBE, Fernando Costa. *Ruínas e Urubus – História da Ornitologia do Paraná*. Período de Chrostowsk. 1ª ed. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. Norte do Paraná: História e Fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TRIBUNAL civil e criminal. *Jornal do Brasil* (RJ), ed. 00258, Rio de Janeiro, 14 set. 1904. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/14724. Acesso em: 06 jan. 2020.

TRIBUNAL de Apelação deu ganho de causa ao Estado do Paraná. Decidido o caso da Fazenda Guavirova. *O Dia* (PR), ed. 06931, Curitiba, 14 mai. 1946, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/57911>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TRUCULÊNCIA policial - Cortadas as orelhas de um pobre homem da fazenda Ubá. *Diário da Tarde* (PR), ed. 17.902, Curitiba, 20 abr. 1953. p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83190>. Acesso em: 06 jan. 2020.

TUAN, Yi-FU. *Paisagens do Medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VIANA, Douglas *et al.* Estrutura da ictiofauna do rio Bonito, Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, sistema alto rio Paraná, Brasil. *Biota Neotropica*, v. 13, n. 2, p. 218-226, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bn/v13n2/1676-0603-bn-13-02-218.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem História*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva Agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v. VI, n. 1, p. 23-44, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

30.000 ALQUEIRES de terra roxa. *O Repórter*, ed. 02616, Uberlândia, 24 nov. 1956, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138835&pesq=ivaipor%C3%A3&pasta=ano%20195&pagfis=1370>. Acesso em: 21 ago. 2019.